

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Unidade Prestadora de Contas	SECRETARIA-EXECUTIVA	
Consolidadas	Secretaria-Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Subsecretaria de Assuntos Administrativos Diretoria de Tecnologia da Informação Diretoria de Projetos Internacionais Corregedoria Ouvidoria Coordenação Geral da Central de Relacionamento Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SECRETARIA-EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade de Prestação de Contas está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa - IN do Tribunal de Contas da União - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa - DN do TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, Resolução TCU nº 234, de 1º de setembro de 2010, e Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015; e das orientações do órgão de controle interno, constante da Portaria CGU nº 500, de 08 de março de 2016, em que a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento ficou responsável pela consolidação das informações encaminhadas pelas Unidades Gestoras desta Unidade de Prestação de Contas.

1.3 - LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

A3P - Agenda Ambiental da Administração Pública

AECI – Assessoria Especial de Controle Interno

AGU - Advocacia-Geral da União

ASCOM – Assessoria de Comunicação

ASSEFAZ - Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BPC - Beneficio de Prestação Continuada

BSM – Plano Brasil Sem Miséria

CAIXA - Caixa Econômica Federal

CapacitaSUAS - Programa Nacional de Capacitação do SUAS

CCLIC - Coordenação de Compras e Licitações – CCLIC

CCONT - Coordenação de Contratos

CEOF - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira

CGBD - Coordenação-Geral de Banco de Dados

CGCR - Coordenação-Geral da Central de Relacionamento

CGLA - Coordenação-Geral de Logística e Administração

CGLC - Coordenação-Geral de Licitações e Contratos

CGOF - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

CGOI - Coordenação-Geral de Organização e Inovação Institucional

CGPA - Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação

CGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos

CGSS – Coordenação-Geral de Sustentação e Segurança

CGTI - Comitê Gestor de Tecnologia e Informação

CGU — Controladoria-Geral da União

CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola

CIISC - Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica e Social dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis

CIT - Comissão Intergestores Tripartite

CITI - Comissão Intergestores Tripartite

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNPCT - Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

CODEP - Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

COGEP - Coordenação de Gestão de Pessoas

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONJUR - Consultoria Jurídica

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito

CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal

CPMF - Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira

CRAS - Centros de Referência da Assistência Social

CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social

CSIC - Comitê de Segurança da Informação e Comunicações

DDG - Discagem Gratuita

DICDP - Divisão de Concessão de Diárias e Passagens

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

DPI - Diretoria de Projetos Internacionais

DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

ESAF - Escola de Administração Fazendária

ETIR - Equipe de Tratamento de Incidentes de Segurança

ExecPrev - Plano Executivo Federal

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization)

FCEP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

FCP - Fundação Cultural Palmares

FLBA - Legião Brasileira de Assistência

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

Funpresp-Exe - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo

GECC - Gratificação por Encargos de Curso e Concurso

GM – Gabinete do Ministro

GSISTE - Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal

HFA – Hospital das Forças Armadas

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IGDSuas - Índice de Gestão do Suas

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

LAI - Lei de Acesso à Informação

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC - Ministério da Educação

MESA - Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

MinC - Ministério da Cultura

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MP - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura

MPF - Ministério Público da União

MPOG - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão

MS - Ministério da Saúde

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PAC - Plano Anual de Capacitação

PAD - Processo Administrativo Disciplinar

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PAR - Processo Administrativo de Responsabilização

PDRS Xingu - Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PES - Projeto Esplanada Sustentável

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PLDO - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PLS - Compras e Licitações Sustentáveis e o Plano de Logística Sustentável

PNA - Plano Nacional de Educação

PNDP - Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA - Plano Plurianual

PRONATEC Catadores - Educação Profissional e Tecnológica para Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

SAA - Subsecretaria de Assuntos Administrativos

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SDH - Secretaria de Direitos Humanos

SE - Secretaria-Executiva

SEI - Sistema Eletrônico de Informação

SENAES/MTE - Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

SENARC - Distribuição de Renda

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados

SESAN - Segurança Alimentar

SESP - Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza

SESSAS - Serviço de Saúde e Seguridade Social – SESSAS

SGD - Sistema de Gestão de Demandas

SG-PR - Secretaria Geral da Presidência da República

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais

SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISG - Sistema de Pessoal, de Administração de Serviços Gerais

SISP - Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática do Poder Executivo Federal

SisPAA - Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos

SNAS - Assistência Social

SOF - Secretaria de Orçamento Federal

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

SPI - Secretaria de Planejamento e Investimentos

SPM/PR - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado

STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCU - Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 – Identificação do Relatório de Gestão Consolidado	13
Quadro 2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	27
Quadro 3 – Macroprocessos Finalístico	30
Quadro 4 – Ações do OFSS – Ação 2000 - Administração da Unidade	59
Quadro 5 – Ações do OFSS – Ação 4907 - Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	60
Quadro 6 – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS	
Quadro 7 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	65
Quadro 8 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	65
Quadro 9 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	66
Quadro 10 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	68
Quadro 11 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, terrecooperação e de contratos de repasse.	
Quadro 12 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	72
Quadro 13 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	73
Quadro 14 – Despesas por modalidade de contratação – Créditos originários da LOA	
Quadro 15 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA — CRÉDITOS ORIGINÁRIOS — TOTAL	
Quadro 16 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA — CRÉDITOS ORIGINÁRIOS — VALO EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UPC	
Quadro 17 – Concessão de suprimento de fundos	80
Quadro 18 – Utilização de suprimento de fundos	80
Quadro 19 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	80
Quadro 20 - Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho	86
Quadro 21 – Força de Trabalho da UPC	129
Quadro 22 – Distribuição da Lotação Efetiva	129
Quadro 23 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	130
Quadro 24 – Despesas do pessoal	
Quadro 25 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário	193
Quadro 26 – DESPESAS COM PUBLICIDADE	196
Quadro 27 - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	
Quadro 28 - Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no SISAC	241
Quadro 29 - Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores	242
Quadro 30 - Modelo 1 - Declaração de integridade das informações sobre o PPA no SIOP	243
Quadro 31 - Modelo 2 - Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP	243
Quadro 32 - Declaração do contador com ressalva sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis	245

Lista de Anexos e Apêndices

ANEXO I – RELATÓRIO DE LICITAÇÕES/PREGÕES CONCLUÍDOS EM 2015	204
ANEXO II – RELATÓRIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	206
ANEXO III – RELATÓRIO DE ADESÕES A ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS FINALIZADAS EM 2015	209
ANEXO IV – RELATÓRIO DE INEXIGIBILIDADE - ARTIGO 25 DA LEI № 8.666/93	211
ANEXO V – RELATÓRIO DOS CONTRATOS VIGENTES EM 2015 EXCETO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	213
ANEXO VI – RELATÓRIO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VIGENTES EM 2015	219
ANEXO VII – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI Nº 4.320/64	222
BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	222
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	224
BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	228
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	231
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	234

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	13
ÎDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	13
FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	
Secretaria-Executiva	15
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	15
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	
Diretoria de Tecnologia da Informação	
Diretoria de Projetos Internacionais	
Corregedoria	
Coordenação-Geral da Central de Relacionamento	
Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade	
Breve Histórico do Órgão ou da Entidade	
Ambiente de atuação	
Organograma	
Macroprocessos finalísticos	
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	40
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	
Secretaria-Executiva	
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	
Subsecretaria de Assuntos Administrativos.	
Diretoria de Tecnologia da Informação	44
Diretoria de Projetos Internacionais	45
Corregedoria	
Ouvidoria	
Coordenação-Geral da Central de Relacionamento	
Descrição sintética dos objetivos do exercício	
Estágio de implementação do planejamento estratégico	
Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	
FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	
Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	
Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS	
Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	
Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	
Restos a pagar de exercícios anteriores	
Execução descentralizada com transferência de recursos	
Informações sobre a execução das despesas	
Análise crítica da realização da despesa	
Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	
GOVERNANÇA	95
Descrição das estruturas de governança	
ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	95
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	95
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	97
CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	
Carta de Serviços ao Cidadão	
Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	
MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	114

MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	115
DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	116
Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de <i>i</i>	ATIVOS E
PASSIVOS	
SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.	
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	
ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	123
GESTÃO DE PESSOAS	123
Estrutura de pessoal da unidade	129
Demonstrativo das despesas com pessoal	132
Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal	133
Concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal	
PESSOAL REQUISITADO DOS QUADROS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	
ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS	135
Contratação de pessoal de apoio e estagiários.	135
Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	
Contratação de mão de obra temporária	
GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA	141
Gestão da frota de veículos própria e terceirizada	
Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas conc	
	-
Gestão do patrimônio imobiliário da União	149
Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	150
Demonstração da situação dos imóveis da União	150
Informações sobre os imóveis locados de terceiros	150
Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim	151
Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade	151
Informações sobre a infraestrutura física	151
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	153
Principais sistemas de informações	153
Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de	
Tecnologia da Informação - PDTI	
Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas	
GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	
Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	
GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS	
Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade	171
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	174
Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	174
Diretoria de Projetos Internacionais	174
Coordenação Geral de Licitações e Contratos	187
Coordenação Geral de Recursos Humanos	190
Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	191
Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	193
Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/19	993195
Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de Pagamento	105
INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	
ANEXOS E APÊNDICES	
ANEXO I – RELATÓRIO DE LICITAÇÕES/PREGÕES CONCLUÍDOS EM 2015	
ANEXO II – RELATÓRIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	
ANEXO III – RELATÓRIO DE ADESÕES A ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS FINALIZADAS EM 2015	
ANEXO IV – RELATÓRIO DE INEXIGIBILIDADE - ARTIGO 25 DA LEI № 8.666/93	
ANEXO V – RELATÓRIO DOS CONTRATOS VIGENTES EM 2015 EXCETO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	213

ANEXO VI – RELATÓRIO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VIGENTES EM 2015	219
ANEXO VII – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI № 4.320/64	222
BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	
BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	234
RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	237
DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	240
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA	
Administração Pública Federal	240
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA DE APRECIAÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCE	SSÕES
	241
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	242
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	243
DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	244
DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	A DO
GOVERNO FEDERAL - SIAF	245
Declaração com Ressalva	245

APRESENTAÇÃO

Este Relatório apresenta os atos relevantes de gestão praticados pela Secretaria-Executiva, considerando as informações sobre a gestão das demais unidades da estrutura do Ministério, contendo as principais realizações de gestão, as principais dificuldades encontradas pela Unidade Prestadora de Contas – UPC para a realização dos objetivos no exercício de referência.

O Relatório foi elaborado conforme os seguintes normativos: Instrução Normativa - IN do Tribunal de Contas da União - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa - DN do TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, Resolução TCU nº 234, de 1º de setembro de 2010, e Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015, além de observar as orientações da Controladoria Geral da União, órgão de controle interno, constante da Portaria CGU nº 500, de 08 de março de 2016.

Cabe registrar que a estrutura do presente Relatório está concebido conforme a numeração das seções constante da Portaria TCU nº 321, de 2015, sendo que as informações estão detalhadas pelas unidades que compõe a UPC Secretaria-Executiva, que são: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, Subsecretaria de Assuntos Administrativos, Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Projetos Internacionais, Corregedoria, Ouvidoria e a Coordenação-Geral da Central de Relacionamento; além das informações do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FCEP.

Entre as principais realizações da UPC, foi ter atuado em conjunto, com as áreas finalísticas da Pasta, na formulação e implementação das políticas públicas, como por exemplo o Bolsa Família, serviços e ações sócio assistenciais e de segurança alimentar e nutricional.

Neste sentido, o Plano Brasil sem Miséria - BSM foi criado para superar a extrema pobreza no país. Sempre tendo em vista que a pobreza não se resume a uma questão de renda. Segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso a água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta. E todas elas são prioridades no Plano.

O BSM é composto por 36 ações orçamentárias executadas por seis órgãos distintos. Em 2015, o valor empenhado total do BSM foi de R\$ 31.732.975.810 numa dotação atual de R\$ 33.466.885.872, o que corresponde a um índice de empenho de 94,82%.

Outro ponto de destaque foi em relação aos limites para empenho para a contratação de bens e serviços estabelecido pela Portaria MP nº 172, de 27 de maio de 2015, esta Secretaria-Executiva publicou a Portaria SE n° 246, de 30 de junho de 2015, limitando os valores ao montante global de R\$ 95,6 milhões, sendo que o Ministério acabou o exercício com o empenho de R\$ 93,8 milhões, que representa 98,0% do limite autorizado, além de ter liquidado e pago o valor de R\$ 79,9 milhões, que equivale a 83,5% do total autorizado, sem ter interferido no desenvolvimento das nossas políticas.

VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Identificação da unidade

Quadro 1 – Identificação do Relatório de Gestão Consolidado

C	Poder e Órgão de Vinculação						
Poder: Executivo							
Órgão de Vinculação ou Su	nervisão: Ministério do Dese	envolvimento Social e	Combate à Fome	Cóc	ligo SIORO	2· 001945	
Orgao de vinculação ou su	`	nidade Prestadora d			ingu STORC	1. 001743	
Demonstrate Committee Co	-	iliuade i restadora d	e Contas				
Denominação Completa: Se							
Denominação Abreviada: Si				l			
Código SIORG: 72571		ligo na LOA: 55101		_	SIAFI: 55		
Natureza Jurídica: Órgão Pu	iblico			CNPJ:	05.526.783	/0001-65	
Principal Atividade: Admini	stração Pública em Geral			Código	CNAE: 84	11-6	
Telefones/Fax de Contato:		(61) 2030-1087	(61) 2030-10	88	(61) 203	30-2911	
Endereço Eletrônico secreta	ria.executiva@mds.gov.br						
Página na Internet: http://ww	vw.mds.gov.br						
Endereço Postal Esplanada o	los Ministérios, Bloco "C", 6	o Andar, Sala 600, CF	EP - 70.046-900 -	- Brasília	ı (DF)		
	Identificação da Unidade	Prestadora de Cont	as Consolidada				
Noi	Nome Código SIAFI CNPJ Situação Código SIORG						
Subsecretaria de Planejament	o e Orçamento	550002	05.756.246/00	01-01	Ativa	73609	
Subsecretaria de Assuntos Administrativos 550005 05.756.246/0004-54 05.756.246/0003-73 Ativas 10				106867			
				106869			
550012, 550014 Ativas				106868			
Corregedoria		-	05.526.783/00	01-65	Ativa	107378	
Ouvidoria		-	05.526.783/00	01-65	Ativa	77778	
Coordenação Geral da Centra	l de Relacionamento	-	05.526.783/00	01-65	Ativa	107650	
Fundo de Combate e Erradica	ção da Pobreza	-	-		-	-	
Unida	des Gestoras e Gestões Rel	acionadas à Unidade	Prestadora de C	Contas			
Ţ	Unidades Gestoras Relacion	adas à Unidade Pres	stadora de Conta	ıs			
Código SIAFI		No	me				
110161 110174 110245 114601	110174 DIRETORIA DE GESTAO INTERNA/SE/CGU 110245 FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC. FINANC						
114702 153114	FUNDACAO ESCOLA N	NACIONAL DE ADN	I. PUBLICA				
170009	UNIVERSIDADE FEDE ESCOLA DE ADMINIST						

180077	SETORIAL ORÇAMENTÁI	RIA E FINANCEIRA - DPGE		
201002	COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS			
254420	FUNDACAO OSWALDO CRUZ			
393003	DEPART. NAC. DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE			
550002	SETORIAL DE FINANÇAS	/ MDS		
550003	SECRETARIA-EXECUTIVA			
550005	COORDENACAO GERAL I	DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.		
550006		DE RECURSOS HUMANOS/ M.D.S.		
550007	SECRETARIA NACIONAL	DE RENDA E CIDADANIA		
550008	SECRETARIA NACIONAL	DE SEG.ALIM E NUTRICIONAL		
550011	SECRETARIA NACIONAL	DE ASSISTENCIA SOCIAL		
550017	II PROJETO DE APOIO AO	PBF E AO CNDS		
550018	SECR. EXTRAORD. PARA	A SUPER. DA EXTREMA POBREZA		
	Gestões relacionadas à U	nidade Prestadora de Contas		
Código SIAFI		Nome		
00001	TESOURO NACIONAL			
11301	FUNDACAO INSTITUTO E	BRAS.GEOGR. E ESTATISTICA		
11401	FUNDACAO ESCOLA NAC	CIONAL DE ADM. PUBLICA		
15235	UNIVERSIDADE FEDERA	L DO RIO GRANDE DO SUL		
25201	FUNDACAO OSWALDO C			
39252	DEPTO. NAC. DE INFRA-E	ESTRUTURA DE TRANSPORTES		
	Relacionamento entre U	nidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da	Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
1101		00001		
1101		00001		
1102	245	00001		
1146	501	11301		
1147		11401		
1531		15235		
1700		00001		
1800		00001		
2010		00001		
2544		25201		
3930		39252		
5500		00001		
5500		00001		
5500		00001		
5500		00001		
5500		00001		
5500		00001		
5500		00001		
5500		00001		
550018 00001 Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas				
	-			
Código		Nome		
55101		Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		

Finalidade e competências

Secretaria-Executiva

A Secretaria-Executiva (SE), na condição de órgão de assistência direta e imediata da Ministra, exerceu em 2015 suas atribuições de supervisão e coordenação das atividades das demais unidades integrantes do Ministério. Participou ativamente do planejamento e da execução das diversas ações implementadas pelas Secretarias do Ministério, para potencializá-las e favorecer o alcance dos resultados desejados. Nesse sentido, a SE tem procurado fortalecer espaços de coordenação interna (com a criação de grupos de trabalho, comitês internos e realização de reuniões bilaterais de discussão), especialmente as voltadas para a gestão das áreas administrativas e operacionais.

Conforme suas atribuições regimentais, a Secretaria-Executiva assiste o Ministério no sentido de prover os meios para que as áreas finalísticas possam cumprir sua missão institucional e programática. Essas atividades são desenvolvidas por meio de suas unidades: Gabinete, Corregedoria, Coordenação-Geral de Relacionamento, Ouvidoria, Diretoria de Projetos Internacionais, Diretoria de Tecnologia da Informação, Subsecretaria de Assuntos Administrativos e Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

Nesse sentido, a SE exerce função central no MDS nas atividades de formulação de estratégias de colaboração com organismos financeiros internacionais, na supervisão de atividades disciplinares e correição , como canal de participação e diálogo com o cidadão (por meio da Ouvidoria e da Central de Relacionamento) e como órgão setorial dos Sistemas de Pessoal, de Administração de Serviços Gerais (SISG), de Planejamento e Orçamento Federal, de Contabilidade Federal da Administração Federal, de Administração de Recursos Humanos e Informática (SISP) e de Organização e Inovação Institucional (SIORG).

Por oportuno, convém destacar a articulação estratégica promovida pela Secretaria-Executiva com os demais órgãos federais e nas três esferas de governo, integrando o esforço do Governo Federal em prol do fortalecimento de ações intersetoriais de desenvolvimento social, especialmente com relação às ações envolvendo o Plano Brasil Sem Miséria, e das agendas temáticas transversais, que serão detalhadas neste relatório

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO é a unidade responsável pelo planejamento e gestão dos recursos orçamentários e financeiros necessários ao funcionamento do MDS, bem como pelos projetos de organização e de inovação institucional.

Em relação ao planejamento, atua em dois campos que auxiliam a Secretaria-Executiva na gestão integrada das políticas públicas do MDS:

- a) Planejamento Estratégico e Orçamento; e
- *b)* Avaliação e Monitoramento.

A Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação - CGPA é unidade integrante do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, estabelecido pela Lei nº 10.180/2001 e atua como Unidade de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Avaliação e Monitoramento do PPA. A área é a responsável, no âmbito do MDS, pelo apoio à elaboração e à revisão do PPA e de outros planos de governo, em articulação com o órgão central do sistema federal de planejamento e orçamento nos assuntos pertinentes

ao processo de avaliação e monitoramento. Atua, ainda, apoiando as unidades administrativas do Ministério responsáveis pela execução dos programas, projetos e atividades em rotinas de acompanhamento e avaliação da sua programação.

Neste sentido, proposta institucional da CGPA é de avaliar, monitorar, planejar e estudar os planos, programas e ações do MDS, com apoio constante às áreas finalísticas e em articulação com o órgão central de planejamento e orçamento.

Em relação às finanças do MDS, compete à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF a coordenação, o acompanhamento, a orientação e a supervisão das atividades orçamentárias, de programação financeira e de contabilidade relativas ao orçamento no âmbito da Pasta.

Dessa forma, está encarregada de participar, acompanhar e orientar, em conjunto com as Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, os procedimentos necessários à elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual, bem como a sua execução orçamentária e financeira.

A CGOF, também, coordenou diversas atividades relacionadas ao seu campo de atuação como os créditos adicionais e disponibilizou informações sobre a execução do MDS. Efetuou a instrução processual das propostas orçamentárias dos serviços sociais, Serviço Social dos Transportes - SEST, Serviço Social da Indústria - SESI e Serviço Social do Comércio - SESC, vinculados ao MDS. Na área contábil atuou no suporte das contas contábeis das áreas executoras da Pasta e, também, na elaboração dos processos de Tomadas de Contas Especiais -TCE.

A Coordenação-Geral de Organização e Inovação Institucional (CGOI) supervisionou as atividades relacionadas à modernização administrativa, estruturação organizacional, gestão dos sistemas de convênios e manutenção do cadastro de imóveis atualizado da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA).

Em 2015, foi definido que a SPO também atuaria como Unidade Gestora do Sistema Eletrônico de informações – SEI-MDS¹, competência a qual passou a ser executada no âmbito da CGOI.

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) é a unidade responsável pela gestão dos recursos logísticos, humanos e administrativos necessários à execução das atividades-meio e de suporte às unidades finalísticas, sendo essencial ao funcionamento administrativo e operacional do MDS.

Como estratégia de atuação, busca instrumentalizar as Unidades do Ministério, fornecendo os meios necessários para a execução de suas políticas públicas, rotinas e procedimentos, de forma qualitativa e tempestiva, além de agir proativamente nas situações que poderiam ocasionar risco de solução de continuidade às ações finalísticas do Ministério.

Em razão da publicação do Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, alterado pelo Decreto nº 8.218, de 28 de março de 2014, a estrutura organizacional atual da SAA estabelece três áreas principais de atuação:

- Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH);
- Coordenação-Geral de Licitações e Contratos (CGLC).
- Coordenação-Geral de Logística e Administração (CGLA);

¹ Inciso I dos art. 19 e 20 da Portaria SE/MDS n.º 390, de 30/9/2015

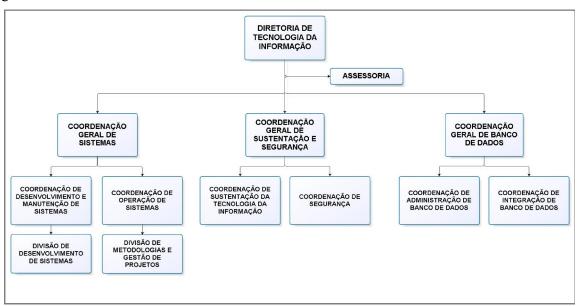
Diretoria de Tecnologia da Informação

Cabe à Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) o planejamento, a coordenação e a execução das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação para todo o Ministério, além de atender a requisitos de desempenho do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática do Poder Executivo Federal (SISP), centralizado na Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A DTI também executa e implanta as políticas e diretrizes de segurança da informação, elabora normas internas e utiliza procedimentos e padrões para aquisição e uso dos recursos de tecnologia da informação, coordena o desenvolvimento e implantação de sistemas de informação, realiza análises e modelagens de dados, define diretrizes e padrões de gerenciamento de projetos de software, elabora o Plano Diretor de TI em conjunto com o Comitê Gestor de Tecnologia e Informação (CGTI), visando ampliar, modernizar e adequar as soluções tecnológicas que suportam as políticas sociais do MDS.

Para o cumprimento integral de suas atribuições, a DTI também realiza parcerias tecnológicas com outras entidades governamentais, com vistas a garantir uma maior integração de soluções tecnológicas e uso mais racional de recursos informacionais. Ademais, a DTI atua na prospecção de necessidades, mapeamento, recebimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas de TI, oriundas das diversas áreas gestoras do Ministério, bem como de entidades externas provenientes dos três entes da Federação.

Regimentalmente, a DTI está organizada como uma Diretoria, que possui uma Assessoria e três coordenações-gerais (sistemas, banco de dados e sustentação e segurança), desenhada no seguinte organograma:



Com o objetivo de adequar suas estruturas internas, garantindo uma maior aproximação entre a TI e as áreas finalísticas do MDS no desempenho de suas competências regimentais, a DTI, ao longo de 2015, envidou esforços para se organizar em células especializadas de atendimento, que perpassam suas coordenações-gerais quanto à integração e concentração de esforços para o atendimento das áreas finalísticas, à saber:

• Célula 1 – Segurança Alimentar – SESAN;

- Célula 2 Assistência Social SNAS;
- Célula 3 Distribuição de Renda SENARC;
- Célula 4 Área meio e Gestão da Informação SE/SAGI;

Diretoria de Projetos Internacionais

A Diretoria de Projetos Internacionais (DPI) foi criada para coordenar, técnica e administrativamente, os projetos financiados no todo ou em parte por recursos externos ou que sejam objeto de acordo de cooperação técnica com organismo internacional. Esta finalidade é atingida por meio de sua atuação na coordenação do processo de planejamento e na supervisão da execução das atividades relativas àqueles projetos, em conformidade com as diretrizes da Secretaria-Executiva.

Como competência institucional, nos termos da Portaria N.º 120, de 12 de junho de 2012, que aprova o Regimento Interno do MDS, cabe à DPI:

- I coordenar técnica e administrativamente os projetos financiados no todo ou em parte por recursos externos ou objeto de acordo de cooperação técnica com organismo internacional;
- II coordenar, planejar, supervisionar e efetuar a execução, inclusive orçamentária e financeira, das atividades relativas aos projetos referidos no inciso I, em conformidade com as diretrizes da Secretaria-Executiva;
- III assessorar a Secretaria-Executiva na articulação com agentes financeiros externos, organismos internacionais e órgãos da administração pública, quanto aos projetos e acordos referidos no inciso I:
- IV assessorar as unidades do Ministério em assuntos de natureza técnico-administrativa relativos aos projetos financiados com recursos externos e/ou objeto de cooperação técnica com organismo internacional;
- V preparar, em conjunto com as Secretarias beneficiárias dos projetos, os planos anuais de aquisições, suas modificações e relatórios demonstrativos de sua execução, para apresentação aos agentes financeiros externos;
- VI consolidar as informações necessárias à elaboração dos relatórios solicitados pelos agentes financeiros externos, pelos organismos internacionais de cooperação técnica e pelos órgãos de controle da administração pública federal;
- VII acompanhar, monitorar e avaliar o cumprimento das metas previstas nos projetos junto às áreas técnicas executoras; e
- VIII manter atualizados os dados e registros das contratações e aquisições realizadas com recursos dos projetos e acordos referidos no inciso I.

Corregedoria

A criação das Corregedorias Seccionais decorreu da necessidade antevista pela Controladoria-Geral da União – Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal – de constituir unidades responsáveis pelo controle das apurações de irregularidades no âmbito dos Ministérios, na forma institucionalizada pelo Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e alterado pelo Decreto nº 7.128, de 11 de março de 2010.

A competência desta Unidade Seccional está inserida no contexto institucional deste Ministério, e no regimento interno da Pasta. Vale ressaltar que por meio da Portaria Ministerial nº 110, de 02 de dezembro de 2015, a Excelentíssima Ministra desta Pasta delega competência à esta Corregedoria/SE/MDS para apuração de atos ilícitos praticados por pessoa jurídica, tipificadas na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, por meio de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

Compete-lhe orientar as atividades institucionais e a conduta funcional dos servidores desta Pasta e de pessoa jurídica tipificadas na Lei nº 12.846/13, bem como planejar e coordenar as correições ordinárias e as extraordinárias, quando for o caso, propor medidas para prevenir e corrigir falhas na prestação do serviço público, bem como examinar as representações contra servidores, arquivá-las ou propor sua apuração imediata, e realizar o cadastro dos processos disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria-Geral da União.

Ouvidoria

A Ouvidoria do MDS, vinculada à Secretaria-Executiva, atua como um mecanismo de participação e controle social, sendo essa a principal razão de sua criação no âmbito deste Ministério.

Uma importante finalidade da Ouvidoria do MDS é a de recepcionar, analisar e encaminhar denúncias, elogios, reclamações, solicitações e sugestões relacionadas aos programas e ações desenvolvidas por este Ministério. Essa é, atualmente, sua principal atividade. Dela desdobram-se diversos procedimentos, que possuem caráter rotineiro; e para qual são destinados os recursos orçamentários empenhados nesta Unidade de Prestação de Contas.

Compete à Ouvidoria, em parceria com a Central de Relacionamento do MDS, a gestão do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), que foi criado para permitir o tratamento das demandas de Ouvidoria². Em outras palavras, o SGD foi criado para permitir a recepção, a análise e o encaminhamento das demandas recebidas nesta Unidade.

Outra finalidade da Ouvidoria é a de estabelecer canais de comunicação com o cidadão, que venham facilitar e agilizar o fluxo das informações e a solução dos pleitos. Como será descrito mais adiante, a Ouvidoria possui, atualmente, quatro canais de comunicação com os cidadãos: cartas, telefone (0800), formulário eletrônico e atendimento presencial. Até meados de 2015, a Ouvidoria também recebia demandas por meio de fax. Em razão do baixo número de demandas recebidas no ano de 2014, optou-se por inutilizar esse meio de comunicação.

Outra importante atribuição prevista no Regimento Interno é a de organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas e produzir indicadores quantificáveis relativos ao nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do Ministério e de suas atribuições em conjunto com outros órgãos do governo federal, bem como informações qualitativas para contribuir na melhoria dos serviços e programas existentes e na formulação de novas políticas públicas. No ano de 2015, a Ouvidoria procurou qualificar essa dimensão de seu trabalho, buscando priorizar uma gestão orientada por indicadores, que culminou no desenvolvimento de um Painel de Gestão da Ouvidoria, conforme será destacado no tópico apropriado deste Relatório.

Por fim, mas não menos importante, cabe mencionar mais uma responsabilidade regimental: promover de forma permanente e sistemática a articulação com os órgãos do Ministério. Como será

² Atualmente, são cinco os tipos de demandas encaminhadas para a Ouvidoria do MDS: denúncias, elogios, reclamações, solicitações e sugestões. A classificação das demandas de ouvidoria previstas no Regimento Interno do MDS coincide com a sugerida pela Instrução Normativa n.º 01/2014, da OGU/CGU. Esta Unidade utiliza a classificação da IN n.º 01/2014.

esclarecido no item adequado deste Relatório, trata-se de competência que desdobra-se em inúmeras ações, atividades e procedimentos. Nesse quesito, a Ouvidoria do MDS coordena e participa de Comitês, Conselhos e Grupos de Trabalho no âmbito do MDS.

Cabe, ainda, à Ouvidoria coordenar, acompanhar e supervisionar o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), em atendimento ao disposto no inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, bem como assessorar a autoridade de que trata o art. 40 do referido diploma legal.

As finalidades listadas acima encontram-se expressas no Regimento Interno do MDS. Tratam-se, portanto, do *core bussiness* da Ouvidoria do MDS. No entanto, a rotina da Ouvidoria do MDS não se limita à previsão normativa. Dela decorrem inúmeras ações, atividades e procedimentos, que buscam, ora complementar a norma (ações e atividades), ora colocar em prática a responsabilidade nele descrita (procedimentos).

É possível encontrar, na Ouvidoria do MDS, ações e atividades de caráter provisório, que visam alcançar um objetivo determinado, tendo em vista as necessidades de adaptação ao ambiente interno e externo, ou buscando atender as prioridades da alta gerência; bem como procedimentos de natureza contínua, que buscam dar materialidade às finalidades normativas.

Importante mencionar que tanto as ações e atividades (pontuais) como os procedimentos (rotina), conforme descrito anteriormente, decorrem diretamente da razão essencial da criação da Ouvidoria do MDS: atuar como mecanismo de participação e controle. Esse é o propósito que se busca alcançar ao executá-las.

Coordenação-Geral da Central de Relacionamento

A operacionalização da Central de Relacionamento do MDS é realizada pela prestação de serviços especializados em telemarketing, incluindo serviços de Teleatendimento Receptivo, Teleatendimento Ativo, Help Desk e Multimeios, por meio de contrato celebrado com a empresa Call Tecnologia e Serviços Ltda., e de prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Discagem Gratuita (DDG), utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, por meio de contrato celebrado com a empresa Oi S.A.

A sistemática de atendimento da Central de Relacionamento é efetuada em três níveis de atendimento, tendo como suporte o Sistema de Gestão de Demandas (SGD). Esse sistema, disponibilizado à empresa contratada para a prestação de serviços especializados em telemarketing, realiza o gerenciamento das demandas. Conta com uma interface operacional que provê o registro, o armazenamento, a classificação, o acompanhamento, e o processamento dos atendimentos ao público do MDS.

A Coordenação-Geral da Central de Relacionamento - CGCR realiza ciclos de capacitações para os três níveis de atendimento, em parceria com as áreas técnicas das Secretarias e da Comissão de Fiscalização, no sentido de qualificar o atendimento prestado aos cidadãos, gestores e técnicos. Também são realizadas reuniões mensais de alinhamento de informações para avaliar a qualidade e as condições do atendimento, incluindo a análise da base de conhecimento e a conformidade dos roteiros e scripts, denominada "Calibração", com a presença de representante da CGCR, de representantes das áreas técnicas das Secretarias e da equipe de monitoria e qualidade da contratada.

Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Normas Relacionadas à Unidade de Prestação de Contas Secretaria-Executiva do MDS

Normas de criação e alteração da UPC SE

LEI Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003 (DOU 28.05.2003): Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;

LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004 (DOU 14.05.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da UPC SE

DECRETO Nº 5.074, de 13 de Maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;

DECRETO Nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;

DECRETO Nº 7.079, de 26 de Janeiro de 2010 (Revoga o Dec. 5.550/2005) (DOU 27.01.2010): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;

DECRETO Nº 7.492, de 02 de Junho de 2011 (DOU 03.06.2011): Institui o Plano Brasil sem Miséria;

DECRETO Nº 7.493, de 02 de Junho de 2011 (Revoga o Dec. 7.079/2010) (DOU 03.06.2011): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências.

DECRETO Nº 8.218, de 28 de março de 2014 (DOU de 31.3.2014): Altera o Anexo II ao Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e remaneja cargos em comissão.

PORTARIA MDS Nº 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

PORTARIA MDS Nº 330, de 11 de outubro de 2006 (Revoga a Port. 416/2005) (DOU 13.10.2006): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

PORTARIA MDS Nº 120, de 12 de junho de 2012 (Revoga a Port. 330/2006) (DOU 16.07.2012): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na forma dos anexos a esta Portaria.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da UPC SE

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria

Normas Relacionadas ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FCEP

Normas de criação e alteração do FCEP

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 31, de 14 de dezembro de 2000 (DOU 18.12.2000): Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 67, de 22 de dezembro de 2010 (DOU 23.12.2010): Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

LEI COMPLEMENTAR Nº 111, de 6 de julho de 2001 (DOU 09.07.2001): Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DECRETO Nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003 (DOU 01.01.2003): Define o órgão gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e o funcionamento do seu Conselho Consultivo e de Acompanhamento, dispõe sobre doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e dá outras providências.

LEI Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003 (DOU 28.05.2003): Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;

LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004 (DOU 14.05.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura do FCEP

DECRETO Nº 5.074, de 13 de Maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;

DECRETO Nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;

DECRETO Nº 7.079, de 26 de Janeiro de 2010 (Revoga o Dec. 5.550/2005) (DOU 27.01.2010): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;

DECRETO Nº 7.493, de 02 de Junho de 2011 (Revoga o Dec. 7.079/2010) (DOU 03.06.2011): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;

PORTARIA MDS Nº 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

PORTARIA MDS Nº 330, de 11 de outubro de 2006 (Revoga a Port. 416/2005) (DOU 13.10.2006): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

PORTARIA MDS Nº 120, de 12 de junho de 2012 (Revoga a Port. 330/2006) (DOU 16.07.2012): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na forma dos anexos a esta Portaria

PORTARIA MDS Nº 2, de 08 de janeiro de 2016: Delega à Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a competência para atuar como órgão gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.997, de 21 de dezembro de 2006 (DOU 22.12.2006): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2006, e dá outras providências.

DECRETO de 6 de março de 2007 (DOU 07.03.20076): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2007, e dá outras providências.

DECRETO Nº 6.636, de 5 de novembro de 2008 (DOU 06.11.2008): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2008.

DECRETO Nº 6.978, de 8 de outubro de 2009 (DOU 09.10.2009): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2009.

DECRETO Nº 7.316, de 22 de setembro de 2010 (DOU 23.09.2010): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2010.

Manuais e publicações relacionadas às atividades do FCEP

PROGRAMA FOME ZERO: http://www.fomezero.gov.br/

Breve Histórico do Órgão ou da Entidade

A criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ocorrida em 2004, é resultado da vontade política de tratar a superação da pobreza e da fome como uma das principais prioridades do país.

A grandeza deste desafio exigiu a reorganização de estruturas e marcos legais, para que fosse possível desenvolver de forma célere e articulada, as políticas de inclusão social, transferência de renda condicionada, assistência social e segurança alimentar e nutricional.

Neste curto período de existência foi possível criar um sistema de proteção social que sustenta uma bem definida estratégia de combate à pobreza, em especial da pobreza extrema. O Ministério coordena o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dá suporte ao funcionamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), faz a coordenação das ações intersetoriais de superação da pobreza extrema, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria e é responsável pelo maior programa de transferência de renda condicionada do mundo, o Programa Bolsa Família, que beneficia diretamente 47 milhões de pessoas.

O MDS também é responsável pela gestão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FCEP).

As políticas são desenvolvidas e implementadas em parceria com estados e municípios, com ações conjuntamente pactuadas e por meio de repasses fundo a fundo. Organizações da sociedade civil também estão integradas aos sistemas unificados e desempenham funções importantes, tanto na área de assistência social quanto de inclusão produtiva e segurança alimentar e nutricional.

Instâncias colegiadas participam do ciclo de tomada de decisão e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento social, com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), este último ligado à Presidência da República.

Essa articulação entre gestores federais, estaduais, municipais e sociedade civil estabelece uma sólida rede de proteção e promoção social que quebra o ciclo de pobreza e promove a conquista da cidadania a milhões de brasileiros.

Ambiente de atuação

A Secretaria Executiva atua ativamente em diversos espaços colegiados, como relatado abaixo. Coordena duas instâncias específicas (Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero), como será relatado na sequência, e articula a representação institucional do Ministério em diversos espaços colegiados (Comitês, Comissões, Grupos de Trabalho, Conselhos, etc).

O Gabinete da SE, em especial, é responsável pela representação do MDS em instâncias que envolvem temáticas transversais, o que requer diálogo mais constante e articulação com as demais áreas do Ministério. A esse respeito, vale destacar as agendas relacionadas à promoção da igualdade racial, ações indigenistas, promoção e defesa de direitos humanos, direitos da juventude, promoção do trabalho decente (incluindo o combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil), além das já citadas agendas de povos e comunidades tradicionais e de políticas para mulheres e de gênero. Além disso, a SE, por integrar a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais coordenada pela Secretaria de Governo - SG/PR, encaminha e acompanha as pautas dos movimentos sociais, relativas às demandas ao Ministério.

1. Presidência da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) foi criada em 2004 e remodelada em 2006 visando a articulação na construção de políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais e fortalecer a participação social como forma de governança. A Comissão Nacional é presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (por meio da Secretaria Executiva), e tem a Secretaria Executiva exercida pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.

Durante os anos de 2013 e 2014 foram realizados encontros regionais e nacional com o intuito de avaliar a atuação da Comissão Nacional e propor sua reformulação. No ano de 2015, em sua 24ª Reunião Ordinária foi constituído o Grupo de Trabalho de Transição da CNPCT, com a missão de propor minuta de reformulação da Comissão, sua transformação em conselho e recomposição. O GT trabalhou durante todo o ano e na última reunião do ano, a 27ª Reunião Ordinária apresentou o resultado do trabalho que agora encontra-se em análise no âmbito dos órgãos do governo federal que compõem a Comissão.

Ainda em 2015, destaca-se a importante atuação da CNPCT nas discussões e construção do processo de regulamentação da Lei 13.123/2015 que trata do acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios. Foi criado no âmbito da Comissão Nacional Grupo de Trabalho, que conta com a participação de membros externos, como Articulação dos Povos Indígenas e Via Campesina, sendo este grupo responsável pela condução junto ao governo federal das discussões quanto ao Projeto de Lei 7735/2014 e depois à Lei 13.123/2015. Este grupo ainda está ativo e realizando diálogos com a Casa Civil da Presidência da República para a conclusão do processo de regulamentação.

Outra importante atuação da CNPCT no ano de 2015 foi no processo de construção do PPA 2016-2019, foram escolhidos membros da Comissão para participar do Fórum Interconselhos, além da participação de diversos segmentos nos encontros regionais do Dialoga Brasil. Com o PPA finalizado a CNPCT transformou-se e um dos instrumentos de monitoramento do Plano.

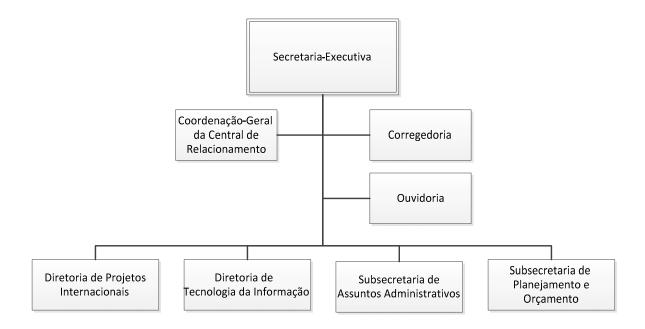
2. Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero

A SE coordena as atividades do Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero, instituído pela Portaria GM nº 381, de 17 de novembro de 2009. Trata-se de um importante espaço de articulação das ações do MDS relacionadas ao tema, que envolve diversas unidades do Ministério.

No primeiro semestre de 2015, a coordenação do Comitê deu continuidade as reuniões ordinárias de forma descentralizada, em cada uma das unidades do Ministério, como forma de fortalecer o diálogo dos membros do grupo junto às áreas . Além disso, foi organizado evento "Sexta com Debate" com a presença de convidados externos e internos para o Dia Internacional da Mulher. No segundo semestre de 2015, o Comitê se dedicou a organizar o registro das reflexões promovidas pelo grupo de modo a consolidar os avanços conquistados nas Políticas conduzidas pelo Ministério. Além disso, promoveu uma Conferência Livre do MDS como diretriz do Comitê organizador da IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Além dessas atividades, o Comitê também participou ativamente das reuniões e discussões conduzidas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres sobre as ações conjuntas do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como dos vários espaços colegiados afetos ao tema.

Organograma



Quadro 2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria-Executiva	Supervisionar e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de pessoal civil, de serviços gerais e de organização e inovação institucional; Assessorar os dirigentes dos órgãos do Ministério na formulação de estratégias de colaboração com os organismos financeiros internacionais; Supervisionar as atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério; Receber, analisar, encaminhar e responder as denúncias, reclamações e	Marcelo Cardona Rocha	Secretário- Executivo	2015
	sugestões da sociedade referentes às ações do Ministério; Planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas com o Sistema de Administração de Recursos	Marco Túlio de		02 jun de 2014 a
	da Informação e Informática; Propor diretrizes e subsidiar a alta administração e o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação na implementação de política de tecnologia da	Vasconcelos	Diretor Substituto	10 jun. 2015
Diretoria de Tecnologia da Informação	informação e tomada de decisões referentes aos projetos de tecnologia da informação, bem como na implantação das políticas e diretrizes de segurança da informação no âmbito do Ministério; Responsabilizar-se pela prospecção de necessidades, mapeamento, recebimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas de TI oriundas das diversas áreas gestoras do Ministério e de entidades externas ao Ministério; Representar institucionalmente o Ministério em assuntos de tecnologia da informação, junto a órgãos do governo e da sociedade civil; Elaborar e propor normas, procedimentos e padrões para aquisição e utilização dos recursos de tecnologia da informação do Ministério;	Paulo Ricardo Carvalho de Oliveira	Diretor	10 jun 2015 a 31 dez 2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	Planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de gestão de documentos e de arquivos, bem como as relacionadas com Sistemas Federais de Pessoal Civil da Administração Federal e de Serviços Gerais (SIPEC e SIASG).	Ione Cristina Françóes	Subsecretária	1° jan de 2015 a 09 abr de 2015
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	Supervisionar as atividades relacionadas à capacitação, saúde e seguridade social dos servidores do Ministério. Supervisionar as atividades relativas à avaliação de desempenho individual e progressão funcional dos servidores do Ministério. Supervisionar as atividades relativas à licitação e compras no âmbito do Ministério.	Luiz Cláudio Monteiro Morgado	Subsecretária	09 abr de 2015 a 31 dez de 2015
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	Planejar, coordenar e promover, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de gestão de convênios e contratos de repasse e de organização e inovação institucional; Realizar as tomadas de contas especiais dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa à perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário; Acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos que compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;	Antonio José Gonçalves Henriques	Subsecretário	2015
Diretoria de Projetos Internacionais	Coordenar, acompanhar e monitorar a execução técnica, administrativa e financeira os projetos financiados, no todo ou em parte, por recursos externos ou objeto de acordo de cooperação técnica com organismo internacional; Coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades relativas à administração e execução orçamentária e financeira dos projetos de cooperação técnica e de acordos de empréstimo; Gerir processos de contratação de pessoa física nas modalidades previstas pela legislação nacional e pelos organismos internacionais de cooperação técnica, bem como os respectivos processos de pagamento de produtos; Gerir o processo de emissão de passagens e concessão de diárias nacionais e internacionais para cumprimento de atividades previstas nos projetos de cooperação técnica internacionais; Gerir os processos de contratação de pessoa jurídica bem como os	Iara Cristina da Silva Alves	Diretora	2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	respectivos processos de pagamento de produtos e de recebimento de bens e serviços;			
Corregedoria	Acolher e analisar denúncias de irregularidades praticadas por servidores, arquivando-as ou propondo apuração, quando for o caso, mediante processo disciplinar.	Miguel Ferreira Peres	Corregedor	2015
Ouvidoria	Receber, analisar, encaminhar e responder a denúncias, reclamações, sugestões, críticas e elogios referentes às ações do Ministério;	Mônica Vasconcelos Ribeiro	Ouvidora	2015
Coordenação-Geral da Central de Relacionamento	Gerir e manter a Central de Relacionamento do Ministério, inclusive quanto ao acompanhamento, supervisão e prestação de informações técnicas dos Programas, Projetos e Ações do MDS.	José Augusto Mello Athayde	Coordenador-Geral	2015

Macroprocessos finalísticos

Quadro 3 – Macroprocessos Finalístico

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	Se	ecretaria-Executiva		
Levantamento de dados e informações do MDS relativos a políticas para as mulheres e de gênero.	Foram realizadas reuniões na SNAS, SENARC e SAGI, respectivamente, para apresentação e discussão dos dados levantados relativos a ações nas áreas da proteção social básica e especial, do Programa Bolsa Família, CadÚnico e das ferramentas desenvolvidas pela SAGI que tenham interface com o tema da promoção dos direitos das mulheres e igualdade de gênero. Também foram apresentados relatórios com indicadores dos programas Cisternas, PAA, Fomento às Atividades Produtivas Rurais e das ações do Plano Brasil Sem Miséria que dialogam com questões de gênero.	Relatório com dados consolidados	SNAS, SAGI, SESEP, SENARC, SESAN, GM.	
Promoção da integração de políticas públicas de atendimento às mulheres em situação de violência	Representantes do Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero têm apoiado as discussões junto à SNAS e à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) para elaborar protocolos e fluxos de atendimento entre a rede socioassistencial e a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Foram realizadas reuniões periódicas, nos meses de agosto a novembro de 2014, para levantamento de dados e propostas de construção de fluxos, ações e diretrizes para os serviços ofertados por ambas as redes.	Apresentação feita à Comissão Intergestores Tripartite (CIT) sobre o tema, seguida de discussão; Plano de Trabalho para ampliação das ações de enfrentamento à violência contra a mulher; e Documento de referência sobre enfretamento à violência contra as mulheres no Brasil.	SPM/PR; SNAS; SE	
Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e	Foram realizadas as 24 ^a , 25 ^a , 26 ^a e 27 ^a Reuniões Ordinárias da CNPCT e a 3 ^a Reunião Extraordinária. As reuniões além de discutirem os temas afetos à implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, também foi apresentada a proposta de criação do	Foram realizadas.	MMA, MDA, CONAB, ICMBIO, SEPPIR, SDH, SAE, FUNAI, MinC, SG-PR, FCP, INCRA, SPU/MPOG, MS, MEC, MPF, MPA, MCTI.	

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Comunidades	Conselho Nacional de Povos e Comunidades		Conselho Nacional das	
Tradicionais	Tradicionais, uma das deliberações do II Encontro		Populações Extrativistas,	
	Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e		Grupo de Trabalho	
	encaminhada questões referentes à Lei 13.123/2015 e ao		Amazônico, Coordenação	
	desastre provocado pela mineração da Samarco em		Estadual de Fundo de Pasto	
	Mariana/MG		da Bahia, Coordenação	
			Nacional das Comunidades	
			Negras Rurais Quilombolas,	
			Rede Puxirão, Movimento	
			Nacional dos Pescadores,	
			Associação Cultural de	
			Preservação do Patrimônio	
			Bantu, Comunidades	
			Organizadas da Diáspora	
			Africana pelo Direito à	
			Alimentação, Associação de	
			Preservação da Cultura	
			Cigana, Centro de Estudos e	
			Discussão Romani,	
			Associação dos Moradores,	
			Amigos e Proprietários dos	
			Pontões de Pancas e Águas	
			Brancas, Coordenação das	
			Organizações Indígenas da	
			Amazônia Brasileira,	
			Organizações Indígenas do	
			Nordeste, Minas Gerais e	
			Espírito Santo, Fórum de	
			Comunidades Tradicionais	
			Pantaneiras, Movimento	
			Interestadual de	
			Quebradeiras de Coco	
			Babaçu, Associação em	
			Áreas de Assentamento do	
			Estado do Maranhão, Rede	
			Caiçara de Cultura, Forum	
			de Cultura Caiçara, Rede	
			Cerrado, Articulação Pacari,	

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
			Movimento das Catadoras de Mangaba, Associação dos Retireiros do Araguaia.	
	Diretoria d	e Tecnologia da Informação		
Garantia de integridade de dados e informações	Elaboração do Modelo de Entidades e Relacionamentos - MER das bases de dados; e Normalização do MER e segregação dos dados federados Documentação do MER.	Modelo de dados documentado; Dicionário de dados armazenado; e Dados e métodos segregados e documentados.	Parceiros internos: SENARC, SAGI, SESEP, SNAS, SESAN. Parceiros externos: Empresa. contratada para prestação de serviços de administração de bancos de dados	CGBD
Documentação e Execução da Política de Segurança da Informação e Comunicações	Revisão das normas e procedimentos de SIC; Aprovação das normas e procedimentos de SIC pelo CSIC; e Publicação das normas e procedimentos de SIC.	Política de Segurança da Informação e Comunicações atualizada e divulgada; Normas e procedimentos de SIC atualizados e divulgados; Equipe de Tratamento de Incidentes de Segurança (ETIR) em atividade; e Comitê de Segurança da Informação e Comunicações em atividade.	Parceiros internos: Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC), Secretaria-Executiva, Gabinete da Ministra Parceiros externos: empresa contratada para prestação de serviços de monitoramento de redes de comunicação de dados, empresa contratada para manutenção da central de serviços da DTI, Imprensa Nacional.	CGSS
Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação	Levantamento de requisitos de sistemas de informação Projeto e implementação de sistemas de informação Homologação e produção de sistemas de informação Avaliação, correção e melhoria de sistemas de informação	Sistemas de informação documentados, em operação e em ciclo de melhoria contínua	Parceiros internos: SENARC, SAGI, SESEP, SNAS, SESAN Parceiros externos: empresa contratada para produção de software (fábrica de software)	CGS
Gestão e governança de TI	Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); Aprovação do PDTI pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação; e	Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) atualizado e publicado; Comitê Gestor de Tecnologia da Informação em atividade; e	Parceiros internos: Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, SPO	GM/DTI Assessoria/DTI

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	Acompanhamento da execução orçamentária do PDTI.	Execução orçamentária vinculada ao PDTI.		
Aquisição de equipamentos de comunicação, processamento e armazenamento de dados	Elaboração dos artefatos definidos na Instrução Normativa no 4/2010/SLTI/MPOG; Elaboração do mapa estimativo de preços; Realização da licitação pela SAA; e Acompanhamento da execução contratual.	Equipamentos especificados e adquiridos de acordo com as necessidades do Ministério; e Equipamentos cobertos por contratos de manutenção e garantia.	Parceiros internos: SAA Parceiros externos: Empresas contratadas	Assessoria/DTI CGSS CGS CGBD
Gestão de contratos de TI	Recebimento de Relatórios de Atividades e Termos de Aceite; Inspeção dos serviços prestados; Ateste das notas fiscais; Pagamento das notas fiscais; Proposição de aditivos e revisões contratuais; e Atualização dos Termos de Referência.	Contratos aderentes aos padrões dos Órgãos de Controle; e Termos de Referência atualizados e compatíveis com o mercado.	Parceiros internos: SAA, CGTI Parceiros externos: Empresas contratadas, TCU, CGU	Assessoria/DTI CGSS CGS CGBD
	Subsecretaria	a de Assuntos Administrativos	l	1
Gestão Logística e de Administração	 Supervisionar a manutenção das instalações prediais e serviços de engenharia; Gerenciar o recebimento, expedição, controle, classificação, distribuição e arquivo de documentos e processos; Coordenar os serviços de transporte de pessoas e documentos; Gerenciar os serviços de limpeza, vigilância, e demais serviços gerais necessários ao funcionamento do Ministério; Coordenar a gestão de material e patrimônio. Gerenciar os serviços de telefonia fixa e móvel. 	 Instalações do MDS mantidas em perfeitas condições de funcionamento, com suas estruturas em estado de conservação e segurança. Serviços diversos prestados em conformidade com as demandas do Ministério, sem interrupções. 	Parceiros Internos: CGLC, CGRH, DTI, SAGI, SENARC, SESAN, SNAS, SESEP, CONJUR, ASCOM. Parceiros Externos: MPOG, Ministério do Esporte, DNIT, MPS.	Coordenação de Projetos, Manutenção Predial e Telecomunicaçõ es/CPMT Coordenação de Serviços Gerais/COSEG Coordenação de Material e Patrimônio/CO MAP Coordenação de Documentação e Arquivo/CDA
Gestão de Pessoal	Elaborar atos de gestão de recursos humanos; Orientar as demais áreas do Ministério quanto aos assuntos relativos a recursos humanos;	 Servidor admitido nomeado/designado; Quadro de Pessoal remunerado; Servidor com estágio probatório 	-Parceiros Internos: ASCOM, AECI, CGLA, CGLC, SPO, CONJUR	Coordenação- Geral de

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	 Propor diretrizes gerais quanto à preparação de planos, programas e metas de aperfeiçoamento, desenvolvimento e gestão de recursos humanos; Gerenciar os planos e programas de aperfeiçoamento, desenvolvimento e valorização relativos aos recursos humanos do Ministério; Planejar, coordenar e acompanhar as atividades de recrutamento, seleção, capacitação, avaliação de desempenho, progressão funcional, cadastro, pagamento e legislação de pessoal, saúde e seguridade social; Orientar as ações de adequação e distribuição dos servidores; Subsidiar nas medidas necessárias para a realização de concursos públicos com o objetivo de prover o quadro de pessoal do Ministério; Supervisionar o programa de estágio remunerado; Gerenciar o pagamento de diárias e emissão de passagens. 	acompanhado; • Servidor progredido na carreira; • Plano de Capacitação elaborado; • Servidor Capacitado; • Avaliação de Desempenho realizada; • Estagiário selecionado e contratado.	-Parceiros Externos: CGU, SERPRO, MF, Presidência da República/Casa Civil, MPOG, ESAF, ENAP e demais Escolas de Governo, Universidades Públicas e Privadas, CIEE, Empresas prestadoras de serviços de Capacitação e Treinamento, SIASS, ASSEFAZ, HFA, GEAP, CEUB	Recursos Humanos – CGRH Coordenação de Gestão de Pessoas/COGEP Coordenação de Desenvolviment o de Pessoas/CODEP Serviço de Saúde e Seguridade Social – SESSAS Divisão de Concessão de Diárias e Passagens DICDP
Gestão de Licitações, Contratos e das atividades de execução financeira	• A Coordenação-Geral de Licitações e Contratos é a Unidade responsável pela gestão de processos licitatórios, por meio de realização de Pregões, Sistema de Registro de Preços — SRP e outras modalidades; gestão de contratos para aquisição/prestação de serviços de interesse do MDS; supervisionar a execução orçamentária e financeira no âmbito das unidades gestoras sob sua administração.	 Gestão dos procedimentos licitatórios, visando à realização de aquisições e das contratações no âmbito do Ministério; Realização de aquisições/contratações mais céleres, por meio de adesões a Atas de Registro de Preços de outros órgãos públicos; Padronização, otimização e agilidade na realização de pesquisas de preços; Realização das aquisições/contratações, via dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação, obedecendo 	Parceiros Internos: Todas as unidades do MDS; Gestores de Contratos. Parceiros Externos: MPOG, SERPRO, CGU, TCU, ENAP e ESAF; Fornecedores em Geral.	Coorden ação de Compras e Licitações – CCLIC; Coorden ação de Contratos – CCONT; e Coorden

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
		 aos normativos legais das excludentes de licitação; Orientação às áreas demandantes das aquisições/contratações, visando a conclusão dos processos licitatórios dentro dos prazos estabelecidos. Padronização dos procedimentos para formalização, acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do MDS; Análise e pagamento de Faturas e Notas Fiscais de compras/serviços. 		ação de Execução Orçamentária e Financeira – CEOF.
	Subsecretaria	de Planejamento e Orçamento		
Gestão do PPA	 Adequação dos atributos do Plano que necessitem de ajustes a fim de refletir a realidade das alterações efetivadas nas políticas públicas a que se referem; e Atualização dos atributos do Plano em decorrência de mudanças promovidas pela alteração da Lei Orçamentária (LOA). 	- Elaboração e Revisão do PPA realizada.	Parceiros Internos: SAGI, SENARC, SESAN, SESEP e SNAS. Parceiros Externos: Secretaria de Planejamento e Investimentos – SPI/MP e Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP	CGPA
Execução Orçamentária e Financeira	 Elaboração da PLDO, da PLOA e suas alterações; Assistência às demais UG's do Ministério na Execução Orçamentária e Financeira; Efetuação dos registros contábeis; e Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira. (Via SIAFI, SIOP e SISPOAD (sistema interno de informações e relatórios de execução orçamentária e financeira). 	 LDO; LOA; Créditos adicionais; Sistema SISPOAD; e Relatórios de acompanhamento. 	Parceiros Internos: SAGI, SENARC, SESAN, SESEP e SNAS. Parceiros Externos: Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP e Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF.	CGOF
Tomada de Contas Especial	 Análise dos processos de Prestação de contas não aprovados, com posterior abertura e encaminhamento dos processos de TCE para a CGU e TCU; e Registro na conta Diversos Responsáveis dos processos 	- TCE instruídas.	FNAS e SESAN CGU e TCU	CGOF

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	simplificados.			
	Diretoria	de Projetos Internacionais		
Aprovação e Planejamento dos Projetos de Cooperação Técnica e Projetos Financiados com recursos Externos (Acordos de Empréstimo)	- Análise dos planos de trabalho / planos de aquisições anuais dos projetos UNESCO/ BIRD/ PNUD/ FAO, elaborados pelas secretarias finalísticas.	- Planejamentos anuais e planos de aquisições elaborados e aprovados.	Externos: Organismos Internacionais Cooperantes (PNUD, FAO e UNESCO), Agentes Financiadores Externos: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE; Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN/MPOG, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN/MF, Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF. Internos: Secretarias Finalísticas cujas políticas e ações serão beneficiadas por meio do projeto de cooperação técnica ou pelo acordo de empréstimo firmado.	DPI
Gestão Técnica, Orçamentária e Financeira dos Projetos e Acordos de Empréstimo.	 Gestão e monitoramento mensal da execução física, orçamentária e financeira dos projetos vigentes com UNESCO/BIRD, PNUD e FAO; Elaboração de relatórios financeiros para prestação de contas de recursos do BIRD; Elaboração de relatórios de progresso dos projetos vigentes; Gestão das UGs dos Projetos: UG 550017 e UG 550019 (para o Acordo de Empréstimo 7841/BR e o 	 Execução técnica monitorada; e Execução orçamentária e financeira acompanhadas. 	Externos: Organismos Internacionais (PNUD, FAO e UNESCO) e Banco Mundial; Secretaria do Tesouro Nacional. Internos: Secretarias Finalísticas do MDS: SENARC, SAGI, SNAS, SESAN e SESEP.	DPI

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	Projeto UNESCO 914BZ3002) e UG 550003 (nos casos dos Projetos PNUD BRA/12/006 e FAO UTF/BRA/085/BRA; e - gestão da conta designada com recursos externos do BIRD.			
Gestão de contratos de pessoa física (via recursos externos e recursos do tesouro)	 - Assessoria ao processo de elaboração de Termos de Referência (TR); -Análise dos termos de referência elaborados pelas Secretarias; - Verificação da adequabilidade e correição dos processos de seleção de candidatos; - Condução do processo de contratação; - Análise dos produtos entregues para verificação quanto ao cumprimento do contrato pelos consultores; e - Condução do processo de pagamento de produtos. 	- Consultores contratados; e - Produtos recebidos e pagos.	Externos: Organismos Internacionais (PNUD, FAO e UNESCO) e Banco Mundial. Internos: Secretarias Finalísticas do MDS: SENARC, SAGI, SNAS, SESAN e SESEP.	DPI
Gestão de contratos de pessoa jurídica (via recursos Externos e recursos do tesouro)	 Assessoria às Secretarias na elaboração do termo de referência ou especificação técnica; Elaboração de edital/ solicitação de manifestação de interesse/ solicitação de proposta; Condução do processo licitatório de acordo com as diretrizes do Banco financiador; Condução do processo de contratação da empresa selecionada; e Supervisão e gestão dos contratos. 	-Contratos de pessoa jurídica firmados; e -Produtos e serviços recebidos e pagos.	Externos: Organismos Internacionais (PNUD, FAO e UNESCO) e Banco Mundial. Internos: Secretarias Finalísticas do MDS: SENARC, SAGI, SNAS, SESAN e SESEP; Subsecretaria de Assuntos Administrativos; e Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.	DPI
Gestão do processo de concessão de diárias e emissão de passagens (via recursos externos e recursos do	 Assessoria às Secretarias na elaboração de planos de viagem; Emissão de passagens e concessão de diárias; e Análise e gestão da prestação de contas. 	- Passagens emitidas;- Diárias concedidas; e- Prestação de contas realizada.	Externos: Organismos Internacionais (PNUD, FAO e UNESCO) e Banco Mundial; Internos: Secretarias Finalísticas do MDS: SENARC, SAGI, SNAS, SESAN e SESEP.	DPI

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
tesouro)				
		Ouvidoria		
Serviços de Ouvidoria	Recepcionar, analisar e encaminhar denúncias, elogios, reclamações, solicitações e sugestões relacionadas aos programas e ações desenvolvidos por este Ministério; Estabelecer canais de comunicação com o cidadão, que venham facilitar e agilizar o fluxo das informações e a solução dos pleitos; e Coordenar, acompanhar e supervisionar o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, bem como assessorar a autoridade de que trata o art. 40 do referido diploma legal.	Grupo de Trabalho – Carta de Serviços ao Cidadão; Projeto Lado a Lado: acompanhamento e avaliação de ligações recepcionadas na Ouvidoria por meio de Telefonia (0800 707 2003 – opção 5), com o objetivo de identificar pontos de melhoria e aprimorar o atendimento ao cidadão; Calibração de Ligações: análise de um quantitativo de ligações, para avaliar diversos pontos do atendimento e propor melhorias. Ação conjunta com Coordenação Geral da Central de Relacionamento do MDS; Monitoria de Qualidade: avaliação mensal de demandas tratadas pela equipe da Ouvidoria. Tem por objetivo mensurar a qualidade das respostas, bem como e aprimorar o atendimento ao cidadão; Adaptação do Sistema de Gestão de Demandas - SGD aos termos da Instrução Normativa nº 01, da OGU/CGU, de 2014: realização de evoluções no SGD, trabalho paralelo de conscientização junto às áreas finalísticas do MDS. Painel Gerencial da Ouvidoria: ferramenta de bussiness inteligence que permite	Cidadãos e Beneficiários dos Programas Sociais desenvolvidos e ações deste Ministério	Ouvidoria

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis						
		informações, além de possibilitar a extração de relatórios gerenciais, com base em dados constantes no Sistema de Gestão de Demandas – SGD.								
	Coordenação-Geral da Central de Relacionamento									
Serviço de atendimento ao Cidadão	Prestação de serviços especializados em teleatendimento, por meio dos canais 0800 707 2003 e e-mails/formulários eletrônicos.	Serviços de teleatendimento Receptivo, Ativo, Multimeios (<i>e-mail</i> /formulário eletrônico, carta, fax, <i>chat</i> e atendimento presencial), de suporte aos usuários de sistemas de informações do MDS (<i>Help Desk</i>).	Gestores e técnicos	Coordenação- Geral da Central de Relacionamento						

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Planejamento organizacional

A Decisão Normativa (DN) nº 146 de 30 de setembro de 2015, do Tribunal de Contas da União (TCU), em seu anexo I, atribuiu ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito da Administração Direta, seis (06) subdivisões de Unidade Prestadora de Contas (UPC), assim representadas:

- 1) Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi/MDS)
- Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SE/MDS), considerando as informações sobre a gestão das demais unidades da estrutura do Ministério
- 3) Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep)
- 4) Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS)
- 5) Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc)
- 6) Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan)

Do ponto de vista organizacional, o MDS apresenta cinco (05) Secretarias finalísticas, que somadas à esta Secretaria-Executiva compõem as seis (06) UPCs de que trata a DN 146/2015.

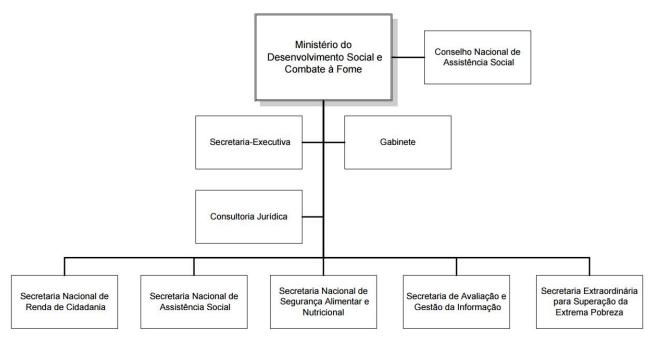


Figura 1 - Estrutura organizacional do MDS, 2015.

Secretaria-Executiva

A Secretaria-Executiva, enquanto integrante do MDS com funções precípuas de articular, coordenar e viabilizar as ações e os planos deste Ministério e aqueles aos quais se encontra vinculado, necessita estar alinhada com as competências do Órgão, definidas no Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, que compreendem a articulação das políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania, assim como às prioridades da agenda social do Governo Federal. Para tal, esta SE apresenta-se da seguinte forma, do ponto de vista organizacional, para o exercício de suas definições regimentais.

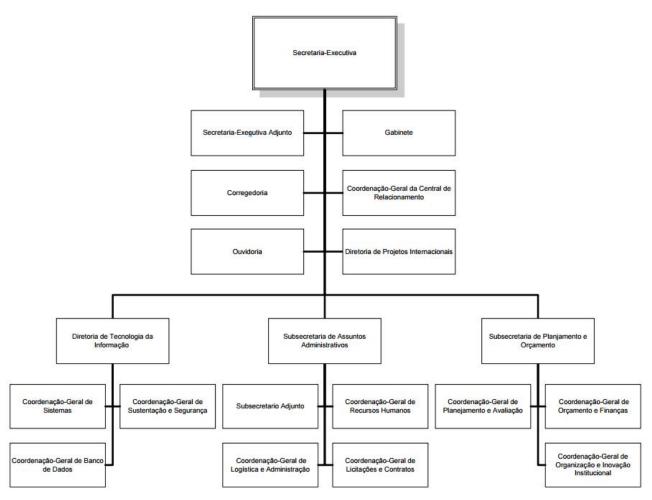


Figura 2 - Organograma da Secretaria-Executiva do MDS

As ações desenvolvidas no âmbito da Secretaria-Executiva visam fornecer as condições, meios e recursos necessários à viabilização da gestão das políticas públicas do Ministério, sendo sua estrutura regimental composta, fundamentalmente, por unidades cujas competências estão relacionadas ao suporte administrativo para o funcionamento da Pasta e apoio ao Gabinete da Ministra. Desta forma, supervisiona e coordena as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de pessoal civil, de serviços gerais e de organização e inovação institucional. Também atua no assessoramento ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias

integrantes do Ministério, nas atividades disciplinares e de correição, no recebimento, análise, encaminhamento e devida resposta às denúncias, reclamações e sugestões da sociedade, bem como na articulação e estabelecimento de cooperações, estudos e parcerias com órgãos nacionais e internacionais, e agentes financeiros externos.

Em sua função institucional, de acordo com as atribuições definidas no Regimento Interno deste MDS, o planejamento de suas diretrizes, objetivos e metas são orientadas para a coordenação do Ministério na realização dos objetivos sob a responsabilidade do Órgão no Plano Plurianual – PPA 2012-2015, "Plano Mais Brasil", que, em linhas gerais, visam contribuir para a superação do Macrodesafio 2 do Plano: "Erradicação da Pobreza Extrema: superar a pobreza extrema e prosseguir reduzindo as desigualdades sociais."

O planejamento estratégico da SE dialoga, portanto, com a própria gestão do PPA 2012-2015 e com suas atribuições regimentais. Desta forma, no âmbito do PPA, assim como na Lei Orçamentária Anual – LOA, as ações da SE estão representadas no Programa 2122 – Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Neste Programa, estavam alocados os recursos orçamentários geridos pela Secretaria-Executiva no exercício de 2015. No ano de 2015, vinculavam-se ao Programa 10 ações orçamentárias, dentre as quais o pagamento do Pessoal Ativo, Administração da Unidade, Auxílios-Transporte, Alimentação e Pré-escolar, Assistência Médico-odontológica, Capacitação, Ouvidoria, de Promoção Internacional de Políticas de Combate à Fome, de Publicidade, e de Produção e Disseminação de Informações. Cabe destacar, que o planejamento estratégico da Secretaria-Executiva visa identificar as principais dificuldades para a operacionalização das ações do MDS e criar meios para a superação de eventuais estrangulamentos, garantindo, assim, o pleno funcionamento da instituição e possibilitando que as áreas finalísticas cumpram os objetivos inscritos no PPA.

Após apresentação geral das atribuições e funções da Secretaria-Executiva deste Ministério, bem como das informações acerca da gestão das demais unidade da estrutura ministerial, apresentam-se a atribuição de responsabilidade de cada setor contido na SE.

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

Dentro do planejamento organizacional da Secretaria-Executiva, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) tem como função auxiliar o Secretário Executivo nas atividades de planejamento, inclusive o estratégico, o orçamento e a gestão governamental, sendo responsável pela gestão do ciclo inerente ao sistema de planejamento, orçamento, de contabilidade, de administração financeira e de organização e inovação federal no âmbito setorial. Tendo em vista sua atuação estar vinculada aos macroprocessos relativos aos referidos sistemas, cabe à SPO acompanhar as metas e os resultados da execução desses planos e programas em articulação com as demais Secretarias do Ministério.

A SPO, assim como as unidades da Secretaria-Executiva em geral, tem sua atuação representada no PPA por meio do referido Programa 2122 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que se destina a um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação do Ministério, não possuindo Objetivos e Iniciativas.

As atribuições da SPO estão inseridas nos processos que ocorrem no âmbito da gestão dos sistemas federais de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade, dentre as quais elaboração do Plano Plurianual (PPA), seu monitoramento, avaliação e revisão periódica, encaminhamento de sugestões ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), a elaboração da Proposta de Orçamento Anual do MDS e alterações orçamentárias ao longo do exercício, acompanhamento da execução físico-financeira, elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República, Tomada de Contas Especiais (TCE) dos

ordenadores de despesa, demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa à perda, bem como a todos os instrumentos de avaliação e monitoramento desse ciclo.

Além disso, a SPO auxilia a SE nas atividades de modernização administrativa e gestão governamental, participando das discussões e implementação das políticas públicas do MDS, orientando-as quanto aos aspectos administrativos e gestão governamental afetos às suas atribuições.

Neste Contexto, foi Publicada, no Diário oficial da União em 6/10/2015, a Portaria SE/MDS Nº 390, de 30 de setembro de 2015, que dispõe sobre a implantação e o funcionamento do processo administrativo eletrônico ou digital no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, bem como instituí o Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito do MDS - SEI-MDS.

Com a publicação da referida Portaria a SPO, em 2015, passou a atuar como Unidade Gestora do SEI-MDS.

Cabe ressaltar que a implantação do Sistema está sendo realizada de forma gradativa e escalonada e teve, por meio da Resolução SPO n.º 1/2015, de 27/10/2015, o início da implementação do Projeto-Piloto no âmbito dos processos de negócio da Diretoria de Projetos Internacionais - DPI da Secretaria-Executiva do MDS.

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) é a unidade responsável pela gestão dos recursos logísticos, humanos e administrativos necessários à execução das atividades-meio e de suporte às atividades finalísticas, sendo essencial ao funcionamento administrativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Em decorrência da publicação do Decreto nº 7.493, de 2011, alterado pelo Decreto nº 8.218, de 28 de março de 2014, a estrutura organizacional da SAA contempla três áreas principais de atuação: Logística e Administração, Recursos Humanos, Licitações e Contratos.

No Plano Plurianual, a SAA está inserida no Programa de Gestão, ação 2000 – Administração da Unidade, que compreende os serviços administrativos, recursos humanos, manutenção e uso de frota veicular (própria e de terceiros), manutenção e conservação de imóveis, tecnologia da informação (sob a ótica meio) incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, despesas com viagens e locomoção, sistemas de informações gerenciais internos, estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou fornecer subsídios à formalização de políticas públicas, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre a missão finalística e institucional do Ministério, e demais atividades meio necessárias à gestão.

A SAA desenvolve suas atividades em consonância com os objetivos estratégicos do Ministério, de forma a prover, adequada e tempestivamente, as unidades finalísticas com os instrumentos necessários para operacionalizar suas políticas públicas, rotinas e procedimentos, além de agir de forma proativa na identificação e situações que poderiam causar risco de solução de continuidade em suas ações.

Nesse contexto, as ações da SAA estão focadas na adequação da infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal, aprimoramento da gestão de contratos, investimento na capacitação técnica dos servidores do MDS, entre outros.

No tocante à adequação da infraestrutura física destaca-se, em especial, a ocupação e adequação dos espaços do Ministério. Quanto aos investimentos em infraestrutura tecnológica, são destaques a aquisição de novos computadores e a modernização de rede telefônica e lógica.

Em relação à gestão de contratos, destaca-se a busca constante pelo aprimoramento e instituição de normativos internos a fim de regulamentar os procedimentos e responsabilidades nos assuntos afetos ao tema.

No que se refere ao tema sustentabilidade, o Ministério segue de uma forma geral os programas sustentáveis com ênfase na implantação da coleta seletiva, redução de gastos nos contratos de energia elétrica, água, papel, telefonia, vigilância e limpeza.

Nesse sentido apresentamos, abaixo, algumas das diversas ações realizadas por meio de suas unidades jurisdicionadas.

- a) Coordenação-Geral de Logística e Administração CGLA aperfeiçoamento do serviço de distribuição de documentos por meio de malote, objetivando a otimização dos gastos; realização de trabalho em conjunto com a Secretaria-Executiva, por meio do Projeto Esplanada Sustentável (PES), buscando soluções ecologicamente sustentáveis; promoção do uso de papel reciclável, com o apoio das Unidades; realização de projetos voltados à adequação do espaço físico, com foco na melhoria do ambiente de trabalho e na redução de gastos.
- b) Coordenação-Geral de Licitações e Contratos CGLC normatização de procedimentos visando orientação aos gestores e fiscais contratuais, em face do desempenho de suas competências, com foco na efetividade na execução do trabalho; gestão e execução dos procedimentos licitatórios, buscando a realização de aquisições/contratações mais céleres e vantajosas para a administração.
- c) Coordenação-Geral de Recursos Humanos CGRH elaboração, divulgação e execução do Plano Anual de Capacitação PAC; condução dos Processos necessários ao ingresso de novos servidores de cargos efetivos e contratados temporários; acompanhamento, adoção de procedimentos e elaboração de normas objetivando a melhoria da qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho, sua qualificação e desempenho.

Diretoria de Tecnologia da Informação

O Planejamento da Diretoria de Tecnologia da Informação está materializado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que é o instrumento de planejamento dos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), cuja elaboração está prevista na Instrução Normativa MP/SLTI nº 4, de 11 de setembro de 2014.

O plano tem como intuito registrar objetivos, diretrizes, metas e ações de planejamento e gestão dos recursos de Tecnologia da Informação (TI) alinhados com os objetivos institucionais, de forma a apoiar e suportar as políticas, programas e ações públicas de forma organizada, a saber:

Objetivos Estratégicos de TI:

Processos Internos

- Aprimorar os processos de gestão e governança de TI.
- Melhorar os controles da gestão de contratos e serviços de TI.
- Garantir a integridade dos dados e informações.
- Prover soluções de segurança da informação e infraestrutura tecnológica.
- Desenvolver e manter os sistemas de informações.

Pessoas, Aprendizado e Crescimento

• Desenvolver competências gerenciais e técnicas dos servidores.

Financeira

• Gerir os recursos orçamentários de TI.

Diretoria de Projetos Internacionais

O trabalho da Diretoria de Projetos Internacionais no ano de 2015 foi guiado por ações prioritárias definidas internamente que visaram o aprimoramento dos processos desta diretoria. Serviram como base para a definição dessas ações desafios, entraves e soluções identificados/reconhecidos em discussões internas.

As ações prioritárias da DPI para o ano de 2015 eram as seguintes:

- Meta 1 Contratar equipe de gerenciamento do Acordo de Empréstimo com o BIRD;
- Meta 2 Automatizar os processos da DPI, por meio da implementação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI e do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP;
 - Meta 3 Qualificar a contratação de consultores a fim de garantir maior segurança ao processo de contratação dentre elas a extinção da fase de entrevista e promover maior transparência e eficiência ao processo seletivo;

Riscos para o alcance dos objetivos estratégicos:

- Meta 1 Possíveis atrasos na contratação da empresa para a realização do Processo Seletivo Simplificado;
- Meta 2 Possível atraso no trâmite interno, uma vez a que a implantação do SEI envolvia diversas áreas do Ministério, e externo, dado a necessidade de apoio essencial da SLTI no processo de implantação, necessário para a implementação dos sistemas; e possíveis atrasos no desenho dos novos fluxos de processos, uma vez que os fluxos para contratação de consultor pessoa física também passava por mudanças; inadequabilidade do sistema de concessão de diárias e passagens para as necessidades intrínsecas dos fluxos de documentos para emissão de passagens por meio dos projetos, considerando que o sistema de emissão da passagem é o do organismo parceiro em cada projeto;

• Meta 3:

- Não aceitação/ alta resistência pelas Secretarias Finalísticas sobre a alteração da forma de avaliação de currículos; Não adaptação das planilhas em excel da nova forma de avaliação de currículos ao SEI;
- Dificuldades pelos componentes das comissões técnicas de assimilação de novos conceitos para a avaliação (análise da relevância de experiências, associação de pontuação de critérios com justificativa para a pontuação em acordo com o perfil da contratação definida no Termo de Referência da consultoria e outros);
- o Não conseguir realizar capacitação junto às Secretarias Finalísticas;

Estratégias adotadas para o atingimento dos objetivos estratégicos:

Meta 1

 Acompanhamento próximo do processo seletivo pela comissão por meio de comunicação regular e reuniões pelo menos semanais para prever possíveis entraves à contratação e realizar comunicação tempestiva junto ao Secretário Executivo;

Meta 2

- o Foi designado um assessor da DPI, com conhecimento de TI e de projetos, para acompanhamento ativo dos trâmites necessários à implementação dos sistemas. Este se dedicou quase que exclusivamente ao aperfeiçoamento dos processos e sistemas da Diretoria, encabeçando, inclusive, o processo de implementação do SEI. Seu knowhow e dedicação exclusiva foram cruciais para o sucesso na aquisição, implementação e agora utilização do sistema;
- Realização de inúmeras reuniões de ponto de controle com as áreas da DPI para discutir e desenhar os novos fluxos utilizando os sistemas e testar diferentes possibilidades;
- o Realização de capacitações internas a esta DPI e, posteriormente, externas, no intuito de garantir o bom andamento dos processos e a melhor utilização da ferramenta;
- Atualização de todos os manuais de execução de projetos da DPI (contratação de pessoa física, contratação de pessoa jurídica e emissão de diárias e passagens) de modo a informar sobre os trâmites no SEI.
- Consultas ao setor de passagens e diárias da SAA do MDS sobre a utilização do SCDP, à SLTI e outros atores que dominam o sistema para compreensão sobre suas funções e possibilidades de usos além da emissão de passagens e diárias;
- o Realização de curso completo sobre o SCDP do coordenador da área de passagens e diárias da DPI para entendimento sobre a factibilidade de sua utilização.

Meta 3

- Processo participativo por meio de oficinas que envolviam o Especialista em Aquisições do Banco Mundial, técnicos da DPI e técnicos experientes em avaliação de currículos e seleção de consultores das áreas finalísticas, a fim de que a definição de nova forma de avaliação de currículos, que seguem as diretrizes do Banco Mundial, apresentasse justificativa técnica clara, imparcial e transparente para pontuação dos currículos ao mesmo tempo que não poderia trazer perda de eficiência do processo;
- Participação ativa e comprometida dos parceiros dos projeto, em especial o especialista de aquisições, do Banco Mundial, que desenvolveu planilha em Excel para garantir segurança e eficiência para a avaliação de currículos, em consonância com a necessidade de se contratar consultores de melhor qualificação técnica;
- Realização de capacitações, pelo Banco Mundial às áreas técnica e à DPI da nova ferramenta de avaliação de currículos;
- Realização de capacitações, orientações e apoio/acompanhamento desta DPI junto às áreas técnicas quanto aos novos procedimentos e ao novo fluxo dentro do SEI;

Contexto e limitações que justificam a adoção da estratégia:

 Meta 1 – uma vez iniciado o Processo Seletivo Simplificado, as ações desta DPI se limitam, visto que foram designados representantes do Comitê Interno do Processo Seletivo Simplificado e fiscais do contrato com a empresa selecionada para realização do certame. Cabe somente, desta forma, à DPI, reagir com tempestividade quando solicitada e acompanhar, da maneira possível, o processo, aguardando a homologação do resultado;

Meta 2 –

- A adoção do SEI tornou-se de interesse ministerial para futura implementação, o que deu uma importância maior ao processo, tornando-o mais complexo e envolvendo mais áreas do ministério e de agentes externos. Ao mesmo tempo em que este fato tornou o processo de implantação mais lento, garantiu um maior envolvimento das demais áreas do ministério, o que faz com que a implementação do SEI seja uma ação mais sólida, visto que se trata também de um projeto piloto de interesse de todo o ministério;
- O Com relação à utilização do SCDP como ferramenta para a tramitação de passagens e diárias no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica, foram realizadas diversas reuniões, envolvendo usuários frequentes e servidores que trabalham na administração do sistema no ministério, e capacitação na utilização do sistema. Como resultado destas ações houve a compreensão de que o SCDP não é a ferramenta mais adequada para a emissão de diárias e passagens para projetos de cooperação, por ter vínculos com o sistema de administração financeira, por apresentar complexidades no fluxos que não podem ser utilizadas no âmbito dos projetos, bem como por não permitir customização de aspectos específicos aos trâmites de projetos de cooperação
- Meta 3 Após revisão posterior do Banco Mundial a uma amostra de processos de seleção de consultor individual no âmbito do Acordo de Empréstimo Nº 7841-BR, o especialista de aquisições do Banco apontou algumas seleções haviam sido desempatadas na fase de entrevista. O Banco então recomendou que a fase de entrevista fosse extinta e esta DPI, por entender os riscos aderentes a sua subjetividade, acatou. Foi então discutida e elaborada nova forma de avaliação dos currículos dos candidatos, que, além de exigir maior transparência e clareza na justificativa da pontuação atribuída a cada candidato, permite pontuar a experiência profissional e formação acadêmica de acordo com a relevância para a consultoria sendo contratada. Entende-se que foi mantida a objetividade necessária por meio da fundamentação técnica e, por meio da pontuação por relevância, vislumbra-se selecionar consultores mais qualificados. Após discussões entre DPI e Banco Mundial, contando também com a parceria das secretarias que concordaram em participar dos diálogos, foi elaborada uma planilha que auxilia a comissão de seleção nesta nova forma de avaliação. Todo este processo e, mais ainda, a planilha final resultante tiveram impacto na contratação de consultores. Isto se deve, principalmente, ao fato de que existiu (e ainda existe, em certos casos) resistência, por parte das áreas técnicas, em adotar o novo procedimento, dados o fim da entrevista e a necessidade de justificar as notas. A DPI teve de despender esforços adicionais (capacitação, instruções, contato mais intenso com as áreas) para promover a aceitação e utilização da planilha como nova e única forma de seleção de consultores.;

Resultados obtidos quanto às ações prioritárias:

 Meta 1 – contratação e início das atividades, em novembro e dezembro, da equipe de gerenciamento do Acordo de Empréstimo 7841-BR, realização de acolhimento ministerial e da DPI.;

• Meta 2

- Adoção do SEI como ferramenta de interface entre a DPI e as áreas técnicas em todos os processos de contratação desde outubro de 2015;
- O Desistência da adoção do SCDP como ferramenta de apoio à emissão de passagens e diárias por meio de projetos internacionais, visto a impossibilidade de perpassar complexidades e entraves no sistema, o que o torna incompatível para projetos. Há expectativa de elaboração de um sistema de tramitação de passagens e diárias por meio do contrato existente com a fábrica de software do MDS.

• Meta 3

o Foi realizada, em julho de 2016, uma rodada de discussão com o Banco e as áreas técnicas a fim de realizar uma avaliação intermediária do processo de seleção de consultores individuais utilizando a nova forma de avaliação de currículos propostas. Após sugestões, foram realizados ajustes, em especial a tabela em Excel para apoiar as áreas técnicas, e o Especialista do Banco realizou revisão prévia aos primeiros processos seletivos, permitindo uma adaptação gradual e segura do processo. As áreas técnicas já demonstram menos ansiedade e resistência, normalmente causada em processos de mudanças. Com o intuito de mensurar a eficácia da nova metodologia, está previsto para 2016 uma nova rodada de avaliação.

Relativamente às **atribuições** da DPI/SE, as atividades principais previstas para o exercício de 2015, em linhas gerais, compreendiam:

- execução do Projeto "Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Plano Brasil Sem Miséria", objeto do Acordo de Empréstimo do Banco Mundial N.º 7841/BR;
- ii) execução do Projeto de Cooperação Técnica com a UNESCO (914BRZ3002) "Apoio ao Programa Bolsa Família e ao Plano para Superação da Extrema Pobreza";
- iii) execução do Projeto PNUD/BRA/12/006 "Apoio à Gestão Descentralizada do Sistema Único da Assistência Social SUAS"; e
- iv) execução do Projeto FAO "Apoio ao Aprimoramento e à Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional".

Relativamente ao **Plano Plurianual**, observa-se que as ações da DPI/SE não estão explicitamente inseridas no PPA, embora a Unidade esteja contemplada no Programa de Gestão da Secretaria-Executiva do MDS. Entretanto, as atividades desenvolvidas pelas secretarias finalísticas no âmbito dos projetos internacionais (sejam recursos externos ou nacionais) são parte do Plano Plurianual. Os projetos são elaborados com base no planejamento das secretarias para até cinco anos, considerandose as metas do PPA e o orçamento disponível para cada unidade.

Especificamente para os projetos vigentes, as atividades realizadas em 2015 estavam previstas nos seguintes programas temáticos do MDS:

- Áreas temática dos Projetos: Segurança Alimentar, Assistência Social, Avaliação e Gestão da Informação, Programa Bolsa Família e Plano Brasil Sem Miséria.
- Programas e ações:
 - o Programa 2069 Segurança Alimentar e Nutricional
 - Ação 8624 Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN

- o Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social SUAS
 - Ação 8893 Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- Programa 2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 - Ação 4923 Avaliação e monitoramento de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- o Programa 2019 Bolsa Família
 - Ação 6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-alvo para os Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Unico.

Corregedoria

A Corregedoria, na condição de área meio cuja necessidade de existir independe da finalidade do Órgão, sua identificação no PPA 2012-2015 dá-se por meio do respectivo Programa de Gestão, no caso do MDS, o Programa 2122 – Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Dentro da estratégia de apoio as áreas finalísticas e administrativas da Pasta, e para potencializar os resultados no desempenho de suas atribuições, encontra-se a adoção de medidas preventivas, tais como revisão de procedimentos e processos, além da implantação da capacitação de servidores para integrar comissões disciplinares, o que traz ganho de produtividade aos trabalhos em execução.

Dando prosseguimento ao seu papel institucional, cumpre registrar que, por meio de pareceres técnicos e notas técnicas, a Corregedoria orienta as autoridades desta Pasta com relação às recomendações emanadas, principalmente, do Órgão Central de Controle acerca de indícios de irregularidades ocorridas em processos administrativos. Também são atendidas demandas oriundas de ouros segmentos, inclusive, a sociedade civil.

A partir da instalação da Corregedoria estão sendo armazenados, tanto em bancos de dados quanto em arquivos físicos, as informações sobre os processos disciplinares concluídos e/ou em tramitação, bem como as denúncias passíveis de apuração, ocorridos desde a criação deste Ministério pela Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei nº 10.683, de 29 de maio de 2003.

Ouvidoria

Em 2015, a Ouvidoria do MDS teve sua atuação estratégica pautada em um Plano de Ação, resultado de duas oficinas realizadas com a equipe da Ouvidoria. O Plano de Ação não alcança a ser um Plano Estratégico, forjado a partir de um Planejamento Estratégico *stricto sensu*. No entanto, na medida em que o Plano elencou um rol de ações e subações, apresentando responsáveis, equipe de apoio, e prazo previsto para execução, o instrumento contribui para nortear a atuação da Ouvidoria do MDS ao longo de 2015.

As ações foram organizadas, para facilitar seu entendimento, em sete dimensões: rotina, conscientização, comunicação, capacitação, comitês e outros, infraestrutura e sistemas. Na dimensão rotina, estão descritas ações e subações que já estão incorporadas à rotina da Ouvidoria. Relacionam-se,

sobretudo, à competência regimental de "recepcionar, analisar e encaminhar denúncias, elogios, reclamações, solicitações e sugestões relacionadas aos programas e ações desenvolvidas por este Ministério". Como exemplo, tem-se as seguintes ações:

- Revisar e atualizar a matriz de informação: a matriz de informação é a base de conhecimentos por meio da qual os operadores de call center extraem informações para oferecer respostas às demandas de Ouvidoria. Essa ação desdobra-se, dentre outras, nas seguintes subações:
 - Realizar o levantamento dos assuntos mais demandados.
 - o Revisar as respostas contidas na base de respostas atual.
 - o Levantar a necessidade de inserção de novas informações.
 - Propor e encaminhar para validação.
- Realizar ativo de respostas da ouvidoria por meio de telefonia: essa atividade tem como finalidade devolver para o cidadão uma resposta que não foi possível dar no momento do atendimento.
- Desenvolver e executar o Projeto Lado a Lado: Esse projeto consiste no acompanhamento e avaliação das ligações recepcionadas na célula de Ouvidoria, com o objetivo de identificar pontos de melhoria e aprimorar o atendimento ao cidadão.
- Realizar reuniões mensais de calibração de ligações: Esta ação consiste em fazer a análise
 conjunta com a equipe de Atendimento da Ouvidoria e Coordenação Geral da Central de
 Relacionamento do MDS, de um quantitativo de ligações, para avaliar diversos pontos do
 atendimento e propor melhorias.
- Aperfeiçoar o formulário Ouvidoria (recepção): esta ação foi elencada com o propósito de aperfeiçoar o serviço de atendimento aos cidadãos que buscam esclarecer dúvidas, bem como registrar reclamações, elogios e denúncias pertinentes aos serviços e programas sociais do MDS. A Ouvidoria e a Coordenação-Geral da Central de Relacionamento concentraram esforços para elaborar um formulário eletrônico conjunto (por meio de um acesso único), para ser disponibilizado no novo Portal do MDS.
- Organizar e planejar a participação da ouvidoria no III Concurso de Boas Práticas CGU: como se verá no tópico adequado deste Relatório, a Carta de Serviço ao Cidadão do MDS, "O MDS PRA VOCÊ", foi uma das vencedoras do III concurso de boas práticas da CGU na categoria Aprimoramento das Atividades de Ouvidoria.
- Fiscalizar as atividades previstas no contrato n.° 17/2013.
- Aperfeicoar o Termo de Referência para futuras licitações.

A dimensão conscientização abarca um conjunto de ações e subações que dependem de articulações com outros setores internos do Ministério e/ou externos a ele. Possuem uma relação próxima com a competência "promover de forma permanente e sistemática a articulação com os órgãos do Ministério". As ações listadas nessa dimensão são as seguintes:

- Realizar oficina LAI com os pontos focais do SIC.
- Adaptar a Ouvidoria a IN nº 01, da OGU/CGU, de 2014: trata-se de adaptar o Sistema de Gestão de Demandas para funcionar de acordo com os termos da IN. A adaptação do SGD aos termos da IN não se restringiu à realização de evoluções no sistema, na medida em que foi necessário um trabalho paralelo de conscientização junto às áreas finalísticas do MDS. A adaptação também passava pela forma como as demandas seriam tratadas no âmbito de cada área finalística, tendo em vista que a IN estabeleceu conceitos de denúncias, reclamações, sugestões, elogios e solicitações. Dessa forma, a Ouvidoria realizou sucessivas reuniões com os pontos focais de cada área a fim de pactuar fluxos e procedimentos de tratamento das demandas com base nos termos da IN.
- Acompanhar ação orçamentária Ouvidoria.
- Revisar Regimento Interno MDS (parte Ouvidoria).

A próxima dimensão é comunicação. Nela encontram-se ações relacionadas à divulgação institucional da Ouvidoria, incluindo a Carta de Serviços, de responsabilidade da extinta Secretaria de Direitos Humanos, atual Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, do qual a Ouvidoria participou de algumas atividades. As ações são as seguintes:

- 10 anos de Ouvidoria: no dia 15 de agosto de 2015, a Ouvidoria do MDS completou 10 anos. Foram pensadas, então, uma série de atividades para comemorar o aniversário.
- Novo Portal MDS "página" da Ouvidoria/SIC/part. Social/transparência ativa: essa ação buscou oferecer apoio para o desenvolvimento do Novo Portal, disponibilizando conteúdo relativo à Ouvidoria e ao SIC.
- Carta de Serviços: optou-se por incluir a Carta de Serviços nessa dimensão, pois o instrumento já encontra-se disponível para acesso. Cabe, agora, divulga-lo e atualizá-lo periodicamente, por meio do Grupo de Trabalho da Carta de Serviços.
- Produzir boletim da Ouvidoria mensal para GM/SE/Secretarias.
- Produzir relatórios da ouvidoria para a transparência ativa.
- HumanizaRedes.

A dimensão capacitação previu apenas uma ação, qual seja: atualizar o conhecimento da equipe. A atualização do conhecimento da equipe da Ouvidoria prevê o treinamento e capacitação dos servidores, bem como dos operadores do call center. No primeiro caso, os treinamentos e capacitação decorrem de cursos ofertados pelo setor de RH do Ministério. No segundo caso, a Central de Atendimento busca realizar cursos sobre temas específicos aos operadores do call center, com vistas a qualificar as informações repassadas aos requerentes.

Na dimensão Comitês e Outros foram listadas ações relacionadas à coordenação e/ou participação da Ouvidoria em instâncias colegiadas do Ministério. Em alguns casos, a Ouvidoria é responsável pela coordenação, em outros, apenas participa e presta sua contribuição na sua esfera de competência. Exemplos de ações:

- Planejar ações e reuniões ordinárias do Comitê de Gênero MDS.
- Coordenar o Comitê de Transparência MDS.
- Organizar e planejar a participação da ouvidoria na X Conferência Nacional de Assistência Social: essa ação buscou viabilizar a participação da Ouvidoria na edição realizada em dezembro de 2015. Na ocasião, a Ouvidoria se fez presente em um estande, por meio do qual foi possível divulgar a Carta de Serviços ao Cidadão para os participantes da Conferência, cujo evento contava com gestores responsáveis pela formulação, gestores responsáveis pela implementação, usuários dos serviços de assistência social e autoridades governamentais das três esferas de Governo.
- Organizar e planejar a participação da ouvidoria na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A dimensão Infraestrutura apresenta ações relacionadas à otimização das atividades da Ouvidoria, com vistas a suprir a necessidade de aumento de equipe, mudança de espaço físico da Ouvidoria, o que ocorreu em 18 de dezembro de 2015; e à disponibilização de uma impressora para o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC. Por fim, a dimensão Sistemas apresenta ações relacionada a ações que visam implementar melhorias dos sistemas utilizados pela Ouvidoria e SIC, incluindo a implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI para o tratamento dos pedidos de acesso à informação, no âmbito do SIC.

Coordenação-Geral da Central de Relacionamento

A Central de Relacionamento como um dos canais formais de serviço de informação ao cidadão, vem aperfeiçoando constantemente os mecanismos de comunicação com o público e a qualidade do atendimento prestado pelos canais de telefonia e de e-mail/formulário eletrônico.

No ano de 2015, implantou-se no Portal do MDS na internet (http://mds.gov.br/fale-com-o-mds) o novo Formulário Eletrônico, em parceria com a Ouvidoria, com o propósito de coletar as manifestações de forma mais clara e objetiva, podendo assim, prestar uma resposta efetiva sobre as dúvidas e orientações dos programas, projetos e ações do Ministério. Outro instrumento de comunicação com o público previsto para o ano de 2015 era o canal de chat, o qual permaneceu em desenvolvimento, tendo sua previsão de implementação para o ano de 2016, como projeto piloto.

Para aperfeiçoar a qualidade do atendimento a Central de Relacionamento do MDS contou com os seguintes instrumentos: Calibração de Monitoria, Escutas Lado a Lado, Atualização da Base de Conhecimento, Capacitações e Pesquisa de Satisfação eletrônica, seguem os resultados:

- a) implantou-se a calibração quantitativa, tabela eletrônica com objetivo de alinhar de forma objetiva e concisa os entendimentos sobre o conteúdo das respostas dos atendimentos prestados, entre os avaliadores de monitoria e qualidade da empresa prestadora do serviço com as áreas técnicas do MDS, para isso foi necessário o aprimoramento do Formulário de Monitoria dos atendimentos;
- b) 652 escutas lado a lado com os operadores nas células do 1º Nível de Atendimento. Essa atividade resume-se na visita diária de um servidor da Coordenação-Geral, o qual fica ao lado do operador acompanhando com um headfone adicional o atendimento prestado, são verificados itens como: completude da informação, cortesia/cordialidade, condições de atendimento e estabilidade dos sistemas que suportam o atendimento. Os dados são consolidados e apresentados a empresa para ações de melhoria no atendimento;
- 548 perguntas-frequentes e 86 respostas-padrões atualizada sobre assuntos relativos ao MDS:
- d) 11 capacitações para os colaboradores do 1º e 2º nível de atendimento da Central de Relacionamento.

Com relação à pesquisa de satisfação eletrônica no canal de telefonia, ocorreu a alteração das perguntas, a forma de mensuração das respostas e a separação por célula de atendimento. Os resultados serão disponibilizadas no item 6.3. Cabe esclarecer, que constava no plano de atividades de 2015 a implementação da pesquisa de satisfação de e-mail, contudo, não foi possível concluirmos o desenvolvimento e implantação, a qual será implementada em 2016.

No que tange ao espaço físico, houve a mudança de endereço da Coordenação-Geral da Esplanada dos Ministérios, Bloco C, sala 948 para a Esplanada dos Ministérios, Bloco A, salas 406/410, o que trouxe benefícios a equipe de colaboradores (03 servidores, 12 terceirizados e 01 estagiário), pois o espaço está mais confortável e adaptado as condições de trabalho e a quantidade de pessoas alocadas no setor.

Apesar de todos os esforços empreendidos para qualificar e buscar a excelência no atendimento ao cidadão, observa-se a necessidade de reforçar a equipe de servidores do setor para execução das atividades inerentes às competências regimentais da Coordenação-Geral da Central de Relacionamento, em especial à gestão de conteúdos da base de conhecimento, de capacitações e da qualidade do atendimento, pois conta em sua estrutura atualmente: Coordenador-Geral, um Assessor Técnico, um servidor anistiado (integrou a equipe em janeiro de 2015) e três postos de apoio administrativo, além da equipe da empresa Contratada de teleatendimento, denominada de 2º nível de atendimento.

Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos fundamentais do MDS estão dispostos no PPA 2012-2015 e estão direcionados, em termos sumários, para a redução da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Os Objetivos do PPA sob a responsabilidade do Órgão estão concentrados em três Programas que refletiram as linhas mestras de atuação do MDS no período 2012-2015: Bolsa Família, Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – Suas e Segurança Alimentar e Nutricional. Estes Programas e respectivos Objetivos, Metas e Iniciativas formam um conjunto coeso e de forte complementaridade, com foco na consecução do objetivo maior da redução da pobreza e da desigualdade social. Além destes, o MDS foi no período 2012-2015 responsável por Objetivos nos Programas Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes e Educação Básica.

Num contexto mais amplo, que envolve a participação de diversos Órgãos, o Plano Brasil sem Miséria (BSM) representou, durante a vigência do PPA passado, e continua representando no PPA 2016-2019, o papel de catalisador das políticas de inclusão social, articulando e promovendo a integração dos programas sociais. É importante destacar o papel central do MDS no BSM, já que foi o Órgão para o qual foi consignada a maior parte dos seus recursos orçamentários. Por outro lado, as ações finalísticas do MDS estão inseridas em sua quase totalidade no âmbito do BSM. Além disso, os Objetivos do PPA sob a responsabilidade do MDS estão presentes nos três eixos norteadores do BSM: transferência de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos.

Cabe ressaltar também que o MDS exerce, por meio da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (SESEP), dentre outras atribuições, o papel de articular, planejar e acompanhar, junto com os demais órgãos do Governo Federal, bem como com as demais esferas de governo e a sociedade civil, as ações para a superação da extrema pobreza. Portanto, o papel do MDS no desenvolvimento dessas ações não se restringe aos Objetivos sob a responsabilidade direta do MDS dispostos no PPA 2012-2015.

O principal resultado desse conjunto de políticas é a redução consistente da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), de 2004 a 2014, as taxas de pobreza e extrema pobreza reduziram-se, respectivamente, de 21,5% e 7,1% da população para 7,0% e 2,5%. Com relação à distância entre pobres e ricos, o índice de Gini, o mais utilizado para exprimir a desigualdade social, que varia de 0, correspondente à maior igualdade, a 1, maior desigualdade, também evoluiu favoravelmente: o índice referente rendimento mensal domiciliar passou de 0,535, em 2004, para 0,494, em 2014. Contribuíram para este resultado o aumento do rendimento médio do trabalho, a política de valorização do salário mínimo e os programas governamentais de transferência direta de renda, como o Beneficio de Prestação Continuada (BPC) e especialmente o Programa Bolsa Família.

O Programa do PPA 2012-2015 Bolsa Família e seus respectivos Objetivos, cuja totalidade se encontra sob a responsabilidade do MDS, visa melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, as extremamente pobres, essencialmente por meio da política de transferência de renda, proporcionando o alívio imediato da pobreza. Esta política forma um dos eixos do BSM.

Em 2015, o PBF atendeu a cerca de 13,9 milhões de famílias, correspondente a mais de 20% da população brasileira, que receberam, em média, R\$ 162 mensais. Ao longo PPA 2012-2015 foram introduzidas mudanças e aperfeiçoamentos no desenho da transferência de renda, de modo a torná-la mais efetiva no sentido de atingir de forma mais adequada o público que realmente necessita. Entre outros aperfeiçoamentos, foram criados o Beneficio Variável Nutriz (BVN) e o Beneficio Variável à Gestante (BVG) com a finalidade de aumentar a proteção à mãe e ao recém-nascido durante a gestação e os

primeiros meses de vida da criança, bem como o Beneficio para Superação da Extrema Pobreza (BSP), este voltado para a eliminação do hiato da extrema pobreza.

A gestão do Bolsa Família está ancorada no Cadastro Único de Programas Sociais (Cadastro Único), instrumento fundamental para se conhecer o perfil do segmento que se encontra em estado de vulnerabilidade social e que serve de subsídio para a formulação de políticas destinadas a este público que, em geral, é difícil de ser alcançado pelas políticas públicas. O constante aperfeiçoamento do Cadastro Único, um dos objetivos do PPA 2012-2015 no Programa Bolsa Família, ocupa papel central na estratégia do MDS alcançar a totalidade das famílias que se encontram afastadas da presença mais efetiva do Estado, não só para a realização da transferência de renda, mas também para a oferta dos serviços públicos. Atualmente, o Cadastro Único é um instrumento consolidado a serviço da gestão de programas federais em diversos setores voltados para a população de baixa renda, com mais de 27 milhões de famílias cadastradas, já tendo extrapolado em muito o âmbito do MDS.

Outro objetivo, concernente ao da política de transferência de renda adotada no MDS, é o do rompimento do ciclo de pobreza entre gerações. Neste sentido, um dos Objetivos do PPA 2012-2015 no Programa Bolsa Família é reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social para famílias beneficiárias. Por meio do esforço das gestões do Bolsa Família nas três esferas da federação, os índices de acompanhamento das condicionalidades tanto em Saúde quanto em Educação têm aumentado, sendo os melhores resultados, em geral, obtidos no final do período de vigência do PPA.

Outro pilar da atuação do MDS, o Programa Segurança Alimentar e Nutricional e seus respectivos Objetivos no âmbito do PPA 2012-2015 estão correlacionados aos ordenamentos da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Esta norma estabelece, entre outras disposições, os princípios, as diretrizes e os objetivos do financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Sisan reúne entes governamentais e setores da sociedade civil com o propósito de promover o Direito Humano à Alimentação Adequada a partir da formulação e da articulação de políticas de segurança alimentar e nutricional nas esferas nacional, estadual e municipal. Entre 2011 e 2014, todos os estados e o Distrito Federal aderiram ao Sisan, houve a publicação de 12 planos estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e, desde 2013, 89 municípios tiveram adesão formalizada ao Sistema.

Um dos Objetivos centrais na estratégia do Programa Segurança Alimentar e Nutricional, conforme formalizado no PPA 2012-2015, realiza-se no Programa de Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar (PAA), que visa associar numa mesma ação o acesso à alimentação adequada e o fomento à inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, especialmente àqueles socialmente mais vulneráveis, público prioritário do BSM. Os produtos do PAA são direcionados ao abastecimento dos mercados institucionais, à rede socioassistencial e aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. O PAA é executado atualmente por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite, Apoio à Formação de Estoques, Compra Institucional e Aquisição de Sementes, com finalidades específicas e formas de execução diferenciadas.

Entre as mais recentes inovações institucionais com vista ao aprimoramento do PAA, destacam-se medidas que possibilitaram a expansão da modalidade Compra com Doação Simultânea, executado em parceria com estados e municípios. A introdução do instrumento de contratação via termo de adesão com o MDS, em substituição ao convênio, facilitou a incorporação de mais estados e municípios e permitiu maior agilidade na implementação. Já o uso de sistema informatizado (Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos — SisPAA) facilitou o monitoramento da execução, o que proporcionou maior segurança, eficiência e transparência das informações. Até dezembro de 2015, 1.707 municípios participavam do PAA por meio do termo de adesão.

Também merece destaque a publicação do Decreto nº 8.473, de 2015, com efeitos a partir de 2016, que determina que no mínimo 30% das aquisições de alimentos realizadas no âmbito do governo federal devem ser provenientes da agricultura familiar, o que abre uma nova perspectiva de expansão de mercado para o segmento.

Ainda no âmbito da Segurança Alimentar, as ações que visam promover o acesso à água para populações rurais, tanto para o consumo humano e quanto para a produção de alimentos, também se configuram como Objetivos explicitados no PPA 2012-2015. Para garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional, ao longo dos anos de 2012 e 2015 foram entregues mais de 800 mil cisternas para consumo humano e 1,7 mil sistemas coletivos e, basicamente no semiárido brasileiro. No que se refere à água para produção de alimentos, ao longo do período de 2011 a 2015 foram contratadas diretamente pelo MDS mais de 155 mil tecnologias, concentradas também no semiárido, a partir de parcerias com estados, consórcios públicos e organizações da sociedade civil. Além disso, outras 40 mil tecnologias foram contratadas por meio de outras parcerias.

A política de assistência social, centrada no Sistema Único de Assistência Social (Suas), é um dos pilares da atuação do MDS. Esta Política está representada no PPA 2012-2015 pelo Programa Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas), em que todos os Objetivos são de responsabilidade do MDS. Esta política situa-se, no âmbito do BSM, preponderantemente no eixo do acesso aos serviços públicos.

Os princípios fundamentais do Suas encontram-se na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), base normativa da Assistência Social, que determina que a Assistência Social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e pela sociedade civil. Uma das principais inovações trazidas pelo Suas foi a implantação de um modelo de financiamento compartilhado entre os entes, denominado cofinanciamento. O Programa Fortalecimento do Suas foi estruturado em Objetivos relacionados à proteção social básica, proteção social especial, benefícios socioassistenciais, apoio à gestão nas demais esferas e fortalecimento do controle social.

Em conformidade com o Objetivo do PPA 2012-2015 de ampliar e qualificar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica, foi criado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), ofertado nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), sendo o principal serviço da proteção social básica. O Paif é complementado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), destinado a crianças, adolescentes e idosos. Ao final de 2015, o MDS participava do cofinanciamento da oferta do Paif em 5.532 municípios, ou seja 99,3% dos municípios brasileiros, por meio de 7.466 Cras, sendo 1.083 municípios atendidos com 1.254 equipes volantes. O SCFV foi ofertado em 5.038 municípios. Vale destacar também que no âmbito do Cras realiza-se o serviço de Busca Ativa, que visa identificar famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade e risco social de modo a possibilitar a inclusão das mesmas no Cadastro Único, a inserção nos serviços socioassistenciais e o encaminhamento a ações e serviços de outras políticas públicas.

Com relação ao Objetivo de ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados, concernente à proteção social especial, destaca-se a ampliação do cofinanciamento federal para os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) em municípios acima de 20 mil habitantes. No período de vigência do PPA 2012-2015, o cofinanciamento federal foi expandido de 2.083 (2012) para 2.518 Creas (2015), considerando as unidades municipais e regionais, sendo 271 unidades em fase de implantação, o que equivale a dizer que o cofinanciamento federal atinge 95% dos municípios com população acima de 20 mil habitantes. Com relação aos Centros de Referência para População em Situação de Rua (Centros Pop), a cobertura e o cofinanciamento da rede de passou de 101 unidades, em 2011, para 233 unidades, em 2015.

Vale destacar que essas unidades, Creas e Centros POP, são aptas a ofertar o serviço de abordagem social, estratégia proativa por meio da qual se busca identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras, visando à resolução de necessidades imediatas e a inserção dos indivíduos e famílias na rede de serviços socioassistenciais e em outras políticas públicas.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício da política de Assistência Social, conforme previsto na LOAS, de natureza individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, configura-se também como um dos Objetivos do PPA 2012-2015. Além da garantia do benefício a quem tem o direito, o MDS vem buscando formas de integrar os usuários aos serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais, entre os quais se destacam os esforços para a inserção no Cadastro Único e ações intersetoriais que visam ampliar a proteção e a inclusão social desse segmento, como o BPC na Escola e o BPC Trabalho. Em 2015 o BPC atendeu aproximadamente 4,2 milhões de beneficiários, sendo 2,3 milhões de pessoas com deficiência e 1,9 milhão de pessoas idosas. Ao longo de 2015 foram concedidos mais de 278 mil novos benefícios.

A melhoria da gestão encontra-se entre os principais objetivos do MDS. Nesse sentido, no âmbito do Suas, foram criados o Índice de Gestão do Suas (IGDSuas), que é o instrumento de mensuração da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e o Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS), por meio do qual já foram capacitados técnicos, gestores e conselheiros da assistência social, somando-se um total de mais de mais de 20 mil pessoas.

Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Planejamento estratégico no âmbito da unidade, conforme ressaltado no item relativo ao Planejamento Organizacional da Secretaria Executiva, representa a coordenação da implementação do Plano Plurianual – PPA 2012-2015 do MDS, bem como suas respectivas revisões periódicas, permitindo expressar de forma abrangente os programas e ações desenvolvidas pelo Ministério.

Assim, dentre as atribuições da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, inclui-se a de coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado os elementos do ciclo de gestão referentes aos estágios de elaboração, implantação, monitoramento e avaliação dos programas temáticos do PPA, bem como suas revisões periódicas, realizadas em cooperação com as áreas finalísticas do Ministério. As ações de responsabilidade direta da Secretaria Executiva estão contidas no Programa 2122 – Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O estágio atual do planejamento ao fim do exercício de 2015 se confunde com o fim do período de vigência do PPA 2012-15 e, portanto, com a finalização de seu monitoramento e realização de seu último ciclo de avaliação. Também marca a conclusão da elaboração do Plano Plurianual para o período de 2016-19, por meio de sua apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional.

Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Além da responsabilidade pela gestão dos objetivos de programas relativos ao Desenvolvimento Social no âmbito do Plano Plurianual, desde de 2011, com o advento do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), o MDS é responsável pela gestão e coordenação de suas ações. O BSM articula e mobiliza os esforços dos entes federados para a superação da extrema pobreza e seus eixos e metas estão alinhadas aos objetivos dos programas do Plano Plurianual 2012-2015.

Ao longo de mais de 4 anos desde a sua criação, o BSM foi o fio condutor de grandes avanços sociais, fruto da materialização de objetivos e metas. O Plano adotou uma estratégia intersetorial para diminuir a pobreza, nas várias formas em que ela se manifesta, baseada nos citados três eixos – garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. Todas as metas colocadas para o Plano até o final de 2014 foram alcançadas ou, na maioria dos casos, superadas, conforme demonstram dados recentemente divulgados.

O ano de 2015 foi um período de avaliação dos resultados alcançados pelo Plano Brasil sem Miséria e de desenho de uma nova fase, com quatro objetivos principais. O primeiro deles é consolidar as conquistas obtidas pela população que já superou a extrema pobreza, mantendo e fortalecendo as políticas que contribuíram para isso. O segundo é avançar nas iniciativas de inclusão econômica, proporcionando oportunidades aos jovens mais pobres, e ampliando o apoio ao empreendedorismo. O terceiro é garantir o atendimento a públicos e localidades para os quais a pobreza é mais persistente, com o apoio de um dos maiores legados do Plano Brasil sem Miséria: a estratégia de busca ativa. E o quarto objetivo é apoiar a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), visto que várias de suas metas têm componentes relativos à equidade no acesso e ao atendimento de públicos típicos do Brasil sem Miséria.

Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Tendo em vista que o principal instrumento de planejamento estratégico do MDS é o Plano Plurianual, no qual a Secretaria-Executiva atua como órgão setorial de planejamento e orçamento no âmbito do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, de acordo com a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, esta unidade utiliza o PPA como elemento central de seu planejamento, coordenando seu monitoramento e execução junto às demais secretarias finalísticas do Ministério.

Para tanto a Secretaria-Executiva, por meio de sua Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO/SE) orienta tecnicamente as demais unidades do Ministério para a realização das atividades de monitoramento apoiadas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), que é o sistema estruturante do governo brasileiro para o monitoramento dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas, bem como do acompanhamento orçamentário.

Desempenho orçamentário

Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

O MDS é responsável pelas políticas de assistência social, renda de cidadania e segurança alimentar e nutricional, além de ter papel central na coordenação do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que conforma uma estratégia que visa alcançar os cidadãos em sua integralidade, articulando ações de garantia de renda com iniciativas de inclusão produtiva e de acesso aos serviços públicos.

A atuação da Secretaria-Executiva tem caráter estratégico na condução de políticas públicas, porém esta UPC não é diretamente responsável pela execução de objetivos de responsabilidade do MDS no PPA 2012-1015. Dessa forma, o detalhamento das informações referentes a objetivos e metas estão expressos nos relatórios de gestão da unidade Prestadora de Contas a quem cumpra seu desenvolvimento de forma mais direta, a saber:

- Programa Bolsa Família (2019) Secretaria Nacional de Renda de Cidadania;
- Programa Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (2037) Secretaria Nacional de Assistência Social;
- Programa Segurança Alimentar e Nutricional (2069) Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em relação ao Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de responsabilidade da Secretaria-Executiva do Órgão, cabe esclarecer que se trata de um programa de gestão, não possuindo, portanto, objetivos, indicadores, metas ou iniciativas.

No item "Descrição Sintética Dos Objetivos Do Exercício" deste relatório é consignada análise que contempla visão geral sobre os objetivos afetos ao órgão e, por conseguinte, das políticas públicas concernentes ao mesmo.

Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Não existem programas temáticos sob a responsabilidade da UPC SE MDS. Por se tratar, essencialmente, de área meio, o único programa sob gestão da Secretaria-Executiva é o 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que se trata de um programa de gestão.

As duas ações escolhidas para serem detalhadas nos quadros abaixo estão entre as mais significativas das 13 ações meio que compõem o Programa 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A ação 2000 – Administração da unidade em face de abarcar os principais contratos administrativos e de informática da Pasta, que equivale a 51,6% dos recursos empenhados do referido Programa. Ressalte-se que não ocorreram alterações significativas na execução de todas as ações do Programa tanto neste exercício como em exercício anteriores.

Nesse sentido estão detalhadas a seguir a execução dessas rubricas do orçamento do exercício da unidade:

Quadro 4 – Ações do OFSS – Ação 2000 - Administração da Unidade

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação										
Código		2000				Tipo: At	ividade			
Título		Adminis	stração da U	nidade						
Iniciativa		Não se a	aplica por nã	o integrar program	a temático	o, conform	e art. 6º da Lei 1	2.593,	de 18.01.2012.	
Objetivo		Não se a	aplica	Código: -						
Programa		Program Código:		e Manutenção do l	Ministério		volvimento Soci Tipo: Programa			
Unidade Orçamentá	ária	55101 -	- Ministério	do Desenvolvimen	o Social	e Combate	à Fome			
Ação Prioritária		() Sin	n (X)Nã	io Caso positivo	: ()PA	.C () E	Brasil sem Miséri	a ()	Outras	
			Lei (Orçamentária Anua	ıl do exer	cício				
	Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação	0			Despesa			Restos a Pagar do exercício			
Inicial	Final	Eı	Empenhada Liquidada		Pag	ga	Processados Não Processados		Processados	
131.777.512 1	105.481.	403 9	7.596.846	82.889.029	82.888	8.144	884		14.707.817	
				Execução Fí	sica					
Descrição	o do mot	0	Uni	idade de medida			Meta			
Descrição	o da illet	a	Oili	idade de medida	Pı	revista	Reprogramad	a (*)	Realizada	
Não	o há			Não há	N	lão há	Não há		Não há	
		F	Restos a Paga	nr Não processados	- Exercío	cios Anteri	ores			
Exe	ecução C)rçament	tária e Financ	ceira		E	execução Física -	Metas		
Valor em 1º de janeiro Valor Lic			Liquidado	Valor Cancelado	`	crição da Meta	Unidade de mo	edida	Realizada	
27.705.213		11.0	070.992	5.002.300	N	lão há	Não há		Não há	

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise de Desempenho

O quadro abaixo sintetiza a execução da ação 2000 pela Subsecretaria e Assuntos Administrativos/SAA distribuídos por áreas responsáveis pelos tipos de despesas:

R\$1,00

Área Meio do MDS	Dotação (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	% Emp. (B/A)	% Liq. (C/A)	% Pag. (D/A)
CGLC - Coordenação-Geral de Licitações e Contratos	68.579.239	63.380.892	55.131.276	55.131.276	92%	80%	80%
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação	14.487.809	14.068.783	8.752.041	8.752.041	97%	60%	60%
ASCOM - Assessoria de Comunicação	11.571.471	10.612.865	9.776.513	9.776.513	92%	84%	84%
CGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos	10.842.884	9.534.305	9.229.198	9.228.314	88%	85%	85%
TOTAL	105.481.403	97.596.846	82.889.029	82.888.144	93%	79%	79%

Fonte: SISPOAD/MDS

As despesas constantes do quadro acima compreendem: serviços administrativos; pessoal temporário; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Cabe registrar que as despesas necessárias para manutenção dos programas finalísticos constam de orçamento próprio das respectivas unidades responsáveis pelas ações.

No que diz respeito às despesas referentes aos espaços físicos ocupados em edifícios cuja gestão é de responsabilidade de outros órgãos, informa-se abaixo os valores descentralizados, em 2015, a titulo de cota condominial:

- Condomínio do Bloco "A" UG 180077: **R\$ 3.845.413,00 (PI 02000405036)**;
- Condomínio do Bloco "C" UG 201002: R\$ 2.516.200,00 (PI 02000405037); e
- Condomínio Ocup. do DNIT UG 393003: **R\$ 1.342.999,00 (PI 02000405065).**

Com relação aos valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores no valor de R\$ 27.801.063,00 (vinte e sete milhões, oitocentos e um e sessenta e três reais) destaca-se que os mesmos foram realizados ao longo do exercício, restando 41,8% para serem saldados no exercício de 2016, conforme detalhado no quadro a seguir:

R\$ 1,00

LINIDADE	INSCRITO /	VALORES	VALORES	VALORES A
UNIDADE	REINSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	PAGAR
CGRH	328.627	-181.472	147.154	0
DTI	9.789.855	-286.988	6.131.521	3.371.346
ASCOM	3.630.017	-459.328	1.943.740	1.226.949
CGLC	14.052.565	-4.077.335	2.941.604	7.033.626
TOTAL:	27.801.063	-5.005.123	11.164.019	11.631.920

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 5 – Ações do OFSS – Ação 4907 - Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação								
Código	4907	Tipo: Atividade						
Título	Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e C	Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome						
Iniciativa	Não se aplica por não integrar programa temático	ão se aplica por não integrar programa temático, conforme art. 6º da Lei 12.593, de 18.01.2012.						
Objetivo	Não se aplica Código: -							
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Código: 2122	o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Tipo: Programa de Gestão						
Unidade Orçamentária	55101 - Ministério do Desenvolvimento Social o	55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PA	.C () Brasil sem Miséria () Outras						

Lei Orçamentária Anual do exercício										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação Despesa						Restos a Pa	gar do	exercício		
Inicial	Fin	al	Empe	nhada	Liquidada		Paga	Processados	Não	Processados
14.360.644	14.360	.644	12.15	4.705	10.145.841		10.145.841		2	2.008.864
Execução Física										
Dagari		ata		I I	dada da madida		Meta			
Descri	ção da m	eta		Unidade de medida		Prevista	Reprogramada (*)		Realizada	
Pessoa atendida					unidade		4.100.000	4.100.000		2.641.615
			Rest	os a Paga	r Não processado	s - I	Exercícios Anterio	ores		
]	Execução	Orçam	entária	e Financ	eira		Е	xecução Física -	Metas	
Valor em 1º de janeiro Valor Liquidad		uidado	Valor Cancela	do	Descrição da Meta	Unidade de me	edida	Realizada		
2.478.025	5		781.50	04	0		Pessoa atendida	unidade		557.333

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise de Desempenho

A ação 4907 – Ouvidoria-Geral do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome comporta recursos para manutenção de canais a fim de executar o serviço de atendimento ao cidadão, o qual compreende: esclarecimentos de dúvidas; orientações acerca dos programas, projetos e ações do Ministério; registros de denúncias, reclamações, sugestões, solicitações e elogios. Para tanto, possui dois contratos vigentes, cujos objetos são:

- a) Prestação de serviços especializados em Telemarketing destinados à Central de Relacionamento do MDS, incluindo os serviços de Teleatendimento Receptivo, Ativo, Multimeios (e-mail/formulário eletrônico, carta, fax, *chat* e atendimento presencial), de suporte aos usuários de sistemas de informações do MDS (Help Desk) e de apoio à Ouvidoria, abrangendo todos os recursos necessários à execução e manutenção dos serviços, em especial: infraestrutura, recursos humanos, gestão e tecnologia; celebrado com a empresa Call Tecnologia e Serviços Ltda., no âmbito do Contrato Administrativo nº 17/2013, o qual teve início em 16.05.2013, foi prorrogado até o dia 14/08/2016, pelo 4º Termo de Aditivo, assinado em 14.08.2015. Com relação a esse Contrato cabe informar a supressão quantitativa de atendimentos no valor de R\$ 5.335.850,72, equivalentes a 49,64% de seu valor inicial, conforme realinhamento econômico-financeiro; e
 - b) Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Discagem Gratuita (DDG), utilizando o 0800 707 2003, no sistema de tarifação reversa, para atender aos usuários da Central de Relacionamento do MDS, celebrado com a empresa Oi S.A, no âmbito do Contrato Administrativo nº. 29/2012, o qual teve seu término em 15 de junho de 2014 Para continuidade da prestação do serviço, houve novo processo licitatório, por meio do Edital de Pregão Eletrônico nº. 19/2014, e foi firmado o Contrato Administrativo nº. 48/2014 com a empresa Oi S.A, em 16 de junho de 2014, com prazo de vigência de 24 meses.

A tabela a seguir elenca os contratos vinculados à Central de Relacionamento e ao prefixo 0800 do MDS.

Contrato Vinculado à Ação 4907 – Ouvidoria

	Contrato		Contratada	Objeto	Início	Término	Valor global
Nº	Ano	Número	Empresa	Ουμειο	Data	Data	
17	2013	71000.025149/2013-72	Call Tecnologia e Serviços Ltda.	Telemarketing destinados à Central de Relacionamento do MDS	16/05/2013	14/08/2016	14.178.597,64
48	2014	71000.093075/2013-05	Oi S.A.	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Discagem Gratuita (DDG), utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, para atender aos usuários da Central de Relacionamento do MDS	16/06/2014	15/06/2016	3.447.484,82

Fonte: SAA/SE/MDS

O resultado da meta física de pessoas atendidas realizada no período de janeiro a dezembro de 2015 foi de 2.641.615, ou seja, esse é o número total de atendimentos relativo ao serviço de Call Center e de Ouvidoria. Desta forma, o número de atendimentos realizados referente à ação 4907 teve redução de aproximadamente 45% em relação à meta física inicialmente planejada.

Informa-se ainda que a execução financeira do Contrato nº. 17/2013 foi de R\$ 10.429.782,49. Os serviços prestados no âmbito do Contrato nº 17/2013 abrangem o atendimento aos beneficiários, gestores e técnicos municipais dos programas sociais, bem como ao pessoal do interno do MDS.

O contrato de telefonia acima citado totalizou, ao longo do ano de 2015, 4,823 milhões de chamadas atendidas pela Central de Relacionamento do MDS, em média 401 mil ligações/mês, sendo 16,8 milhões de minutos falados, em média 1,404 milhões de minutos falados/mês, conforme relatório detalhado das faturas apresentadas pela concessionária de telefonia. Destaca-se que sua execução financeira foi de R\$ 1.017.842,12.

Ações não Previstas na LOA do exercício - Restos a Pagar não Processados - OFSS

Quadro 6 – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação							
Código		11JM			Tipo: Pro	ojeto	
Título		Const	rução do Anexo do	Bloco C na Espla	nada dos N	Ministérios	
Programa		Códig	go: 1006		Tipo: Pro	ograma de Gestão	
Unidade Orçame	ntária	55101	- Ministério do De	senvolvimento Sc	cial e Con	nbate à Fome	
Ação Prioritária		() Si	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
		Restos	s a Pagar Não prod	cessados - Exercí	cios Anter	riores	
Execuçã	ão Orçamentár	ia e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado		Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizado
1.581.673 0			0	Edifício cons	truído	(% de execução física)	0

Análise Situacional

A Ação 11JM, Programa de Código nº. 1006, trata da elaboração dos projetos arquitetônicos e complementares para Construção do Edifício Anexo do Bloco C da Esplanada dos Ministérios.

Os valores referentes ao Contrato nº 035/2010 inscritos em restos a pagar não processados deverão ser mantidos para o exercício de 2016, para fins de pagamento das parcelas referentes aos serviços de elaboração dos projetos do Edifício Anexo do Bloco C pelo Escritório de Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda.

O resto a pagar acima refere-se a 50% do montante empenhado em 2010, que se refere à contratação da empresa Arquitetura Urbanismo Oscar Niemeyer S/C, CNPJ 29.269.586/0001-76. O referido resto a pagar não foi pago tendo em vista a complexidade para os técnicos do MDS em atestar o referido projeto.

Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

A dotação inicial designada ao Programa 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi de R\$ 260.907.977, sendo que ao final do exercício atingiu o valor de R\$ 242.231.868,00. Deste montante, foram empenhados 88% e efetivamente liquidados e pagos 78% da dotação final.

Cabe enfatizar que não ocorreram alterações significativas na execução orçamentária neste exercício em relação ao anterior, tanto nos créditos originários da UPC, assim como nos créditos executados diretamente e os executados por movimentação. Tal desempenho é consequência da melhoria de gestão implementada na UPC em face do contingenciamento e das limitações de empenho nas despesas administrativas.

Como evento positivo em 2015, no que pese o contingenciamento que atingiu o MDS, as ações do programa de gestão não prejudicaram substantivamente a execução das políticas finalísticas sob responsabilidade da Pasta, tendo em vista a implementação de um novo planejamento das ações inicialmente programadas.

Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 7 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

	Identificação da Conta Contábil										
Cód	igo SIAFI		Denominação								
213	311.0100	Fornecedo	ores Nacionais								
	Linha Detalhe										
UG	Credor (CNPJ/CPF)		Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015					
550005	028.699.248-52		0,00	1.030,52	1.030,52	0,00					
	Identificação da Conta Contábil										
Cód	igo SIAFI			Denomi	nação						
213	311.0400	Contas a F	Pagar Credores Nacio	onais							
			Lin	ha Detalhe							
UG	Credor (CN	PJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015					
550005	00.082.024/0	0001-37	0,00	2.552,02	2.552,02	0,00					
550005	04.963.136/0	0001-58	0,00	60.483,61	60.483,61	0,00					
550005	06.094.093/0	0001-47	0,00	12.558,12	12.558,12	0,00					
550005	33.372.251/0	0001-56	0,00	1.368,05	1.368,05	0,00					
550005	33.530.486/0	0001-29	0,00	6.548,11	6.548,11	0,00					
550005	339092936	68115	120,00	120,00	0,00	0,00					
550005	5 668.115.702-53		0,00	480,00	480,00	0,00					
550005	974133		05 974133		0,00	3.887,36	40.033,27	36.145,91			
Fonte: Te	souro Gerencial				•						

Em relação à UG 550005 - CGLC, os maiores montantes são reconhecimento de passivos de fornecedores que foram reconhecidos e resolvidos no próprio exercício.

O saldo no final de 2015 de reconhecimento de passivos, no valor de R\$ 36.145,91, refere-se despesas junto à CEB – Distribuição S.A., cujo lançamento contábil foi feita de forma indevida. A conta contábil será ajustada no próximo exercício.

Pelo exposto, observa-se que os impactos dos passivos reconhecidos sobre a gestão orçamentária e financeira desta UPC, tanto neste exercício como em anteriores, é de valor irrelevante e residual.

Quadro 8 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

	Identificação da Conta Contábil									
Código SIAFI Denominação										
211	21111.0102 Decimo Terceiro Salário a Pagar									
	Linha Detalhe									
UG	Credor (CN	PJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014				
550006	-		345.535,60	0	0	345.535,60				
Fonte: Tes	Fonte: Tesouro Gerencial									

Em relação à UG 550006, trata-se de provisão de décimo terceiro salário do exercício de 2012 em que não foi efetuada a baixa na conta contábil quando do efetivo pagamento. Informa-se que esta conta contábil foi ajustada em março de 2016.

Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 9 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

R\$ 1.00

	Restos a Pagar não Processados							
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015				
2014	32.886.141	18.631.047	-2.480.641	11.774.454				
2013	6.134.509	600	-3.992.709	2.141.201				
2012	56.482	0	0	56.482				
2011	3.049.958	71.529	-2.978.429	0				
2010	1.581.673	0	0	1.581.673				

	Restos a Pagar Processados							
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015				
2014	121.348	121.348	0	0				
2013	0	0	0	0				
2012	2.711	0	-2.711	0				
2011	112	0	-112	0				
2010	0	0	0	0				

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

Restos a Pagar Não Processados

O impacto dos restos a pagar pagos no exercício, no valor de R\$ 18.703.176,00, na gestão financeira da UPC equivale a um doze avos das despesas totais pagas. Neste sentido, o valor é adequado à gestão orçamentária e financeira do MDS.

Quanto à permanência de RAP Não Processados por mais de um exercício financeiro sem pagamento, o montante de R\$ 1.581.673,00, referente a 2010, trata-se do pagamento do projeto para a construção do Edifício Anexo do Bloco C, uma vez que a análise dos trabalhos apresentados pela contratada depende de contratação de consultoria técnica para ser efetivada.

Em 2011, os restos a pagar não processado da UPC ocorreram, principalmente, na ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, no valor de R\$ 2.978.429,00, o que equivale a 98% do total de RAP no ano. Cabe esclarecer que este montante foi cancelado em 2015, uma vez que não havia mais despesas pendentes para o orçamento do exercício.

Quanto aos exercícios de 2012 e 2013, os saldos em restos a pagar não processados é resultante de diversos empenhos em abertos. Sobre o assunto, a UPC SE está tomando providência no

sentido de pagar ou cancelar estes contratos, haja vista o significativo cancelamento observado nos empenhos de 2013.

Finalmente, o montante dos restos a pagar não processos inscritos em 2014 é de R\$ 32.886.141,00, o que corresponde a 75% do total inscrito pela UPC SE. Do valor total referente a este exercício, 64% foi pagou ou cancelado. Com relação ao saldo a pagar, se está tomando providencia no sentido de dar solução definitiva para os mesmos.

Restos a Pagar Processados

Com relação aos Restos a Pagar Processados, não ficou saldo ao final do exercício de 2015.

Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 10 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Valores em R\$ 1,00

		Un	idade Cor	ncedente ou Contratant	te	Valores em R\$ 1,00	
Nome:	Secretar	Secretaria-Executiva MDS					
CNPJ:	05.526.7	05.526.783/0001-65					
UG/GESTÃO:	550003/	550003/00001					
Modalidade	Instrum em (uantidade nentos Ce Cada Exe	lebrados rcício	Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)			
G A:	2015	2014	2013	2015	2014	2013	
Convênio	-	-	-	-	-	-	
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-	
Termo de Cooperação	-	1	-	-	29.088	-	
Termo de Execução Descentralizada	-	-	-	-	-	-	
Totais	-	1	-	-	29.088	-	
		Un	idade Cor	icedente ou Contratant	te		
Nome:	Coorder	nação-Gera	ıl de Logís	stica e Administração M	DS		
CNPJ:	05.756.2	246/0004-5	54				
UG/GESTÃO:	550005/	00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)			
	2015	2014	2013	2015	2014	2013	
Convênio	-	1	-	-	-	-	
Termo de Compromisso	-	ı	-	-	1	-	
Termo de Cooperação	-	12	7	-	14.790.996	6.675.446	
Termo de Execução Descentralizada	4	-	-	2.440.237	-	-	
Totais	4	12	7	2.440.237	14.790.996	6.675.446	
		Un	idade Cor	cedente ou Contratant	te		
Nome:	Coorder	nação-Gera	ıl de Recu	rsos Humanos MDS			
CNPJ:	05.756.2	246/0003-7	73				
UG/GESTÃO:	550006/	00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (e R\$ 1,00)			
	2015	2014	2013	2015	2014	2013	
Convênio	-	-	-	-	-	-	
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-	
Termo de Cooperação	-	1	2	-	9.100	43.213	
Termo de Execução Descentralizada	1	-	-	45.780	-	-	
Totais	1	1	2	45.780	9.100	43.213	

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome:	II Projet	to de Apoi	o ao PBF o	e ao CNDS			
CNPJ:	05.526.	783/0001-6	55				
UG/GESTÃO:	550017/	/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício		Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)				
	2015	2014	2013	2015	2014	2013	
Convênio	-	-	-	-	-	-	
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-	
Termo de Cooperação	-	1	-	-	893.549	-	
Termo de Execução Descentralizada	1	-	-	0	-	-	
Totais	1	1	-	-	893.549	-	

Fonte: Siafi Operacional

Quadro 11 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

	Unidade Concedente						
Nome: Secre	taria-Executiva MDS	3					
CNPJ: 05.52	26.783/0001-65	UG/GESTÃO: 550003/	/00001				
Exercício da	Quantitativas a N	Iontanto Donassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)				
Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse		
	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-		
2015	Contas Prestadas	Montante Repassado	-	-	-		
2013	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-		
		Montante Repassado	-	-			
	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-		
2014		Montante Repassado	-	-	-		
2014	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	1	-		
		Montante Repassado	-	29.088	-		
		Quantidade	-	-	-		
2012	Contas Prestadas	Montante Repassado	-	-	-		
2013	Contas NÃO	Quantidade	-	-	-		
	Prestadas	Montante Repassado		-	-		
Anteriores	Contas NÃO	Quantidade	-	-	-		
a 2013	Prestadas	Montante Repassado	-	-	-		

Fonte: Siafi Operacional

	Unidade Concedente							
Nome: Coordenação-Geral de Logística e Administração MDS								
CNPJ: 05.75	56.246/0004-54	UG/GESTÃO: 550005	/00001					
Exercício da Prestação das Contas			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)					
		Iontante Repassados	Convênios	Termo de Cooperação/Execução Descentralizada	Contratos de Repasse			
	Control Durate de s	Quantidade	-	3	-			
2015	Contas Prestadas	Montante Repassado	-	2.360.005	-			
2015	Contas NÃO	Quantidade	-	4	-			
	Prestadas	Montante Repassado	-	5.552.657	-			
	C A D A I	Quantidade	-	-	-			
2014	Contas Prestadas	Montante Repassado	-	-	-			
2014	Contas NÃO	Quantidade	-	2	-			
	Prestadas	Montante Repassado	-	58.002	-			

	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
2013		Montante Repassado	-	-	1
2013	Contas NÃO	Quantidade	-	-	-
	Prestadas	Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2013 Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	
	Prestadas	Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Siafi Operacional

		Unidad	e Concedente			
Nome: Coord	denação-Geral de Rec	cursos Humanos MDS				
CNPJ: 05.75	56.246/0003-73	UG/GESTÃO: 550006/	/00001			
Exercício da	Quantitativos e Montante Repassados -		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
Prestação das Contas			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
	Contas Prestadas	Quantidade	-	1	-	
2015	Contas Prestadas	Montante Repassado	-	9.100	-	
2015	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	
		Montante Repassado	-	-	-	
	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-	
2014		Montante Repassado	-	-	-	
2014	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	
		Montante Repassado	-	-	-	
	Contas Prestadas	Quantidade	-	1	-	
2013	Contas Prestadas	Montante Repassado	-	10.213	-	
2013	Contas NÃO	Quantidade	-	-	-	
	Prestadas	Montante Repassado	-	-	-	
Anteriores	Contas NÃO	Quantidade	-	-	-	
a 2013	Prestadas	Montante Repassado	-	-	-	
Fonte: Siafi (Operacional e SAA					

Quadro 12 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

	Unidade Conc	edente ou Contrat	ante		
Nome: Secretaria-Exe	ecutiva MDS				
UG/GESTÃO: 55000	3/00001				
Contag apragantad	os oo rangssadar na avaraíaia da		Instrumentos		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada	
	Quantidade aprovada	-	-	-	
Contas analisadas	Quantidade reprovada	1	-	-	
Contas anansadas	Quantidade de TCE instauradas	1	-	-	
	Montante repassado (R\$)	ı	-	ı	
Contas NÃO	Quantidade	ı	-	ı	
analisadas	Montante repassado (R\$)	ı	-	ı	
	Unidade Conc	edente ou Contrat	ante		
Nome: Coordenação-	Geral de Logística e Administração	MDS			
UG/GESTÃO: 55000	5/00001				
		Instrumentos			
referência	as ao repassador no exercício de a do relatório de gestão	Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada	
	Quantidade aprovada	-	-	3	
Contas analisadas	Quantidade reprovada	-	-	-	
Contas anansadas	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-	
	Montante repassado (R\$)	-	-	2.360.005	
Contas NÃO	Quantidade	-	-	-	
analisadas	Montante repassado (R\$)	-	-	-	
	Unidade Conc	edente ou Contrat	ante		
Nome: Coordenação-	Geral de Recursos Humanos MDS				
UG/GESTÃO: 55000	6/00001				
Contag annaganta d	as ao repassador no exercício de	Instrumentos			
	as ao repassador no exercicio de a do relatório de gestão	Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada	
	Quantidade aprovada	-	-	1	
Contag angliss 1	Quantidade reprovada	-	-	-	
Contas analisadas	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-	
	Montante repassado (R\$)	-	-	9.100	
Contas NÃO	Quantidade	-	-	-	
analisadas	Montante repassado (R\$)	-	_	_	

Quadro 13 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

	Unidade Concede	ente ou Contratant	te		
Nome: Secretaria-Executiva/ MDS					
UG/GESTÃO: 550003/00001					
		Quantidade de dia	s de atraso na aná	ilise das contas	}
Instrumentos da transferência	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	-	-	-	-	-
	Unidade Concede	ente ou Contratant	te		I
Nome: Coordenação-Geral de Logística e A	Administração MDS	,			
UG/GESTÃO: 550005/00001					
		Quantidade de dia	s de atraso na aná	ilise das contas	}
Instrumentos da transferência	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	-	-	-	-	-
	Unidade Concede	ente ou Contratant	te		
Nome: Coordenação-Geral de Recursos Hu	manos MDS				
UG/GESTÃO: 550006/00001					
		Quantidade de dia	s de atraso na aná	ilise das contas	<u> </u>
Instrumentos da transferência	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	-	-	-	-	-
	Unidade Concede	ente ou Contratant	te		
Nome: II Projeto de Apoio ao PBF e ao CN	IDS				
UG/GESTÃO: 550017/00001					
		Quantidade de dia	s de atraso na aná	ilise das contas	}
Instrumentos da transferência	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Operacional

Análise Crítica

Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:

Não há transferências nessa situação.

Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Em relação à UG 550005 – CGLC as transferências principais até 2014 referiam-se aos condomínios dos Blocos C e A e DNIT, principalmente, em que eram transferidos recursos do rateio das despesas para os Ministérios do Planejamento. Esporte e Transporte. A partir do exercício de 2015, tais despesas foram executadas sem a necessidade de formalização de Termo de Execução Descentrada - TED.

Quanto a UG 550006 - CGRH/MDS realizou apenas uma transferência para a Fundação Escola Nacional de Administração Público, a fim de propiciar capacitação de servidores públicos vinculados ao MDS, em razão da parceria com entre os órgãos, visando a realização de programa de aperfeiçoamento em gestão de políticas de proteção e desenvolvimento social.

No que se refere a UG 550017 – II Projeto de Apoio ao PBF e CNDS realizou a transferência de recursos para o Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística para apoio na realização da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD com itens para avaliação das políticas implementadas pelo MDS, a pedido da SAGI.

A UG 550003 não firmou TED em 2015.

Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

No exercício de 2015 houve quatro situações de não prestação de contas identificadas na UG 550005 — CGLC, no valor total de R\$ 5.552.657. Estão sendo tomadas providências no sentido de regularizar a prestação de contas junto aos parceiros que executaram os recursos do MDS. Cabe destacar que utilizamos como parâmetro de prazo os mesmos utilizados nos convênios.

Em relação ao acordo internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no montante de R\$ 11.939.651,00, foi registrado como convênio e tem sido tomadas providências junto ao Ministério do Planejamento para mudança da vinculação no SIASG, mas até o presente momento nos foi informado da impossibilidade de alteração, em face da não estar previsto no referido sistema. Esta situação foi verificada no Relatório de Gestão de 2014 e perdura em 2015, sem que se vislumbre solução para o problema.

Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Como em exercícios anteriores, as Unidades Gestoras da SE não têm realizado transferências por meio de convênios, apenas por meio de termos de execução descentralizada. Nesta forma de transferência a operacionalização tem sido efetuada pelas Unidades Gestoras recebedoras dos recursos. Tal procedimento tornou as operações mais eficientes.

Também com verificado anteriormente, as Unidades Gestoras da SE têm apenas executado prioritariamente os contratos administrativos do MDS como um todo, e para isso está com disponibilidade

adequada de recursos humanos e materiais, deixando para as Secretarias finalísticas a execução por meio de convênios com entidades governamentais e não governamentais.

Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;

Como orientação administrativa, as Unidades Gestoras da SE não realiza transferências por meio de convênios, apenas por meio de termos de execução descentralizada. Desta forma de transferência a operacionalização dá-se com o auxílio da estrutura das Unidades Gestoras recebedoras dos recursos.

Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

As transferências efetuadas pelo MDS visam otimizar os recursos disponíveis, na medida em que se busca parcerias especializadas em assuntos diversos de interesse desta Pasta, sem necessidade de criação de instrumentos próprios, como, por exemplo, capacitação de servidores, onde se utiliza a estrutura da ENAP e pesquisas diversas, utilizando-se ferramentas específicas do IBGE.

Informações sobre a execução das despesas

Quadro 14 – Despesas por modalidade de contratação – Créditos originários da LOA

Uni	dade Orçamentária: Ministério do Desenvolvimento So	ocial e Combate à Fo	me Cód	igo UO: 55101	UGO: 550002
Ma	delidada da Contratação	Despesa	liquidada	Despes	a paga
MO	dalidade de Contratação	2015	2014	2015	2014
1.	Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	123.997.146	145.992.485	116.526.355	132.981.152
	a) Convite	0	0	0	0
	b) Tomada de Preços	6.649	225.021	6.649	222.852
	c) Concorrência	18.321.202	13.567.438	18.321.202	13.567.438
	d) Pregão	105.661.614	132.103.410	98.190.823	119.094.246
	e) Concurso	0	0	0	0
	f) Consulta	0	0	0	0
	g) Regime Dif. de Contratações Públicas	7.682	96.616	7.682	96.616
2.	Contratações Diretas (h+i)	269.874.704	299.542.064	256.411.563	287.038.851
	h) Dispensa	258.989.473	281.519.558	245.849.181	269.202.210
	i) Inexigibilidade	10.885.231	18.022.506	10.562.382	17.836.641
3.	Regime de Execução Especial	4.705	10.561	4.705	10.561
	j) Suprimento de Fundos	4.705	10.561	4.705	10.561
4.	Pagamento de Pessoal (k+l)	78.789.583	74.729.848	78.784.481	74.699.773
	k) Pagamento em Folha	75.951.531	69.773.809	75.951.531	69.745.488
	l) Diárias	2.838.052	4.956.039	2.832.950	4.954.285
5.	Outros (não se aplica)	26.974.479.301	27.861.924.969	26.971.089.019	27.832.993.388
6.	Total (1+2+3+4+5)	27.447.145.439	28.382.199.927	27.422.816.123	28.327.723.725

Quadro 15 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: Ministério do Dese	nidade Orçamentária: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Código UO: 55101 UGO: 55000													
		D	ESPESAS CORR	ENTES										
Crunos do Dosnoso	Emper	ihada	Liqui	dada	RP não pro	ocessados	Valore	es Pagos						
Grupos de Despesa	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014						
1. Despesas de Pessoal	78.943.447	70.491.543	75.951.531	69.773.809	2.991.916	717.734	75.951.531	69.745.488						
Venc. E Vantagens Fixas – Pessoal Civil	61.456.409	55.111.903	60.535.979	55.058.978	920.430	52.925	60.535.979	55.058.978						
Obrigações Patronais	10.256.000	8.891.898	10.036.664	8.859.501	219.336	32.397	10.036.664	8.859.501						
Ressarc. de Desp. de Pessoas Requisitadas	2.513.138	3.126.197	1.870.170	2.495.654	642.968	630.543	1.870.170	2.495.654						
Demais elementos do grupo	4.717.900	3.361.545	3.508.718	3.359.676	1.209.182	1.869	3.508.718	3.331.355						
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0						
3. Outras Despesas Correntes	28.806.001.351	29.002.391.569	27.348.801.749	28.118.713.835	1.457.199.602	883.677.734	27.324.497.607	28.065.089.154						
Outros Auxílios Financeiros a PF	27.045.794.555	26.424.809.400	26.385.345.680	26.221.784.198	660.448.875	203.025.202	26.385.345.680	26.221.784.198						
Contribuições – Fundo a Fundo	1.047.266.113	1.574.965.373	471.821.665	1.311.014.953	575.444.448	263.950.420	471.821.665	1.283.043.842						
Material, Bem ou Serviço p/ Distrib. Grat.	430.519.464	632.532.022	319.805.647	373.222.089	110.713.817	259.309.933	296.383.360	348.822.270						
Demais elementos do grupo	282.421.219	370.084.774	171.828.757	212.692.595	110.592.462	157.392.179	170.946.902	211.438.845						
		D	ESPESAS DE CA	PITAL										
4. Investimentos	140.801.416	552.638.124	22.392.160	726.194.305	118.409.257	358.925.842	22.366.985	192.889.083						
Contribuições – Fundo a Fundo	11.240.008	227.584.621	0	422.507.767	11.240.008	196.921.422	0	29.840.000						
Obras e Instalações	100.750.208	184.160.775	19.265.820	187.327.874	81.484.388	55.243.974	19.265.820	128.916.801						
Rateio pela Partic. em Consórcio Publico	949.987	115.975.026	0	55.720.712	949.987	89.416.605	0	26.558.421						
Demais elementos do grupo	27.861.213	24.917.702	3.126.340	60.637.952	24.734.874	17.343.841	3.101.165	7.573.861						
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0						
6. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0						

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 16 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UPC

Unidade Orçamentária:	Ministério do Des	envolvimento Soc	ial e Combate à Fo	me	Código UO	: 55101	UGO: 5	50002
		D	ESPESAS CORR	ENTES				
Commanda Damana	Empen	hada	Liqui	dada	RP não pr	ocessados	Valores	Pagos
Grupos de Despesa	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	78.943.447	70.491.543	75.951.531	69.773.809	2.991.916	717.734	75.951.531	69.745.488
Venc. E Vantagens Fixas – Pessoal Civil	61.456.409	55.111.903	60.535.979	55.058.978	920.430	52.925	60.535.979	55.058.978
Obrigações Patronais	10.256.000	8.891.898	10.036.664	8.859.501	219.336	32.397	10.036.664	8.859.501
Ressarc. de Desp. de Pessoas Requisitadas	2.513.138	3.126.197	1.870.170	2.495.654	642.968	630.543	1.870.170	2.495.654
Demais elementos do grupo	4.717.900	3.361.545	3.508.718	3.359.676	1.209.182	1.869	3.508.718	3.331.355
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes	166.866.416	128.171.702	127.226.902	101.902.368	39.639.514	26.269.334	127.226.902	101.809.340
Outros Serviços de Terceiros - PJ	96.240.992	60.462.614	63.207.744	40.711.578	33.033.248	19.751.037	63.207.744	40.711.578
Locação de Mão-de-Obra	46.342.502	33.726.226	42.318.857	32.765.013	4.023.645	961.213	42.318.857	32.765.013
Contratação por Tempo Determinado	7.245.842	11.058.572	6.927.037	10.979.532	318.805	79.041	6.927.037	10.886.504
Demais elementos do grupo	17.037.080	22.924.290	14.773.264	17.446.246	2.263.816	5.478.044	14.773.264	17.446.246
		D	ESPESAS DE CA	PITAL				
4. Investimentos	8.554.550	7.918.755	1.641.254	1.759.380	1.641.254	6.159.375	1.641.254	1.759.380
Equipamentos e Material Permanente	3.674.586	7.409.656	994.258	1.318.405	994.258	6.091.250	994.258	1.318.405
Outros Serviços de Terceiros - PJ	4.877.164	440.975	644.196	440.975	644.196	0	644.196	440.975
Demais elementos do grupo	2.800	68.124	2.800	0	2.800	68.124	2.800	0
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise crítica da realização da despesa

Alterações significativas ocorridas no exercício:

Não ocorreram alterações significativas neste exercício em relação ao exercício anterior nos créditos originários da UPC, assim como nos créditos executados diretamente pela UPC e os executados por movimentação.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

Dos créditos originários da UPC estas modalidades de contratação representaram menos de 1% dos recursos liquidados e pagos no exercício.

A principal modalidade de licitação da UO 55101 é a classificada como "não se aplica" em face da ação 8442 — Transferência de Renda Diretamente às Famílias Em Condição de Pobreza Extrema (Lei nº 10.836, de 2004), com R\$ 26,4 bilhões, que representa 96% dos recursos liquidados e pagos da UO, ação responsável pelo pagamento do beneficio do Programa Bolsa Família sob gestão da SENARC.

Contingenciamento no exercício:

Neste exercício os efeitos na gestão orçamentária provocada pela limitação de empenho foi bastante significativo, obrigando o Ministério a reprogramar-se a fim de minimizar os efeitos dos mesmos, especialmente, na execução das políticas finalísticas. Este novo planejamento permitiu ao menos manter os compromissos assumidos no início do exercício.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:

O evento positivo em 2015 foi que, apesar do contingenciamento que atingiu o MDS, as políticas sob responsabilidade da Pasta não foram prejudicadas substantivamente em relação à execução orçamentária, para tanto foi necessário um novo planejamento das ações inicialmente programadas.

Destaca-se também o elevado índice de empenho e pagamento do orçamento do MDS em que se empenhou 98% da dotação, com liquidação de 95% e pagamento de 93% da dotação orçamentária do exercício.

Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 17 - Concessão de suprimento de fundos

	Unidada	Castora (LIC)		Meio	de Concessão						
Exercício Financeiro		e Gestora (UG) o SIAFI	Conta T	ipo B		Pagamento do no Federal	Valor do maior limite individual concedido				
Financeiro	Código Nome ou Sigla		Quantidade	Valor Total	Quantidade Valor Total						
2015	550005	CGLC/SAA	-	-	4	14.800,00	8.000,00				
2014	2014 550005 CGLC/SAA		-	-	6	14.000,00	6.000,00				
Fonte: Siafi	Fonte: Siafi Gerencial										

Quadro 18 – Utilização de suprimento de fundos

	Unidade G	estora (UG)	Conto	Тіро В	Cartão	de Pagamento	do Governo Fo	ederal		
Exercício	do S	IAFI	Conta	. Търо Б	Saque Fatura			Total		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	(a+b)		
2015	550005	CGLC	-	-	-	-	663,58	663,58		
2014	550005	CGLC	-	-	2	385,00	1.356,23	1.741,23		
Fonte: Siafi Gerencial										

Quadro 19 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Uni	dade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto	
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
550005	CGLC	39	63 – Serviços Gráficos e Editoriais	631,58
550005	CGLC	30	26 – Material Elétrico e Eletrônico	32,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

Em comparação com o exercício de 2014, pode-se observar, de acordo com os quadros acima, que houve redução dos gastos realizados por meio do cartão de pagamento do Governo Federal - CPGF.

A Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, responsável pelo controle dos cartões de pagamento e respectivas prestações de contas, tem repassado aos supridos as principais orientações e normas a serem observadas na utilização do cartão.

Os supridos estão cientes que o CPGF é um meio de pagamento que proporciona à administração pública mais agilidade, porém são conhecedores dos mecanismos de controle estabelecidos em legislação que são, por si só, bem rigorosos quanto a utilização do cartão. Desse modo, percebe-se que este Ministério tem feito opção pelo cartão apenas em situações excepcionais e urgentes.

Todas as operações realizadas por meio do cartão são registradas no sítio comprasnet, podendo ser acompanhadas pelos órgãos de controle, e no Portal da Transparência, por qualquer cidadão.

Os limites são registrados nas agências de relacionamento do Banco do Brasil S.A., mediante autorização expressa do ordenador de despesa.

Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Indicador 1 – Força de trabalho

Fórmula do Indicador		quantitativo de servidores efetivos pertencentes ao quadro do Órgão, comparado com total da força de trabalho do Órgão (dados do SIAPE)											
Objetivo do indicador		ferir o percentual de servidores efetivos pertencentes ao quadro do Órgão em lação ao total da força de trabalho do MDS (dados SIAPE)											
Meta do indicador	50%	0%											
Frequência da apuração	Mensa	ıl											
Percentuais	jan	jan fev mar abr mai jun jul ago set out nov dez											
apurados em 2015 32,59 33,03 32,95 32,68 32,61 32,44 32,30 31,65 31,81 31,81 32,05									32,05	32,05			

Este indicador visa demonstrar a porcentagem de servidores efetivos do órgão em relação ao total de servidores constantes na folha de pagamento.

Vale destacar que o cálculo levou em consideração somente os servidores efetivos em exercício no Órgão, desconsiderando-se deste cálculo aqueles que estão cedidos a outros Órgãos da Administração Pública Federal ou Estadual. Para a totalização da força de trabalho foram considerados servidores, empregados públicos e contratados temporários que compõem folha de pagamento do Órgão, excluindo o total de estagiários.

Cumpre ainda ressaltar que este Ministério tem realizado esforços para realização de novo concurso público, em vista da necessidade de fortalecer a força de trabalho, devido a grande rotatividade de servidores.

Indicador 2 – Monitoramento da folha de pagamento

Fórmula do Indicador	com		na folk com o to IAPE)	_	_					_		
Objetivo do indicador		ferir o percentual gasto com pagamento de cargos em comissão na folha de agamento de pessoal do Órgão (dados SIAPE)										
Meta do indicador	50%	50%										
Frequência da apuração	Men	sal										
Percentuais apurados jan fev mar abr mai jun jul ago set ou									out	nov	dez	
em 2015	39,3	40,9	40,2	40,0	39,6	30,3	40,8	40,2	40,9	41,6	22,2	27,7

O indicador 2 informa o percentual pago a cargos em comissão comparado com os gastos brutos da folha de pagamento, o qual, segundo os dados apurados esteve dentro da meta prevista em todo o período apurado.

Indicador 3 – Monitoramento de cessões

Fórmula do Indicador	, ,	Quantidade de servidores cedidos comparado com o total de servidores efetivos do Órgão (dados do SIAPE)											
Objetivo do indicador	Aferi	ferir o percentual de servidores cedido em relação ao total de servidores do Órgão											
Meta do indicador	10%	10%											
Frequência da apuração	Mens	Mensal											
Percentuais	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
apurados em 2015	9,55	9,04	9,38	10,23	10,51	10,80	10,80	11,75	11,78	11,53	11,24	10,72	

O Indicador 3 informa a proporção entre servidores cedidos e o total de servidores do órgão.

No exercício de 2015 houve um aumento em relação a 2014, justificado pela diminuição do total de servidores do órgão, decorrentes de 11 vacâncias ocorridas no período.

Vale lembrar que este Ministério tem envidado esforços para que os servidores efetivos permaneçam em exercício no Órgão. Contudo, é relevante mencionar que parte do total de cedidos em dezembro/2015, refere-se a requisições, as quais, consoante o disposto no inciso I do art. 1º do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001 possuem caráter irrecusável, conforme se observa do gráfico a seguir:

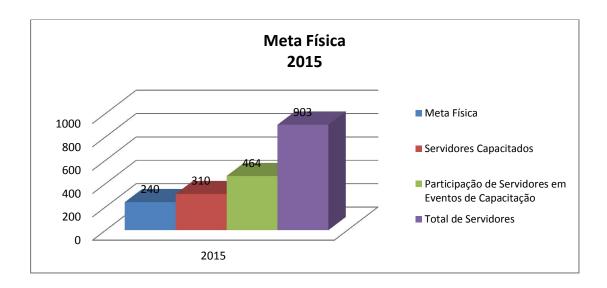


Fórmula do Indicador	_							relaçã dados o		,	da do	tação
Objetivo do indicador		Aferir o valor gasto por servidor capacitado, visando à execução recursos disponibilizados para capacitação								dos		
Meta do indicador	100%	100%										
Frequência da apuração	Mens	al										
Percentuais apurados	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
em 2015	21,5	7,3	6,8	6,7	7,8	5,6	4,0	12,2	12,0	8,0	7,4	0,7

O indicador 4 reflete o percentual mensal de execução da dotação orçamentária global disponível para a capacitação dos servidores do MDS em ações de qualificação e desenvolvimento profissional em relação à quantidade de servidores efetivamente capacitados.

No exercício de 2015, a meta física foi a capacitação de 240 servidores, dispondo do montante de R\$ 276.498,00. Foram capacitados 310 servidores, ofertando 464 vagas disponibilizadas.

Ressalte-se que, para os fins de verificação da eficiência do setor, leva-se em consideração o número total de oportunidades de capacitação criadas (e não somente o número de servidores capacitados), haja vista que há situações em que o mesmo servidor participa de mais de uma capacitação.



Exatamente como vem acontecendo nos últimos anos, priorizou-se a realização de cursos em turmas fechadas, tendo em vista a economicidade nas contratações do setor, além do uso do pagamento de Gratificação por Encargos de Curso e Concurso (GECC)) para que servidores públicos atuassem como instrutores de eventos de capacitação realizados.

Além do indicador mensal do orçamento também se utilizam indicadores para o Plano de Capacitação do MDS em 2015, os quais apresentam os resultados dispostos no quadro a seguir, avaliados de acordo com a ponderação sugerida em seguida.

QUADRO DE INDICADORES				
DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	RESULTADO	
Alcance da Meta Física: AMF	% de servidores capacitados em relação à meta física programada para o	Total anual de servidores capacitados x 100 Meta prevista para o	AMF = (310 X100)/240 = 129%	
Alcance da Meta Orçamentária: AMO	exercício % de execução orçamentária em relação ao total anual disponibilizado pela LOA	ano Total anual de orçamento executado x 100 Total anual de orçamento disponibilizado na LOA	AMO = (232.338,40x 100)/ 276.498,00 = 84,02%	
Horas/servidor despendidas com capacitação: HSC	Carga horária média anual de capacitação por servidor	Total anual de horas de capacitação Total anual de servidores capacitados	HSC = 11288/310 = 36,41	

PONDERAÇÃO DOS INDICADORES					
AMF E AMO			HSC		
100% - 80%	ÓTIMO		40 – 25 HORAS	ÓTIMO	
79% – 50%	ATENÇÃO		25 – 15 HORAS	BOM	
49% – 0%	CRÍTICO		15 – 10 HORAS	ATENÇÃO	
			10 – 0 HORAS	CRÍTICO	

Indicador 5: Percentual de Acidente de Trabalho no âmbito da UPC em relação ao total de servidores da UPC em 2015.

Fórmula do Indicador	Valor absoluto de acidentes ocorridos no âmbito da UPC com afastamento do trabalho em relação ao total de servidores da UPC.			
Objetivo do indicador	Demonstrar a eficiência na gestão de recursos humanos em relação à prevenção de ocorrências de acidentes de trabalho.			
Meta do indicador	0			
Frequência da apuração	Anual			
Resultado do Indicador no Exercício:	2 (dois) acidentes que poderiam ser considerados como de trabalho.			

Análise:

O ambiente de trabalho do MDS, por sua própria natureza, não oferece grandes riscos aos servidores. No entanto, medidas preventivas de rotina são adotadas, a fim de evitar acidentes, como por exemplo, a indicação de placas e avisos de áreas perigosas.

Indicador 6: Percentual de Doenças Ocupacionais no âmbito da UPC em relação ao total de servidores da UPC em 2015.

Fórmula do Indicador	Valor absoluto de afastamentos em função de doenças ocupacionais ocorridos no âmbito da UPC com afastamento do trabalho em relação ao total de servidores da UPC.	
Objetivo do indicador	Indica e demonstra a eficiência na gestão de recursos humanos em relação à prevenção de ocorrências de doenças ocupacionais.	
Meta do indicador	0	
Frequência da apuração	Anual	
Resultado do Indicador no Exercício:	37 servidores entregaram atestados que poderiam ser enquadrados como doenças ocupacionais.	

Análise:

A apuração do resultado referente a doenças ocupacionais utilizou como indicador os principais afastamentos passíveis de tal classificação.

Essa forma de apuração foi adotada, visto as dificuldades enfrentadas por este MDS para homologação dos atestados médicos. Ocorre que, em 2013 a homologação dos atestados dos servidores, era realizada pelo Ministério da Fazenda, entretanto de maneira precária, o que foi descontinuado em 2014, gerando um grande passivo. Somente após julho de 2015, por meio de parceria com o Hospital das Forças Armadas – HFA, esta pasta conseguiu passar a integrar uma Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor.

Diante do exposto, a apuração por meio deste indicador restou prejudicada para o ano de 2015.

Em relação ao exercício de 2015 e no tocante à área de Logística e Administração, existem, conforme quadro 20 (abaixo) 6 (seis) indicadores para avaliar e monitorar a gestão, acompanhar o alcance de metas, identificar os avanços e melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças.

Quadro 20 - Quadro A.5.4 - Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Serviço de	100%	100%	100%	12 meses	Todas as solicitações de
Desarquivamento					desarquivamento e/ou arquivamento
e Arquivamento					foram atendidas conforme solicitado.
de Processos					
ICAS - Índice de	0,88	0,88	0,85	Mensal	(Metros cúbicos mensais de água
Consumo de					consumidos nos imóveis
Água por					alugados)/(quantitativo de servidores nos
Servidor					imóveis alugados)

ICES - Índice de Consumo de Energia Elétrica por Servidor	139,01	139,11	144,35	Mensal	(Kilowatts mensais de energia elétrica consumida no conjunto de imóveis alugados)/(quantitativo de servidores nos imóveis alugados)
Consumo de papel	10.425	10.425	8.993	12 meses	Quantidade de resmas consumidas no exercício de 2015
Monitoramento de gastos dos insumos de limpeza	320 mil unidades mensais.	210 mil unidades mensais	300 mil unidades mensais	Mensal	Quantidade média mensal de papel toalha utilizada pelos servidores e demais usuários. (média aferida pela soma de todos os papeis consumidos durante o ano dividido por 12 meses)
Substituição de copos plásticos por copos ecológicos	60 mil unidades mensais	50 mil unidades mensais	45 mil unidades mensais	Mensal	Quantidade média mensal de copos de 200 ml utilizada pelos servidores e demais usuários. (média aferida pela soma de todos os copos consumidos durante o ano dividido por 12 meses)

Observação:

INDICADOR 7 - Serviço de Desarquivamento e Arquivamento de Processos

Método: Monitoramento das solicitações de desarquivamento e/ou arquivamento atendidas conforme solicitado.

Objetivo do indicador:

Redução de tempo das atividades que requerem a análise de documentos, visando à otimização de espaço físico, mantendo a agilidade e eficiência no atendimento das demandas.

Meta do indicador: 100%

Frequência da apuração: Mensal

Percentuais apurados em 2014

Mês	Quantidade de Processos	Percentual utilizado em 100%
	Recebidos e Desarquivados	
Janeiro	4.793	18,89%
Fevereiro	2.700	10,64%
Março	1.782	7,02%
Abril	2.320	9,14%
Maio	3.445	13,58%
Junho	3.357	13,23%
Julho	1.526	6,01 %
Agosto	1.033	4,07%
Setembro	388	1,53%
Outubro	962	3,79%
Novembro	2.028	7,99%
Dezembro	1.045	4,11%
Total	25.379	100,00%

Percentuais apurados em 2015

Mês	Quantidade de Processos	Percentual utilizado em 100%
	Recebidos e Desarquivados	
Janeiro	257	4,60%
Fevereiro	192	3,44%
Março	1.582	28,34%
Abril	418	7,49%

¹⁾ Nos indicadores ICAS E ICES é considerada a média nas unidades alugadas do Ômega, SAF e SAAN. O quantitativo considerado foi a soma dos servidores, mão de obra terceirizada, estagiários e de consultores que trabalham de modo permanente nos imóveis alugados.

Maio	311	5,57%
Junho	305	5,46%
Julho	324	5,80 %
Agosto	527	9,44%
Setembro	199	3,56%
Outubro	248	4,44%
Novembro	668	11,96%
Dezembro	552	9,89%
Total	5.583	100%

Obs.: O considerado aumento do quantitativo de 2014, refere-se ao desarquivamento dos processos que foram enviados a empresa de prestação de serviço de digitalização e higienização, contratada no mesmo ano. A meta do indicador para o ano 2015 foi atingida, tendo em vista que todas as solicitações foram atendidas prontamente.

INDICADOR 8 - ICAS - Indicador de Consumo de Água por Servidor

Método:

ICAS = Metros cúbicos de água consumidos nos imóveis alugados

Quantitativo de servidores em imóveis alugados

Objetivo do Indicador:

Mensurar, no conjunto de imóveis locados, as variações de consumo de água, possibilitando aferir a ocorrência de desperdícios, que podem decorrer de problemas nas instalações hidráulicas (vazamentos, defeitos em torneiras, etc.) e, até mesmo, do uso indevido pelos consumidores dos edifícios.

Unidade de Medida: Metros Cúbicos Mês por Servidor (m³ mês / servidor).

Mês de referência	Total		
wies de l'elefencia	m³	pessoas	ICAS
jan/14	674	865	0,78
fev/14	808	865	0,93
mar/14	734	865	0,85
abr/14	665	865	0,77
mai/14	643	865	0,74
jun/14	886	865	1,02
jul/14	880	865	1,02
ago/14	961	865	1,11
set/14	760	865	0,88
out/14	745	865	0,86
nov/14	786	865	0,91
dez/14	624	865	0,72
jan/15	640	865	0,74
fev/15	743	865	0,86
mar/15	663	865	0,77
abr/15	746	865	0,86

mai/15	777	865	0,90
jun/15	742	865	0,86
jul/15	761	865	0,88
ago/15	836	865	0,97
set/15	718	865	0,83
out/15	836	865	0,97
nov/15	718	865	0,83
dez/15	610	865	0,71

Índice de	Índice	Índice
Referência	Previsto	Observado
(2014)	(2015)	(2015)
0,88	0,88	0,85

Foram implementadas ações para redução no consumo, que geraram diminuição de 3,4% nos índices observados. Ao longo do ano de 2015 foram implantadas rotinas de manutenção no sistema hidrossanitário para a identificação e eliminação de desperdícios, além de maior acompanhamento do padrão de consumo (verificação do relógio) para identificação e correção de anormalidades.

INDICADOR 9 - ICES — Indicador de Consumo de Energia Elétrica por Servidor Método:

ICES = Kilowatts mensais de energia elétrica consumida no conjunto de imóveis alugados

Quantitativo de servidores nos imóveis alugados

Objetivo do Indicador:

Mensurar, no conjunto de edificações alugadas, as variações de consumo de energia elétrica, possibilitando aferir a ocorrência de desperdícios desse recurso, que podem decorrer de falhas nas instalações (instalações antigas e ineficientes) ou de mal uso pelos consumidores das edificações (lâmpadas e equipamentos elétricos que são deixados ligados após o expediente).

Unidade de Medida: Kilowatt mês por servidor (kW mês / servidor).

Mâs de mefemêncie		Total	
Mês de referência	Kw	pessoas	ICES
jan/14	131044	865	151,5
fev/14	148008	865	171,1
mar/14	126543	865	146,3
abr/14	116527	865	134,7
mai/14	118265	865	136,7
jun/14	91289	865	105,5

^{*} Potência Ativa (kW)

jul/14	82835	865	95,8
ago/14	111571	865	129,0
set/14	139114	865	160,8
out/14	134761	865	155,8
nov/14	134772	865	155,8
dez/14	108220	865	125,1
jan/15	108015	865	124,9
fev/15	146773	865	169,7
mar/15	122494	865	141,6
abr/15	131970	865	152,6
mai/15	97353	865	112,5
jun/15	136644	865	158,0
jul/15	98519	865	113,9
ago/15	98736	865	114,1
set/15	119327	865	137,9
out/15	142361	865	164,6
nov/15	141971	865	164,1
dez/15	154209	865	178,3

Índice de	Índice	Índice
Referência	Previsto	Observado
(2014)	(2015)	(2015)
139,01	139,01	144,35

Foram implementadas ações para redução no consumo que geraram impacto nos índices observados. Ao longo do ano de 2015 foram implantadas rotinas de manutenção para a identificação e eliminação de desperdícios, desligamento dos disjuntores dos circuitos de iluminação após horário previamente fixado, e o fechamento das janelas para não prejudicar o funcionamento do ar condicionado e minimizar a interferência dos usuários no funcionamento do sistema de ar condicionado. Apesar dessas ações, ocorreu um aumento de consumo de aproximadamente 3,8% causado principalmente pelas altas temperaturas observadas no segundo semestre do ano, o que necessitou um aumento no tempo de funcionamento dos aparelhos de ar condicionado.

INDICADOR 10 - Consumo de Papel

Método:

Monitoramento do quantitativo de PAPEL utilizado, comparando o ano de 2014 e 2015

Objetivo do indicador:

Reduzir o consumo de papel A4, visando às ações de sustentabilidade que estão sendo implantadas no MDS.

Meta do indicador: Manter o consumo atual sem que haja aumento.

Frequência da apuração: Mensal

Quantitativos de Resmas de Papéis A4 CLORADO apurados em 2014

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
0	0	10	3	0	0	5	8	21	0	3	0	50

Quantitativos de Resmas de Papéis A4 RECICLADO apurados em 2014

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
417	977	925	1.006	897	985	910	853	577	1.065	953	810	10.375
		So	ma dos	papeis	– Clora	ado e R	Reciclad	do – Ex	ercício 2	2014		
417	977	935	1.009	897	985	915	861	598	1.065	956	810	10.425

Quantitativos de Resmas de Papéis A4 CLORADO apurados em 2015

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
5	8	5	0	6	0	13	17	5	0	7	0	66

Quantitativos de Resmas de Papéis A4 RECICLADO apurados em 2015

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
756	585	653	721	819	615	832	754	835	846	797	714	8.927
		Soi	ma dos	papeis	s – Clor	ado e F	Recicla	do – Exe	ercício	2015		
761	593	658	721	825	615	845	771	840	846	804	714	8.993

INDICADOR 11 - Monitoramento dos gastos

Método:

Monitoramento dos gastos com insumos utilizados nos serviço de limpeza, asseio conservação e higienização nas unidades do MDS, comparando o ano de 2014 e 2015.

Objetivo:

Reduzir os gastos com a aquisição de papel toalha.

Frequência de apuração: Mensal

Meta: Redução de gastos em até 30%

Avaliação:

- Foram realizados esforços para o acompanhamento e monitoramento junto à empresa prestadora dos serviços de limpeza, visando à conscientização e maior controle de gastos de insumo.
- O acompanhamento foi realizado por meio da solicitação de Notas Fiscais que comprovassem a aquisição junto aos fornecedores e controle da entrega e distribuição dos materiais.
- Foi observada uma redução de 6,25% no consumo de papel toalha nas unidades do MDS, comparando o ano de 2014 e 2015.

INDICADOR 12 - Soluções ecologicamente sustentáveis

Método:

Monitoramento da quantidade média mensal de copos de 200 ml utilizada pelos servidores e demais usuários.

Objetivo:

Apresentar soluções ecologicamente corretas para utilização de materiais biodegradáveis e insumos que não agridam o meio ambiente nos serviços de copa no âmbito do MDS. O que inclui a Substituição de copos plásticos por copos ecológicos e/ou copos de vidro reduzindo o alto custo de aquisição dos copos descartáveis, reduzindo impacto ambiental,

Frequência de apuração: Mensal

Meta: Redução de 50% na aquisição de copos descartáveis.

Avaliação:

- Realizado trabalho em conjunto com a Secretaria-Executiva, por meio do Projeto Esplanada Sustentável (PES), propondo estudos e soluções ecologicamente sustentáveis.
- Paralelamente foi realizado monitoramento da distribuição e consumo dos copos nas diversas unidades do MDS mês a mês. Por meio deste controle, verificamos uma redução considerável. A média mensal de copos passou para 45 mil copos em 2015, uma redução de aproximadamente 25%.
- Essa redução ocorreu por conta de iniciativas de conscientização dos servidores, afixação de cartazes do Projeto Esplanada Sustentável, restrições à distribuição de copos descartáveis aos servidores por parte do serviço de copeiragem, etc.

No exercício de 2015, foram realizadas na **Coordenação de Compras e Licitações** 38 licitações na modalidade Pregão Eletrônico, destes 6 (seis) foram revogados, 2 (duas) Chamadas Públicas, 24 dispensas de licitação, sendo 1 (uma) revogada, 04 inexigibilidades e 10 adesões a Atas de Registro de Preços.

Na **Coordenação de Contratos** foram firmados 8 Contratos de Tecnologia da Informação, sendo 7 contratos na ação 2000 e 1 na ação 8893 e 32 demais Contratos, sendo 18 na Ação 2000, 5 na Ação 8893, 4 na Ação 8624, 2 na Ação 2784, 1 na Ação 4923 e 2 na Ação 8249, conforme disponibilizados nos seguintes anexos a este Relatório de Gestão.

Anexo I – Relatório de Licitações/Pregões concluídos em 2015

Anexo II – Relatório de Dispensa de Licitação

Anexo III - Relatório de Adesões a Atas de Registro de Preços Finalizadas em 2015

Anexo IV – Relatório de Inexigibilidade - Artigo 25 da Lei Nº 8.666/93

Anexo V – Relatório dos Contratos Vigentes em 2015 exceto Tecnologia da Informação

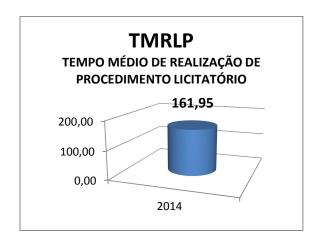
Anexo VI – Relatório de Contratos de Tecnologia da Informação Vigentes em 2015

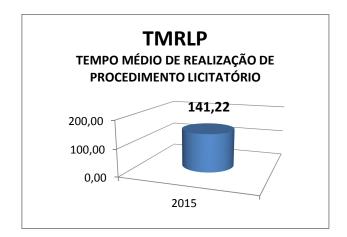
No tocante aos indicadores de desempenho, a Coordenação de Compras e Licitações-CCLIC, criou 4 (quatro) indicadores, com a intenção de avaliar, monitorar e identificar avanços e melhorias na qualidade dos serviços prestados pela área.

Pode-se observar, de acordo com os gráficos a seguir, no que tange ao indicador Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório (TMRPL), que a Coordenação de Compras e Licitações já conseguiu reduzir o tempo, de conclusão dos processos licitatórios. O indicador TMRPL, calculado em

dias, considera a data de entrada do processo na CCLIC, incluindo o tempo de realização da pesquisa de mercado, até a homologação do certame.

No cálculo foram computados 32 (trinta e dois) processos autuados nos exercícios de 2014/2015, cujas licitações foram concluídas em 2015, não levando em consideração as licitações revogadas, considerando, ainda, uma periodicidade anual.



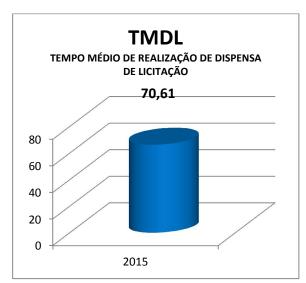


Já o Tempo Médio de Dispensa de Licitação (TMDL) apurado foi de 70,61 dias, levando-se em conta a data de entrada do processo na CCLIC, incluindo o tempo de realização da pesquisa de mercado, até o registro da dispensa/inexigibilidade da licitação no SIASG.

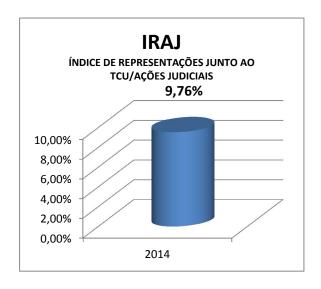
No cálculo foram computados 23 (vinte e três) processos autuados nos exercícios de 2014/2015, cujos processos foram concluídos em 2015.

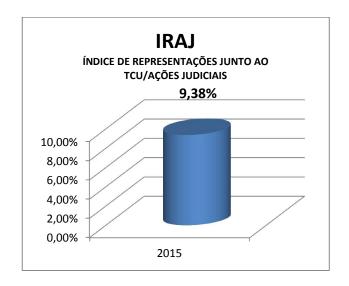
Em comparação ao exercício de 2014, observa-se que houve uma pequena variação no TMDL, entretanto, não sendo significativo em função das especificidades dos fluxos e processos de contratação.





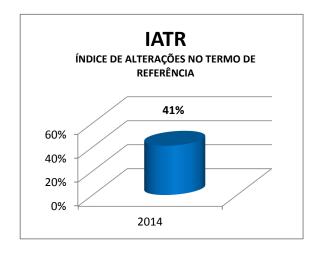
Quanto ao Índice de Representações junto ao Tribunal de Contas da União—TCU/Ações Judiciais, tivemos 02 (duas) ações judiciais e 1 (uma) representação, o que correspondeu a uma pequena diminuição em relação ao índice registrado no exercício de 2014.





No que se refere ao Índice de Alterações no Termo de Referência, observa-se que houve um aumento significativo em relação ao índice apurado no exercício de 2014. Contudo, pode-se afimar que tal variação justifica-se pelas diversas alterações nos modelos de TR's padronizados pela Advocacia-Geral da União, no decorrer do exercício de 2015, cujas minutas são utilizadas por este Ministério, em atendimento a recomendação da nossa Consultoria Jurídica. Por outro lado, vale, ainda, observar que no exercício de 2015 foram realizadas licitações com objetos um pouco mais complexos e menos usuais, que envolveram análise por diversas áreas do MDS.

Em comparação ao Índice do tempo médio de realização de procedimento licitatório (TMRPL), percebe-se que o aumento na quantidade de alterações no Termo de Referência não implicou no aumento do tempo de conclusão das licitações em 2015.





GOVERNANÇA

Descrição das estruturas de governança

Neste quesito, compete orientar as atividades institucionais e a conduta funcional tanto de servidores desta Pasta quanto de pessoas jurídicas que contratam com o Poder Público, tipificadas na Lei nº 12.846/13, planejar e coordenar as correições ordinárias e as extraordinárias, propor medidas para prevenir e corrigir falhas na prestação do serviço público, examinar as representações contra servidores, arquivá-las ou propor sua apuração imediata, e realizar o cadastro dos processos disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria-Geral da União.

Como dito anteriormente, a Portaria GM nº 110, de 04 de dezembro de 2015, delegou competência à esta Corregedoria/SE/MDS para apuração de atos ilícitos praticados por pessoa jurídica, tipificadas na Lei nº 12.846/13, por meio de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Quanto à atuação da Corregedoria, em 2015 foram instaurados quatro processos disciplinares; sendo três Sindicâncias Investigativas, e um Processo Administrativo Disciplinar-PAD.

Concluídos (julgados) foram cinco procedimentos disciplinares, decorrentes de duas Sindicâncias Investigativas. Ainda nesse contexto, como remanescentes da gestão anterior, foram julgadas uma Sindicância Acusatória, um Processo Administrativo Disciplinar – PAD e uma Sindicância Servidor Temporário (art. 10. da Lei 8.745/93). Esta última culminou com a aplicação da penalidade de demissão e o registro do fato nos assentamentos funcionais do ex-servidor.

Entre os resultados das ações executadas ao longo do exercício, vale destacar a manutenção atualizada de todos os processos disciplinares instaurados no MDS desde a sua criação no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares, administrado pela Controladoria Geral da União – (CGU-PAD), dentro do prazo estabelecido pela norma.

Dando prosseguimento ao seu papel institucional, cumpre registrar que, por meio de instrumentos técnicos (pareceres e notas) a Corregedoria orientou as autoridades do Órgão com relação às recomendações emanadas dos órgãos de controle sobre indícios de irregularidades ocorridas em processos administrativos.

Gestão de riscos e controles internos

A Corregedoria é monitorada pela unidade setorial do Sistema de Correição Central a fim de evitar que aconteçam ocorrências de irregularidades nos procedimentos apuratórios. Portanto, a unidade atua em conformidade com as normas estabelecidas pelo Sistema de Correição do Poder Executivo Federal – Decreto nº 5.480, de 2005, Regimento Interno/MDS e normativos que regem a matéria disciplinar.

É prática da unidade atendimento às denúncias e/ou representações após o crivo do Juízo Prévio de Admissibilidade, mediante constituição de comissões disciplinares. Na ocorrência de fraudes e

desvios, apura-se responsabilidades e exige-se eventuais ressarcimentos. As comissões são compostas por servidores estáveis, podendo-se, conforme o caso, fazer uso de servidores pertencentes a outros órgãos e entidades. Registre-se que nesse quesito da força de trabalho disponível, a Corregedoria não possui um quadro específico de servidores, o cumprimento desse mister se dá por colaboração de outras Unidades, quer desta Pasta e/ou de outros Órgãos e Entidades do Poder Executivo da União.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Canais de acesso do cidadão

A Ouvidoria, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e a Central de Relacionamento constituem as três formas institucionais de comunicação do MDS com os cidadãos.

Como já mencionado, a Ouvidoria é responsável por recepcionar, encaminhar e tratar as denúncias, elogios, reclamações, solicitações e sugestões provenientes da sociedade.

As demandas podem ser remetidas à Ouvidoria pelos seguintes meios de comunicação:

- Carta:
- Formulário eletrônico da Ouvidoria, disponível no Portal do MDS;
- Atendimento presencial;
- Telefonia 0800 707 2003.

Como dito anteriormente, a Ouvidoria do MDS ampliou suas instalações. Hoje, a Ouvidoria conta com duas salas. Em uma delas, reservou-se um espaço adequado para o atendimento presencial e para a execução das atividades dos analistas da Ouvidoria, cujas as atribuições compreendem, dentre outras, prestar atendimento às demandas recepcionadas pela Ouvidoria, pelos meios de comunicação elencados acima.

Ademais, em consonância com o disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18/11/2011), o MDS tem um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), que é vinculado regimentalmente à Ouvidoria. O SIC relaciona-se com a sociedade mediante pedidos de acesso à informação, conforme o artigo 7º da referida Lei. No MDS, os canais de acesso às solicitações ocorrem:

- Presencialmente, no Balcão SIC, localizado no térreo do Bloco C da Esplanada dos Ministérios; e
- Formulário eletrônico do sistema e-SIC.

A Central de Relacionamento do MDS, por sua vez, presta informações gerais e esclarece dúvidas acerca dos projetos, programas e políticas do Ministério, por meio dos seguintes canais:

- Ligação gratuita para o telefone 0800 707 2003; e
- Formulário eletrônico da Central de Relacionamento, também disponível no Portal do MDS.

Importante mencionar que as informações obtidas por meio dos registros estatísticos das demandas, cujos número, referentes ao exercício de 2015, encontram-se logo abaixo, são utilizadas para subsidiar os tomadores de decisão do MDS, com vistas a propiciar melhorias nas políticas públicas sob responsabilidade deste Ministério.

Nesse sentido, e buscando aperfeiçoar essa atividade, a Ouvidoria do MDS desenvolveu um Painel de Gestão, cujo obtivo é reunir, em ambiente *on-line*, indicadores que possibilitem subsidiar as decisões estratégicas das áreas finalísticas do Ministério. O Painel é uma ferramenta de *bussiness inteligence* que permite agregar dados que antes se encontram dispersos no Sistema de Gestão de Demandas. A ferramenta permite o cruzamento de diversos dados e informações, além de possibilitar a extração de relatórios gerenciais.

Abaixo, encontram-se informações estatísticas sobre o atendimento prestado por esta Unidade.

Volume de ligações recebidas pelo 0800 707 2003 na Ouvidoria

Abaixo, apresenta-se o volume de demandas registradas na Ouvidoria, no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e na Central de Relacionamento, durante o ano de 2015, a partir do 0800 707 2003.

Vale salientar que o 0800 da Central de Relacionamento do MDS não é o único canal de atendimento da Ouvidoria. Este é o canal que mais recebe demandas. No entanto, têm-se ainda análise, encaminhamento e tratamento de demandas recepcionadas por meio de carta, formulário eletrônico, atendimento presencial e fax.

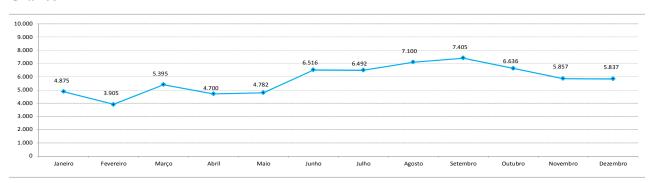
Tabela 1 – Volume de ligações, mensalmente, durante o exercício

						2015						
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
4.875	3.905	5.395	4.700	4.782	6.516	6.492	7.100	7.405	6.636	5.857	5.837	69.500

Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

No mês de setembro, a Ouvidoria recebeu o maior volume de ligações que totalizou em 7.405, conforme demonstrado graficamente:

Gráfico 1



Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Demandas registradas por Módulo – Ouvidoria

Na Tabela 2, destaca-se o meio de contato Telefonia, sendo este o canal da Ouvidoria mais acessado.

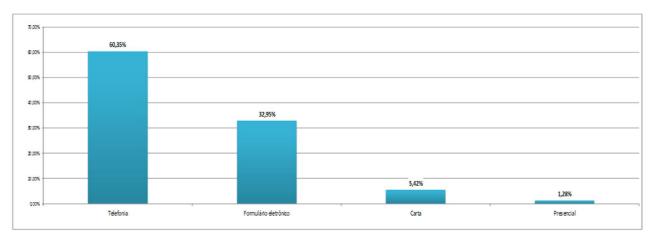
Tabela 2 – Total de demandas registras, mensalmente, durante o exercício

Formas de Contato								2015						
Polillas de Colitato	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	M aio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	%
Telefonia	778	836	974	784	813	979	1.041	991	944	975	856	568	10.539	60,35%
Formulário e letrônico	266	286	651	391	466	498	485	538	684	641	494	354	5.754	32,95%
Carta	48	54	160	74	59	80	82	81	77	78	89	64	946	5,42%
Presen dal	16	13	18	23	19	27	19	23	15	9	23	18	223	1,28%
Total	1.108	1.189	1.803	1.272	1.357	1.584	1.627	1.633	1.720	1.703	1.462	1.004	17.462	100,00%

Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

No gráfico 2, observa-se que o meio de contato Telefonia representa 60,35% das demandas registradas na Ouvidoria.

Gráfico 2



Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Demandas registradas na Ouvidoria por Classificação

No ano de 2015, a Ouvidoria recebeu 17.462 demandas da sociedade. Observa-se na tabela a seguir que a classificação "Reclamação" possui o maior índice, totalizando 10.106 registros.

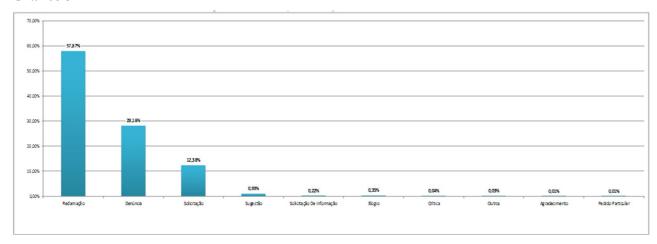
Tabela 3 – Demandas registradas na Ouvidoria por Classificação:

Classificação								2015						
Ciassificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	%
Reclamação	696	698	971	709	773	938	1.061	982	972	897	818	591	10.106	57,87%
Denúncia	282	349	552	389	395	424	408	453	435	505	430	295	4.917	28,16%
Solicitação	80	107	248	165	176	211	144	185	285	269	189	102	2.161	12,38%
Sugestão	10	15	26	7	10	6	8	8	22	22	17	12	163	0,93%
Solicitação De Informação	28	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	38	0,22%
Elogio	7	2	3	2	3	5	6	5	6	10	8	4	61	0,35%
Crítica	2	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0,04%
Outros	1	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0,03%
Agradecimento	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,01%
Pedido Particular	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,01%
Total	1.108	1.189	1.803	1.272	1.357	1.584	1.627	1.633	1.720	1.703	1.462	1.004	17.462	100.00%

Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

A classificação "Reclamação" representa 57,87% das demandas registradas na Ouvidoria, de acordo com o gráfico 3:

Gráfico 3

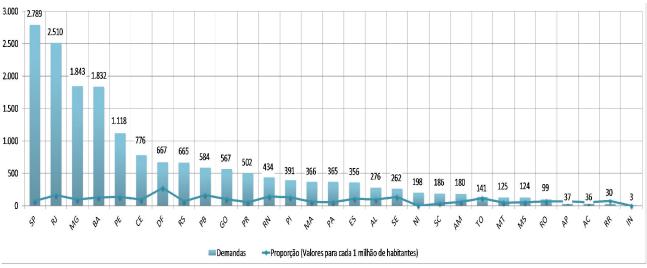


Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Demandas Registradas na Ouvidoria por Estado

Os maiores índices de demandas concentram-se nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Conforme apresentado no Gráfico 4, o Estado de São Paulo destaca-se com 2.789 demandas registradas na Ouvidoria.

Gráfico 4 – Comparativo entre o valor absoluto e o proporcional das demandas registradas por Estado.



Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Demandas registradas na Ouvidoria por Secretaria

Na Tabela 5, expõem-se as demandas registradas na Ouvidoria por Secretaria e observa-se que o maior índice de registros concentrou-se na Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC).

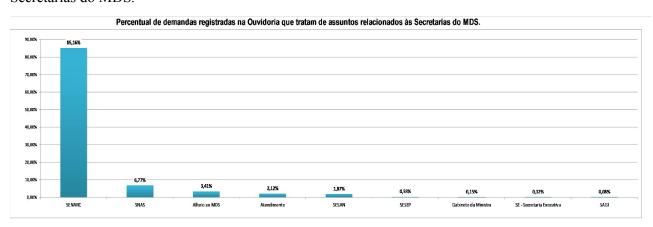
Tabela 5

Convetorio/Cotor								2015						
Secretaria/Setor	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	%
SENARC	949	1.054	1.497	1.077	1.143	1.345	1.425	1.407	1.447	1.414	1.233	880	14.871	85,16%
SNAS	72	63	153	113	91	106	84	86	120	158	98	38	1.182	6,77%
Alheio ao MDS	37	28	74	38	62	66	59	58	47	43	49	34	595	3,41%
Atendimento	16	18	26	12	23	35	34	47	51	44	39	25	370	2,12%
SESAN	25	22	39	22	22	31	19	23	36	31	35	21	326	1,87%
SESEP	7	4	9	4	13	0	4	8	1	1	4	2	57	0,33%
Gabinete da Ministra	1	0	0	1	0	1	0	1	12	6	4	0	26	0,15%
SE - Secretaria Executiva	1	0	4	3	2	0	2	2	1	3	0	3	21	0,12%
SAGI	0	0	1	2	1	0	0	1	5	3	0	1	14	0,08%
Total	1.108	1.189	1.803	1.272	1.357	1.584	1.627	1.633	1.720	1.703	1.462	1.004	17.462	100,00%

Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

No Gráfico abaixo, 85,16% representam o número de demandas registradas na Ouvidoria relacionadas à SENARC.

Gráfico 5 – Percentual de demandas registradas na Ouvidoria que tratam de assuntos relacionadas às Secretarias do MDS.



Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Atendimento do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

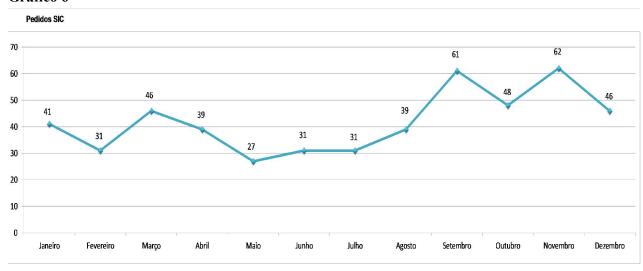
O número de atendimentos realizados pelo SIC está representado na Tabela e Gráfico 6, com 502 solicitações de informação no ano de 2015, destacando-se o mês de novembro com o total de 62.

Tabela 6 – Pedidos registrados no SIC durante o exercício

							2015						
Pedidos SIC	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
	41	31	46	39	27	31	31	39	61	48	62	46	502

Fonte: E-Sic/Sinaleira

Gráfico 6



Fonte: E-Sic/Sinaleira

Atendimento SIC detalhado por Secretaria

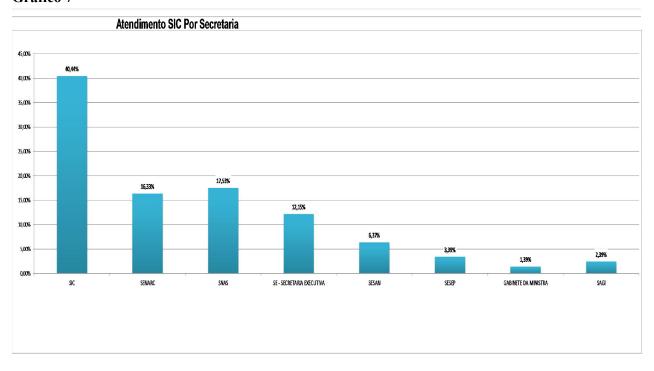
Na Tabela e Gráfico 7, expõe-se o número de atendimentos realizados por Secretaria no SIC. Destaca-se o SIC com o índice de 40,44% do total das solicitações.

Tabela 7

Secretaria -	2015														
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	%	
SIC	14	7	20	5	10	10	10	15	36	23	28	25	203	40,44%	
SENARC	10	9	9	12	4	4	6	5	6	6	5	6	82	16,33%	
SNAS	5	8	7	7	5	8	3	5	10	11	14	5	88	17,53%	
SE - SECRETARIA EXECUTIVA	8	1	4	8	2	4	6	5	5	5	9	4	61	12,15%	
SESAN	4	3	1	4	4	2	1	4	3	2	2	2	32	6,37%	
SESEP	0	1	2	1	0	2	4	2	1	0	1	3	17	3,39%	
GABINETE DA MINISTRA	0	2	0	1	1	0	0	1	0	1	1	0	7	1,39%	
SAGI	0	0	3	1	1	1	1	2	0	0	2	1	12	2,39%	
Total	41	31	46	39	27	31	31	39	61	48	62	46	502	100,00%	

Fonte: E-Sic/Sinaleira

Gráfico 7



Fonte: E-Sic/Sinaleira

Legenda:

SIC - Serviço de Informações ao Cidadão

SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania: responsável pela Gestão Federal do Programa Bolsa Família e Cadastro Único

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social: responsável pela Política Nacional de Assistência Social

SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: responsável pelos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional, tais como: PAA e CISTERNAS

SESEP - Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza: responsável pela Gestão Federal do Plano Brasil Sem Miséria

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação: responsável por realizar pesquisas, desenvolver estudos e instrumentos para auxiliar a gestão e o aprimoramento das ações e programas do MDS

Carta de Serviços ao Cidadão

Objetivando facilitar o acesso do cidadão à informação e aos serviços oferecidos pelo Ministério, a Ouvidoria, em observância ao Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, o qual institui a Carta de Serviços ao Cidadão, coordena permanentemente o Grupo de Trabalho da Carta de Serviços, instituído pela Portaria nº 545, de 12 de novembro de 2013.

No intuito de aperfeiçoar a comunicação com o cidadão, o MDS lançou, no dia 11 de dezembro de 2014, o *Hotsite* da Carta de Serviços ao Cidadão, disponível no seguinte endereço: http://mdspravoce.mds.gov.br/. Trata-se de uma plataforma digital inovadora, de fácil navegação, com linguagem simples e direta, intitulada "O MDS pra Você". O principal objetivo da Carta é informar aos cidadãos sobre todos os serviços oferecidos pelo MDS, por meio de uma linguagem clara e compreensível.

O desenvolvimento do *Hotsite* da Carta de Serviços ao Cidadão contou com um esforço conjunto de todas as áreas do Ministério e baseou-se no acesso à informação, no fortalecimento da transparência pública, no incentivo à participação social e na aproximação do cidadão com o Estado.

A Carta de Serviços apresenta os programas, os serviços e as ferramentas do MDS de forma simples para o cidadão, agrupados por assuntos, e não por secretarias. Assim, o *Hotsite* foi desenvolvido em linhas temáticas para garantir mais eficiência no acesso ao conteúdo.

O *Hotsite* é uma ferramenta útil e fundamental para auxiliar os gestores e a sociedade em geral, considerando seu amplo conjunto de informações sobre os seguintes temas: Cadastro Único, Bolsa Família, Segurança Alimentar e Nutricional, Cursos de Qualificação Profissional, Assistência Social e Informações Sociais.

O "O MDS Pra Você" também é um instrumento de participação social, através da opção de acesso "Participe. É um direito seu." É possível participar com sugestões, solicitações, elogios, reclamações ou denúncias para todas as áreas do MDS, pelos canais de comunicação da Ouvidoria.

A Carta de Serviços ao Cidadão do MDS inova ao ser a primeira carta no formato de plataforma digital entre os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Além disso, seu conteúdo também pode ser impresso e visualizado em *smartphones* e *tablets*, garantindo uma maior acessibilidade aos cidadãos.

Prova disso foi o fato de "O MDS PRA VOCÊ" ter sido premiado no III Concurso de Boas Práticas da CGU, cuja cerimônia foi realizada no dia 11 de dezembro de 2015. A Carta de Serviços ao Cidadão do MDS concorreu na categoria Aprimoramento das Atividades de Ouvidoria, sendo premiada juntamente com outras duas experiências: O Painel Ouvidoria como Prática de Gestão das Reclamações na Caixa, da Caixa Econômica Federal e Portal Brasileiro de Dados Abertos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Central de Relacionamento do MDS, por sua vez, presta informações e esclarece dúvidas acerca dos projetos, programas e políticas do Ministério, por meio dos seguintes canais:

- Ligação gratuita para o telefone 0800 707 2003; e
- Formulário eletrônico da Central de Relacionamento, também disponível no Portal do MDS.

Além dos canais acima, a Central de Relacionamento do MDS administra quinze caixas de *e-mails* institucionais e dois formulários eletrônicos, relacionados abaixo:

Caixas de <i>e-mails</i> Institucionais	Formulários Eletrônicos
<u>fomezero@mds.gov.br</u> – desde fevereiro de 2003;	Portal do MDS
bolsafamilia@mds.gov.br – desde setembro de 2004;	Brasil sem Miséria
suasweb@mds.gov.br – desde julho de 2007;	
protecaosocialbasica@mds.gov.br – desde setembro de 2007;	
paif@mds.gov.br – desde agosto de 2008;	
<u>cadsuas@mds.gov.br</u> – desde janeiro de 2009;	
<u>juventude@mds.gov.br</u> – desde outubro de 2009;	
<u>cadastrounico@mds.gov.br</u> – desde fevereiro de 2010;	
gestorpbf@mds.gov.br – desde março de 2010;	
sagi.dfd@mds.gov.br – desde novembro de 2011;	
<u>contato@brasilsemmiseria.gov.br</u> – desde fevereiro de 2012; e	
<u>rede.suas@mds.gov.br</u> – desde maio de 2012.	
<u>falemds@mds.gov.br</u> – desde abril de 2014.	
<u>resposta_falemds@mds.gov.br</u> – desde abril de 2014	
protecaosocialespecial@mds.gov.br – desde setembro de 2014	

Volume de Ligações Recebidas pelo 0800 707 2003 na Central de Relacionamento do MDS

Informa-se que o atendimento telefônico da Central de Relacionamento do MDS, 0800 707 2003, pode ser realizado por atendimento eletrônico na Unidade de Resposta Audível (URA) (autoatendimentos) ou pela transferência das ligações para o atendimento humano. A seguir apresentam-se os dados da concessionária de telefonia e da empresa de telemarketing contratadas para manter os canais de relacionamento com o cidadão:

700.000 600.000 500.000 400.000 200.000 100.000 0 Revereiro marco abril marco lumbo lumbo agosto geterbro outruro de reputo de remarco de reputo de remarco de reputo de remarco de remarc

Dados da concessionária de telefonia em 2015

ENTREGUES

Fonte: Dados extraídos do sistema de VIPCNG da concessionária de telefonia: OI S.A, fevereiro/2016. Consolidado na Série histórica da Central de Relacionamento do MDS.

PERDIDAS

^{*} O volume de ligações pode sofrer alteração devido o prazo de 90 dias para faturamento (bilhetagem das ligações) da concessionária de telefonia.

Dados da empresa de telemarketing

ANO 2015

	ATENDIME	ATENDIMENTO HUMANO - TELEMARKETING												
MÊS	RECEBIDAS	ATENDIDAS	ABANDONADAS											
janeiro	232.400	229.815	2.585											
fevereiro	215.319	176.405	38.914											
março	238.048	219.632	18.416											
abril	220.812	196.510	24.302											
maio	210.544	205.413	5.131											
junho	319.116	232.860	86.256											
julho	368.465	263.885	104.580											
agosto	300.912	224.548	76.364											
setembro	338.781	244.975	93.806											
outubro	333.185	240.933	92.252											
novembro	236.523	216.845	19.678											
dezembro	210.729	204.454	6.275											
Total Geral	3.224.834	2.656.275	568.559											
400.000														
350.000		_												
300.000														
250.000														
200.000														
150.000														
100.000														
50.000														
0														
	Hato spil raio prio	Julio agosto geternoro	detembro detembro											
_	RECEBIDAS ——ATEND	OIDAS ——ABANDONA	DAS											

Fonte: Dados extraídos do sistema de telefonia da empresa de telemarketing: Extend Voip Comunix, fevereiro/2016. Consolidado na Série histórica da Central de Relacionamento do MDS.

Total de atendimentos registrados no Sistema de Gestão de Demandas (SGD) na Central de Relacionamento do MDS

Todos os atendimentos da Central de Relacionamento são registrados no Sistema de Gestão de Demandas (SGD) tanto para o canal de e-mail quanto de telefonia. A tabela abaixo representa o total de atendimentos registrados por canal durante o ano de 2015.

Desempenho Comparativo de Demandas Válidas da Central por mês													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	M aio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	MÉDIA / ACUMULADO
Demandas Válidas de E-mail	3.900	3.286	4.295	3.618	4.876	4.501	7.886	5.002	4.400	2.630	2.386	1.940	48.720
Demandas Válidas de Telefonia	216.926	182.114	178.640	160.499	157.679	166.379	199.503	177.780	209.538	162.388	180.561	168.379	2.160.386
Total	220 826	185 400	182 935	164 117	162 555	170 880	207 389	182 782	213 938	165 018	182 947	170 319	2 209 106

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), fevereiro/2016. Consolidado na Série histórica de atendimentos da Central de Relacionamento do MDS.

Demandas de Telefonia

Quantidade de Demandas Registradas - Telefonia- CENTRAL													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	MÉDIA / ACUMULADO
Demandas Válidas	216.926	182.114	178.640	160.499	157.679	166.379	199.503	177.780	209.538	162.388	180.561	168.379	2.160.386
Diversos	99.616	71.071	86.174	75.566	76.381	77.853	106.749	103.103	131.719	132.523	130.412	127.705	1.218.872
Total de Registros de Demandas	316.542	253.185	264.814	236.065	234.060	244.232	306.252	280.883	341.257	294.911	310.973	296.084	3.379.258
Chamadas Atendidas	229.815	176.405	219.632	196.510	205.413	232.860	263.885	224.548	244.975	240.933	216.845	204.454	2.656.275
Índice de Atendimentos Registrados - CENTRAL (%)	137.74	143.52	120.57	120.13	113.95	104.88	116.06	125.09	139.30	122.40	143.41	144.82	127.66

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), fevereiro/2016. Consolidado na Série histórica de atendimentos da Central de Relacionamento do MDS.

Demandas de Telefonia por Secretaria

Demandas de Telefonia por Secretaria/Setor													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	M aio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC	210.967	176.949	172.339	154.229	151.965	161.385	192.386	172.511	202.847	156.367	173.413	164.188	2.089.546
Demandas de Outros Orgãos	3.207	2.773	3.094	2.542	2.480	2.260	3.689	2.698	3.380	4.200	3.307	2.556	36.186
Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS	2.338	2.004	2.812	3.404	2.917	2.390	3.099	2.247	2.045	1.515	3.500	1.418	29.689
Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza - SESEP	148	155	152	115	88	157	150	112	1.027	117	122	46	2.389
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN	199	177	170	148	171	130	118	158	153	125	88	98	1.735
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI	24	6	24	18	12	7	21	6	9	10	12	2	151
Programas Parceiros	14	8	4	11	7	10	11	12	19	16	42	41	195
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS	26	39	43	29	37	39	26	35	57	38	74	29	472
Fome Zero	3	3	2	3	2	1	3	1	1	0	3	1	23
Total	216.926	182.114	178.640	160.499	157.679	166.379	199.503	177.780	209.538	162.388	180.561	168.379	2.160.386

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), fevereiro/2016. Consolidado na Série histórica de atendimentos da Central de Relacionamento do MDS.

Demandas de Telefonia por tipo de público

Demandas por Tipo de Público - Telefonia													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Beneficiário	148.964	125.271	120.825	114.199	112.010	129.104	156.135	140.517	174.786	141.350	156.244	144.208	1.663.613
Não Beneficiário	61.047	49.652	49.303	38.910	38.427	31.030	35.418	29.412	28.194	16.692	17.653	20.411	416.149
Gestor	6.196	6.628	8.057	6.949	6.846	5.932	7.612	7.466	6.192	4.056	6.387	3.520	75.841
Instituição	245	351	329	360	317	225	271	247	279	246	231	203	3.304
Público Interno	474	212	126	81	79	88	67	138	87	44	46	37	1.479
m . 1	21 (02 (100 111	150 (10	1.00 100	100 (00	1// 250	100 503	155 500	200 520	1 (2 200	100 501	1 (0 250	2.1/0.20/

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), fevereiro/2016. Consolidado na Série histórica de atendimentos da Central de Relacionamento do MDS.

Demandas de E-mail

Quantidade de Demandas Registradas - E-mail - Central													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Sete mbro	Outubro	Novembro	Dezembro	MÉDIA / ACUMULADO
Demandas Válidas	3.900	3.286	4.295	3.618	4.876	4.501	7.886	5.002	4.400	2.630	2.386	1.940	48.720
Diversos	4.611	4.460	5.079	3.946	6.451	7.925	9.803	3.156	4.326	4.760	2.606	5.550	62.673
Indice de Demandas Registradas (%) - E-MAIL CENTRAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total	8.511	7.746	9.374	7.564	11.327	12.426	17.689	8.158	8.726	7.390	4.992	7.490	111.393

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), fevereiro/2016. Consolidado na Série histórica de atendimentos da Central de Relacionamento do MDS.

Demandas de E-mail por Secretaria

Demandas de E-mails por Secretaria/Setor													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	M aio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC	1.872	1.608	2.024	1.538	1.389	1.665	2.950	2.041	2.059	1.070	903	976	20.095
Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS	1.118	888	1.361	1.207	2.339	1.533	1.684	1.568	1.160	851	899	499	15.107
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS	782	688	810	795	1.049	1.228	2.986	1.253	1.059	659	528	425	12.262
Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza - SESEP	36	34	32	20	21	25	89	44	39	16	14	7	377
Demandas de Outros Orgãos	36	18	37	21	48	19	107	40	35	17	20	21	419
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN	55	48	30	37	28	30	65	54	43	17	21	12	440
Programas Parceiros	1	1	0	0	1	0	5	2	2	0	0	0	12
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI	0	1	0	0	1	1	0	0	3	0	1	0	7
Fome Zero	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	3.900	3.286	4.295	3.618	4.876	4.501	7.886	5.002	4.400	2.630	2.386	1.940	48.720

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), fevereiro/2016. Consolidado na Série histórica de atendimentos da Central de Relacionamento do MDS.

Demandas de E-mail por tipo de público

Demandas por Tipo de Público - E-mail													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Gestor	2.231	1.895	2.613	2.347	3.559	3.036	4.233	2.958	2.146	1.944	1.804	1.213	29.979
Não Beneficiário	1.284	1.090	1.298	1.009	1.063	1.052	2.647	1.502	1.567	462	339	436	13.749
Beneficiário	384	298	383	261	251	408	977	527	681	217	238	288	4.913
Público Interno	1	3	1	1	3	5	29	14	4	7	4	2	74
Instituição	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	1	1	5
Total	3.900	3.286	4.295	3.618	4.876	4.501	7.886	5.002	4.400	2.630	2.386	1.940	48.720

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), fevereiro/2016. Consolidado na Série histórica de atendimentos da Central de Relacionamento do MDS.

Por fim, ressalta-se que os canais de comunicação do MDS são relevantes instrumentos de participação e apoio ao cidadão, especialmente, porque refletem mais do que números e representações gráficas elencados neste relatório, dado o esforço conjunto de todas as áreas e o comprometimento em aperfeiçoar, ampliar e consolidar, a cada ano, a democracia participativa, a transparência da informação e a efetividade das respostas à sociedade.

Os resultados estatísticos da Ouvidoria, do Serviço de Informação ao Cidadão e da Central de Relacionamento representam verdadeiros subsídios para que se possa monitorar e avaliar o desempenho dos serviços oferecidos, assim como orientar os rumos para o aperfeiçoamento das políticas públicas geridas pelo MDS.

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

No intuito de mensurar a qualidade do atendimento e a satisfação do usuário, ao final de cada atendimento telefônico, a equipe de operação da Ouvidoria pede para que o cidadão responda à Pesquisa de Satisfação. Antes de apresentar os resultados, cabem algumas informações a respeito da Pesquisa.

Cabe esclarecer que a Pesquisa de Satisfação aplicada pela Ouvidoria sofreu reformulações, no decorrer de 2015, a fim de produzir indicadores que revelassem a melhora do atendimento prestado ao cidadão, tornando, assim, o instrumento mais eficaz. Anteriormente, eram realizadas apenas duas perguntas, que permitiam mensurar a "atenção, respeito e cortesia do atendente" e se as informações prestadas foram "ruim, regular, bom e ótimo". Ao avaliar os resultados da pesquisa anterior foi possível concluir que as perguntas não permitiam extrair o conhecimento necessário para melhorar a efetividade do atendimento prestado. Pensando nisso, as perguntas foram alteradas e incluiu-se duas a mais.

Dessa forma, a pesquisa possui quatro perguntas: "Como você avalia o atendimento prestado pela Ouvidoria?"; "Qual a sua avaliação sobre a clareza da informação recebida?"; "Você considera que a Ouvidoria contribui para melhorar os serviços prestados pelo MDS?" e "Caso necessário, você entraria em contato com a Ouvidoria novamente?". A primeira pergunta é semelhante a do questionário anterior, porém, no atual, em vez de restringir a avaliação à atenção, respeito e cortesia (aspectos importantes do atendimento, porém deveras restritivos e subjetivos), ela permite extrair dados mais objetivos a respeito

do atendimento prestado. Dessa forma, as informações extraídas dessa pergunta buscam complementar a avaliação da equipe da Ouvidoria realizadas nas escutas dos atendimento e do Projeto Lado a Lado.

A segunda pergunta do questionário atual permite extrair informações sobre o grau de efetividade do atendimento. Uma resposta do tipo "muito bom" ou "bom" permite concluir que o atendimento cumpriu com seu objetivo, supondo que as respostas revelariam que a informação foi clara suficiente para resolver a demanda.

A terceira pergunta abre espaço para mensurar a importância do papel da Ouvidoria na melhoria dos serviços prestados pelo Ministério. As respostas a essa questão também revelam a expectativa do demandante em relação à atuação da Ouvidoria. Ao responder que "sim" é possível supor que o cidadão percebe a Ouvidoria como um meio de comunicação efetivo para a melhoria dos serviços.

A pergunta de número quatro busca convalidar a segunda questão, permitindo avaliar a satisfação quanto a efetividade do contato realizado com a Ouvidoria. Em outras palavras, ao responder que voltaria a fazer contato com a Ouvidoria, o cidadão pode estar dizendo que o seu pleito foi resolvido e que, caso surja outra necessidade, novo contato será realizado.

Como todo e qualquer instrumento de gestão, a pesquisa de satisfação está constantemente sendo melhorada. A nova pesquisa foi implementada a partir de setembro do mesmo ano. Em virtude disso, este relatório contempla apenas os dados de setembro a dezembro de 2015.

Neste período, totalizou-se, na primeira pergunta, 3.570 respostas, 3.261 na segunda pergunta, 2.991 na terceira pergunta e na última pergunta, 2.761 respostas.

O índice total da Pesquisa de Satisfação, que engloba as quatro questões, demonstra que 91,4% dos usuários que responderam à pesquisa da Ouvidoria estão satisfeitos com o atendimento oferecido, conforme observado no gráfico abaixo. Este índice corresponde a mensuração das notas de Muito bom, Bom e Regular.



Gráfico - Consolidado: Pesquisa de Satisfação

Fonte: Relatório de Pesquisa de Satisfação, realizada de setembro a dezembro de 2015, consolidada em fevereiro de 2016. Observação: O percentual de satisfação é a mensuração de notas de Muito Bom, Bom e Regular.

No que tange a questão 01 da Pesquisa de Satisfação realizada ao longo de 2015, quanto ao atendimento prestado pela Ouvidoria, obteve-se o percentual de 91,4% de satisfação.

Gráfico - Atendimento prestado pela Ouvidoria



Fonte: Relatório de Pesquisa de Satisfação, realizada de setembro a dezembro de 2015, consolidada em fevereiro de 2016. Observação: O percentual de satisfação é a mensuração de notas de Muito Bom, Bom e Regular.

Com relação à questão 02 da Pesquisa, que trata da avaliação da informação transmitida pela Ouvidoria, o percentual do período foi de 92,3% de satisfação.

Gráfico 3 – Avaliação da informação recebida



Fonte: Relatório de Pesquisa de Satisfação, realizada de setembro a dezembro de 2015, consolidada em fevereiro de 2016. Observação: O percentual de satisfação é a mensuração de notas de Muito Bom, Bom e Regular.

Com relação à questão 03 da Pesquisa, 78,8% consideram que a Ouvidoria contribui para melhorar os serviços prestados pelo MDS.

Gráfico – Contribuição da Ouvidoria para melhorar os serviços prestados pelo MDS



Fonte: Relatório de Pesquisa de Satisfação, realizada de setembro a dezembro de 2015, consolidada em fevereiro de 2016.

Quanto a questão 04 da Pesquisa de Satisfação, 81,2% das pessoas que responderam a questão, afirmaram que entrariam em contato com a Ouvidoria novamente, caso necessário.

4º Caso necessário, você entraria em contato com a Ouvidoria novamente? = SIM ■ NÃO

Gráfico - Novo contato com a Ouvidoria, caso necessário

Fonte: Relatório de Pesquisa de Satisfação, realizada de setembro a dezembro de 2015, consolidada em fevereiro de 2016.

Com vistas a aumentar a satisfação do cidadão que entra em contato com a Ouvidoria, duas ações merecem destaques. O Projeto Lado a Lado, que consiste na visita dos colaboradores da Ouvidoria até a operação, onde ocorre a escuta simultânea do atendimento. Em média, são avaliadas, semanalmente, 15 ligações. A cada ligação os colaboradores da Ouvidoria preenche um formulário específico, contendo nove questões relacionadas à qualidade do atendimento. Após o fechamento do mês, as considerações e pontos de melhoria são encaminhados para o fiscal titular do Contrato Administrativo nº 17/2013, que solicita as correções junto a empresa executora do serviço de teleatendimento.

De forma complementar, a Ouvidoria do MDS realiza reuniões mensais de "calibração", com a equipe da Ouvidoria, da Central de Atendimento do MDS e com os responsáveis pela execução do serviço de Ouvidoria da empresa executora do contrato. Na ocasião escutam-se quatro ligações, selecionadas conforme apresentem pontos de melhoria, sendo uma de ativo (quando a Ouvidoria liga para passar a resposta ao cidadão) e três de receptivo. No caso da escuta da ligação de ativo, operador responsável pelo atendimento é avaliado em 11 itens. Na avaliação da ligação de receptivo, o operador é avaliado em 14 quesitos. Nesses dois casos, as observações atinentes a cada item que precisa ser melhorado no atendimento do operador avaliado são realizadas na reunião.

Conforme exposto no item 3.3 - Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços, apresenta-se abaixo, o resultado da Pesquisa de Satisfação no ano de 2015, cujo mecanismo contribui positivamente para o processo de aprimoramento das políticas públicas e do atendimento prestado pelo MDS com foco no cidadão.

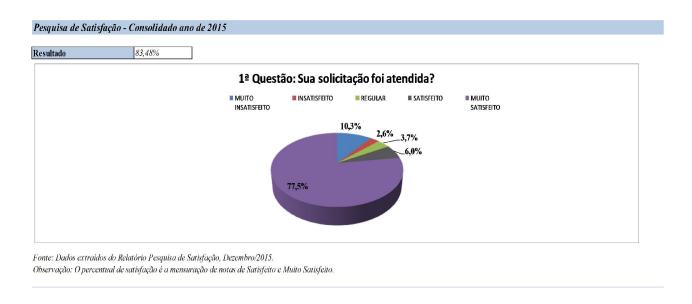
No sentido de aperfeiçoar os instrumentos de aferição da percepção de satisfação da qualidade do atendimento prestado pela Central de Relacionamento do MDS foi implementada em 15 de janeiro de 2015 a nova pesquisa eletrônica no canal de telefonia, conforme seguem os resultados apurados:



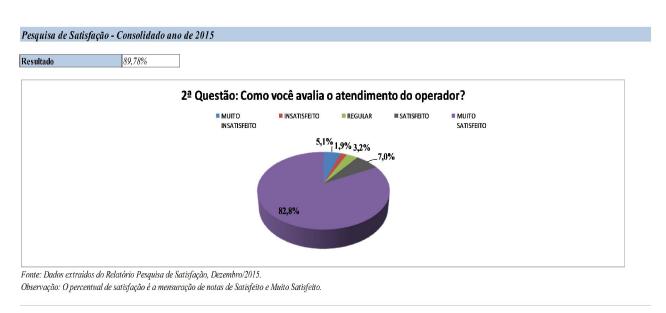
Número de Pessoas que responderam as Questões

Fonte: Dados extraídos do Relatório de Pesquisa de Satisfação, realizada de janeiro a dezembro de 2015, consolidada em fevereiro de 2016.

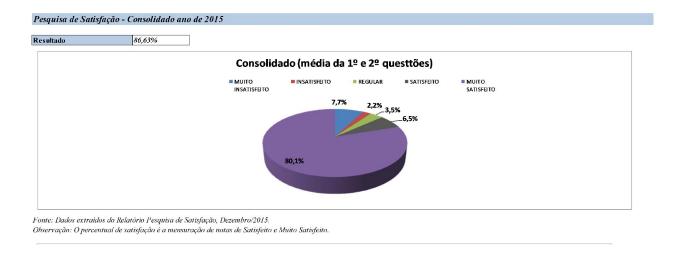
A pesquisa de satisfação foi realizada mensalmente e avaliada trimestralmente para aferição do Índice de Satisfação do Cidadão – ISC. Registra-se que ao final de todos atendimentos realizados pelos operadores a pesquisa é oferecida obrigatoriamente, sendo que o usuário decide pela participação ou não. Assim, no ano de 2015, totalizou-se na primeira pergunta 713.640 respostas e na segunda 657.330 resposta, tendo uma redução de 7,89%.



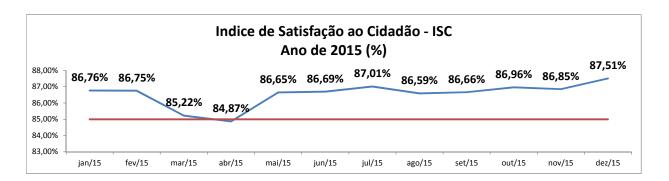
No que tange a questão 01 da Pesquisa de Satisfação realizada ao longo de 2015, quanto ao atendimento da solicitação , obteve-se o percentual de 83,48% de satisfação, valor menor que a meta do Índice de Satisfação do Cidadão – ISC, firmado em maior ou igual a 85%.



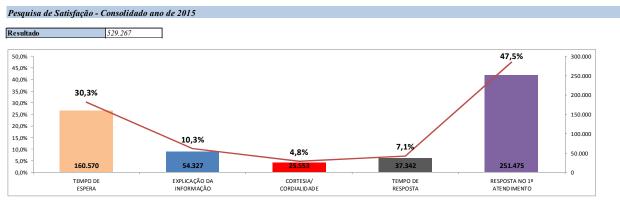
Com relação à questão 02 da Pesquisa, que trata da avaliação de como foi atendimento pelo operador, o percentual do período foi de 89,78% de satisfação.



O índice total da Pesquisa de Satisfação, que engloba as duas questões acima, demonstra que 86,63% dos usuários que responderam à pesquisa estão satisfeitos com o atendimento oferecido. A seguir apresenta-se a evolução do indicador ao longo do ano de 2015.



A novidade na Pesquisa de Satisfação eletrônica foi a implementação da 3º Pergunta, na qual consistia em avaliar o que a Central de Relacionamento do MDS precisava melhorar, conforme segue:



Fonte: Dados extraídos do Relatório Pesquisa de Satisfação, Dezembro/2015.

Como pode ser observado no gráfico, 529.267 usuários participaram da pesquisa sendo que 47,5% informaram a necessidade de obter a resposta no 1º atendimento, ou seja, entrar em contato com a Central e obter a resposta completa e correta na primeira chamada, sem a necessidade de retornar ou de ter sua ligação transferida.

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Na perspectiva de interagir cada vez mais com a sociedade, ampliar a divulgação dos programas e ações do MDS, consolidar a transparência da informação e implementar mecanismos para aperfeiçoar a gestão dos serviços oferecidos, a Ouvidoria do MDS coloca à disposição de todos os cidadãos os canais de comunicação relacionados abaixo:

Atendimento presencial ou por carta

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco C, 9º andar, sala 936

CEP 70.046-900 - Brasília/DF

Horário de atendimento: das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira

Atendimento por telefone

0800 707 2003

Horário de atendimento: das 7h às 19h, de segunda a sexta-feira e durante os finais de semana do Calendário de Pagamento do Programa Bolsa Família das 10h às 16h.

Atendimento por Formulário Eletrônico

Disponibilizado no Portal do MDS, na página da Ouvidoria, pelo seguinte link:

http://www.mds.gov.br/fale-com-o-mds

O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC realiza seus atendimentos pelos seguintes canais:

Formulário eletrônico: http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/.

Atendimento Presencial: Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Térreo, sala T-21, CEP 70046-900 - Brasília/DF.

A Central de Relacionamento do MDS atende à sociedade pelos canais apresentados a seguir:

Atendimento por telefone

0800 707 2003

Horário de atendimento: das 7h às 19h, de segunda a sexta-feira e durante os finais de semana e feriados nacionais do Calendário de Pagamento do Programa Bolsa Família das 10h às 16h.

Formulário eletrônico: http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O MDS não possui imóveis próprios, entretanto sempre se busca, em conjunto com os administradores ou proprietários dos imóveis utilizados pelo Ministério, que executem obras no sentido de garantir a acessibilidade a esses prédios.

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

a) Se está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

A UPC aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e 16.10, e, principalmente, os contidos na Macrofunção da Secretaria do Tesouro Nacional 020330 — Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta de União, suas Autarquias e Fundações.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea "a" acima;

Não se aplica.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

A metodologia para se estimar a vida útil econômica do ativo é baseada na Macrofunção 020330, em seu item 27, que apresenta tabela usada por todos os órgãos da Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações Públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, estabelecida de forma padronizada para cada conta contábil, viabilizando, assim, a divulgação nas Notas Explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação.

d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

O cálculo da depreciação é realizado pelo sistema de controle patrimonial do órgão, conhecido como Administrative Solutions Integration (ASI), que realiza mensalmente o cálculo da depreciação dos bens e, após aprovação dos valores, são lançados no SIAFI. Para a determinação da quota mensal de depreciação dos bens, a decisão foi pela utilização do Método Linear ou de Quotas constantes de cálculos de depreciação, que distribui o custo do bem em função exclusiva do tempo. O cálculo da depreciação é feito utilizando o custo do bem menos o valor residual dividindo-se pelo número de períodos da vida útil.

e) As taxas utilizadas para os cálculos;

As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação são determinadas pela Macrofunção 020330, em seu item 27, onde apresenta, em anos, o tempo de vida útil de cada bem, por conta contábil, além do valor residual, em percentual, de cada um deles após o término desse período.

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

Por se tratar de UPC pertencente a órgão da Administração Pública Direta, e por seguir a normatização da STN citada, não foi realizada avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobiliário, do intangível e do diferido, já que essas situações não estão previstas na Macrofunção.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício.

A contabilização da depreciação provocou um impacto negativo de R\$ 2.929.279,58, no resultado apurado pela UPC no exercício de 2015.

Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Pela Portaria SE/MDS nº 362, de 5 de setembro de 2014, foi criada a Setorial de Custos do MDS, e suas competências delegadas à Secretaria-Executiva (SE). Criou-se também o Grupo de Trabalho de Custos (GT-Custos) para auxiliar no exercício do papel de órgão setorial de custos do governo federal, composto por quatorze membros, onde a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento exerce a função de coordenação.

No ano de 2015, estabeleceu-se um cronograma de trabalho e um padrão para envio das informações de custos às Secretárias do MDS com objetivo de disseminar a metodologia e as informações de custos desenvolvidas pela Secretaria de Tesouro Nacional (STN).

A portaria STN 716/2011 instituiu o sistema informacional de custos, o qual tem por finalidade o acompanhamento, a avaliação e a gestão dos custos dos programas e das unidades federais. Baseado nas informações deste sistema, no âmbito da Secretaria-Executiva, elaborou-se o quadro abaixo que retrata os custos constantes nas ações 20IY, 4907 e 4572, relacionadas ao Programa de Gestão e Manutenção do MDS (programa 2122), no ano de 2015.

Inicialmente, vale lembrar que a metodologia padronizada definida para a apuração de custos neste período pelo Tesouro Nacional pode levar a interpretações distorcidas das execuções física e financeira, portanto, dos custos unitários. Os dados financeiros capturados no SIAFI são apropriados ao exercício em que ocorreu a liquidação, o mesmo ocorrendo em relação à execução física registrada no SIOP. Essa métrica pode levar a distorções quando o produto da ação se refere a serviços/atividades continuadas, os quais nem sempre podem ser cumulativos (valor das execuções física e financeira da LOA + valor das execuções física e financeira do RAP). Nessas situações, poderão ocorrer duplas contagens das unidades existentes, com reflexos indesejáveis no custo unitário.

O quadro abaixo retrata os custos constantes das ações ação 4907, 20IY e 4572, relativas ao programa 2122.

Produtos/Serviços	Custo Total de 2015	Custo U	J nitário	Economia Total em 2015 com base em 2014	
	(R\$)	2015	2014	2015/2014	
Ouvidoria (ação 4907)	10.927.344,83	4,13	3,61	1,14	
Promoção Internacional de Políticas e Ações de Desenvolvimento Social (ação 20IY)	2.302.388,24	2.302.388,24	401.118,75	5,73	
Capacitação de Servidores Públicos Federais (ação 4572)	299.177,40	971,35	877,50	1,10	

Fonte: TESOURO GERENCIAL/STN -2016 e SIOP-2016

A ação 4907 visa intermediar a relação entre o cidadão e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por meio do recebimento de reclamações, sugestões ou representações e adotar o procedimento legal pertinente, exercendo o acompanhamento das medidas que se fizerem necessárias à apuração das reclamações e denúncias formuladas, informando ao denunciante, bem como aos demais segmentos interessados, a respeito dos resultados obtidos.

Em 2015, foram atendidas 2.641.615 pessoas, verificando-se uma redução de cerca de 20% do volume atendido em 2014, ocasionando um aumento no custo unitário de 14 % por pessoas atendida. Ao se notar essa redução, durante o ano, a administração realizou uma revisão da estimativa do volume mensal de atendimento, reduzindo a expectativa do número de atendimentos previstos para o ano de 2015, e assim, realizou-se um realinhamento econômico-financeiro do Contrato Administrativo 17/2013, por meio do 5º Termo Aditivo, assinado em 25/09/2015.

A ação 20IY tem por finalidade promover o intercâmbio e as parcerias internacionais visando ao aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento social no Brasil e em países do eixo sul-sul, bem como apoiar ações de Integração Regional e de Cooperação Internacional nas políticas de execução do MDS.

A execução física da ação 20IY envolve três áreas no MDS: a Assessoria Internacional do Gabinete da Ministra, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), e a Secretaria-Executiva.

No que concerne à SESAN, no período de janeiro a dezembro de 2015, foram executados de recursos para atividades relacionadas à continuação do desenvolvimento do projeto "Apoio a Estratégias Nacionais e Sub-regionais de Segurança Alimentar e Nutricional e de Superação da Pobreza", em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Escritório Regional da FAO para América Latina e Caribe.

No que concerne à meta física para ação, esta varia ano a ano na execução dos termos cooperados o que prejudica a análise do custo, especialmente, quando se compara diversos exercícios. Isto explicaria as alterações no valor do custo unitário encontrado desta ação.

A ação 4572 tem por objetivo a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Em 2015 foram capacitados 308 servidores ultrapassando a meta física, mesmo com corte orçamentário de mais da metade do orçamento inicial. Estes servidores capacitados tiveram 460 participações registradas nos diversos eventos de capacitação.

O alcance da meta física só foi possível porque foi priorizada a realização de cursos em turmas fechadas, possibilitando a capacitação de um quantitativo maior de servidores, gerando uma redução considerável dos custos estimados.

O quadro seguinte apresenta demonstrativo de eficácia das ações para 2015, calculados a partir das métricas padronizadas definidas pela orientação normativa nº 1, de 17 de dezembro de 2015 do Tesouro Nacional.

Programa 2122 - Demonstrativo de Eficácia (2015)								
Ação	Descrição	Eficácia	Faixa de Atingimento	Execução Física Prevista	Execução Física Real			
4907	Ouvidoria	0,6	Eficácia contida	4.100.000	2.641.615			
20IY	Promoção Internacional de Políticas e Ações de Desenvolvimento Social	0,07	Ineficaz	13	1			
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais	1,28	Eficácia Excedente	208	308			

Fonte: SIOP 2016

Eficácia é o grau de alcance das metas programas de bens e serviços, independente dos custos implicados. Em relação as ações 4572 e 4907 há tendência à eficácia, enquanto a ação que destinou recursos para programas (20IY) mostrou-se ineficaz, em razão da priorização já comentada, e também por conta da relação entre dólar e real ter variado ao longo deste dois últimos anos de maneira muito significativa onerando os contratos já firmados.

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis foram inseridas como anexo ao relatório de gestão.

Notas explicativas.

1. Adiantamento Concedido a Pessoal e Terceiros.

A conta corresponde a 74,51% do Ativo. Os valores relevantes da conta correspondem a Acordo de Cooperação Técnica, formalizados por meio das Unidades Gestoras - UG's, UG 550003 - Secretaria-Executiva, UG 550012 - Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família, UG 550014 - Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social e UG 550017 - II Projeto de Apoio ao PBF e ao CNDS.

2. Demais Obrigações a Curto Prazo.

A conta corresponde a 99,39% do passivo circulante em razão da apuração da cota diferida.

3. Resultado do Exercício.

Déficit do exercício	- UG 550002	-319.779.211,48
Superávit do exercício -	- UG 550003	6.364.740,60
Superávit do exercício -	- UG 550005	1.383.503,49
Superávit do exercício -	- UG 550006	1.032.949,86
Superávit do exercício -	- UG 550017	4.490.306,77
Resultado do exercício	– Déficit	-306.507.710,76

O resultado do exercício da UPC que apresenta as contas ficou com déficit no valor de R\$306.507.710,76. Deduzindo o superávit de exercícios anteriores no montante de R\$235.915.675,56, o resultado acumulado apresentou déficit de R\$70.592.035,20, para o próximo período.

4. Ganhos com Desincorporação de Passivos.

Em dezembro foi registrado ganhos no valor de R\$ 188.693.951,66, com a baixa de cota diferida, nas Unidades Gestoras que compõe a UPC que apresenta as contas.

5. Transferências Intragovernamentais.

A conta representa 91,85% de toda Variação Patrimonial Diminutiva, que são as transferências financeiras para execução dos programas do Ministério.

6. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.

O valor corresponde a lançamento de reconhecimento de passivos sem orçamento, pago e não baixado no exercício.

7. Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo.

O montante de R\$ 1.845.094,69, registrado no passivo circulante, ficou a maior no valor de R\$ 345.535,60, por falta da baixa de provisão de 13° salário pago.

8. Depreciação Acumulada de Bens Móveis.

Por falta do registro da depreciação acumulada dos bens móveis do mês de dezembro, o valor do Imobilizado apresentou valor a maior de R\$ 270.763,99.

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Gestão de pessoas

Introdução

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH é a unidade organizacional inserida no âmbito da SAA que exerce o papel de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, cujo órgão central é a Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A CGRH é responsável pela proposição de diretrizes gerais para a preparação de planos, programas e metas de aperfeiçoamento, bem como o desenvolvimento e gestão de recursos humanos; coordenação, acompanhamento e supervisão das atividades de recrutamento, de seleção, de administração e pagamento de pessoal e das atividades de desenvolvimento de recursos humanos.

À unidade, cabe ainda, propor normas complementares e procedimentos relativos à área de recursos humanos, subsidiando proposta orçamentária na matéria pertinente à unidade, bem assim na promoção de ações que visem à valorização do servidor, e na orientação e uniformização de procedimentos decorrentes da avaliação de desempenho individual dos servidores, nos termos da legislação vigente.

As atividades desenvolvidas pela Coordenação-Geral são auxiliadas pela Coordenação de Gestão de Pessoas – COGEP e pela Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas – CODEP, cujas competências são as seguintes:

- A Coordenação de Gestão de Pessoas COGEP tem por competência a elaboração e instrução de novas diretrizes quanto à gestão documental e processamento das informações inerentes às inclusões e exclusões de registros cadastrais e de pagamento, bem assim a ampliação do alcance do serviço de seguridade ao servidor do MDS.
- A Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas CODEP tem por competência a elaboração de programas estratégicos de qualificação dos servidores desta Pasta, consoante as necessidades dos perfis da Unidade Organizacional, buscando a produção de melhorias nos processos de trabalho que geram os aperfeiçoamentos na execução das atividades nas Unidades.

Em linhas gerais, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos busca contribuir com as unidades administrativas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a fim que cada área tenha estrutura adequada de pessoal para a execução dos projetos e programas de sua atribuição.

Força de trabalho do MDS

A força de trabalho vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (exceto a mão-de obra terceirizada e estagiários) totalizava, em 31 de dezembro de 2015, um quantitativo de 954 profissionais, os quais se encontram em diferentes tipos de situações, conforme quadro a seguir:

Força de Trabalho do MDS - Distribuição segundo a situação							
Situação	Quantidade	%					
Ministro de Estado	1	0,1					
Ativo Permanente	305	32,0					
Nomeado Cargo Comissionado	235	24,6					
Requisitado (Poder Executivo Federal)	128	13,4					
Requisitado (Estados e Municípios)	33	3,5					
Exercício Descentralizado de Carreira	80	8,4					
Exercício Provisório	2	0,2					
Anistiado	21	2,2					
Anistiado Requisitado	9	0,9					
Contrato Temporário	104	10,9					
Cedido a outros órgãos	35	3,7					
Aposentado	1	0,1					
Total Geral	954	100					

Conforme se observa no quadro a seguir, estes profissionais estão distribuídos entre as áreas técnicas responsáveis por macroprocessos finalísticos e as unidades e subunidades descentralizadas, havendo maior concentração nas unidades finalísticas (59,2% do total), em vista da necessidade de assegurar o cumprimento da missão institucional sob responsabilidade do MDS.

Força de Trabalho do MDS - Distribuição segundo a unidade de lotação					
Unida	Unidade de Lotação Total Geral %		⁄o		
Atividades	GM	98	10,3		
meio	SE	232	24,3	40,8	
incio	SAGI	59	6,2		
	SESEP	49	5,1		
	SENARC	143	15,0		
Atividades	SESAN	131	13,7	59,2	
finalísticas	SNAS	173	18,1	39,2	
	CNAS	19	2,0		
	DEFNAS	50	5,2		
	Total Geral	954	10	00	

Fonte: CGRH/SAA

Os dados apurados apontam que se trata de um quadro funcional relativamente jovem, cujo nível de instrução é elevado, conforme se comprova pela distribuição segundo a escolaridade, constante no quadro abaixo, a qual demonstra que quase 90% da força de trabalho possui instrução de nível superior e, no que tange à distribuição segundo faixas etárias, 60% do pessoal tem no máximo 40 anos de idade. Ademais o quantitativo de servidores que percebem abono de permanência e de servidores aposentados e irrelevante em vista do total geral.

Força de Trabalho do MDS - Distribuição segundo a escolaridade								
Situação	Até Nível Médio	%	Nível Superior ou Mais	%	Total Geral	%		
Ministro de Estado	0	0,0	1	0,1	1	0,1		
Ativo Permanente	19	2,0	286	30,0	305	32,0		
Nomeado Cargo Comissionado	24	2,5	211	22,1	235	24,6		
Requisitado (Poder Executivo Federal)	41	4,3	87	9,1	128	13,4		
Requisitado (Estados e Municípios)	1	0,1	32	3,4	33	3,5		
Exercício Descentralizado de Carreira	2	0,2	78	8,2	80	8,4		
Exercício Provisório	1	0,1	1	0,1	2	0,2		
Anistiado	9	0,9	12	1,3	21	2,2		
Anistiado Requisitado	2	0,2	7	0,7	9	0,9		
Contrato Temporário	0	0,0	104	10,9	104	10,9		
Cedido a outros órgãos	0	0,0	35	3,7	35	3,7		
Aposentado	0	0,0	1	0,1	1	0,1		
Total Geral	99	10,4	855	89,6	954	100,0		

Força de Trabalho do MDS - Distribuição segundo a faixa etária								
Situação	Até 30 anos	de 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	Total		
Ministro de Estado	0	0	0	1	0	1		
Ativo Permanente	103	147	32	17	6	305		
Nomeado Cargo Comissionado	34	115	54	26	6	235		
Requisitado (Poder Executivo Federal)		23	32	52	21	128		
Requisitado (Estados e Municípios)		6	8	18	1	33		
Exercício Descentralizado de Carreira	4	33	27	13	3	80		
Exercício Provisório	0	0	1	1	0	2		
Anistiado			6	10	5	21		
Anistiado Requisitado				2	7	9		
Contrato Temporário	30	50	15	7	2	104		
Cedido a outros órgãos	2	25	6	2	0	35		
Aposentado				1	0	1		
Total	173	399	181	150	51	954		

Fonte: CGRH/SAA

No que diz respeito à transitoriedade dos profissionais, a relação entre servidores permanentes (ativo permanente) e temporários (contrato temporário), verificada no quadro abaixo, indica uma prevalência de servidores efetivos pertencentes ao quadro permanente do MDS, da ordem de 72,6% em relação aos 27,4% de contratados por tempo determinado.

Situação	Quantidade	%
ATIVO PERMANENTE	305	74,6
CONTRATO TEMPORARIO	104	25,4
Total Geral	408	100

Considerando o quantitativo total de pessoal necessário para que o MDS possa fazer face a todas as atribuições que lhe foram conferidas, evidencia-se a necessidade de ampliação da força de trabalho. Por esta razão, em 2015, foi solicitado, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, autorização para realização de concurso público para provimento de 371 cargos efetivos e de realização de processo seletivo simplificado que permita a contratação de 67 profissionais para atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme disposto pela Lei 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Qualificação do corpo funcional do MDS

De outra parte, tem sido permanente o esforço para qualificação do corpo funcional, sendo importante destacar que a capacitação e o desenvolvimento dos servidores do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) encontram-se alinhados à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), instituída em 2006, pelo Decreto 5.707, na medida em que os agentes públicos são preparados para desempenhar suas atribuições de forma articulada com os objetivos institucionais do órgão, precedida de consistente análise e diagnóstico das necessidades de treinamento e desenvolvimento

Essa política tem como premissa a adequação das competências requeridas dos servidores àquelas necessárias ao alcance dos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; racionalização e efetividade dos gastos com capacitação e tendo o modelo de gestão por competências sido estabelecido como o instrumento para a gestão da capacitação, embora ainda não esteja implantado em sua totalidade no âmbito do MDS.

O instrumento norteador das ações de capacitação é o Plano Anual de Capacitação (PAC), que é elaborado em consonância com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 5.707 e com a Portaria nº121, de 31 de outubro de 2014, que dispõem sobre a capacitação dos servidores públicos em exercício neste Ministério, buscando articular as necessidades de capacitação dos servidores do MDS com (i) as incumbências regimentais de suas áreas; (ii) a missão e as diretrizes institucionais, e; (iii) as metas previstas para cada ano-exercício.

Por meio do PAC, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, foram realizadas capacitações em um grande número de modalidades como os cursos presenciais, seminários, congressos e encontros, inclusive em turmas fechadas.

Nas ações de capacitação, realizadas no exercício de 2015, houve incentivo à participação de servidores do Ministério como instrutores. Essa alternativa, viabilizada por meio do pagamento de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso – GECC, além de valorizar e motivar os servidores, permitiu a seleção de profissionais qualificados, com experiência comprovada no âmbito do Ministério, possibilitando, ainda, a celeridade da realização das turmas e minimizando custos, o que converge com o princípio da economicidade preconizado pela Administração.

O monitoramento dos resultados do Plano Anual de Capacitação é realizado por meio dos seguintes indicadores: (a) Alcance da Meta Física – AMF: percentual servidores capacitados em relação à meta física programada para a exercício; (b) Alcance da Meta Orçamentária – AMO: percentual de

execução orçamentária em relação ao total anual disponibilizado pela LOA; e (c) Horas/Servidor despendidas com capacitação – HSC: carga horária média anual de capacitação recebida por servidor.

Inicialmente, a Lei Orçamentária Anual de 2015 disponibilizou um orçamento de R\$ 600.000,00 para as ações de capacitação e estipulou a meta física em 240 servidores para serem capacitados. Mas, em janeiro de 2015, com a edição do Decreto nº 8.389, novo limite foi estabelecido, no montante de R\$ 276.498,00, em função do contingenciamento.

Essa mudança no cenário resultou na necessidade de reformulação para adequação ao menor volume de recursos e, assim foram buscadas alternativas para realização de capacitações sem custos para o órgão, como por exemplo o ciclo de palestras realizado pela Secretaria de Gestão da Informação – SAGI. Deste modo, embora o recurso tenha sido menor, foi possível realizar um maior número de capacitações.

Assim, no decorrer de 2015, foram possibilitadas 464 participações de servidores em eventos de capacitação e atualização profissional, envolvendo a capacitação de 310 servidores, conforme quadro a seguir:

	QUADRO RESUMO DE CAPACITAÇÕES 2015						
	TOTAL DE	PARTIP	PARTIPAÇÕES EM EVENTOS				
UNIDADE	TOTAL DE SERVIDORES	TURMAS FECHADAS	CURSOS EXTERNOS	TOTAL	SERVIDORES CAPACITADOS		
GM	98	9	14	23	19		
SE	232	46	63	99	68		
SAGI	59	28	15	43	28		
SESEP	49	13	7	20	15		
SENARC	143	54	39	93	59		
SESAN	131	37	9	46	38		
SNAS	242	61	81	127	80		
IPEA	0	3	0	3	3		
TOTAL	954	251	228	464	310		

Fonte – CGRH/SAA/SE/MDS

O recente levantamento de dados realizado por esta unidade de recursos humanos apontou que os servidores do MDS, em sua maioria, possuem graduação e pós-graduação, como já mencionado anteriormente.

Contudo, esta informação é constantemente alterada, em decorrência da conclusão de novos cursos pelos servidores do MDS. Por este motivo, foi iniciado o desenvolvimento de um banco de talentos e competências que permitirá o levantamento preciso e atualizado sobre o nível de escolaridade dos servidores, inclusive por área de conhecimento.

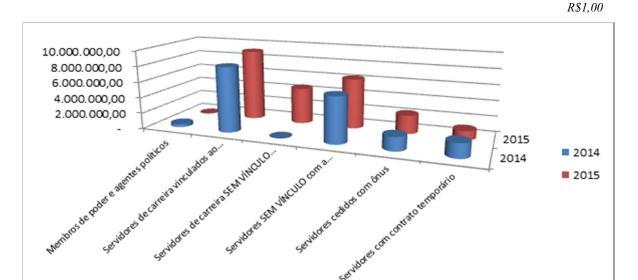
Esta medida tornará possível intervir e capacitar os servidores de modo mais estruturado, na forma de política cíclica e virtuosa, articulada com os objetivos setoriais e globais da administração pública.

Recursos Financeiros envolvidos na manutenção de pessoal do MDS

Em termos de recursos financeiros, as despesas associadas à manutenção do pessoal totalizaram R\$ 17.958.070,93, em 2014, e R\$ 23.525.400,21, em 2015, - o que representa um acréscimo

de 23,67% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do aumento das remunerações de servidores efetivos e dos cargos em comissão, concedido pela Lei nº 12.778, de 28 de dezembro de 2012, a qual dispõe sobre remuneração e reajuste de diversas categorias e dá outras providências.

O gráfico a seguir permite visualizar a despesa com pessoal nos anos de 2014 e 2015, segundo a situação dos servidores do MDS.



Fonte – CGRH/SAA/SE/MDS

Controles - Acumulação de cargos

A acumulação de cargos é averiguada, inicialmente, já no momento da posse e/ou assinatura dos novos servidores, sendo monitorada, mediante o preenchimento de formulário de declaração pertinente ao tema.

A atualização das informações ocorre anualmente, por meio do encaminhamento de formulário aos servidores do órgão.

Assim, o controle é realizado mediante preenchimento do formulário no qual os servidores atestam a veracidade da informação prestada e, nos casos em que há declaração sobre outro vínculo, é requerido o fornecimento de declaração sobre a carga horária, a fim de verificar a compatibilidade de horário e, adicionalmente é solicitado o envio de cópia do contracheque, conforme disposto na Portaria Normativa nº 2, de 8 de novembro de 2011.

No período de referência deste relatório, com base nas informações prestadas, não foi identificado nenhum caso de acumulação indevida.

Avaliação da Unidade responsável pela Gestão de Pessoas do MDS

Ao final deste relatório serão apresentados os indicadores gerenciais para avaliação referente à gestão de pessoas do MDS.

Indicadores Gerenciais

Os indicadores de gestão de pessoas serão apresentados no item 4.14. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Estrutura de pessoal da unidade

Especificamente em relação à estrutura de pessoal da unidade, o quadro a seguir demonstra os quantitativos da UPC, contemplando a Secretaria-Executiva e Gabinete da Ministra, referente à posição de 31 de dezembro de 2015.

Quadro 21 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lota	ão	Ingressos	Egressos no
Tipologias dos Cai gos	Autorizada	Efetiva	no Exercício	Exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		227	18	29
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		226	18	29
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		110	7	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		37	3	12
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		1		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		78	8	12
2. Servidores com Contratos Temporários		17	7	2
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		86	14	19
4. Total de Servidores (1+2+3)		330	39	50

Fonte: Extração SIAPE – posição 31 de dezembro de 2015

Nota: No item 1.2.1, foram considerados os servidores de carreira do MDS, os servidores efetivos cedidos para outros Órgão, os empregados públicos anistiados que fazem parte do quadro de pessoal do MDS.

O quadro a seguir apresenta a distribuição da força de trabalho entre servidores de carreira, contratos temporários e servidores sem vínculo com a administração.

Quadro 22 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva
1. Servidores de Carreira (1.1)	226
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	226
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	110
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	37
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	78
2. Servidores com Contratos Temporários	17

3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	86
4. Total de Servidores (1+2+3)	329

Fonte: Extração SIAPE – posição 31 de dezembro de 2015

Nota: Estão contemplados no quantitativo do item 1.2.1 . Servidores de carreira vinculada ao órgão, foram somados os servidores de carreira do MDS, os servidores efetivos cedidos para outros Órgão, os empregados públicos anistiados que fazem parte do quadro de pessoal do MDS.

O quadro seguinte tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UPC.

Quadro 23 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

	Lotação		Ingressos	Egressos
			no	no
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Autorizada	Efetiva	Exercício	Exercício
1. Cargos em Comissão	209	191	23	32
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	208	190	23	32
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		33		1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		29	3	4
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		43	6	8
1.2.4. Sem Vínculo		80	14	19
1.2.5. Aposentados		5		
2. Funções Gratificadas	16	9	2	3
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		3		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1		1
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		5	2	2
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	225	200	25	35

Fonte: Extração SIAPE - posição 31 de dezembro de 2015

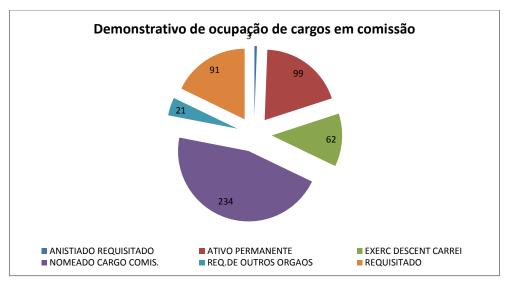
Nota: O item 2. Funções Gratificadas contempla somente o total de servidores que ocupam Funções Gratificadas regidas pela Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991.

Breves apontamentos sobre os principais aspectos envolvendo a força de trabalho do MDS:

No que se refere ao quadro permanente do MDS, este Ministério tem envidado esforços - notadamente em 2015 - para ampliação de sua força de trabalho, em busca de fortalecimento institucional, de modo a assegurar a manutenção dos principais programas da Pasta voltados para as políticas de inclusão social desenvolvidos pelo atual governo, especialmente o Programa Bolsa Família.

Nesse sentido, foram realizadas, em 2015, gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG visando à inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2016 dos recursos necessários à realização de concurso público para provimento de cargos efetivos para atendimento das atribuições sob responsabilidade desta Pasta.

No que tange à ocupação de cargos em comissão, verifica-se a seguir a proporção de servidores sem vínculo com a Administração Pública (234) em comparação ao total de servidores efetivos do quadro do MDS e os pertencentes a outros Órgãos (276).



No momento, não se vislumbram possíveis impactos na força de trabalho do MDS decorrentes de aposentadoria, uma vez que o corpo funcional é relativamente jovem, com idade média entre 31 e 40 anos e que estão, na maioria em início de carreira.

Não houve mudança relevante no número de servidores do MDS que se encontravam cedidos para outros órgãos em 2014 (33) em relação a 2015 (37),

Importa destacar os esforços deste MDS para que os servidores efetivos permaneçam em exercício no órgão, de modo a não comprometer o desenvolvimento das atividades. Entretanto, parte das cessões são decorrentes de requisições de caráter irrecusável, com base nos termos do Decreto n. 4.050, de 12 de dezembro de 2001.

Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 24 – Despesas do pessoal

	Despesas Variáveis										
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Demais Exer	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total		
					Membros	s de poder e ago	entes políticos				
Evanoloias	2015	0	371.216,40	30.934,70	10.311,56	4.476,00	3.346,92	0	0	0	420.285,5
Exercícios	2014	0	320.677,56	26.723,13	8.907,71	4.476,00	3.346,92	0	0	0	364.131,32
				Serv	idores de car	reira vinculado	s ao órgão da unida	ade			
E	2015	2.889.158,69	985.436,20	688.389,41	267.434,04	484.597,40	135.441,81	3.659.027,84	1.016,14	0	9.110.501,53
Exercícios	2014	2.681.641,86	848.878,60	598.261,80	210.784,34	461.078,32	143.018,50	3.310.897,36	7.844,26	0	8.262.405,04
				Servidore	es de carreira	SEM VÍNCUL	O com o órgão da	unidade			
Ewanajaiaa	2015	159.152,40	3.400.055,86	390.458,57	139.415,34	117.995,53	48.700,77	364.897,14	0	0	4.620.675,61
Exercícios	2014	149.061,24	3.401.228,69	356.590,85	129.994,60	70.857,74	38.185,13	379.888,82	0	0	4.525.807,07
			S	Servidores SEM	VÍNCULO c	om a administr	ação pública (excet	to temporários)			
E	2015	5.007.302,90	0	438.891,04	204.807,22	517.372,52	109.601,95	76.552,31	19,98	0	6.354.517,92
Exercícios	2014	4.554.674,12	0	390.582,04	206.602,78	447.250,91	143.323,00	59.959,73	0	0	5.802.392,58
					Serv	idores cedidos o	com ônus				
E	2015	882.062,06	93,78	178.146,07	65.881,97	122.169,63	27.416,97	1.051.181,88	0	0	2.326.767,80
Exercícios	2014	677.923,37	0	126.402,57	45.355,12	103.971,43	29.102,74	747.981,77	0	0	1.730.737,00
					Serv	idores cedidos o	com ônus				
Ewanajaża	2015	948.766,67	0	80.599,99	28.049,76	55.520,93	0	0	0	0	1.112.937,35
Exercícios	2014	1.462.479,67	0	124.677,50	132.595,67	78.652,15	0	0	0	0	1.798.404,99

Fonte: Extração SIAPE – posição 31 de dezembro de 2015.

Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

No que tange aos riscos identificados na gestão de pessoas do MDS, a insuficiente quantidade de servidores pertencentes ao quadro permanente do MDS pode se constituir em risco à continuidade das ações desenvolvidas pela Pasta para cumprimento de todas as atribuições necessárias ao cumprimento da missão institucional;

O quantitativo insuficiente de pessoal permanente decorre da falta de reposição dos cargos vagos, por meio de concurso público. A reposição faz-se necessária em função da evasão de servidores devido à aprovação em outros concursos públicos que oferecem remuneração mais vantajosa.

Registre-se que desde 2010 não ocorre autorização para realização de concurso público que permita recompor o número de servidores ocupantes do cargo de Agente Administrativo, em que pese o alto índice de evasão deste cargo.

Situação semelhante ocorre para o cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais, para o qual, embora o provimento das vagas tenha se dado a partir de 2013, com autorização inicial para admissão de 200 servidores, e posteriormente mais 20 vagas, das quais nove eram em virtude de candidatos que não tomaram posse, ficando assim o total de admissões em 211, até o encerramento de 2015, ocorreram 23 desligamentos de ocupantes deste cargo que solicitaram vacância ou exoneração. Essa situação impacta na diminuição da força de trabalho, sem perspectiva do MDS realizar o preenchimento das vagas.

Para enfrentar tal questão, o MDS tem buscado junto ao MPOG a autorização para realização de concurso público para provimento de cargos efetivos, como já mencionado no item 8.1.1 deste relatório. O objetivo é o fortalecimento institucional, com crescente provimento do quadro efetivo.

No que tange ao investimento em capacitação dos servidores deste Ministério, o público alvo abrange tanto os ocupantes de cargos efetivos quanto os servidores que integram a força de trabalho mas não possuem vínculo efetivo com a Administração Pública (ocupantes de cargos em comissão e contratados por tempo determinado).

Adicionalmente, cumpre ressaltar que os servidores ocupantes de cargos efetivos que passaram a integrar o quadro do Ministério nos últimos três anos têm sido alvo prioritário das ações de capacitação promovidas neste MDS.

Concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal

Em 31 de dezembro de 2015, 46 servidores percebiam GSISTE no MDS, sendo 39 de Nível Superior, cujo valor na data de referência é de R\$ 2.605,00 e 7 de Nível Intermediário, com valor de R\$ 1.667,00.

Do total de 46 servidores para os quais foi concedida GSISTE, 9 foram requisitados de outros órgãos da administração federal e o restante pertence ao quadro permanente do MDS.

Os valores percebidos a título de GSISTE somados à remuneração do cargo efetivo pelos servidores estão limitados legalmente pelo teto determinado de R\$ 10.900,00, para os cargos de nível superior e de R\$ 7.100,00 para os cargos de nível intermediário.

Pessoal requisitado dos quadros de órgão ou entidade da Administração Pública Federal

Compõem a força de trabalho do MDS, 134 profissionais requisitados dos quadros de Órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, em consonância com o disposto pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, contemplando servidores de cargos efetivos e empregados públicos anistiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

Dentre estes 134, os maiores percentuais são originários dos seguintes órgãos: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Previdência Social; Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No quadro abaixo verifica-se o quantitativo por órgão da administração pública ao qual os servidores e empregados requisitados pertencem.

Órgão da Administração Pública Federal	Quantitativo	Percentual
ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	3	2%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1	1%
CGU	3	2%
COMANDO DO EXERCITO	2	1%
DNIT	1	1%
FJN - FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO	1	1%
FUNASA	2	1%
IBAMA	1	1%
IBGE	2	1%
INCRA	4	3%
INSS	1	1%
IPEA	1	1%
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	5	4%
MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	3	2%
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	10	7%
MINISTÉRIO DA FAZENDA	3	2%
MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	34	25%
MINISTÉRIO DA SAUDE	12	9%
MINISTÉRIO DAS CIDADES	1	1%
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	1	1%
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	3	2%
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	1	1%
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR	3	2%
MINISTÉRIO DO ESPORTE	1	1%
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	1	1%
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	26	19%
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	4	3%
MINISTÉRIO DO TURISMO	1	1%
UNB - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	1	1%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC/SP	1	1%
UTFPR - UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	1	1%
TOTAL	134	

Fonte: CGRH/SAA

Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

A Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, criou o regime de previdência complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União e, também autorizou a União a criar três Entidades fechadas de previdência complementar com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário.

O Decreto nº 7.808, de 20 de setembro de 2012, criou a Fundação da Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe, instituição sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado e de natureza pública com autonomia administrativa, financeira e gerencial, cuja finalidade é executar planos de benefícios de caráter previdenciário dos servidores públicos de cargo efetivo do Executivo.

Em 04/02/2013, a partir de autorização do órgão fiscalizador, a Funpres-Exe iniciou a administração do Plano Executivo Federal (ExecPrev), entre órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas federais.

Além da previdência complementar, o servidor ainda dispõe de outras vantagens, como a paridade do órgão na contribuição, no caso do Participante Ativo Normal, ou seja, aquele que ingressou no Executivo após 04 de fevereiro de 2013. Para estes, a cada real contribuído, a União também contribuirá com o mesmo valor.

A contribuição pode ser de 7,5%, 8% ou 8,5% sobre o salário de participação, calculado sobre a diferença da remuneração subtraindo o valor do teto do INSS (R\$5.189,82 a partir de 1° de janeiro de 2016).

Sendo a Funpresp uma instituição sem fins lucrativos, 100% da rentabilidade líquida é voltada para o participante. Há a possibilidade de dedução mensal das contribuições do Imposto de Renda até o limite de até 20,5%. Além disso, o Fundo permite resgate e portabilidade das contribuições e gestão compartilhada nos Conselhos Deliberativo e Fiscal, para os quais os participantes elegem seus representantes.

No âmbito do MDS, atualmente, de 188 servidores ocupantes do cargo de Analista Técnico em Políticas Sociais – ATPS, cujo ingresso ocorreu após fevereiro/2013, 145 aderiram ao plano da Funpresp, ou seja, 77% dos servidores fizeram adesão.

Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

A força de trabalho total desta Pasta em 31.12.2015 era de 1.361 pessoas, incluindo os terceirizados, ficando assim composta por 954 servidores, efetivos, requisitados, anistiados, contratos temporários, dentre outros, e por 407 colaboradores de mão de obra terceirizada para a prestação de serviços de atividades de apoio administrativo e de atividades auxiliares

A força de trabalho fica assim composta por 70,10% de servidores, empregados públicos e contratados temporários, e 29,90% representa os colaboradores terceirizados que realizam o trabalho de apoio às diversas Unidades deste Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

As informações sobre a terceirização de mão-de-obra referente a apoio administrativo encontram-se disponíveis na página da internet, no link: http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/servidores

Portanto, o quadro abaixo apresenta apenas informações resumidas sobre o contrato.

Quadro 4 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

_		,	0		8	
		Unidade Co	ontratante			
Nome: Coo	ordenação-Geral de Recurs	os Humanos				
UG/Gestão	: 550006 / 00001					
		Informações sobr	e os Contratos			
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores	Sit.
			Início	Fim	contratados	
2011	Prestação de serviços de atividades de apoio administrativo e de atividades auxiliares	54.419.492/00001-09	07/02/2011	06/02/2016	Nível Fundamental (Apoio I) e Nível Médio (Apoio II, III e IV)	P

Fonte: Contrato Administrativo n. 06/2011

Contratação de Estagiários:

O Programa de Estágio Remunerado no MDS cumpre as disposições contidas na Orientação Normativa nº 4, de 4 de julho de 2014, bem como os demais atos normativos vigentes relacionados ao tema editados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Inexiste norma interna que discipline regras, exigências, restrições e procedimentos específicos para a contratação de estagiários no MDS.

Importa ressaltar, contudo, que o Programa Estágio Remunerado no MDS é operacionalizado em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola — CIEE, agente de integração que tem como finalidade precípua fazer a interlocução entre instituições de ensino, os estagiários e o MDS, bem como auxiliar no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio. As responsabilidades acometidas ao CIEE na operacionalização do Programa de Estágio Remunerado no MDS foram acordadas por meio do Contrato nº 45/2014, e são objeto de permanente acompanhamento e fiscalização por parte da unidade responsável pela gestão do Programa de Estágio.

O Quadro a seguir explicita, em termos quantitativos, a composição do quadro de estagiários do MDS ao final de cada semestre dos últimos três exercícios, agregados por área e nível de escolaridade. Os dados demonstram que predomina a contratação de estagiários que cursam nível superior, e que a ampla maioria dos contratados atua em unidades finalísticas do MDS.

MARI DE		COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS						
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	1° Semestre / 2013	2º Semestre / 2013	1° Semestre / 2014	2º Semestre / 2014	1° Semestre / 2015	2° Semestre / 2015		
1. Nível Superior	31	29	22	33	48	43		
1.1. Área Fim	22	21	13	21	26	24		
CNAS	0	0	0	0	0	0		
DEFNAS	9	7	4	6	3	2		
SAGI	3	4	3	3	3	2		
SENARC	3	3	2	5	10	10		
SESAN	5	3	1	3	6	6		
SESEP	0	0	0	0	0	0		
SNAS	2	4	3	4	4	4		
1.2. Área Meio	9	8	9	12	22	22		
CONJUR-GM	2	0	2	1	2	2		
GM	2	2	0	1	4	2		
SAA	3	3	4	4	5	4		
SE	2	3	3	6	11	11		
SPO	0	0	0	0	0	0		
2. Nível Médio	23	26	24	28	22	22		
2.1. Área Fim	12	15	15	20	15	15		
CNAS	0	0	0	0	0	0		
DEFNAS	2	2	2	2	2	2		
SAGI	2	2	2	2	1	1		
SENARC	3	4	4	8	5	5		
SESAN	0	2	2	3	2	2		
SESEP	0	0	0	0	0	0		
SNAS	5	5	5	5	5	5		
2.2. Área Meio	11	11	9	8	7	7		
CONJUR-GM	0	0	1	1	1	1		
GM	4	4	2	1	1	1		
SAA	7	6	6	6	5	5		
SE	0	0	0	0	0	0		
SPO	0	1	0	0	0	0		
TOTAIS	54	55	46	61	70	65		

Fonte: CODEP/CGRH/SAA/SE/MDS

Observa-se que, no período posterior à assinatura do Contrato nº 45, firmado em 10 de junho de 2014 com o CIEE, houve aumento do número de estagiários contratados, em decorrência da ampliação do total de vagas de estágio a serem operacionalizadas pelo agente de integração contratado, em comparação ao contrato anterior. Esse crescimento do quadro de estagiários do MDS foi possibilitado pelo aumento da força de trabalho ocorrido nos exercícios anteriores.

Não obstante, em 2015, as contratações de estagiários foram contingenciadas no MDS em decorrência da publicação do Decreto nº 8.540/2015, de modo que ao final do último exercício, o quadro de estagiários estava mantido aquém do número total de vagas disponíveis em aproximadamente 50%.

Quanto à evolução das despesas com contratações de estagiários, o quadro abaixo apresenta dados referentes aos totais das despesas praticadas nos últimos três exercícios:

DESPESAS COM CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS								
Tipo de Despesa	Exercício 2013	Exercício 2014	Exercício 2015					
1. Bolsa de Estágio	212.654,80	217.513,31	298.489,36					
2. Auxílio Transporte	77.825,01	80.382,00	106.904,32					
3. Outras despesas*	11.975,14	10.393,12	4.658,23					
TOTAIS	302.454,95	308.288,43	410.051,91					

Fonte: Demonstrativos da folha de pagamento processada via SIAPE.

Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

A gestão das contratações de pessoa física no âmbito dos projetos internacionais é realizada pela Diretoria de Projetos Internacionais – DPI. Dentro das rotinas e procedimentos de seleção de consultores, a DPI consulta a CGRH quanto à disponibilidade de profissional no MDS para a execução da consultoria proposta, observando requisitos conhecimentos e habilidades para realizar as atividades acerca do objeto da contratação.

De acordo com o Decreto 5.151/2004, art. 4°,§ 6°, o órgão ou a entidade executora nacional somente proporá a contratação de serviços técnicos de consultoria mediante comprovação prévia de que esses serviços não podem ser desempenhados por seus próprios servidores.

Desta maneira, a CGRH promove pesquisas e consultas em todas as unidades do MDS, sobre a disponibilidade de servidores que preencham os requisitos e detenham habilidades para realizar as atividades previstas para a contratação proposta. Após a realização dessas pesquisas os resultados são apresentados à DPI, para continuidade dos procedimentos.

Ao final do ano de 2015, foram estabelecidas medidas que buscam criar mecanismos para aperfeiçoar as seleções para contratações de consultoria de pessoa física, no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica Internacional no MDS, mediante a introdução de procedimento de consulta a todas as unidades organizativas do MDS, de modo a obter maiores garantias da inexistência de servidores efetivos que pudessem realizar as atividades previstas para a contratação da consultoria, bem como para estipular que somente possam ser contratados como consultores ex-servidores se decorrido um período mínimo de 6 meses do desligamento do vínculo empregatício com o MDS.

O 2º Acordo de Empréstimo do Banco Mundial N.º 7841/BR foi assinado em 21 de setembro de 2011, para implementação do Projeto "Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Plano Brasil sem Miséria", até 30 de junho de 2017. O valor do empréstimo é de US\$ 200.000.000,00, com contrapartida nacional no valor de US\$ 15.000.000,00.

Os recursos do empréstimo são distribuídos da seguinte forma: US\$ 185 milhões são destinados ao Componente 1 do Acordo: Reembolso do Banco ao Tesouro Nacional de 1,85% das Transferências de Benefícios do PBF já realizadas pelo MDS com orçamento próprio; e US\$ 15 milhões do Banco + US\$ 15 milhões de contrapartida para os Componentes 2 a 6 do Acordo (Ações de Assistência Técnica).

A execução técnica das ações do acordo é realizada parcialmente por meio do Projeto de Cooperação Técnica com a UNESCO – 914BRZ3002 (consultorias e capacitações) e por meio da execução direta do MDS (licitações, publicações, etc.).

^{*}Acertos financeiros decorrentes de recessos não usufruídos, conforme o disposto no Art. 15, § 3º da Orientação Normativa nº 4, de 4 de julho de 2014.

A execução financeira do empréstimo dá-se na modalidade "antecipação de recursos do credor", ou seja, o MDS efetua pedidos de saque/retiradas da conta designada do Projeto em US\$, mediante necessidade de utilização.

Em 2015, foram desembolsados o valor US\$ 840.767,16 como adiantamento para a conta designada.

Até 2015, dos recursos antecipados pelo credor, somados aos recursos de contrapartida nacional, foram transferidos à UNESCO R\$ **34.732.073,26** para custear a contratação de estudos avaliativos e realização de capacitação de gestores do Programa Bolsa Família, dos programas de inclusão produtiva rural, entre outras oficinas e seminários relacionados ao Plano Brasil Sem Miséria.

Relativamente à prestação de contas, o MDS apresentou, em 2015, à STN e ao Banco Mundial 5 demonstrativos de despesas (SOE's), referentes aos recursos adiantados. Foram os SOEs 13 a 17.

Como a execução financeira do Projeto obedece à modalidade *pari passu* de fontes (47% das despesas são financiadas pelo Banco e 53% são financiadas pelo Tesouro Nacional), foi realizado apenas um desembolso dos recursos do empréstimo (Fonte 0148). A DPI/SE/MDS realiza a gestão financeira do Projeto, de modo a evitar antecipações desnecessárias dos recursos do credor e, em consequência, o pagamento de juros por parte do Tesouro Nacional.

O orçamento do MDS destinado ao empréstimo foi executado da seguinte forma:

Execução Orçamentária - 2015									
LOA	Empenho fonte 0148	Empenho fonte 1151	Total empenhado	Total pago	A pagar¹	% pago			
	(a)	(b)	(c= a+b)	(d)	(e = c-d)	(f = d/c)			
Restos a Pagar	R\$ 2.354.264,00	R\$ 2.799.549,00	R\$ 5.153.813,00	R\$ 2.723.351,00	R\$ 2.430.462,00	53%			
LOA	R\$ 155.570,00	R\$ 175.430,00	R\$ 331.000,00	R\$ 32.751,00	R\$ 298.249,00	10%			
Total	R\$ 2.509.834,00	R\$ 2.974.979,00	R\$ 5.484.813,00	R\$ 2.756.102,00	R\$ 2.728.711,00	50%			

Fonte: CGRH/SAA

A execução registrada no ano de 2015 é considera adequada, apesar de algumas dificuldades e contratempos em executar.

A execução do Componente 1 – Reembolso do Banco ao Tesouro Nacional (Benefícios do PBF) atingiu 100% do valor total previsto para a Categoria 3 (foram comprovados R\$ 379.284.86,48, equivalentes a US\$ 185.000.000,00), estando o componente encerrado.

Contratação de mão de obra temporária

Em sua força de trabalho, o MDS conta com profissionais temporários contratados com base na Lei 8.745/93, em consonância com os termos do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 01/2012 – MDS, de 30 de novembro de 2012, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em 31 de dezembro de 2015 o quantitativo de contratos ativos era de 104 e o gasto com pessoal referente a contratos temporários, no exercício de 2015, totalizou R\$ 7.443.015,43, representando redução de 32% em relação a 2014, ano em que a despesa foi de R\$ 10.995.892,65.

A distribuição desses contratados nas diversas unidades encontra-se demonstrada no gráfico a seguir:



Gestão do patrimônio e da infraestrutura

Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade de Prestação de Contas

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A forma de utilização da frota de veículos segue os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 6.403/2008, na Instrução Normativa MP nº 3/2008 e nas Portarias MDS nº 35/2004 e nº 257/2014, que dispõem sobre o serviço de transporte oficial e terceirizado no âmbito do Ministério. Ainda o Decreto nº 8.541/2015, que estabelece medidas de racionalização do gasto público no uso de veículos oficiais.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

Devido à estrutura organizacional do MDS, com instalações físicas em sete locais distintos no Plano Piloto, as demandas diárias requerem o transporte de servidores durante todo o horário de expediente, necessidade essa decorrente das próprias atividades de cada Unidade.

O MDS atualmente possui 15 veículos próprios, sendo três veículos inservíveis (em processo de desfazimento) e 12 veículos em circulação, caracterizados como de representação, de transporte institucional e utilitários para diversas finalidades institucionais.

Em complemento à frota própria, o Ministério conta ainda com a prestação de serviços de transporte por empresa terceirizada no total de 18 veículos, sendo 15 veículos básicos para a necessidade diária dos servidores e três veículos executivos utilizados para atender as autoridades referidas nos incisos I a IV do art. 5º do Decreto nº 6.403/2008.

Cabe ressaltar que em virtude do Decreto nº 8.541/2015, que dispõe sobre a redução de gastos administrativos entre outros, foi formalizado termo aditivo de supressão de três veículos executivos. Assim, no exercício de 2015 inicialmente eram disponibilizados seis veículos executivos pela empresa terceirizada, mas findou com os atuais três veículos executivos, havendo o seu compartilhamento entre as autoridades conforme determinação do referido Decreto.

Para o transporte de bens do ativo imobilizado, pequenas cargas e atendimento em geral ao Setor de Almoxarifado, e ainda para atendimento aos diversos eventos programados ao longo do ano, solicitados pelas Unidades, utiliza-se a prestação de serviços por empresa terceirizada compreendendo transporte de passageiros para eventos (Vans) e cargas (caminhonete e caminhão). Contudo, a disponibilização ao MDS ocorre somente quando há demandas efetivas, mediante solicitação, não ficando à disposição do órgão em tempo integral.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UPC (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

O MDS possui 15 veículos dos quais 12 estão em circulação, a saber:

REPRESENTAÇÃO

Um FIAT LINEA

INSTITUCIONAL

Um FIAT LINEA

Dois FORD FOCUS

USO COMUM

Um FIESTA – Cinco FIAT UNO – Um SANTANA – Um FORD COURRIER - veículos para transportes institucionais de uso comum.

Além disso, o órgão possui três veículos em processo de desfazimento, — Um GM CORSA (fora de uso) — Dois VW KOMBI (fora de uso).

- d) Quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra "c" supra;
 - Veículos de Representação: um veículo: 29.881 Km rodados em 2015
 - Veículos de Transporte Institucional: três veículos; 40.667 Km rodados em 2015
 - Veículos Transporte Comum: oito veículos; anual 165.517 Km rodados em 2015
 - Total de Km rodados em 2015: 236.065 Km
 - Média anual por veículo = 19.672 Km

(Um GM Corsa e dois VW Kombi estão fora de uso).

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;
 - Veículos de Representação 7 anos
 - Veículos Transporte Institucional 10 anos
 - Veículos Transporte Comum 11,3 anos
- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);
 - Licenciamento e Seguro obrigatório R\$ 2.238,13 anual para todos os veículos.
 - Gastos com Revisão e Conserto dos Veículos R\$ 44.094,15 para todos os veículos.
 - Gastos com combustíveis R\$ 57.580,28 anual para todos os veículos.

• Custos totais de manutenção: R\$ 103.912,56.

g) Plano de substituição da frota;

O setor de transporte do MDS, como alternativa para substituição da frota, buscou, no ano de 2015, adquirir veículos por meio de doação de outros órgãos da Administração Pública Federal, tais como Tribunais Superiores, Procuradorias, Receita Federal. A aquisição por meio de doação geraria economia no que tange à manutenção de veículos, desde que os modelos adquiridos por esse meio sejam mais novos e com menos quilometragem. Entretanto, as tentativas ainda não lograram êxito, razão pela qual o setor responsável continuará monitorando as oportunidades de aquisição por meio de doação ao longo do exercício de 2016.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Não se aplica, considerando que a opção deste MDS não foi pela aquisição de novos veículos.

O MDS utiliza-se de locação e terceirização de serviços de transporte, visto que na modalidade de terceirização os custos relacionados à gestão de pessoal, manutenção, abastecimento e substituição da frota são absorvidos pela empresa contratada. Esse modelo de prestação dos serviços desonera a administração dos custos anteriormente listados, diminuindo a necessidade de servidores motoristas, cargo extinto na administração, e garante a prestação dos serviços por frota renovada regularmente.

Entretanto, mantêm em funcionamento a prestação do serviço por meio de veículos próprios, a fim de minimizar eventuais problemas com paralização do atendimento caso ocorra algum impasse junto à empresa contratada, atraso na licitação, etc.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

- As autorizações de transporte "vouchers" são emitidas apenas por servidor designado para autorizar a utilização dos serviços e requisitar o transporte mediante preenchimento e assinatura dos formulários apropriados.
- A Ficha de requisição de transporte contém: Nome do usuário, Setor de Trabalho, Itinerário, Veículo/Placa, Nome do motorista, Quilometragem, Saída e Chegada, Horário de Saída e chegada. Essas informações permitem rastrear todas as informações do atendimento realizado, além de garantir amplo controle sobre os deslocamentos e gastos registrados.
- Os serviços são cobrados por quilômetro rodado, os quais são lançados em planilha de controle
 dos "vouchers" emitidos, onde é possível avaliar os setores e usuários que mais demandam os
 serviços, as principais rotas com as respectivas distâncias, os horários de maior demanda dos
 serviços, dentre outras informações.
- Para assegurar a eficiência e celeridade na prestação dos serviços, a frota foi dividida em 2 (duas) bases de atendimento facilitando os deslocamentos entre unidades.
- Todas as rotas e destinos registrados nas requisições de transportes são avaliadas com o fim de garantir a economicidade, eficiência e celeridade do atendimento.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UPC, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;

Os estudos que subsidiam a opção pela terceirização foram realizados por ocasião dos processos licitatórios realizados para a contratação dos respectivos serviços.

Dentre as razões apontadas destacamos que o órgão não possui frota própria suficiente para atendimento das demandas e em seu quadro de pessoal, não dispõe de força de trabalho na categoria Motorista Oficial, levando em consideração que o referido cargo encontra-se extinto e/ou em extinção, em virtude da Lei nº 9.632/98, o que impede a recomposição de força de trabalho por meio de concurso público.

Ademais, conforme explicitado no item anterior, no modelo de terceirização dos serviços, todos os custos relacionados a manutenção da frota, gestão de pessoal, contratação, substituição de mão de obra, gestão de abastecimentos e substituição dos veículos são absorvidos pela empresa contratada.

Dessa forma, a fiscalização dos contratos concentra esforços no controle descentralizado dos serviços prestados, buscando a prestação eficiente, célere e econômica dos serviços, desonerando a administração de possuir uma grande estrutura de pessoal técnico para controle das atividades.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;

GL TRANSPORTADORA E SERVIÇOS LTDA - ME - CNPJ: 08.295.197/0001-45 INVESTICAR VEICULOS LTDA. - CNPJ: 01.615.224/0001-70 ABRIL TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA. - CNPJ 37.287.521/0001-81

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

GL TRANSPORTADORA E SERVIÇOS LTDA - ME - CNPJ: 08.295.197/0001-45.

Objeto: prestação de serviços de locação de veículos de pequeno e médio porte, aferido por quilômetros rodados, incluindo combustível, motorista habilitado e todos os encargos para a execução dos serviços, para o transporte de pessoas, documentos, encomendas, e pequenas cargas no Distrito Federal e Entorno, para atender as necessidades do MDS.

Contrato nº 17/2014 Processo nº 71000.075662/2011-42

Inicio: 11/04/2014 – Termino: 11/04/2016. 15 veículos básicos e 3 veículos executivos. Valor anual contratado: R\$ 1.724,516,69

Valor gasto em 2015: R\$ 1.581.696,46

INVESTICAR VEICULOS LTDA. CNPJ: 01.615.224/0001-70

Objeto: prestação de serviços de locação de veículos de médio e grande porte, aferidos por diárias, incluindo combustível, motorista habilitado e todos os encargos para a execução dos serviços, para o transporte de pessoas documentos, encomendas, e pequenas cargas no Distrito Federal e Entorno, para atender as necessidades do MDS.

Contrato nº 39/2012 Processo nº 71000.075662/2011-42

Inicio: 10/08/2012 – Término: 10/08/2016

Veículos tipo: (uso comum) VAN, CAMINHONETE, CAMINHÃO BAÚ.

Valor anual contratado: R\$ 229.918,80

Valor gasto: R\$ 54.777,02

ABRIL TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA. - CNPJ 37.287.521/0001-81

Serviços continuados de locação de veículos para o transporte de autoridades e grupo de trabalho do MDS, em serviço, incluindo combustível e motorista, sem franquia de quilometragem.

Contrato nº 29/2015

Início: 15/09/2015 a 15/09/2016

Locação de veículos para transporte de autoridades no Centro-Oeste, exceto Distrito Federal, e região Sul.

Valor anual do contrato: R\$ 116.600,00

MARAJÓ LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME CNPJ 63.859.961/0001-76

Prestação de serviços continuados de locação de veículos, em âmbito nacional, exceto Distrito Federal e entorno, para o transporte de autoridades e grupo de trabalho, em serviço, incluindo combustível e motorista devidamente habilitado, sem franquia de quilometragem, para atender às necessidades do MDS, conforme especificações do Termo de Referência e da proposta da contratada.

Contrato nº 30/2015

Valor anual do contrato: R\$ 35.200,00

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Decreto 6.403/2008 - Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

IN 3/2008 - MPOG - Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Portarias MDS n° 35, de 14 de junho de 2004, e n° 257, de 9 de julho de 2014 - Dispõem sobre o serviço de transporte oficial e terceirizado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

A frota terceirizada é fundamental para ajudar a contornar as dificuldades do Ministério estar instalado em sete localidades diferentes, permitindo a integração entre as unidades em situações em que se exige a presença física de seus colaboradores, tais como reuniões, treinamentos, encontros, eventos, manutenção predial e gestão de contratos administrativos. Para tanto, a base de atendimento dos serviços terceirizados, localizada no Ed. Ômega – 515 Norte, recebe as ligações, agenda e realiza os atendimentos.

Para gerenciar e fiscalizar a qualidade da prestação do serviço oriunda do contrato de terceirização da frota há necessidade de manutenção de equipe própria do MDS, a qual é responsável pela realização de vistorias regulares nos veículos à serviço do Ministério, bem como, consultas aos usuários de forma a aferir a qualidade e agilidade do atendimento prestado.

O serviço de transporte conta com dois servidores responsáveis pela fiscalização do contrato, além de equipe de apoio com dois colaboradores terceirizados.

- f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UPC (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;
 - 3 Veículos Institucionais
 - 15 Veículos de Uso Comum
 - 18 Veículos ao todo.
- g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra "f" supra;

Veículos Institucionais – quilômetros rodados anual = 51.708 Km – Media anual por veículo = 8.618 Km;

Veículos de Uso Comum – quilômetros rodados anual = 177.366 Km – Media anual por veículo = 11.824,4 Km.

- h) Idade média anual, por grupo de veículos;
 - Idade media da frota veículos Institucionais dois anos
 - Idade media da frota veículos de Uso Comum dois anos
- i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

Os custos de manutenção e abastecimento, entre outros, estão incluídos no contrato firmado.

- j) Estrutura de controle existente na UPC para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.
 - As autorizações de transporte "vouchers" são emitidas apenas por servidor designado para autorizar a utilização dos serviços e requisitar o transporte mediante preenchimento e assinatura dos formulários apropriados.
 - A Ficha de requisição de transporte contém: Nome do usuário, Setor de Trabalho, Itinerário, Veículo/Placa, Nome do motorista, Quilometragem, Saída e Chegada, Horário de Saída e chegada. Essas informações permitem rastrear todas as informações do atendimento realizado, além de garantir amplo controle sobre os deslocamentos e gastos registrados.
 - Os serviços são cobrados por km rodado, os quais são lançados em planilha de controle dos "vouchers" emitidos, onde é possível avaliar os setores e usuários que mais demandam os serviços, as principais rotas com as respectivas distâncias, os horários de maior demanda dos serviços, dentre outras informações.
 - Para assegurar a eficiência e celeridade na prestação dos serviços, a frota foi dividida em 02 (duas) bases de atendimento facilitando os deslocamentos entre unidades.
 - Todas as rotas e destinos registrados nas requisições de transportes são avaliadas com o fim de garantir a economicidade, eficiência e celeridade do atendimento.

Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

No que concerne às políticas de destinação dos veículos inservíveis, o MDS segue a orientação exarada pela Instrução Normativa nº 03/2008, in verbis:

"Art. 32. Os órgãos ou entidades procederão ao desfazimento de veículos classificados como ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis (sucatas), na forma do Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, e desta Instrução Normativa. Art. 33. O veículo classificado como irrecuperável (sucata) será alienado pelo órgão ou entidade, obedecidos os dispositivos contidos no Decreto nº 1.305, de 09 de novembro de 1994, e na Resolução CONTRAN nº 11, de 23 de janeiro de 1998. Art. 34. A cessão ou a alienação, atendidas as exigências legais e regulamentares, será realizada mediante o preenchimento do Termo de Vistoria (Anexo VIII), Termo de Cessão/Doação (Anexo IX) e Quadro Demonstrativo de Veículos Alienados (Anexo X).

Art. 35. O órgão ou a entidade proprietária de veículo cedido ou alienado comunicará sua baixa ao Departamento de Trânsito, a Circunscrição Regional de Trânsito e aos demais órgãos competentes, para fins da retirada da isenção do IPVA, quando for o caso, bem como alteração de propriedade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a realização do evento."

Ademais, o órgão utiliza os veículos por tempo indeterminado, observando durante todo o período os gastos relacionados com reparo e manutenção, até que possa definir e identificar veículos cujos custo/benefício não justifique a sua permanência de utilização.

Nestes casos, os veículos são avaliados por pessoal técnico, em consonância com o previsto no art. 34 da IN 03/2008 supracitada, e destinados ao desfazimento por meio de processo formal, seja para doação ou alienação dos mesmos.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		PROPRIEDADE	DE IMÓVEIS DE E DA UNIÃO DE IDADE DA UPC
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Distrito Federal	1	1
BRASIL	Brasília	1	1
	Subtotal Brasil		1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SAA/MDS

Imóveis Sob a Responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel funcional

Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UPC, exceto Imóvel Funcional

	RIP	Regime	Estada da	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
UG			Estado de Conservação	Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
	97.0127261.500-7	10	8	1.043.076,50	14/03/2015			
Total							0,00	0,00

Fonte: Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal.

Nota explicativa: Terreno destinado à futura Sede do MDS, localizado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 01, Lote nº 03, Brasília - DF, medindo 69,52m pelos lados norte e sul e 137m pelos lados leste e oeste, perfazendo a área de 9.524,24m².

Fonte: SAA/MDS

Análise Crítica

O terreno localizado na parte posterior do Edificio Anexo do Bloco C da Esplanada dos Ministérios é objeto de termo de Cessão firmado entre a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e o MDS, cuja destinação é a construção da sede desta Pasta. Os projetos de construção são objeto do Contrato Administrativo nº 035/2010, firmado com Escritório de Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer, responsável pela elaboração e fornecimento dessas peças técnicas.

Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

O MDS é cessionário, por meio de termos de cessão de uso firmado junto a outros órgãos, de espaços físicos em quatro imóveis, a saber: Edifícios Bloco A, Bloco C e Anexo do Bloco F (todos na Esplanada dos Ministérios – Brasília-DF), e Edifício Núcleo dos Transportes (DNIT, situado no Setor de Autarquias Norte – Brasília-DF). Por não dispor de sede própria e por ter carência de espaço para abrigar por completo toda sua estrutura regimental, o MDS não cede partes de seus imóveis para outros órgãos da Administração.

Demonstração da situação dos imóveis da União

O terreno localizado aos fundos do Edifício Bloco C da Esplanada dos Ministérios é objeto de termo de Cessão firmado entre a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e o MDS, destinado a construção da sede desta Pasta. Este terreno, identificado por placa situada à lateral defronte a via S1, encontra-se atualmente desocupado, aguardando a finalização dos projetos de construção do Edifício Anexo do Bloco C.

Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UPC		
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014	
BRASIL	Distrito Federal	3	3	
	Brasília		3	
	Subtotal Brasil	3	3	
EXTERIOR	EXTERIOR		0	
Subtotal Exterior		0	0	
	Total (Brasil + Exterior)	3	3	

Fonte: CGLA/SAA

Nota explicativa: Atualmente o MDS, está distribuído em 03 (três) imóveis locados de terceiros, conforme endereços abaixo:

1)Edifício Ômega: SEP/Norte 515 Bloco B

2) Edifício FNAS: SAF/SUL Quadra 02 Lote 08 Bloco H

3) Edificio SAAN: SAAN Quadra 04 Lote 916

Análise Crítica:

A locação de imóveis pelo MDS faz-se necessária, uma vez que este Ministério, por não possuir sede própria, ocupa parcialmente, por meio de cessão de uso, áreas em imóveis da União sob a gestão de outros órgãos da Administração Pública Federal, não sendo essas áreas suficientes para abrigar

todas as Unidades de sua estrutura regimental, bem como servidores e colaboradores que laboram nesses setores.

As despesas com manutenção e pequenas reformas nesses imóveis locados junto a terceiros é de responsabilidade do MDS, e se dão por meio do Contrato Administrativo nº 01/2011, firmado com a empresa RCS Tecnologia Ltda.

Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Informação sobre esse item será contemplada no Relatório de Gestão da SNAS

Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade

No que concerne a imóveis, o MDS não faz uso de Patrimônio de propriedade da União, uma vez que a ocupação de áreas dos Edifícios Bloco A, Bloco C, Anexo do Bloco F e Núcleo dos Transportes (DNIT) foi concedida por meio de termos de Cessão de Uso assinados entre os órgãos gestores de cada um daquele edifícios e este Ministério.

Informações sobre a infraestrutura física

O MDS está distribuído em sete imóveis localizados em Brasília-DF. Por não dispor de sede própria para abrigar sua estrutura regimental, esta Pasta faz uso parcial de áreas cedidas em quatro imóveis administrados por outros órgãos da Administração Pública Federal, e ocupa por completo outros três objetos de contratos de locação com terceiros. Os imóveis ocupados pelo MDS, bem como as áreas, locais e endereços estão informados abaixo:

	Endereço	Local	Área (m²)
		Subsolo – Deposito	131,90
		Subsolo – CPD	39,00
	Bloco "A" (Ocupação Parcial)	Térreo – Protocolo	76,00
1	Esplanada dos Ministérios	3° andar	1.781,76
		4° andar	1.781,76
		TOTAL	3.810,42
		Garagem – Transporte	40,66
	Bloco "C" (Ocupação Parcial) Esplanada dos Ministérios	4° andar	1.763,25
		5° andar	1.763,25
2		6° andar	1.763,25
		9° andar	686,15
		TOTAL	6.016,56
3	Bloco "F", Anexo, Ala "A" (Ocupação	Subsolo – Arquivo	194,10

	Parcial)	1° Andar	588,04
	Esplanada dos Ministérios	TOTAL	782,14
	DNIT (Ocupação Parcial)	1° Subsolo	761,15
4	Edif. Núcleo dos Transportes	2° andar	1.572,08
	Quadra 3 Lote "A"	TOTAL	2.333,23
		Subsolo	145,64
		Térreo	262,77
5	SAAN (Ocupação Total)	1° Andar	273,11
3	Setor de Armazenamento e Abastecimento Norte Quadra 4 Lote 916	2º Andar	265,90
		Galpão	1.104,76
		TOTAL	2.052,18
		2º Subsolo (garagem)	2.268,00
	Edif. Ômega (Ocupação Total) SEPN - W3 Norte - Quadra 515 Lote 02	1º Subsolo	2.211,81
		Térreo	996,81
6		Pavimento Tipo – (1° ao 4°)	3.987,24
		5° Pavimento	532,81
		Cobertura-Casa de Máquinas	29,52
		TOTAL	10.026,19
		Subsolo	905,31
	FNAS (Ocupação Total)	Térreo	652,22
7	SAF Sul, Quadra 02, Lote 08,	1° Andar	652,22
	Bloco "H"	2° Andar	387,68
		TOTAL	2.597,00
ÁR	EA TOTAL		26.835,58 m ²

Fonte: SAA/MDS

Gestão da tecnologia da informação

Principais sistemas de informações

O MDS interage com os Estados, os municípios e o DF por meio de sistemas de informação, pelos quais é possível trocar, gerenciar e controlar dados de informação. Em 2015, foram utilizados os seguintes sistemas, sob a gestão da DTI, já associado à célula especializada de atendimento, conforme listados abaixo:

QUADRO 1: CATÁLOGO DE SISTEMAS SOB GESTÃO DA DTI

ID	Sigla Sistema	Descrição do Sistema	Célula Especializada
			Responsável
1	COOP INTERNAC	Sistema Cooperação Internacional que abriga as informações sobre políticas, programas e ações para o desenvolvimento social, dos países membros da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
2	SendMail	Sistema para envio de informativos sobre os serviços, programas e benefícios que o MDS oferece. Mailing Digital.	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
3	PORTAL FOME ZERO	Portal de divulgação das ações do governo relacionadas ao Programa Fome Zero.	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
4	PORTAL INTRANET	Portal de comunicação interna do MDS.	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
5	PORTAL BSM	Portal de divulgação das ações do governo relacionadas ao programa Brasil Sem Miséria. Ferramenta de gerenciamento de conteúdo, administrada pela equipe de comunicação eletrônica da ASCOM.	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
6	PORTAL MDS	Portal Oficial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Ferramenta de gerenciamento de conteúdo, administrada pela equipe de comunicação eletrônica da ASCOM.	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
7	PORTAL CARTA CIDADAO	Portal de divulgação dos serviços providos ao Cidadão pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ferramenta de gerenciamento de conteúdo, administrada pela equipe de comunicação eletrônica da ASCOM.	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
8	SISCOP	Sistema de controle dos recursos financeiros utilizados nos contratos com as agências de publicidade de atendem ao MDS.	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
9	SISDTI	Sistema de Gestão do Fluxo de Atendimento de Demandas da Coordenação Geral de Sistemas	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
10	DiciVIP	O DiciVIP funciona como um compêndio de dicionários. Atualmente são apresentados quatro dicionários: o de variáveis, o de indicadores, o de programas sociais e o de fontes. O processo de construção de cada um destes dicionários permite que se estabeleça uma base de conhecimento, a partir de dados básicos, utilizados em questionários, formulários eletrônicos, documentos técnicos, planilhas de micro-dados, dentre várias outras fontes	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
11	CENSO SUAS	Sistema que gera questionários eletrônicos utilizado para aplicar os questionários eletrônicos do Censo SUAS e do Mapeamento SAN. Sistema Gerador de Questionários Eletrônicos - SGQE	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
12	AVADES	Sistema de Avaliação de Desempenho dos servidores em exercício no MDS, com base no decreto nº 7.133/2010, com objetivo de acompanhar o alcance das metas organizacionais.	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
13	SISPRO	Sistema de tramitação de documentos avulsos ou processos administrativos no âmbito do MDS.	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
14	SCC	Sistema para acompanhamento dos contratos administrativos firmados por todo o MDS. Gerenciado pela Coordenação de Contratos.	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
15	SIEXP	Sistema de cadastro e rastreamento das correspondências expedidas pelo Serviço de Protocolo por meio da Empresa Brasileira de Correios. O sistema é gerenciado pela equipe da Coordenação-Geral de Documentação e Arquivo e propícia o cadastramento prévio dos dados das postagens pelas unidades do MDS com consulta a base de CEPs.	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação

16	CIAINI	Sistema de acompanhamento e controle de programas de consersa -	Cálula 4 Ároa maia a
16	SIAIN	Sistema de acompanhamento e controle de programas de cooperação e acordos de empréstimos que o MDS mantém junto aos órgãos	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
		internacionais.	
17	SISCONTEL	Sistema para o acompanhamento dos gastos com telefonia fixa e móvel do MDS.	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
18	SIASC	Sistema para dar suporte à avaliação e seleção dos candidatos nos processos de contratação de consultores pessoa física.	Célula 4 - Área meio e Gestão da Informação
19	EAD	Portal que provê cursos de capacitação nas políticas e programas gerenciados pela SENARC (Distribuição de Renda)	Célula 3 - Distribuição de Renda
20	OBSERVATÓRIO	Sistema observatório de Boas Práticas na gestão do Programa Bolsa Família nos Estados e Municípios com o objetivo de apoiar a construção de uma rede de gestores.	Célula 3 - Distribuição de Renda
21	SIGPBF	O Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família - SIGPBF é um sistema de gestão destinado, especificamente, aos Gestores e Técnicos municipais e Coordenadores e Técnicos estaduais que trabalham na gestão do PBF. Porém, outros grupos que participam do processo de gestão também podem fazer uso desta ferramenta, tais como: os órgãos de controle, as Instâncias de Controle Social, os cidadãos e os beneficiários que buscam obter informações sobre a gestão local.	Célula 3 - Distribuição de Renda
22	SISRH	Sistema de gestão de recursos humanos da SENARC, com registro de folha de ponto.	Célula 3 - Distribuição de Renda
23	SICON	O Sistema de Condicionalidades – SICON permite o acompanhamento das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Através dele, o MDS acompanha se os beneficiários estão cumprindo as condições estabelecidas pelo PBF nas áreas de saúde, educação e assistência social. O principal objetivo é, através do acompanhamento, identificar as famílias vulneráveis, para que a assistência social possa dar as orientações necessárias.	Célula 3 - Distribuição de Renda
24	SIMAC Questionário	Sistema de aplicação de questionários online possibilitando o monitoramento e identificação de indícios de irregularidades no Programa Bolsa Família.	Célula 3 - Distribuição de Renda
25	GUARDIÃO	O Guardião V7 é um aplicativo de monitoramento da disponibilidade e desempenho do Sistema do Cadastro Único V7 Online. O aplicativo faz uma consulta a cada 05 (cinco) minutos entre às 07 e 21 horas diariamente.	Célula 3 - Distribuição de Renda
26	SISFIS	Sistema de fiscalização que permite o controle e o acompanhamento dos processos da área de fiscalização relacionados às denúncias recebidas sobre irregularidades no Programa Bolsa Família. O sistema permite o cadastro de ofícios, denúncias e o registro da análise do processo. Todo o ciclo de vida da denúncia é registrado no sistema.	Célula 3 - Distribuição de Renda
27	SIMAC Processamento	Sistema de auditoria que auxilia a identificação de irregularidades na operacionalização do Cadastro Único e no pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família.	Célula 3 - Distribuição de Renda
28	SISTAC	Sistema de consulta na base do CadÚnico, dos candidatos a concursos públicos, com o objetivo de conceder o benefício de isenção da taxa de inscrição aos beneficiários do Bolsa Família que se enquadrem no perfil.	Célula 3 - Distribuição de Renda
29	SIGD	Sistema responsável pela consolidação dos dados e taxas da educação, saúde, gestão dos SUAS e demais dados necessários para o cálculo do IGD (Índice de Gestão Descentralizada). Este sistema permite o cálculo e recálculo deste índice, assim como controle da conta corrente dos recebimentos e compensações realizadas no repasse de recursos financeiros a cada município.	Célula 3 - Distribuição de Renda
30	SISPAA	Sistema de execução, acompanhamento e geração de folha de pagamento do Programa de Aquisição de Alimentos, com acesso direto pelos Estados e Município e recepção dos dados da execução da CONAB.	Célula 1 - Segurança Alimentar
31	CISTERNAS	Sistema de execução e acompanhamento do programa de construção de Cisternas financiado pelo MDS.	Célula 1 - Segurança Alimentar
32	SIEX CISTERNAS	Sistema de exportação dos dados do parceiro ASA para o Sistema Cisternas.	Célula 1 - Segurança Alimentar
33	SISFOMENTO	Sistema para execução e acompanhamento do programa de Fomento às Atividades Produtivas e Rurais.	Célula 1 - Segurança Alimentar
24	SISEPAN	Sistema para execução do programa e acompanhamento das rotinas dos	Célula 1 - Segurança
34		equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.	Alimentar

26	CICDAAICITE	Cistama da avaguação pagama-ultima-ul	Cálula 1 Carrier
36	SISPAA LEITE	Sistema de execução, acompanhamento e geração de folha do Programa de Incentivo à Produção de Leite.	Célula 1 - Segurança Alimentar
37	FeirasOrgânicas Mobile	Aplicativo móvel de incentivo ao consumo de alimentos orgânicos e sustentáveis, com vistas à realização de ações de educação alimentar e nutricional, por meio da campanha Brasil Saudável e Sustentável (BRASS).	Célula 1 - Segurança Alimentar
38	FeirasOrgânicas Web	Sistema de gestão de dados e moderação do aplicativo móvel de incentivo ao consumo de alimentos orgânicos e sustentáveis (Feiras Orgânicas Mobile).	Célula 1 - Segurança Alimentar
39	SIGBPC	Sistema de gestão do Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social no âmbito das atribuições do MDS.	Célula 2 - Assistência Social
40	CADSUAS	Sistema de cadastro do SUAS que comporta todas as informações cadastrais dos órgãos gestores de Assistência Social, das unidades prestadoras de serviços sócio assistenciais, dos fundos de Assistência Social, dos Conselhos de Assistência Social e dos trabalhadores e conselheiros que atuam no âmbito do SUAS.	Célula 2 - Assistência Social
41	SUASWEB NOB	Versão antiga do SUASWEB concebido para disponibilizar as funcionalidades de gestão de planos de ação e demonstrativos sintéticos anuais da execução físico-financeira. Atualmente é usado apenas para consulta das informações.	Célula 2 - Assistência Social
42	SUASPLANDEM (SUASWEB)	Sistema de geração de relatórios das informações oriundas do SISFAF para os municípios e estados, permitindo o cruzamento de informações presentes no Plano Demonstrativo e SISFAF. Este sistema realiza o registro de auditoria interna armazenando informações de acessos a relatórios e às consultas realizadas por usuários.	Célula 2 - Assistência Social
43	CARTEIRA DO IDOSO	Sistema de emissão da Carteira do Idoso.	Célula 2 - Assistência Social
44	SAA WEB	Sistema de gestão do SAA WEB com uma interface de menus, funções e relatórios para gestão dos sistemas que fazem acesso por meio do SAA WEB e gestão dos administradores desses sistemas.	Célula 2 - Assistência Social
45	SAA WEB GESTÃO	Sistema de gestão do SAA WEB com funções e relatórios para gestão dos sistemas que fazem acesso por meio do SAA WEB e gestão dos perfis desses sistemas.	Célula 2 - Assistência Social
46	SISDILIGÊNCIA	Sistema de acompanhamento de diligências do MDS, oriundas de demandas de órgãos de controle.	Célula 2 - Assistência Social
47	CERTIFICAÇÃO SUAS	Sistema de automatização das rotinas de concessão e renovação da Certificação das Entidades Beneficentes da Assistência Social.	Célula 2 - Assistência Social
48	SIGPC	Sistema gerencial de prestação de contas do Fundo Nacional de Assistência Social. Processo posterior ao executado no Sistema Demonstrativo.	Célula 2 - Assistência Social
49	SISFAF	Sistema de Repasse Fundo a Fundo de gestão dos repasses de recursos financeiros do SUAS por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social aos Fundos Estaduais e Municipais de assistência social.	Célula 2 - Assistência Social
50	SIAORC	Sistema de acompanhamento orçamentário do SUAS; específico para gestão orçamentária do recurso gerido pelo Fundo Nacional de Assistência Social. O sistema interage com o SISFAF e SISCON e é alimentado pelos dados exportados do SIAFI.	Célula 2 - Assistência Social
51	SEGFAF	Sistema de processamento de pagamento do SUAS, integrado com SIAFI e Banco do Brasil. Atualmente utilizado apenas como fonte de informação do SUAS.	Célula 2 - Assistência Social
52	SISDOC	Sistema de controle dos documentos que tramitam no Gabinete da SNAS.	Célula 2 - Assistência Social
53	SISC	Sistema de gestão do Serviço de Informação Social de Convivência e Fortalecimento de Vinculo (SCFV), pelo MDS, dos serviços que são prestados pelos municípios, gerando informações para o co-financiamento.	Célula 2 - Assistência Social
54	BPC na ESCOLA	Sistema de execução e acompanhamento do programa BPC na Escola.	Célula 2 - Assistência Social
55	SISCONFERÊNCIA	Sistema integrado da Conferência Nacional de Assistência Social, que tem a finalidade de aferir a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento.	Célula 2 - Assistência Social
56	SICNAS	Sistema de gestão dos processos administrativos do Conselho Nacional de Assistência Social. Tem como objetivo tornar públicas as informações referentes à situação e tramitação de processos junto ao CNAS.	Célula 2 - Assistência Social
57	SISJOVEM	Sistema de acompanhamento e gestão do Projovem Adolescente. Ele fornece aos gestores de assistência social das três esferas de governo informações detalhadas e consolidadas sobre a execução deste serviço socioeducativo. O	Célula 2 - Assistência Social

		sistema possibilita o acompanhamento on-line das principais regras estabelecidas para a oferta do serviço e subsidia as tomadas de decisão.	
58	Portal CNAS	Portal do Conselho Nacional de Assistência Social para divulgação de notícias, investimentos, capacitações e boas práticas dos conselhos de assistência social.	Célula 2 - Assistência Social
59	Demonstrativo (SUASWEB)	Módulo do SUASWEB para prestação de contas das ações realizadas, previstas no Plano de Ação, com os repasses financeiros disponibilizados.	Célula 2 - Assistência Social
60	Plano de Ação (SUASWEB)	Módulo do SUASWEB para registro do Plano de Ação que será executado dentro dos estados e municípios para um ano específico.	Célula 2 - Assistência Social
61	Novo SUASWEB	Sistema de geração de relatórios das informações oriundas do SISFAF para os municípios e estados, permitindo o cruzamento de informações presentes no Plano Demonstrativo e SISFAF. Este sistema realiza o registro de auditoria interna armazenando informações de acessos a relatórios e às consultas realizadas por usuários.	Célula 2 - Assistência Social
62	Siscon MDS	Sistema de gestão de convênios de repasse de recursos referentes a ações de proteção social a indivíduos e famílias previstas na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.	Célula 2 - Assistência Social

Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

O Planejamento da Diretoria de Tecnologia da Informação está materializado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que é o instrumento de planejamento dos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), cuja elaboração está prevista na Instrução Normativa MP/SLTI nº 4, de 11 de setembro de 2014.

O plano tem como intuito registrar objetivos, diretrizes, metas e ações de planejamento e gestão dos recursos de Tecnologia da Informação (TI) alinhados com os objetivos institucionais, de forma a apoiar e suportar as políticas, programas e ações públicas de forma organizada.

O Comitê Gestor de Tecnologia e Informação (CGTI) é a instância responsável pela aprovação do PDTI. A criação desse Comitê, no âmbito do MDS, deu-se pela Portaria nº 556 de 11 de novembro de 2005 e tem por finalidade formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação de tecnologia, informação e conhecimento do MDS e, em especial, assessorar as suas unidades organizacionais na discussão e decisão a respeito desses temas. O CGTI possui um caráter de permanência com o registro de todas as decisões estratégicas tomadas e tem a missão de garantir uma memória persistente das discussões que balizam as ações previstas no plano.

O CGTI constitui-se em uma instância consultiva e deliberativa com o propósito de pronunciar-se a respeito de temas na área de Tecnologia e Informação no âmbito de interesse de todas as secretarias do Ministério, com suas decisões e deliberações referendadas pela Secretaria-Executiva (SE) e registradas por meio de recomendações, exposição de motivos, notas técnicas e outros documentos, conforme o tema em questão. Todas as Secretarias estão representadas no Comitê, cujo regimento interno está publicado à página 114 do DOU nº 234, de 7 de dezembro de 2006, e seus membros são formalmente nomeados pela Secretaria-Executiva.

O PDTI vigente contempla todas as ações e metas de TI associadas às áreas das políticas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para os anos de 2013, 2014 e 2015, sintonizadas com as metas e diretrizes da estratégia geral estabelecidas pelo SISP, pelo Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) 2013-2015, e pelos referenciais estratégicos do MDS 2013-2015.

As necessidades consolidadas abaixo foram definidas através do CGTI em 2012 para 2013. As necessidades de 2014 e 2015 são decorrentes da necessidade de continuidade de serviços para atendimento das necessidades que são contínuas a cada exercício financeiro.

OUADRO 2: NECESSIDADES DO PDTI

ID	Necessidades (problema/oportunidade)	2013	2014	2015
N1	Desenvolvimento e manutenção de software para operacionalização das políticas sociais.	X	X	X
N2	Manutenção dos enlaces de comunicação para transmissão de voz, dados e vídeo.	X	X	X
N3	Aquisição de equipamentos para transmissão de voz, dados e vídeo.	X		
N4	Ampliação da capacidade de processamento de dados.	X		
N5	Ampliação da capacidade de armazenamento de dados.	X	X	
N6	Aquisição de microcomputadores e periféricos.	X		X
N7	Aquisição e atualização de licenças para uso de software.	X	X	X
N8	Manutenção de ativos de TI.	X	X	X
N9	Serviços de impressão para todas as áreas do Ministério.	X		
N10	Migração do Datacenter.	X		
N11	Serviços de Apoio Técnico.	X	X	X
N12	Monitoramento dos sistemas de informação, rede de comunicação de dados e funcionamento dos equipamentos de processamento de dados.	X	X	X
N13	Serviço de tratamento, verificação, avaliação e análise de bases de dados sociais	X	X	X
N14	Monitoramento de ativos de hardware e software			X

Ao final de 2015, por meio do Memorando 154/2015/DTI/SE-MDS, esta DTI manifestou-se a respeito do Término da vigência do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, solicitando ao CGTI uma manifestação sobre a pertinência da prorrogação da vigência do PDTI, em face aos trabalhos internos já em curso, relacionados a instituir, formalmente, uma Política de Governança de TI que contemple as estruturas de tomada de decisão, definição de papéis organizacionais e respectivos responsáveis pelas decisões (atores, competências e responsabilidades); princípios; diretrizes; processos formais de integração, tais como o monitoramento e controle dos projetos de TI, critérios de priorização de demandas de TI; comunicação dos resultados dos processos decisórios, plano de comunicações e mecanismos de transparência, trabalho iniciado em resposta à recomendação constante do Relatório de Auditoria Anual de Contas, RA 201503523.

Força de Trabalho da DTI

A força de trabalho da DTI, abrangendo servidores e terceirizados, totalizando 117 (cento e dezessete) profissionais, está detalhada no Quadro 3, a seguir.

QUADRO 3: FORÇA DE TRABALHO DA DTI

Unidade	Quantitativo Total de Pessoal (JAN/	2016)
Gabinete	1 Diretor	4
	1 Secretária	
	2 Assessores	
CGSS – Infraestrutura	1 Coordenador Geral	35
	1 Secretária	
	12 Servidores	
	21 Terceirizados	
CGBD – Banco de Dados	1 Coordenador Geral	22
	5 Servidores	
	16 Terceirizados	
CGSI – Sistemas	1 Coordenador Geral	56
	1 Secretária	
	20 Servidores	
	34 Terceirizados	

Ações e Resultados da Coordenação-Geral de Sistemas

Os resultados obtidos pela Coordenação-Geral de Sistemas são decorrentes do desenvolvimento e manutenção de sistemas e de portais. Suas principais atividades foram o desenvolvimento de sistemas e de portais (quadros 4 e 5), a manutenção de sistemas e de portais (quadro 6), a auditoria de contagem de pontos de função e o planejamento da contratação e gestão de outros contratos (quadro 7).

Buscando a eficiência do processo de desenvolvimento / gestão contratual do desenvolvimento, a Coordenação-Geral de Sistemas automatizou alguns processos no Sistema de Gestão do Fluxo de Atendimento de Demandas da Coordenação Geral de Sistemas (SISDTI): gestão do ciclo de vida das demandas (desde a abertura até a autorização para faturamento), solicitação de atualização de versão de sistema em ambientes de homologação e produção, controle e rastreamento das atualizações de sistemas, gestão de pendências de demandas de sistemas, solicitações de repactuação de prazos de demandas de sistemas, homologação de demandas pelos gestores de sistemas e gestão dos pontos de defeitos identificados no processo de fiscalização técnica das demandas de sistemas.

O Quadro 4, a seguir, informa os sistemas que tiveram seu desenvolvimento concluído no ano de 2015.

Nº	Secreta ria	Sistemas/Ferramentas/Aplicat ivos	Descrição	Data de Entrega	Quantitativo de Pontos de Função (PF)
1	SE	Sistema de Controle	Sistema responsável pela Controle	SET/2015	259
		Orçamentário de Publicidade (SISCOP)	Orçamentário dos Contratos de Publicidade do MDS		
2	SE	Portal do MDS	Novo Portal WEB do MDS	AGO/2015	145,52
3	SE	Sistema da Diretoria de		ABR/2015	535
		Tecnologia da	Atendimento de Demandas da		
		Informação(SISDTI)	Coordenação Geral de Sistemas		
4	SESAN	SISFOMENTO (Sistema de	Sistema de Fomento às Atividades	SET/2015	140
		Fomento às Atividades	Produtivas e Rurais		
		Produtivas e Rurais)			
5	SESAN	Feiras Orgânicas (Sistema de	Aplicativo para dispositivos móveis	OUT/2015	159
		Gestão de Dados das Feiras de	responsável por localizar feiras de		
		Produtos Orgânicos) e	produtos orgânicos e sistema para		
		Aplicativo Feiras Orgânicas (1ª	moderação dos comentários e		
		versão)	avaliações sobre estas feiras.		
6	SESAN	SISPAA Leite (Sistema para	Sistema responsável pela gestão do	SET/2015	795
		Gestão do Programa de	Programa de Aquisição e Doação		
		Aquisição de Alimentos Leite)	de Leite – PAA Leite		

QUADRO 4: SISTEMAS CONCLUÍDOS NO ANO DE 2015 (*)

(*)Fonte de dados: SISDTI

1)Foram consideradas realizadas em 2015 as demandas com data de homologação no ano de 2015.

O processo de desenvolvimento de sistemas, utilizado na construção dos sistemas citados no Quadro 4, é baseado em práticas de mercado derivadas do modelo em cascata, e abrange as seguintes etapas: concepção, elaboração, construção e transição. De forma geral, a concepção consiste no entendimento inicial dos requisitos e dos processos de negócio, os quais serão suportados pelo sistema construído. A etapa elaboração compreende o detalhamento dos requisitos e projeto do sistema. A construção envolve a codificação e testes em ambientes controlados pelos demandantes. Por fim, a

transição compreende a instalação, configuração e testes do sistema em seu ambiente definitivo. Essas etapas foram realizadas no trabalho de desenvolvimento de cada sistema mencionado no Quadro 4.

É pertinente destacar que, ao longo de 2015, em especial no segundo semestre, a DTI iniciou discussão, no âmbito do planejamento da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e monitoramento de sistemas de informação para o MDS, baseada nas ideias e práticas dos movimentos "ágil" e "software craftsmanship", uma abordagem ágil de desenvolvimento, que amparasse o novo modelo de contratação, que culminou na publicação da minuta da MADS – Metodologia Ágil de Desenvolvimento de Sistemas, que será adotada no novo modelo de contratação, previsto para 2016.

O Quadro 5 apresenta os sistemas de informação que foram iniciados em 2015 e que estão ainda em desenvolvimento.

QUADRO 5: PROJETOS DE NOVOS SISTEMAS INICIADOS/EM CONSTRUÇÃO/EM TRANSIÇÃO (*)

N°	Secretaria	Sistemas/Ferramentas /Aplicativos	Descrição	Quantitativo de Pontos de Função (PF)
1	SE	Sistema de Avaliação e Seleção de Consultores (SIASC)	Sistema para dar suporte à avaliação e seleção dos candidatos nos processos de contratação de consultores pessoa física.	131,84
2	SESAN	ADESAN Sistema de Adesão ao SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional)	O sistema ADESAN será responsável por permitir a solicitação de adesão dos municípios ao SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional)	150
3	SESAN	SISEPAN (Sistema de Informações dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional)	Sistema para execução do programa e acompanhamento das rotinas dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.	260
4	SESAN	Feiras Orgânicas (Sistema de Gestão de Dados das Feiras de Produtos Orgânicos) e Aplicativo Feiras Orgânicas (2ª versão)	Aplicativo para dispositivos móveis responsável por localizar feiras de produtos orgânicos e sistema para moderação dos comentários e avaliações sobre estas feiras.	145
5	SENARC	Sistema de Gestão de Auditorias e Fiscalização (SIGAF)	Sistema para dar suporte à auditorias e fiscalizações realizadas pelo Departamento de Operações(DEOP) da SENARC	155
6	SENARC	SIMAC Processamento	Sistema responsável para realizar auditorias do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família	31,50
7	SENARC	Sistema do Índice de Gestão Descentralizada(SIGD)	Sistema responsável pela geração do IGD	42,50
8	SNAS	CERTIFICAÇÃO SUAS	Sistema para fazer a certificação das entidades de assistência social que compõem a rede do SUAS.	207
9	SNAS	Sistema de Convênios (SISCON)	Sistema para fazer a gestão dos convênios entre o MDS e as entidades municipais e estaduais de assistência social.	75

(*)Fonte de dados: SISDTI

1)Foram consideradas realizadas em 2015 as demandas com data de homologação no ano de 2015.

O Quadro 6, a seguir, apresenta as manutenções de softwares realizadas pela DTI no ano de 2015. Este quadro contém somente os sistemas que de fato a DTI realizou manutenções não englobando toda a sua carteira de sistemas.

QUADRO 6: MANUTENÇÕES REALIZADAS NOS SISTEMAS (*)

Nº	Secretaria	Sistemas/Ferramentas/Aplicativos	Qtd. de Manutenções Realizadas	Quantitativo de Pontos de Função (PF)
1	SE	Avalição de Desempenho (AVADES)	34	144,57
2	SE	Portal do MDS	6	10,2
3	SE	Sistema de Controle de Contratos (SCC)	1	3
4	SE	Sistema de Envio de Informação (SendMail)	8	89,6
5	SE	Sistema da Assessoria Internacional (SIAIN)	5	41,6
6	SE	Sistema de Controle de Telefonia (SISCONTEL)	29	88,8
7	SE	Sistema de Expedição e Protocolo (SIEXP)	1	31,5
8	SE	Sistema de Controle Orçamentário da Publicidade (SISCOP)	5	63,5
9	SE	Sistema de Protocolo (SISPRO)	18	317,6
10	SE	Cooperação Internacional	1	2
11	SE	Agente de Sincronização da Agenda do Outlook das autoridades com o Portal do MDS	1	0,8
		Total SE	109	793,17
12	SESAN	Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA)	106	661.18
13	SESAN	Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA LEITE)	9	27.10
14	SESAN	CISTERNAS (Sistema de Controle do Programa CISTERNAS)	68	509.65
		Total SESAN	183	1.197,93
15	SENARC	Sistema de Condicionalidades do PBF (SICON)	35	185,5
16	SENARC	Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família(SIGPBF)	12	103,8
17	SENARC	AFAC - Gestão de Contratos - módulo do SIGPBF	1	16
18	SENARC	DEBEN - módulo do SIGPBF	32	119,3
19	SENARC	DECAU - módulo do SIGPBF	1	3
20	SENARC	DEOP - módulo do SIGPBF	18	46,9
21	SENARC	GUARDIÃO - SIGPBF	3	39,5
22	SENARC	Sistema de Solicitação de Formulários (SASF) – SIGPBF	2	4,5
23	SENARC	SIMAC Questionário (sistema integrado ao SIGPBF)	1	31,5
24	SENARC	Sistema de Fiscalização(SISFIS)	8	19,6
25	SENARC	Sistema de Isenção de Taxa de Concursos(SISTAC)	10	76,22
		Total SENARC	123	645,82
26	SNAS	Sistema de Beneficios de Prestação Continuada na Escola (BPC na ESCOLA)	50	517,71
27	SNAS	Sistema de Cadastro do SUAS (CADSUAS)	35	489,31
28	SNAS	Sistema da Carteira do Idoso (CARTEIRA IDOSO)	3	36
29	SNAS	Sistema para O Cadastro Nacional de Entidades (CNEAS)	91	289,07
20	SNAS	Novo SUASWEB	21	138,50
30	BINAS	TOVOSCASVED		

32	SNAS	Plano Demonstrativo	52	192,03
33	SNAS	Sistema de Autenticação e Autorização via	17	147,22
		WEB (SAA-WEB)		
34	SNAS	Sistema de Gestão do SAA-WEB (SAA-	39	706,69
		WEB-GESTÃO)		
35	SNAS	Sistema de acompanhamento orçamentário do	4	8,25
		SUAS (SIAORC)		
36	SNAS	Sistema de Gestão do Benefício de Prestação	12	59,33
		Continuada (SIGBPC)		
37	SNAS	Sistema de Gestão da Prestação de Contas	45	217,96
		(SIGPC)		
38	SNAS	Sistema da Conferência Nacional de	6	54,50
		Assistência Social (SISCONFERENCIA)		
39	SNAS	SISDILIGENCIA	46	926,70
40	SNAS	Sistema de Documentos da SNAS (SISDOC)	15	119
41	SNAS	Sistema de Fundo a Fundo (SISFAF)	21	245,12
42	SNAS	SUASWEB NOB	6	16,60
		Total SNAS	469	4.215,79
		TOTAL DTI / MDS	884	6.852,71

^(*)Fonte de dados: SISDTI

Os serviços mencionados nos quadros 4, 5 e 6 foram submetidos ao processo de auditoria da contagem de pontos de função, métrica prevista em contrato para quantificar e remunerar o trabalho de desenvolvimento e manutenção de sistemas. Este processo contribuiu significativamente para identificar necessidades de melhorias na documentação dos requisitos e soluções técnicas adotadas em cada sistema, as quais foram realizadas no ano de 2015.

O Quadro 7, na sequência, apresenta as atividades administrativas realizadas para dar suporte à execução das atividades dos quadros 4, 5 e 6.

N°Tipo de ContratoDescrição das Atividades1Fábrica de SoftwareGestão do contrato de fábrica de software2Contagem de Pontos de FunçãoGestão do contrato de contagem de pontos de função.3Sistema para Gestão e Suporte às atividades do gabinete ministerialFiscalização do contrato.

QUADRO 7: GESTÃO DE CONTRATOS DA CGS

A tabela a seguir (Quadro 8) apresenta os valores executados ao longo de 2015, com orçamento de 2015, segmentados por mês, para os serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas. Chegando ao total aproximado de R\$ 2,5 milhões, ao longo de 2015. Adicionalmente, estão evidenciados os valores inscritos em restos à pagar de 2014, entregues e liquidados ao longo de 2015.

QUADRO 8: VALORES INVESTIDOS POR MÊS EM DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS

Mês	Valores de Restos à Pagar 2014 pagos em 2015	Valores do Orçamento 2015 pagos em 2015
Janeiro	R\$ 26.394,00	-
Fevereiro	-	-
Março	R\$ 37.206,00	R\$ 187.673,00
Abril	R\$ 75.392,50	R\$ 14.288,80
Maio	R\$ 222.446,30	R\$ 72.557,00
Junho	R\$ 161.236,60	R\$ 53.646,60

¹⁾Foram consideradas realizadas em 2015 as demandas com data de homologação no ano de 2015.

²⁾Demandas corretivas na garantia foram desconsideradas, uma vez que não geram ônus para o Órgão.

³⁾Foram consideradas manutenções todas as demandas que não são do tipo desenvolvimento de sistemas (inclui apuração especial, verificação de erros e todos os demais tipos presentes no TR de fábrica de software).

Julho	R\$ 76.148,14	R\$ 410.728,80
Agosto	R\$ 131.137,90	-
Setembro	R\$ 25.816,30	R\$ 633.110,65
Outubro	R\$ 4.876,00	-
Novembro	R\$ 30.865,40	R\$ 522.804,87
Dezembro	R\$ 1.378,00	R\$ 703.601,96
TOTAIS	R\$ 792.897,14	R\$ 2.598.411,68

Complementarmente, com o intuito de demonstrar todo o investimento direcionado para os serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas ao longo de 2015, é pertinente destacar o valor aproximado de R\$ 6,3 milhões, estimados em 2015 e que, por ausência de tempo hábil de finalização das demandas e dos trâmites processuais de homologação, aferição e pagamento, foram inscritos em restos à pagar de 2015, com liquidação ocorrendo ao longo de 2016.

Ações e Resultados da Coordenação-Geral de Banco de Dados

A Coordenação Geral de Banco de Dados (CGBD), atendendo ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MDS para o triênio 2013/2014/2015, em cumprimento às obrigações regimentais da DTI e em atendimento às necessidades impostas à operação de banco de dados, desempenhou em 2015 as atividades associadas à área de Administração de Dados e de Administração de Banco de Dados, além de cuidar da gestão e fiscalização de contratos correlatos.

Atividades previstas e realizadas pela Coordenação Geral de Banco de Dados:

- Atividades técnicas de Administração de Banco de Dados, Infraestrutura e Segurança de BD:
 - Planejamento e Moving do servidor TERADATA do Data Center do SERPRO São Paulo para Brasília;
 - Atualização dos Bancos de Dados ORACLE de homologação e produção para a versão 11.2:
 - Realização de prova de conceito (POC) da ferramenta IBM Guardium Data Security;
 - o Repasse de conhecimentos técnicos do Appliance TERADATA para a equipe DTI;
 - o Segregação e espelhamento do banco de dados DB2 usado pelo sistema SISDILIGENCIA;
 - Saneamento de acessos aos Bancos de Dados DB2 de produção;
 - Implantação da infraestrutura de Banco de Dados para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI);
 - o Atualização dos Bancos POSTGRES de homologação para a versão 9.2;
 - Migração dos servidores de homologação e produção da ferramenta de BI QLIKVIEW;
- Atividades técnicas de Administração de Dados, Integração de Dados e Business Intelligence:
 - Atualização da ferramenta de Extract-Transform-Load (ETL) de produção (IBM DataStage) para versão 11.3;
 - Realização de POC da ferramenta QLIKVIEW acessando banco de dados TERADATA;

- Elaboração da versão 3.2 do documento de Padrões e Normas para Bancos de Dados;
- Elaboração da versão 2 do Modelo de Dados Conceitual Corporativo do MDS;
- o Atualizações de Dicionários de Dados de bases de dados legadas;
- o Cargas do Cadastro Único no Banco de Dados TERADATA;
- o Processo de Críticas do Cadastro Único após cargas no TERADATA;
- Desenvolvimento, em QLIKVIEW, do Painel de Execução Orçamentária dos Contratos DTI;
- Desenvolvimento, em QLIKVIEW, do Painel da Central de Atendimento do MDS;
- o Desenvolvimento, em QLIKVIEW, do Painel Gerencial da Ouvidoria do MDS;
- o Desenvolvimento, em QLIKVIEW, do Painel de Gestão da SESAN;
- o Adaptação, em QLIKVIEW, do Painel de Gestão do sistema SEI do MDS;
- Desenvolvimento, em BUSINESS OBJECTS, de Relatórios de Condicionalidades (BI Condicionalidades);
- Desenvolvimento, em BUSINESS OBJECTS, de Relatórios e Painéis das críticas do Cadastro Único (BI Críticas);

• Administrativas e Contratações:

- Construção do Catálogo de Serviços de Business Intelligence / Data Warehouse (BI/DW)
- Elaboração de Documento de Oficialização da Demanda (DOD), Estudo Técnico
 Preliminar (ETP) e Termo de Referência para contratação de serviços de BI/DW;

O Quadro 9, a seguir, apresenta o quantitativo de tickets executados, por tipo de serviço, em 2015 pela CGBD.

QUADRO 9: QUANTITATIVO DE TICKETS EXECUTADOS POR TIPO DE SERVIÇO EM 2015

Tipo	Cód.	Descrição	jan- 15	fev- 15	mar- 15	abr- 15	mai- 15	jun- 15	jul- 15	ago- 15	set- 15	out- 15	*nov- 15	*dez- 15	Total
AD	1	Elaboração de modelo de dados e dicionário de dados	0	2	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	5
AD	2	Alteração de modelo de dados e dicionário de dados	7	6	22	14	13	10	29	10	16	20	9	12	168
AD	3	Validação de modelo de dados e dicionário de dados	2	1	2	2	3	16	6	7	2	2	3	17	63
AD	4	Manutenção de dicionário de dados	0	7	11	18	4	9	4	5	7	2	4	0	71
AD	5	Elaboração e execução de scripts	72	47	70	85	58	86	88	127	116	66	142	134	1.091
AD	6	Geração de modelo de dados físico (Engenharia Reversa)	0	0	0	0	1	1	1	0	2	0	0	0	5
AD	7	Elaboração de procedimento de automatização para carga ou para extração de dados	1	22	4	3	73	21	20	17	32	9	2	14	218
AD	8	Alteração de procedimento de automatização para carga ou para extração de dados	11	45	3	4	9	4	20	28	5	10	6	3	148
AD	9	Extração de dados	58	99	113	52	104	94	41	55	50	43	111	58	878
AD	10	Melhoria de desempenho em procedimentos e transações no SGBD	4	2	4	2	11	0	0	0	4	10	7	38	82
AD	11	Integração de dados	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	7
AD	12	Construção de modelo multidimensional	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
AD	13	Alteração de modelo multidimensional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AD	14	Criação de relatório analítico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

AD	15	Alteração de relatório analítico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BD	1	Manutenção preventiva do banco de dados	44	58	45	66	35	71	44	55	60	41	51	88	658
BD	2	Manutenção corretiva do banco de dados	23	29	20	15	22	23	17	19	20	3	4	11	206
BD	3	Monitoramento de banco de dados, cluster e servidor	562	670	695	789	711	794	830	979	886	806	894	1113	9.729
BD	4	Monitoramento específico de banco de dados	1	22	3	25	24	21	183	41	11	4	25	5	365
BD	5	Documentação de arquitetura e processos do banco de dados	6	6	1	2	1	6	6	2	1	0	1	1	33
BD	6	Restauração de backup	9	10	6	1	4	12	3	1	5	3	1	29	84
BD	7	Permissão de acesso ao banco de dados	12	9	6	181	13	23	51	29	45	6	10	111	496
BD	8	Análise de implementação de serviços	8	3	7	7	8	2	3	1	0	3	12	10	64
BD	9	Implementação de projetos de banco de dados	0	1	1	0	1	2	0	1	1	0	0	0	7
BD	10	Migração de dados e/ou estrutura	0	0	0	1	4	11	4	9	9	5	7	12	62
BD	11	Aplicação de patches e/ou atualização de SGBD	1	1	0	0	1	3	0	1	1	0	0	0	8
BD	12	Instalação/Atualização e configuração de banco de dados	6	20	12	14	15	25	4	5	17	26	24	65	233
BD	13	Instalação/Atualização e configuração de ferramentas de banco de dados	0	1	1	0	1	2	3	2	2	0	0	0	12
BD	14	Backup de banco de dados	298	284	298	337	370	423	500	613	545	474	530	761	5.433
BD	15	Validação de script de rollup	38	41	39	51	21	50	52	42	39	33	57	57	520
BD	16	Execução de script de rollup	34	46	60	56	33	39	59	54	61	57	51	69	619
BD	17	Execução de carga de dados	52	27	66	45	64	98	65	63	65	243	265	128	1.181
BD	18	Otimização de ambiente de banco de dados	3	1	1	1	4	0	0	2	3	1	2	16	34
BD	19	Investigação de incidente	14	20	25	11	9	5	5	11	12	8	4	5	129
		Nº Tickets	1.267	1.481	1.515	1.782	1.625	1.851	2.040	2.179	2.017	1.875	2.222	2.757	22.611
		UPST **	5.192	8.300	6.610	6.504	9.217	8.428	8.652	7.411	6.894	6.122	7.319	10.615	91.264

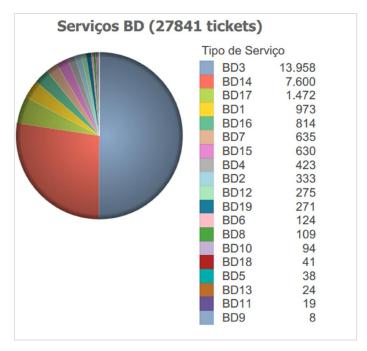
^(*) meses com valores estimados

A figura a seguir, ilustra, ao longo de 2015, as curvas dos totais de tickets e as unidades de prestação de serviços técnicos consumidas pela CGBD.

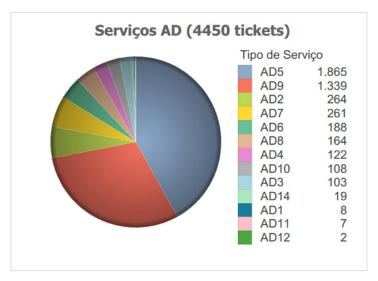


A figura a seguir demonstra a proporcionalidade entre os tipos de serviço (os mesmos descritos no Quadro 9), para os serviços de Administração de Banco de Dados (BD), ao longo de 2015 pela CGBD.

^(**) Unidade de Prestação de Serviço Técnico



A figura a seguir demonstra a proporcionalidade entre os tipos de serviço (os mesmos descritos no Quadro 9), para os serviços de Administração de Dados (AD), ao longo de 2015 pela CGBD.

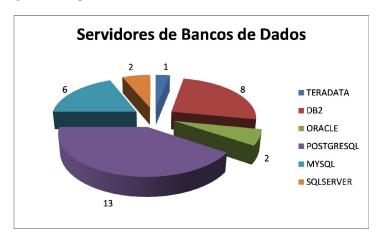


O Quadro 10, a seguir, apresenta, para cada tipo de banco de dados (SGBD) custodiado pela CGBD, o quantitativo de servidores e o respectivo o volume de dados ocupado, ao final de 2015.

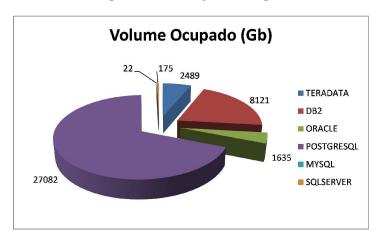
QUADRO 10: VOLUME E QUANTIDADE DOS BANCOS DE DADOS EM 2015

SGBD	Qtde	Volume ocupado (Gb)
TERADATA	1	2.489
DB2	8	8.121
ORACLE	2	1.635
POSTGRESQL	13	27.082
MYSQL	6	22
SQLSERVER	2	175
TOTAL	32	39.524

A figura a seguir demonstra a proporcionalidade entre os servidores de bancos de dados custodiados pela CGBD, organizados por SGBD.



A figura a seguir demonstra a proporcionalidade entre o volume de dados distribuídos entre os servidores de bancos de dados custodiados pela CGBD, organizados por SGBD.



Atividades previstas e não realizadas pela Coordenação-Geral de Banco de Dados, em virtude de nova priorização ou novo planejamento:

- Atividades técnicas de Administração de Banco de Dados, Infraestrutura e Segurança de BD:
 - Construção de catálogo com identificação e configuração de todos os Bancos de Dados na ferramenta CMDBuild;
 - Execução de testes de restauração de backups de Bancos de Dados e de ferramentas;
 - Definição de política e implementação de limpeza periódica de acessos aos Bancos de Dados;
- Atividades técnicas de Administração de Dados, Integração de Dados e Business Intelligence:
 - Construção do Barramento de Dados MDS;
- Administrativas e Contratações:
 - Atualização e melhoramento da Wiki da CGBD;

Ações e Resultados da Coordenação-Geral de Sustentação e Segurança

A Coordenação-Geral de Sustentação e Segurança (CGSS), atendendo ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MDS para o triênio 2013/2014/2015 e em cumprimento às obrigações regimentais da DTI, desempenhou em 2015 as atividades a seguir elencadas.

1) Central de Serviços

Ao longo de 2015 foram registradas 35.147 demandas na Central de Serviços em diversas categorias, compreendendo desde suporte técnico em microinformática à comunicação de dados, sustentação de TI e produção de sistemas. A distribuição das demandas (tickets abertos) entre as áreas de atendimento (*service desk*, infraestrutura, sistemas/CGSI e banco de dados) é ilustrada pela figura a seguir:



2) Sustentação de Sistemas Operacionais e Rede

Foram atendidas aproximadamente 9.615 demandas para sustentação dos ambientes de comunicação (rede) e processamento de dados (produção, homologação, desenvolvimento e treinamento) do Ministério. O parque computacional atual do Ministério possui 500 servidores físicos e virtuais de processamento de dados e aproximadamente 850 equipamentos de comunicação de dados. O Quadro 11, a seguir, detalha esses quantitativos, as respectivas unidades de serviço técnico e os valores faturados, para os serviços de sustentação e segurança, em 2015.

QUADRO 11: QUANTITATIVO DE SERVIÇOS EXECUTADOS PELA EQUIPE DE SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA EM 2015

Mês	Nº tickets	UST	Valor Faturado
JAN/15	148	1.055,00	R\$ 35.975,50
FEV/15	511	6.757,30	R\$ 230.423,93
MAR/15	787	6.827,80	R\$ 232.827,98
ABR/15	700	7.647,56	R\$ 260.781,80
MAI/15	709	6.529,20	R\$ 222.645,72
JUN/15	1.029	7.545,60	R\$ 257.304,96
JUL/15	1.257	8.151,58	R\$ 277.968,88
AGO/15	1.006	8.338,59	R\$ 284.345,91
SET/15	1.434	8.478,50	R\$ 289.116,85
OUT/15	1.082	7.932,60	R\$ 270.501,66
NOV/15	913	8.554,20	R\$ 291.698,22
DEZ/15	1.485	13.828,12	R\$ 471.566,17
TOTAL	11.061	91.646,05	R\$ 3.125.157,58

3) Comunicação de Dados

Foram instalados 82 comutadores/switches de borda e 10 comutadores/switches centrais para reestruturar e adequar o aumento no tráfego das redes locais do Ministério e substituir equipamentos obsoletos e sem garantia.

4) Centro de Dados (Datacenter)

O MDS hospeda seus ativos de TIC no SERPRO em Brasília por meio do contrato 25/2013. Os serviços continuados de armazenamento e Datacenter, compreendendo hospedagem nas modalidades de *Colocation* e *Hosting*. Ao longo de 2015, a CGSS coordenou esforços para migração de cerca de 60% das máquinas de infraestrutura da modalidade *hosting* para o *colocation*, garantindo maior autonomia do parque computacional e contribuindo para o aumento da disponibilidade de suas soluções. Dentre as migrações realizadas, destacamos:

- Migração de infraestrutura web balanceada;
- Migração de bancos de dados PostgreSQL, DB2 e Oracle;
- Migração de aplicações críticas como o "Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos" e o "Sistema de Autenticação de Usuários";
- Migração dos portais do MDS e do BSM (Brasil sem Miséria);

5) Segurança da Informação

O Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério está instituído desde 2013 pela Secretaria-Executiva e, após a publicação da Política de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério (POSIC), no final do ano, vem normatizando as principais diretrizes emanadas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR).

6) Ampliação da Capacidade de Armazenamento de Dados

O constante crescimento do volume de dados é observado em todos os entes públicos. Em atendimento a esta necessidade, o MDS adquiriu solução de armazenamento de dados em 2014 e, em 2015, expandiu em 231 TeraBytes de dados, totalizando 551 TB de dados líquidos e investimentos de R\$ 1.389.000,00 em 2015.

7) Parque de Computadores

O parque de computadores do MDS possui cerca de 1.900 estações de trabalho, todos com garantia até 2016.

8) Rede Sem Fio

Foi adquirida solução padronizada em redes sem fio, composto de suporte técnico, conjunto de licenças, projeto de instalação e configuração, treinamento e suporte técnico por 36 meses, para a ampliação de acesso aos serviços informatizados imprescindíveis ao MDS, no sentido de garantir a ampliação da rede de computadores em atendimento às demandas internas. O investimento total foi de R\$ 808.180,00.

9) Virtualização e Consolidação de Servidores da Infraestrutura Computacional

O MDS está direcionado a investir em solução e consolidação de servidores para atender a demanda crescente, não só com sistemas que suportam as áreas de negócio do MDS, como também a infraestrutura computacional que suporta os demais serviços críticos de tecnologia, investindo R\$ 887.980,00 na aquisição de 10 servidores de rede, com 128 GB de memória e 2 processadores Intel Xeon E5-2660 v3 de 10 Núcleos, e 2 servidores de rede, com 512 GB de memória e 4 processadores Intel Xeon E7-4880 v2 de 15 Núcleos.

10) Outsourcing de Impressão

Foi realizada em 2015 uma nova contratação de outsourcing de impressão, para ampliação do parque de impressão que passou a contar com 123 impressoras. Esse modelo é utilizado pelo MDS desde 2013 e a economia alcançada com esse tipo de contrato, representa corte nos custos com aquisições de impressoras, aquisição e controle de toners de diversos tipos, bem como a necessidade de contratação de empresa para manutenção das impressoras. O consumo estimado para o contrato é de 26.000 cópias/impressões em preto e branco e 7.500 cópia/impressões coloridas. O MDS pagará por página efetivamente impressa, com custos diferenciados para impressões em preto e branco e coloridas.

Gestão ambiental e sustentabilidade

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A agenda socioambiental deste Ministério tem por princípio fomentar e implementar ações de sustentabilidade que buscam a economia de recursos naturais e a redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos.

Esta unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Tendo formalizado o Termo de Adesão MDS – MMA – A3P em 20 de maio de 2013. Inclusive já recebeu o Selo A3P Prata que certifica a entrega do Relatório Anual da implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública referente ao ano de 2014.

O MDS realiza a Coleta Seletiva Solidária nas suas dependências e destina os resíduos recicláveis às organizações de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal. Em março de 2015 foi feita a segunda chamada pública deste Ministério para a seleção da organização de catadores, na qual foram selecionadas quatro candidatas para a assinatura do Termo de Compromisso conforme colocação do sorteio realizado em audiência pública. No momento a segunda colocada está realizando a coleta.

O Ministério tem se pautado na Instrução Normativa SLTI/MP Nº 1, de 19 de janeiro de 2010, notadamente os artigos 5º e 6 em suas contratações.

Para aquisição de bens, no ano de 2015, os Pregões 9/2015, 30/2015 e 2/2014, este último concluído em 2015, visavam a aquisição de material de consumo e estabeleceram como critério a ser observado o artigo 5° da referida IN. Do mesmo modo, o Pregão 22/2015 que tratou da contratação de serviço de imunização preventiva contra gripe incluía o artigo 6° da mesma IN.

O Plano Geral de Logística Sustentável – PLS – encontra-se em fase de realização do diagnóstico para posterior elaboração. A Comissão Gestora foi constituída conforme as diretrizes do governo federal determinadas pelo Decreto 5.940/2006, que instituiu a Coleta Seletiva Solidária na administração pública federal direta e indireta, assim como, o Projeto Esplanada Sustentável – PES e a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. Foi formalizada pela Portaria nº 47/2012, Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, e responsável por implementar a agenda socioambiental neste Ministério.

A agenda socioambiental deste Ministério já avançou em muitos critérios preconizados para uma gestão sustentável, porém algumas dificuldades são latentes nas Comissões constituídas no órgão. Como por exemplo, o tempo disponível dos membros da Comissão para elaborarem e realizarem as ações e atividades. A implementação de ações de sensibilização e de capacitação visando a incorporação dos conceitos no nosso capital humano e a melhoria de infraestrutura física que permita o desenvolvimento das ações, entre outras. Porém, acreditamos que ao completarmos o diagnóstico e, consequentemente o Plano de Logística Sustentável, teremos ferramentas facilitadoras para vencermos essas dificuldades e melhorarmos a implementação dessa agenda.

Gestão de fundos e de programas

Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FCEP) foi instituído por intermédio da Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, e regulamentado pela Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, e previsto para subsistir até 2010.

Ao final do exercício de 2010, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 67, de 22 de dezembro de 2010, pela qual foi prorrogado por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Até o início de 2003 a gestão do FCEP ficou a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, sendo que o Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, definiu o extinto Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA como órgão gestor e o funcionamento do seu Conselho Consultivo e de Acompanhamento.

Posteriormente, a Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, convertida na Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, designou ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS a gestão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

O Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, que define o funcionamento do Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, determina que o Órgão Gestor do Fundo o próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Entretanto, como da redução significativa de recursos deste Fundo no decorrer dos últimos exercícios, este Conselho Consultivo não tem sido convocado.

O FCEP visa proporcionar aos brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, sendo que seus recursos devem ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar ou de relevante interesse social voltado à melhoria da qualidade de vida.

Os recursos do Fundo são direcionados a ações que tenham como alvo: famílias cuja renda per capita seja inferior à linha de pobreza, assim como indivíduos em igual situação de renda; e as populações de municípios e localidades urbanas ou rurais, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas, que apresentem condições de vida desfavoráveis.

Dessa maneira, esses recursos são consignados de forma complementar em ações orçamentárias cujo objetivo contemple o público alvo estabelecido pela Lei Complementar nº 111, de 2001. Salienta-se que estas ações podem estar alocadas em diversos Órgãos e que sua gestão administrativa é de responsabilidade da respectiva unidade executora.

Destaca-se que o FCEP não se constitui um Fundo Especial, como especificado na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, uma vez que não possui estrutura própria e não é instituído como Unidade Orçamentária ou Gestora. Neste sentido, este Fundo sempre foi gerenciado como fonte de recursos, que são as seguintes fontes atualmente no orçamento:

- 79 Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e
- 94 Doações para o Combate à Fome.

Em relação à fonte de recursos, a 94 é proveniente de doações ao Programa Fome Zero e que por determinação da Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, realizada em 16 de julho de 2003, devem ser destinadas à construção de cisternas no semiárido brasileiro.

A fonte 79 do Fundo era substancialmente mais significativa e proveniente de parcela da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF. Estes recursos oriundos da CPMF eram, inicialmente, destinados a ações de diversos ministérios e posteriormente foram centralizados no Programa Bolsa Família, no âmbito do próprio MDS, até a extinção da citada contribuição, ocorrendo atualmente apenas de forma residual em face de processos em tramitação na Receita Federal.

Com relação às doações, estas são feitas por intermédio de contas bancárias vinculadas à Caixa Econômica Federal - CAIXA (agência nº 0647, conta corrente nº 2003-3 e operação 006) e Banco do Brasil (agência 1607-1 e conta corrente 1.002.003-9). Em razão de contratos firmados pelo MDS com estas duas instituições, as doações são transferidas para o Tesouro Nacional poucos dias após serem depositadas, que em 2015, atingiram o montante de R\$ 52.902,64, conforme tabela a seguir:

R\$ 1,00

Mês	Tipo de Doador									
Mes	Pessoa Física Pessoa Jurídica		Não Identificado ^(*)	Total						
Janeiro	1.168,90	0,00	687,41	1.856,31						
Fevereiro	239,19	100,00	829,29	1.168,48						
Março	261,82	60,00	1.149,33	1.471,15						
Abril	1.893,14	0,00	3.744,59	5.637,73						
Maio	374,15	30,00	6.048,71	6.452,86						
Junho	463,91	0,00	2.404,02	2.867,93						
Julho	569,77	0,00	3.268,43	3.838,20						
Agosto	435,73	0,00	6.887,68	7.323,41						
Setembro	722,84	0,00	7.914,81	8.637,65						
Outubro	576,16	0,00	7.172,01	7.748,17						
Novembro	774,60	0,00	3.050,34	3.824,94						
Dezembro	1.284,06	0,00	791,75	2.075,81						
Total	8.764,27	190,00	43.948,37	52.902,64						

^(*) Doações financeiras feitas nas agências da CEF e Banco do Brasil que não tiveram o tipo de pessoa (física ou jurídica) identificada.

Fonte: SIAFI - Tesouro Gerencial

Cabe registrar que a SPO tem acompanhado a execução orçamentária e financeira da arrecadação e aplicação dos recursos das doações em dinheiro do FCEP, em atenção ao disposto no art. 9º do Decreto nº 4.564, de 2003.

Implementou-se, também, a incorporação dos superávits de recursos da Fonte 94, no valor de R\$ 4.958.195,00, especialmente os provenientes de leilão, ocorrido em março de 2014, de madeiras irregulares apreendidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e doadas ao Programa Fome Zero; e da Fonte 79 - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, no valor de R\$ 1.271.000,00 e como ocorrido em exercícios anteriores, sendo incorporado ao benefício do Programa Bolsa Família, cuja execução está detalhada no próximo quadro.

R\$ 1,00

Órgão / Programa / Ação / Fonte	Dot. Inicial	Dot. Final	Empenhado	Liquidado	Pago
55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	6.106.726	6.285.101	6.285.101	6.285.101	6.285.101
2019 - Bolsa Família	1.271.000	1.271.000	1.271.000	1.271.000	1.271.000
8448 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobeza (Lei nº 10.836, de 2004)	1.271.000	1.271.000	1.271.000	1.271.000	1.271.000
379 - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	1.271.000	1.271.000	1.271.000	1.271.000	1.271.000
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	4.835.726	5.014.101	5.014.101	5.014.101	5.014.101
8948 - Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural	4.835.726	5.014.101	5.014.101	5.014.101	5.014.101
194 – Doações para Combate à Fome	4.835.726	55.906	55.906	55.906	55.906
394 – Doações para Combate à Fome	0	4.958.195	4.958.195	4.958.195	4.958.195
Total	6.106.726	6.285.101	6.285.101	6.285.101	6.285.101

Fonte: Tesouro Gerencial

Na oportunidade, informo que foi solicitada a incorporação do excesso de arrecadação da Fonte 79 ao orçamento de 2015, estimado a época em R\$ 1.582.811,00, entretanto está suplementação não foi autorizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Quanto aos gastos com despesas administrativas realizadas com recursos do Fundo, a Lei Complementar nº 111, 6 de julho de 2001, determina que o percentual máximo destinado a este tipo de despesa será definido a cada ano pelo Poder Executivo. Entretanto, em função do montante reduzido e da concentração dos recursos em uma única ação, o MDS optou pela política de não executar despesas de caráter administrativo com dotações do FCEP. Neste sentido, tornou-se desnecessário o encaminhamento de Decreto para regulamentar o assunto.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Diretoria de Projetos Internacionais

O ano de 2015 foi marcado por uma intensa atividade de auditoria.

Foi auditado, entre 15 de janeiro a 07 de abril desse ano, o Projeto BRA/12/006, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD. O Relatório de Auditoria nº 201500047 foi o resultado deste processo.

Em seguida, entre 28 de abril e 25 de maio de 2015, o projeto com o Banco Mundial – BIRD – Acordo de Empréstimo 7841-BR foi auditado, gerando o Relatório de Auditoria nº 201502797.

Posteriormente, no segundo semestre, a Auditoria de Contas da Secretaria-Executiva auditou o projeto com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO. O Relatório Anual de Contas nº 201503523, fruto desta auditoria, trata deste projeto e também dos projetos anteriormente auditados: com o PNUD e com o BIRD.

Seguem abaixo as Recomendações de todos os Relatórios de Auditoria do ano de 2015, por ordem de recebimento, e as ações que foram ou estão sendo tomadas. Cabe enfatizar que, com o Relatório Anual de Contas trata de todos os projetos, ele tornou obsoletas algumas das Recomendações anteriores, o que está explicitado abaixo.

Relatório de Auditoria nº 201500047 - Projeto PNUD BRA/12/006

Recomendação 1

Desenvolver providências para avaliar os casos registrados neste relatório quanto à configuração do conflito de interesses, adotando, a partir dos resultados, as medidas cabíveis a cada caso.

Entende-se que o Relatório de Auditoria Anual de Contas da Secretaria-Executiva nº 201503523 trouxe, na Recomendação 2 da Constatação 1.1.1, texto que, ao fazer referência ao projeto PNUD e ao Relatório nº 201500047, tornou obsoleta a presente recomendação, apesar de não ser divergente. Esta Recomendação prevê:

"Considerando as recomendações específicas existentes nos Relatórios e Auditoria nº 201500047 (PNUD) e nº 201502797 (BIRD), ampliar a adoção das providências administrativas sobre as contratações dos consultores para os casos referentes ao Projeto FAO UTF/BRA/085/BRA, avaliando caso a caso a possibilidade de ocorrência de conflito de interesses, encaminhando, se for o caso, os resultados à(s) instância(s) competente(s) do Ministério para posicionamento. Para subsidiar a avaliação, disponibilizar, quando for o caso, à(s) instância(s) demandada(s) informações complementares sobre as mencionadas contratações, sem prejuízo de que esta(s) adote(m) medidas e/ou levantamentos adicionais."

Sobre seu cumprimento, foi acordado com os auditores na reunião de busca conjunta de soluções, ocorrida em 16 de outubro de 2015, que seria necessário realizar consulta à ABC/MRE e a STPC/CGU para certificar sobre a compreensão destas instituições a respeito da aplicabilidade da Lei nº

12.813 aos projetos de cooperação técnica internacional e os procedimentos a serem adotados para uma averiguação administrativa de casos passados, identificados na auditoria do exercício de 2014, considerando que não há orientação a respeito.

Portanto, para atendimento a ambas recomendações, informamos que foi enviada consulta à Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE, instância responsável pela coordenação dos projetos de cooperação técnica internacional. Procurou-se conhecer o posicionamento da Agência a respeito: do risco de conflito de interesses nos processos de contratação de consultores e da aplicabilidade da regra mencionada pela CGU; de quais procedimentos poderiam compor as providências administrativas necessárias à avaliação dos casos apontados; de quais medidas preventivas deveriam/poderiam ser tomadas para evitar o risco de conflito de interesse; da aplicabilidade das recomendações apresentadas no relatório nº 201503523, que menciona os relatórios anteriores, tratando assim de todos os projetos vigentes.

Por meio do Oficio nº 1160/CGCM-ABC, a Agência informou que manteve reunião com a Secretaria Federal de Controle da CGU, cuja pauta versou sobre "a desejável coordenação" entre as instituições. A Agência também optou por consultar a Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores e, somente após um posicionamento desta, responderá aos questionamentos deste MDS.

Foi realizada reunião entre o Secretário-Executivo deste MDS e a Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção da CGU com o fim de informar sobre os relatórios de auditoria e a recomendação em tela. Na reunião, os membros da STPC/CGU desconheciam entendimento sobre a aplicabilidade do dispositivo da Lei nº 12.813 a servidores com cargos abaixo de DAS 5 ou a servidores temporários, uma vez que não existe regulamentação para estes casos. Foi sugerido que enviássemos consulta formal para que eles pudessem estudar o caso e dar uma resposta formal.

Assim, este MDS enviou o Ofício 677/2015/GAB/SE-MDS à Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção – STPC/CGU, questionando a respeito da aplicabilidade da Lei nº 12.813 para os casos apontados e solicitando orientações sobre: atores necessários em uma averiguação administrativa, competências destes, procedimentos que poderiam ser adotados como "providências administrativas", penalidade a ser aplicada se identificado o conflito de interesse pela instância administrativa competente. Finalmente, foi questionado se caberia encaminhamento à Comissão de Ética do MDS, dado que não há regulamentação da Lei em referência para os casos de servidores não elencados no rol dos incisos I a IV no art. 2º da referida lei.

Como até o presente momento não recebemos resposta da STPC/CGU e nem o resultado da consulta da ABC/MRE ao seu departamento jurídico, é prudente a este MDS aguardar manifestação delas para que sejam tomadas as providências necessárias ao cumprimento das recomendações, tendo em vista o papel das instâncias contatadas.

Recomendação 2

Fazer constar nos editais de seleção de consultoria de pessoa física a vedação para contratar servidores que mantiveram vínculo com o Ministério até 90 dias antes da publicação do edital e eram ocupantes de cargos no âmbito da secretaria demandante da contratação.

Entende-se que o Relatório de Auditoria Anual de Contas da Secretaria-Executiva nº 201503523 fez referência ao projeto PNUD e ao Relatório nº 201500047 e trouxe, na Recomendação 1 da Constatação 1.1.1, texto que sobrepõe-se e torna obsoleta a presente recomendação. Esta Recomendação prevê:

"Adotar medida preventiva visando afastar os elementos críticos que caracterizaram o risco de conflito de interesses, utilizando-se da regulação dos instrumentos e procedimentos de seleção de consultoria de pessoa física do Ministério."

Cabe informar, no entanto, que, como medida preventiva, a unidade havia decidido, à época do recebimento da Recomendação do Relatório de Auditoria do Projeto PNUD, pela suspensão temporária de realização de processos seletivos de consultores individuais no âmbito de todos os projetos, visto que o interstício recomendado diverge daquele previsto na lei nº 12.813/2013. Detectou-se, posteriormente, que o Relatório de auditoria nº 201502572, referente a outro projeto de cooperação internacional executado por esta DPI, trouxe recomendação, que, por sua vez indicou outro prazo a ser cumprido, ainda em divergência com a lei (6 meses antes da publicação do edital e não do contrato). Desta forma, foi encaminhada à CONJUR do MDS, em 21 de julho de 2015, consulta a respeito da aplicabilidade da lei mencionada e das recomendações.

Em seguida, no momento em que se deu a auditoria de contas da Secretaria-Executiva, este tema foi revisitado, por meio de auditoria do projeto FAO e, novamente, as recomendações, que fazem referência a todos os projetos, foram outras e não mencionam interstício.

Entendendo, portanto, que estas últimas recomendações são as válidas, informamos abaixo as providências adotadas para atendimento à Recomendação 1 do Relatório de Auditoria Anual de Contas da Secretaria-Executiva nº 201503523, supracitada.

A fim de atender a esta Recomendação, as seguintes medidas já foram adotadas no sentido de mitigar o risco de conflito de interesses nos processos de seleção e contratação de consultores individuais no âmbito dos projetos de cooperação internacional:

• Adoção, desde o mês de outubro, do impedimento de contratação de consultor que manteve vínculo com o ministério no prazo de 6 meses antes da contratação. A decisão de utilizar este interstício é baseada tanto na lei nº 12.813, que trata de conflito de interesses, quanto nas diretrizes do Banco Mundial, mais especificamente no item 1.13 das Diretrizes de 2011, cuja adoção excepcional foi aceita pelo Banco Mundial. Cabe lembrar que as Diretrizes aplicáveis ao Acordo de Empréstimo 7841-BR são as de 2004, revisadas em 2010. Já consta dos TRs publicados com a seguinte informação:

"Conforme a **Lei nº 12.813/2013**, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Público Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal (alínea c, inciso II do artigo 6°).

II – no período de 6(seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União:

...

c)celebrar com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego;...

A autorização da contratação pela CGU deverá se dar nos termos da Portaria Interministerial nº 333/2013 e da Portaria 351/2014 do MDS.

Ainda, nos termos da **Lei nº 12.813/13,** o candidato deve informar no currículo a informação sobre parentesco com servidor ou ex-servidor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caso haja parentesco, previamente à contratação, deverá haver consulta à Comissão de Ética sobre possível risco de conflito de interesse.

É vedada a contratação de candidato que tenha participado, mesmo que pontualmente, dos trabalhos de concepção, construção, autorização ou publicação do edital em questão."

Obs: Vale destacar que, devido à divergência de recomendação sobre o mesmo ponto nos relatórios de auditoria do Projeto PNUD BRA/12/006 / Relatório de Auditoria nº 201500047 e do Projeto BIRD 7841-BR / Relatório de Auditoria nº 201502572, foi suspensa no MDS a publicação de edital para seleção de consultores individuais até a decisão final da CGU após a auditoria anual de contas da Secretaria-Executiva. Somente após a reunião de busca conjunta de soluções, ocorrida em 16 de outubro de 2015, foi informado às áreas técnicas sobre a decisão do interstício baseado no prazo estabelecido pela lei nº 12.813 e nas diretrizes do Banco Mundial de 2011.

- Formalização da Comissão Técnica de Seleção de Consultor Individual de cada processo de seleção de consultor individual por meio de publicação de portaria do Secretário da área demandante em boletim interno do MDS. Compete à Comissão elaborar o Termo de Referência, realizar a análise dos currículos e a seleção do consultor, decidindo, então, o resultado final do processo seletivo. Cabe informar que consta na portaria de nomeação da referida Comissão, um parágrafo que ressalta o caráter confidencial do processo, conforme o seguinte: "É dever dos membros da comissão manter confidencialidade durante todo o processo de elaboração do Termo de Referência e de seleção do consultor até a divulgação do resultado final pela Diretoria de Projetos Internacionais DPI/SE";
- Assinatura, pelos membros da Comissão de Seleção, de Termo de Compromisso, em que eles se comprometem:
- a) Manter confidencialidade durante todo o processo de elaboração do Termo de Referência e de seleção do consultor até a divulgação do resultado final pela Diretoria de Projetos Internacionais DPI/SE;
- b) Não permitir acesso de terceiros ao Termo de Referência desde o momento da sua elaboração até a sua publicação, exceto para os demais membros da Comissão de Seleção do presente processo e para a equipe da Diretoria de Projetos Internacionais;
 - c) Não me inscrever no referido Processo Seletivo;
 - d) Tratar todos os candidatos com igualdade; e
- e) Declarar-me impedido de compor as demais fases do processo de seleção caso algum candidato inscrito seja meu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, ou seja meu amigo íntimo, ou meu inimigo capital, ou que mantenha comigo qualquer vínculo profissional ou comercial.
 - Outro aprimoramento dos procedimentos do processo seletivo de consultor acontece no
 momento de envio, por parte do candidato selecionado, da documentação comprobatória
 de atendimento aos requisitos pontuados. Além dela, também deverá ser enviada
 declaração assinada, por meio da qual o candidato afirma não ter vínculo com a
 administração pública; não ter tido vínculo com o MDS nos seis meses anteriores; não ter
 tido acesso às informações do TR antes de sua publicação, entre outros pontos;
 - Em relação à consulta à CGRH sobre a existência de vínculo do candidato selecionado com a Administração Pública, a DPI estendeu o questionamento a fim de identificar ocorrência de vínculo anterior com o MDS e a data de desligamento. A CGRH envia cópia da tela do SIAPE com a informação solicitada;
 - Ademais, a fim de conferir maior formalidade ao processo, foi adicionada uma etapa ao fluxo do processo de seleção e contratação de consultor. Após análise dos documentos de seleção, resultado e solicitação de contratação, a DPI encaminha o processo ao Secretário Executivo para ciência do resultado final antes do envio ao organismo para contratação.

Relatório de Auditoria nº 201502797 – Projeto BIRD 7841-BR

Recomendação 1

Adotar providências administrativas sobre as contratações dos consultores indicados no item 1.1.9.2, posicionando-se sobre a ocorrência de conflito de interesses, a partir de avaliação efetuada por instância(s) competente(s) do Ministério, a ser demandada pela DPI. Para subsidiar a avaliação, disponibilizar à(s) instância(s) demandada(s) informações complementares sobre as mencionadas contratações, sem prejuízo de que esta(s) adote(m) medidas e/ou levantamentos adicionais.

Entende-se que a Recomendação 2 da Constatação 1.1.1 do Relatório Anual de Contas da Secretaria-Executiva nº 201503523 sobrepõe-se a e torna obsoleta a presente Recomendação, apesar de não ser divergente.

Quanto ao atendimento desta Recomendação mais recente, foi acordado com os auditores na reunião de busca conjunta de soluções, ocorrida em 16 de outubro de 2015, que seria necessário realizar consulta à ABC/MRE e a STPC/CGU para certificar sobre a compreensão destas instituições a respeito da aplicabilidade da Lei nº 12.813 aos projetos de cooperação técnica internacional e os procedimentos a serem adotados para uma averiguação administrativa de casos passados, identificados na auditoria do exercício de 2014, considerando que não há orientação a respeito.

Portanto, para atendimento às recomendações, informamos que foi enviada consulta à Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE, instância responsável pela coordenação dos projetos de cooperação técnica internacional. Procurou-se conhecer o posicionamento da Agência a respeito: do risco de conflito de interesses nos processos de contratação de consultores e da aplicabilidade da regra mencionada pela CGU; de quais procedimentos poderiam compor as providências administrativas necessárias à avaliação dos casos apontados; de quais medidas preventivas deveriam/poderiam ser tomadas para evitar o risco de conflito de interesse; da aplicabilidade das recomendações apresentadas no relatório nº 201503523, que menciona os relatórios anteriores, tratando assim de todos os projetos vigentes.

Por meio do Oficio nº 1160/CGCM-ABC, a Agência informou que manteve reunião com a Secretaria Federal de Controle da CGU, cuja pauta versou sobre "a desejável coordenação" entre as instituições. A Agência também optou por consultar a Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores e, somente após um posicionamento desta, responderá aos questionamentos deste MDS.

Foi realizada reunião entre o Secretário Executivo deste MDS e a Secretária de Transparência e Prevenção da CGU com o fim de informar sobre os relatórios de auditoria e a recomendação em tela. Na reunião, os membros da STPC/CGU desconheciam entendimento sobre a aplicabilidade do dispositivo da Lei nº 12.813 a servidores com cargos abaixo de DAS 5 ou a servidores temporários, uma vez que não existe regulamentação para estes casos. Foi sugerido que enviássemos consulta formal para que eles pudessem estudar o caso e dar uma resposta formal.

Assim, este MDS enviou o Oficio 677/2015/GAB/SE-MDS à Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção – STPC/CGU, questionando a respeito da aplicabilidade da Lei nº 12.813 para os casos apontados e solicitando orientações sobre: atores necessários em uma averiguação administrativa, competências destes, procedimentos que poderiam ser adotados como "providências administrativas", penalidade a ser aplicada se identificado o conflito de interesse pela instância administrativa competente. Finalmente, foi questionado se caberia encaminhamento à Comissão de Ética do MDS, dado que não há regulamentação da Lei em referência para os casos de servidores não elencados no rol dos incisos I a IV no art. 2º da referida lei.

Como até o presente momento não recebemos resposta da STPC/CGU e nem o resultado da consulta da ABC/MRE ao seu departamento jurídico, é prudente a este MDS aguardar manifestação delas para que sejam tomadas as providências necessárias ao cumprimento das recomendações, tendo em vista o papel das instâncias contatadas.

Recomendação 2

Submeter ao BIRD os casos concretos relatados no item 1.1.9.2 para fins de apreciação, considerando que se tratam de contratações de consultores pessoa física que mantiveram relação de emprego com o MDS na época da elaboração do Termo de Referência e/ou do Edital de Seleção, as quais suscitam a ocorrência de conflito de interesse, aspecto necessário para avaliação quanto à elegibilidade dos gastos para o Projeto.

Esta DPI encaminhou ao Banco Mundial, em 09 de julho de 2015, o Oficio nº 405/DPI/SE/MDS, por meio do qual informou da presente recomendação, apresentou os casos apontados, disponibilizando os processos em meio eletrônico ao Banco para revisão, e solicitando manifestação quanto ao risco de conflito de interesse apontado pelos auditores.

Por meio de comunicação oficial, o especialista de contratações do Banco respondeu informando que "o Banco Mundial considera elegíveis as contratações" e que é de entendimento da instituição que "não houve conflito de interesses nesses sete processos de seleção de consultores individuais", pois "apesar de trabalharem anteriormente no MDS, não estiveram direta ou indiretamente envolvidos na preparação dos Termos de Referência de suas próprias contratações".

Recomendação 3

Fazer constar nos instrumentos que regulam os procedimentos de seleção de consultoria de pessoa física (Manual para Contratação de Consultores, Termo de Referência e Edital de Seleção) a vedação para contratar servidores que mantiveram vínculo empregatício com o Ministério até seis meses antes da publicação do edital.

Entende-se que a Recomendação 1 da Constatação 1.1.1 do Relatório Anual de Contas da Secretaria-Executiva deste MDS, nº 201503523, sobrepõe-se e torna obsoleta a presente Recomendação.

Cabe informar que esse MDS realizou consulta ao Banco Mundial e à Consultoria Jurídica deste ministério a fim de obter consenso sobre a presente recomendação constante do Relatório de auditoria nº 201502572, por esta ter indicado prazo de interstício divergente do que consta nas Diretrizes do Banco Mundial para seleção de consultores de 2011 em seu no item 1.13, que prevê como referência do prazo de 6 meses a assinatura do contrato e não a publicação do edital, conforme recomendado pela auditoria. Ambas as instituições recomendam a adoção do prazo estabelecido nas Diretrizes do Banco.

Em seguida, no momento em que se deu a auditoria anual de contas da Secretaria-Executiva, este tema foi revisitado, por meio de auditoria do projeto FAO e, novamente, as recomendações, que fazem referência ao todos os projetos, foram outras e não mencionam interstício. Em reunião de busca conjunta de soluções, realizada em 16 de outubro de 2015, a equipe de auditoria demonstrou concordância com o atendimento do estabelecido nas Diretrizes do Banco.

Portanto, em atendimento à Recomendação mais recente, que prevê "Adotar medida preventiva visando afastar os elementos críticos que caracterizaram o risco de conflito de interesses, utilizando-se da regulação dos instrumentos e procedimentos de seleção de consultoria de pessoa física do Ministério", as seguintes medidas já foram adotadas no sentido de mitigar o risco de conflito de interesses nos processos de seleção e contratação de consultores individuais no âmbito dos projetos de cooperação internacional:

• Adoção, desde o mês de outubro, do impedimento de contratação de consultor que manteve vínculo com o ministério no prazo de 6 meses antes da contratação. A decisão de utilizar este interstício é baseada tanto na lei nº 12.813, que trata de conflito de interesses, quanto nas diretrizes do Banco Mundial, mais especificamente no item 1.13 das Diretrizes de 2011, cuja adoção excepcional foi aceita pelo Banco Mundial. Cabe lembrar que as Diretrizes aplicáveis ao Acordo de Empréstimo 7841-BR são as de 2004, revisadas em 2010. Já consta dos TRs publicados com a seguinte informação:

"Os processos seletivos que resultarem na seleção de pessoas que mantiveram alguma forma de vínculo empregatício com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no prazo de 6 (seis) meses antes da publicação deste Edital, seja na condição de servidor efetivo, temporário ou terceirizado, assim como quaisquer processos em que haja risco de conflito de interesses, serão submetidos a consulta à Comissão de Ética, nos termos da Lei nº 12.813 de 18 de maio de 2013 e da Portaria Interministerial nº 333, de 19 de setembro de 2013, e ao Banco Mundial, conforme item 1.9 das Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores Financiados por Empréstimos do BIRD e Créditos e Doações da AID pelos Mutuários do Banco Mundial.

É vedada a contratação de candidato que tenha participado, mesmo que pontualmente, dos trabalhos de concepção, construção, autorização ou publicação do edital em questão."

Obs: Vale destacar que, devido à divergência de recomendação sobre o mesmo ponto nos relatórios de auditoria do Projeto PNUD BRA/12/006 / Relatório de Auditoria nº 201500047 e do Projeto BIRD 7841-BR / Relatório de Auditoria nº 201502572, foi suspensa no MDS a publicação de edital para seleção de consultores individuais até a decisão final da CGU após a auditoria anual de contas da Secretaria-Executiva. Somente após a reunião de busca conjunta de soluções, ocorrida em 16 de outubro de 2015, foi informado às áreas técnicas sobre a decisão do interstício baseado no prazo estabelecido pela lei nº 12.813 e nas diretrizes do Banco Mundial de 2011.

- Formalização da Comissão Técnica de Seleção de Consultor Individual de cada processo de seleção de consultor individual por meio de publicação de portaria do Secretário da área demandante em boletim interno do MDS. Compete à Comissão elaborar o Termo de Referência, realizar a análise dos currículos e a seleção do consultor, decidindo, então, o resultado final do processo seletivo. Cabe informar que consta na portaria de nomeação da referida Comissão, um parágrafo que ressalta o caráter confidencial do processo, conforme o seguinte: "É dever dos membros da comissão manter confidencialidade durante todo o processo de elaboração do Termo de Referência e de seleção do consultor até a divulgação do resultado final pela Diretoria de Projetos Internacionais DPI/SE";
- Assinatura, pelos membros da Comissão de Seleção, de Termo de Compromisso, em que eles se comprometem:
- a) Manter confidencialidade durante todo o processo de elaboração do Termo de Referência e de seleção do consultor até a divulgação do resultado final pela Diretoria de Projetos Internacionais DPI/SE;
- b) Não permitir acesso de terceiros ao Termo de Referência desde o momento da sua elaboração até a sua publicação, exceto para os demais membros da Comissão de Seleção do presente processo e para a equipe da Diretoria de Projetos Internacionais;
 - c) Não me inscrever no referido Processo Seletivo;
 - d) Tratar todos os candidatos com igualdade; e

- e) Declarar-me impedido de compor as demais fases do processo de seleção caso algum candidato inscrito seja meu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, ou seja meu amigo íntimo, ou meu inimigo capital, ou que mantenha comigo qualquer vínculo profissional ou comercial.
 - Outro aprimoramento dos procedimentos do processo seletivo de consultor acontece no
 momento de envio, por parte do candidato selecionado, da documentação comprobatória
 de atendimento aos requisitos pontuados. Além dela, também deverá ser enviada
 declaração assinada, por meio da qual o candidato afirma não ter vínculo com a
 administração pública; não ter tido vínculo com o MDS nos seis meses anteriores; não ter
 tido acesso às informações do TR antes de sua publicação, entre outros pontos;
 - Em relação à consulta à CGRH sobre a existência de vínculo do candidato selecionado com a Administração Pública, a DPI estendeu o questionamento a fim de identificar ocorrência de vínculo anterior com o MDS e a data de desligamento. A CGRH envia cópia da tela do SIAPE com a informação solicitada;
 - Ademais, a fim de conferir maior formalidade ao processo, foi adicionada uma etapa ao fluxo do processo de seleção e contratação de consultor. Após análise dos documentos de seleção, resultado e solicitação de contratação, a DPI encaminha o processo ao Secretário Executivo para ciência do resultado final antes do envio ao organismo para contratação.

Relatório Anual de Contas da Secretaria-Executiva – nº 201503523

(Por meio deste Relatório, foi analisado o projeto FAO. As recomendações acabaram, no entanto, tratando dos relatórios anteriores de auditoria dos projetos, que trataram de PNUD e BIRD)

Constatação 1.1.1 - Recomendação 1

Adotar medida preventiva visando afastar os elementos críticos que caracterizaram o risco de conflito de interesses, utilizando-se da regulação dos instrumentos e procedimentos de seleção de consultoria de pessoa física do Ministério.

A fim de atender à Recomendação, as seguintes medidas já foram adotadas, no sentido de mitigar o risco de conflito de interesses nos processos de seleção e contratação de consultores individuais no âmbito dos projetos de cooperação internacional:

• Adoção, desde o mês de outubro, do impedimento de contratação de consultor que manteve vínculo com o ministério no prazo de 6 meses antes da contratação. A decisão de utilizar este interstício é baseada tanto na lei nº 12.813, que trata de conflito de interesses, quanto nas diretrizes do Banco Mundial, mais especificamente no item 1.13 das Diretrizes de 2011, cuja adoção excepcional foi aceita pelo Banco Mundial. Cabe lembrar que as Diretrizes aplicáveis ao Acordo de Empréstimo 7841-BR são as de 2004, revisadas em 2010. Já consta dos TRs publicados com a seguinte informação:

Termos de Referência de Projeto com recursos do Banco Mundial:

"Os processos seletivos que resultarem na seleção de pessoas que mantiveram alguma forma de vínculo empregatício com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no prazo de 6 (seis) meses antes da publicação deste Edital, seja na condição de servidor efetivo, temporário ou terceirizado, assim como quaisquer processos em que haja risco de conflito de interesses, serão submetidos a consulta à Comissão de Ética, nos termos da Lei nº 12.813 de 18 de maio de 2013 e da Portaria Interministerial nº 333, de 19 de setembro de 2013, e ao Banco Mundial, conforme item 1.9 das Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores Financiados por Empréstimos do BIRD e Créditos e Doações da AID pelos Mutuários do Banco Mundial.

É vedada a contratação de candidato que tenha participado, mesmo que pontualmente, dos trabalhos de concepção, construção, autorização ou publicação do edital em questão."

Termos de Referência de Projetos com recursos exclusivamente nacionais:

"Conforme a **Lei nº 12.813/2013**, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Público Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal (alínea c, inciso II do artigo 6º):

II – no período de 6(seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União:

...

c)celebrar com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria assessoramento ou ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego;...

A autorização da contratação pela CGU deverá dar-se nos termos da Portaria Interministerial nº 333/2013 e da Portaria 351/2014 do MDS.

Ainda, nos termos da **Lei nº 12.813/13,** o candidato deve informar no currículo a informação sobre parentesco com servidor ou ex-servidor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caso haja parentesco, previamente à contratação, deverá haver consulta à Comissão de Ética sobre possível risco de conflito de interesse.

É vedada a contratação de candidato que tenha participado, mesmo que pontualmente, dos trabalhos de concepção, construção, autorização ou publicação do edital em questão."

Obs: Vale destacar que, devido à divergência de recomendação sobre o mesmo ponto nos relatórios de auditoria do Projeto PNUD BRA/12/006 / Relatório de Auditoria nº 201500047 e do Projeto BIRD 7841-BR / Relatório de Auditoria nº 201502572, foi suspensa no MDS a publicação de edital para seleção de consultores individuais até a decisão final da CGU após a auditoria anual de contas da Secretaria-Executiva. Somente após a reunião de busca conjunta de soluções, ocorrida em 16 de outubro de 2015, foi informado às áreas técnicas sobre a decisão do interstício baseado no prazo estabelecido pela lei nº 12.813 e nas diretrizes do Banco Mundial de 2011.

 Formalização da Comissão Técnica de Seleção de Consultor Individual de cada processo de seleção de consultor individual por meio de publicação de portaria do Secretário da área demandante em boletim interno do MDS. Compete à Comissão elaborar o Termo de Referência, realizar a análise dos currículos e a seleção do consultor, decidindo, então, o resultado final do processo seletivo. Cabe informar que consta na portaria de nomeação da referida Comissão, um parágrafo que ressalta o caráter confidencial do processo, conforme o seguinte: "É dever dos membros da comissão manter confidencialidade durante todo o processo de elaboração do Termo de Referência e de seleção do consultor até a divulgação do resultado final pela Diretoria de Projetos Internacionais - DPI/SE";

- Assinatura, pelos membros da Comissão de Seleção, de Termo de Compromisso, em que eles se comprometem:
- a) Manter confidencialidade durante todo o processo de elaboração do Termo de Referência e de seleção do consultor até a divulgação do resultado final pela Diretoria de Projetos Internacionais DPI/SE;
- b) Não permitir acesso de terceiros ao Termo de Referência desde o momento da sua elaboração até a sua publicação, exceto para os demais membros da Comissão de Seleção do presente processo e para a equipe da Diretoria de Projetos Internacionais;
 - c) Não me inscrever no referido Processo Seletivo;
 - d) Tratar todos os candidatos com igualdade; e
- e) Declarar-me impedido de compor as demais fases do processo de seleção caso algum candidato inscrito seja meu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, ou seja meu amigo íntimo, ou meu inimigo capital, ou que mantenha comigo qualquer vínculo profissional ou comercial.
 - Outro aprimoramento dos procedimentos do processo seletivo de consultor acontece no momento de envio, por parte do candidato selecionado, da documentação comprobatória de atendimento aos requisitos pontuados. Além dela, também deverá ser enviada declaração assinada, por meio da qual o candidato afirma não ter vínculo com a administração pública; não ter tido vínculo com o MDS nos seis meses anteriores; não ter tido acesso às informações do TR antes de sua publicação, entre outros pontos;
 - Em relação à consulta à CGRH sobre a existência de vínculo do candidato selecionado com a Administração Pública, a DPI estendeu o questionamento a fim de identificar ocorrência de vínculo anterior com o MDS e a data de desligamento. A CGRH envia cópia da tela do SIAPE com a informação solicitada;
 - Ademais, a fim de conferir maior formalidade ao processo, foi adicionada uma etapa ao
 fluxo do processo de seleção e contratação de consultor. Após análise dos documentos de
 seleção, resultado e solicitação de contratação, a DPI encaminha o processo ao Secretário
 Executivo para ciência do resultado final antes do envio ao organismo para contratação.

Constatação 1.1.1 – Recomendação 2

Considerando as recomendações específicas existentes nos Relatórios e Auditoria nº 201500047 (PNUD) e nº 201502797 (BIRD), ampliar a adoção das providências administrativas sobre as contratações dos consultores para os casos referentes ao Projeto FAO UTF/BRA/085/BRA, avaliando caso a caso a possibilidade de ocorrência de conflito de interesses, encaminhando, se for o caso, os resultados à(s) instância(s) competente(s) do Ministério para posicionamento. Para subsidiar a avaliação, disponibilizar, quando for o caso, à(s) instância(s) demandada(s) informações

complementares sobre as mencionadas contratações, sem prejuízo de que esta(s) adote(m) medidas e/ou levantamentos adicionais.

Foi acordado com os auditores na reunião de busca conjunta de soluções, ocorrida em 16 de outubro de 2015, que seria necessário realizar consulta à ABC/MRE e a STPC/CGU para certificar sobre a compreensão destas instituições a respeito da aplicabilidade da Lei nº 12.813 aos projetos de cooperação técnica internacional e os procedimentos a serem adotados para uma averiguação administrativa de casos passados, identificados na auditoria do exercício de 2014, considerando que não há orientação a respeito.

Portanto, para atendimento às recomendações, informamos que foi enviada consulta à Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE, instância responsável pela coordenação dos projetos de cooperação técnica internacional. Procurou-se conhecer o posicionamento da Agência a respeito: do risco de conflito de interesses nos processos de contratação de consultores e da aplicabilidade da regra mencionada pela CGU; de quais procedimentos poderiam compor as providências administrativas necessárias à avaliação dos casos apontados; de quais medidas preventivas deveriam/poderiam ser tomadas para evitar o risco de conflito de interesse; da aplicabilidade das recomendações apresentadas no relatório nº 201503523, que menciona os relatórios anteriores, tratando assim de todos os projetos vigentes.

Por meio do Oficio nº 1160/CGCM-ABC, a Agência informou que manteve reunião com a Secretaria Federal de Controle da CGU, cuja pauta versou sobre "a desejável coordenação" entre as instituições. A Agência também optou por consultar a Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores e, somente após um posicionamento desta, responderá aos questionamentos deste MDS.

Foi realizada reunião entre o Secretário Executivo deste MDS e a Secretária de Transparência e Prevenção da CGU com o fim de informar sobre os relatórios de auditoria e a recomendação em tela. Na reunião os membros da STPC/CGU desconheciam entendimento sobre a aplicabilidade do dispositivo da Lei nº 12.813 a servidores com cargos abaixo de DAS 5 ou a servidores temporários, uma vez que não regulamentação para estes casos. Foi sugerido que enviássemos consulta formal para que eles pudessem estudar o caso e dar uma resposta formal.

Assim, este MDS enviou o Oficio 677/2015/GAB/SE-MDS à Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção – STPC/CGU, questionando a respeito da aplicabilidade da Lei nº 12.813 para os casos apontados e solicitando orientações sobre: atores necessários em uma averiguação administrativa, competências destes, procedimentos que poderiam ser adotados como "providências administrativas", penalidade a ser aplicada se identificado o conflito de interesse pela instância administrativa competente. Finalmente, foi questionado se caberia encaminhamento à Comissão de Ética do MDS, dado que não há regulamentação da Lei em referência para os casos de servidores não elencados no rol dos incisos I a IV no art. 2º da referida lei.

Como até o presente momento não recebemos resposta da STPC/CGU e nem o resultado da consulta da ABC/MRE ao seu departamento jurídico, é prudente a este MDS aguardar manifestação delas para que sejam tomadas as providências necessárias ao cumprimento das recomendações, tendo em vista o papel das instâncias contatadas.

Constatação 1.1.2 – Recomendação 2

Aprimorar o mecanismo de consulta à CGRH pela DPI a respeito da existência de servidor com perfil para o trabalho para o qual pode ser aventado a contratação de consultoria de pessoa física, a partir de parâmetros objetivos que possam mitigar a assimetria informacional entre as duas Unidades.

No sentido de maximizar a objetividade de parâmetros que permitam "mitigar a assimetria informacional entre as duas Unidades", na consulta pela DPI à CGRH sobre existência de servidor com perfil para o trabalho a ser desenvolvido pela consultoria, objeto da Recomendação 2, esta DPI aprimorou o procedimento utilizado. Após análise do Termo de Referência recebido da Secretaria demandante, esta DPI encaminha consulta à CGRH. São compartilhadas as informações referentes ao objeto da contratação e aos requisitos acadêmicos e profissionais que permitem definir o perfil necessário para a execução das atividades técnicas das consultorias, conforme o Termo de Referência elaborado pela área demandante. Serão copiados, nesta mensagem, os servidores responsáveis pela elaboração do TR, que compõem a Comissão de Seleção, instituída por portaria do secretário demandante no boletim interno do MDS. Estes poderão esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir no momento da pesquisa que será realizada pela CGRH. O TR completo não mais seguirá como anexo à mensagem, reforçando, assim, o caráter confidencial do documento até a sua publicação.

Estes procedimentos já estão sendo aplicados desde outubro de 2015.

Constatação 1.1.2 – Recomendação 3

Compartilhar a responsabilidade acerca da certificação da inexistência e da indisponibilidade de pessoal apto aos serviços de consultoria entre as áreas envolvidas na contratação, quando necessário.

Ficou acordado entre esta DPI e a Coordenação-Geral de Recursos Humanos que haveria uma modificação na consulta que visa cumprir o parágrafo 6º do artigo 4º do Decreto nº 5.151, que prevê que "O órgão ou a entidade executora nacional somente proporá a contratação de serviços técnicos de consultoria mediante comprovação prévia de que esses serviços não podem ser desempenhados por seus próprios servidores."

A DPI consulta a CGRH quanto à existência e disponibilidade de servidores no ministério, encaminhando as informações referentes ao objeto da contratação e aos requisitos acadêmicos e profissionais que permitem definir o perfil necessário para a execução das atividades técnicas das consultorias, conforme o Termo de Referência elaborado pela área demandante. A CGRH procede, então, à consulta formal às demais Secretarias e retorna resposta à DPI somente após receber resposta de todas.

O documento de Solicitação de Abertura de Processo seletivo foi revisado para que a Secretaria demandante da contratação de consultor individual, no momento de solicitação de abertura do processo, indique que não tem servidor no perfil disponível para realização das atividades e deverá também fundamentar a contratação em uma das três possibilidades previstas na Cartilha da CGU para Contratação de Consultorias: inexistência de competências que são essenciais para os trabalhos; falta de disponibilidades de competências para realizar o trabalho (ainda que existam) em virtude de alocação dos servidores (que detém a competência) a outras atividades prioritárias; e necessidade intrínseca do "olhar externo" ao órgão para execução das atividades e entrega do produto pretendido. Ainda, foi acrescentado texto em que o/a Secretário/a da área demandante deve afirmar que:

Em acordo com o estabelecido no Decreto 5151/2004, Art. 40, § 10, § 20 e § 90, informo que a realização da atividade de consultoria a ser contratado no Termo de Referência será realizada por meio da entrega de produtos, uma vez que se trata de serviços técnicos especializados que agregarão conhecimento inédito ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, possuindo caráter temporal e sem subordinação jurídica.

Desta forma, entendemos que a Solicitação de Abertura de Processo Seletivo, enviada juntamente com o Termo de Referência, está em acordo com os propósitos dos projetos de cooperação técnica, restritos às hipóteses nas quais haja transferência de conhecimentos ou exista assessoria técnica, a qual, por seu turno, deve compreender atividades de treinamento, consultoria, bem como a aquisição de

bens e contratação de serviços, desde que estes estejam vinculados ao desenvolvimento das ações contidas no acordo básico de cooperação e que não possam executadas pelo próprio órgão pertencente à administração pública federal.

Estes procedimentos já estão sendo aplicados desde outubro de 2015.

<u>Recomendações em aberto referentes ao Projeto BRA/04/046 - Fortalecimento</u> <u>Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS (encerrado):</u>

Implementar sistemática de verificação da devolução, por parte da empresa prestadora de serviços de fornecimento de passagens aéreas, dos valores de passagens faturadas e pagas, correspondentes a trechos que não foram efetivamente utilizados.

O acompanhamento de devolução de valores correspondentes a trechos não utilizados é um desafio para os executores de Projetos junto ao PNUD, uma vez que as informações disponíveis no sistema do organismo não permitem a vinculação de valores de devolução referentes a créditos de passagens emitidas pela companhia contratada pelo organismo (FLYTOUR). Devido a esta deficiência, o sistema do organismo não possibilita realizar o acompanhamento dos valores que são reembolsados, dado que os valores são registrados no sistema em acordo com o montante devolvido pela empresa, ou seja, estes valores de reembolso correspondem a lotes de passagens que não foram utilizadas, não havendo possibilidade de identificar a que passagens não utilizadas eles são referentes.

Este MDS solicitou formalmente ao organismo que realizasse o detalhamento desta informação em seu sistema de gestão do projeto de cooperação. Porém, não houve o atendimento desta solicitação até a presente data. Buscando alternativas para solucionar o problema, esta DPI entrou em contato com a empresa contratada pelo organismo internacional (FLYTOUR) para verificar a possibilidade de acessar informações que permitissem a identificação destes reembolsos. No exame das informações que a empresa dispõe, em final de novembro deste ano, identificou-se um item (voucher de pagamento ao bilhete emitido) que permitiu a esta DPI fazer o cruzamento dos dados constantes nos relatórios da empresa, nos relatórios emitidos pelo sistema desta DPI e no sistema do organismo. Este cruzamento de informações permite rastrear e identificar individualmente os pagamentos de todos os reembolsos de passagens.

Com isso, agora é possível identificarmos tanto o reembolso vinculado ao pagamento realizado a época para este bilhete. Com isto nós identificamos o número da fatura, bem como data de ida e volta, localizador, trecho e nome do beneficiário. Torna-se possível também a soma das parcelas constantes do valor agregado no relatório da empresa (com dados de beneficiário e missão), o que possibilita confrontar estas informações com aquelas agregadas no sistema do organismo.

A sistemática de identificação é a que segue:

- A empresa emite relatório no qual consta a lista de vouchers (correspondentes a bilhetes emitidos pela empresa) de passagens para as quais foram solicitadas as devoluções de valores.
- A DPI identifica as missões e beneficiários vinculados a cada um dos vouchers constantes da lista emitida pela empresa. Com isso é feito o primeiro confronto de informações (verificação se a empresa está devolvendo conforme registros de solicitação da DPI).
- Havendo compatibilidade destas informações é feita a identificação do valor agregado da lista de vouchers encaminhada pela empresa ao PNUD, com o objetivo de identificar um valor idêntico ao deste somatório.

- A partir da identificação deste valor agregado faz-se a verificação de cada um dos vouchers constantes do sistema do organismo (agora é possível verificar se todos os vouchers de devolução encontram-se registrados no sistema).
- No caso de não haver a identificação do valor agregado constante da lista da empresa, faz-se a verificação dos vouchers emitidos e registrados no sistema, para verificar se houve ou não o lançamento do ressarcimento das passagens não utilizadas.

Considerando que o Projeto se encerrou em 31.12.2012, estando em fase de finalização dos aspectos financeiros, confirmar a devolução dos valores já solicitados à empresa Flytour, a exemplo dos PV's indicados nesta constatação.

Após a verificação de testes de eficácia da sistemática de verificação de reembolso de passagens não utilizadas, descrita da resposta da recomendação 1, em 28 de dezembro de 2015, a DPI encaminhou e-mail solicitando à FLYTOUR a emissão de relatório detalhado das devoluções de passagens emitidas no âmbito do Projeto 04/046. Após recebimento do relatório a ser enviado pela Flytour, será feito o trabalho de rastrear beneficiários, missões e valores de cada uma das devoluções constantes do Relatório de Auditoria.

Coordenação Geral de Licitações e Contratos

Em acompanhamento às recomendações emanadas a este Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS pelo Órgão de Controle Interno no exercício de 2015, verificamos 02 (duas) recomendações atendidas, referentes a exercícios anteriores, 03 (três) inclusões decorrentes de auditoria no exercício de 2014 e 03 (três) pendências de exercício anteriores, conforme abaixo.

ATENDIMENTO

Duas recomendações, oriundas dos relatórios referentes aos exercícios de 2011 e 2013, foram atendidas conforme abaixo.

Recomendação 1: Implementar rotinas de trabalho, a fim de estabelecer as condições e os prazos mínimos para a realização do certame licitatório, objetivando substituir os contratos de serviços contínuos que estão com o prazo de vigência de 60 meses expirando.

Providência: Com vistas a mitigar a necessidade de tais prorrogações e auxiliar o gestor/fiscal contratual quanto ao tempo que ele terá para planejar nova contratação, em observância ao entendimento do TCU sobre o tema, passou-se a alertar ao gestor/fiscal e a área demandante sobre o vencimento do prazo de vigência, com antecedência de 180 (cento e oitenta) dias.

Recomendação 2: Criar instrumentos de controle para recebimento de expedientes de solicitação das repactuações dos contratos de terceirização de serviços continuados, fazendo constar, dos autos dos respectivos processos, além do termo de pleito, documento contendo assinatura da autoridade competente, evitando eventuais extravios de oficios com solicitações de repactuações, podendo trazer prejuízos decorrentes do atraso na concessão das repactuações.

Providência: Após a inserção de novas rotinas, adoção da planilha dinâmica de acompanhamento e as alterações do Sistema de Controle de Contratos - SCC, inexistiram no exercício de 2015 concessões de reajustes e repactuações fora do prazo previsto na IN nº 02/2008.

<u>INCLUSÃO</u>

A seguir, três recomendações que foram incluídas no sistema monitor/cgu, decorrentes da auditoria realizada durante exercício de 2014.

Recomendação: 156216: Estabeleça plano de ação diante dos resultados (achados) apresentados para as constatações vinculadas aos componentes de controle (quadro 3), com cronograma e estratégia de implementação, visando a instituição de um manual de gestão e fiscalização de contratos para o MDS; a formalização e atualização do manual de rotinas da CCONT; o aperfeiçoamento do sistema de controle de contratos (SCC) da CCONT; o aprimoramento dos mecanismos de planejamento e transparência da CGLC; e a instituição de programa de capacitação para gestão e fiscalização de contratos; observando os referenciais descritos no quadro 6.

Providência: Quanto ao aprimoramento dos mecanismos de planejamento e transparência da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos-CGLC, com a adoção do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos para o MDS aliado ao Manual de Procedimentos para Aquisição de Bens e Contratação de Serviços esperamos dar maior robustez ao tema, realizando o acompanhamento e monitoramento dos eventos desde a fase de planejamento e aferição dos riscos envolvidos nas atividades de fiscalização de contratos, visando a eliminação/redução dos desvios e assegurar o pleno alcance dos objetivos das contratações na forma inicialmente planejada. Por fim, a CGLC consolidou seu plano anual de capacitação para 2016, o qual foi encaminhado à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MDS.

Recomendação: 156217: Diante das oportunidades de melhoria propostas para os componentes de controle, apresente documento com avaliação do entendimento da Unidade sobre as situações dispostas no (Quadro 4), contemplando as possíveis propostas de implementação com prazo factível, observando os referenciais descritos no quadro 6. Aportar no plano de ação previsto para a recomendação 1 aqueles item com decisão pela implementação.

Providência: Foi encaminhado o Memorando nº 126/2015 – CCONT/CGLC/SAA/SE/MDS à Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA, contendo a análise dos apontamentos e a avaliação quanto ao entendimento da Unidade sobre as situações dispostas no quadro 4, sendo contemplado todas as propostas possíveis de implementação. As ações a serem implementadas por meio do Plano de Ação foram informadas, pela SAA, à Controladoria Geral da União por meio do Sistema Monitor.

Recomendação 156557: Adotar medidas para avaliar a existência e, caso confirmado, buscar administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) nos contratos encerrados mencionados nº 2/2009 e nº 7/2009, firmados com empresas beneficiadas de desoneração da folha de pagamento nos termos da Lei nº 12.546/2012.

Providência: No decorrer da execução dos trabalhos foi impetrado recurso quanto as determinações constantes do Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário (Desoneração da folha de pagamento), sendo acolhido o parecer do Ministério Público e concedido efeito suspensivo aos subitens 9.2 e 9.3, na forma do Despacho exarado pelo Ministro Relator, Raimundo Carreiro, bem como a SLTI/MPOG, órgão central normatizador do sistema SISG, veiculou comunicado dando ciência da suspensão promovida pelo Ministro Relator, informando que após o exame final da matéria pelo Tribunal de Contas da União expedirá orientações aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Nesse contexto, tendo em vista que não há julgamento do recurso pelo Tribunal de Contas da União até o presente momento e que eventuais avaliações e análises a serem realizadas por esta UPC podem ser frustradas se houver acolhimento do recurso, informamos que as análises permanecem sobrestadas até que se dê o exame final da matéria pelo TCU.

PENDÊNCIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Por fim, consignamos a existência de mais 3 (três) recomendações pendentes de atendimento, referentes aos exercícios de 2011 e 2013.

Recomendação: 89821: Apresentar informações acerca da conclusão do processo sancionador nº 71000.070203/2013-34 em desfavor da empresa contratada, visando o ressarcimento ao erário, decorrentes do pagamento de faturas com cobranças irregulares.

Providência: As providências administrativas que cabiam ao MDS, quanto a cobrança de reposição ao erário por parte da empresa UNIQUE RENT A CAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA., esgotaram-se. Dessa forma, foi solicitado junto à Consultoria Jurídica do MDS a inscrição na Dívida Ativa da União, em desfavor da referida empresa, no montante de R\$ 303.571,76 (trezentos e três mil, quinhentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos), a qual se encontra inscrita sob o número 10.6.15.005428-45, Processo nº 0044854.11.2014.4.01.3400, junto a PRU/AGU. A Controladoria-Geral da União-CGU, em 14/01/2016, por meio de e-mail, posicionou-se pelo "Atendimento" da recomendação. Assim, estamos aguardando aprovação e baixa no sistema Monitor Web.

Recomendação: 89822: Apresentar informações acerca da conclusão da apuração de responsabilidade em função das irregularidades decorrentes da condução imprópria na gestão do contrato administrativo nº 19/2007.

Providência: A apuração de responsabilidade em função das irregularidades na condução imprópria na gestão do Contrato Administrativo nº 19/2007 está sendo conduzida pela Corregedoria do MDS, conforme preceitua o art. 7º do Regimento Interno do MDS.

Recomendação: 7702: Adotar providências no sentido de apurar a alíquota percentual de ISSQN (de 5% ou 2% devida pelas empresas Solução Serviços Especializados Ltda. e pelo consórcio MSA, no âmbito, respectivamente, dos Contratos nº 07/2009 e 11/2009, e após conferência e acerto das planilhas de custo de formação de preço, providenciar a alteração contratual e a devolução dos valores pagos a maior.

Providência: O Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria nº 111, de 29.08.2013, apurou o montante de R\$ 606.121,63 a ser restituído ao MDS, tendo sido a empresa notificada em 17.10.2013, conforme Oficio nº 137/2013 – SAA/SE-MDS. Ante a notificação, a empresa apresentou Defesa Prévia em 22.11.2013, a qual foi devidamente analisada pelos Fiscais dos Contratos nº 4, 5, 6 e 7/2009, conforme Memorandos S/Nº, todos de 02.10.2014, os quais opinaram pela compensação do valor devido com as notas fiscais ainda pendentes de adimplemento. Assim, no mês de fevereiro de 2015 foi promovida a respectiva compensação restando um saldo de R\$ 45.818,24 a ser recolhido, resultando no montante atualizado de R\$ 58.789,78.

Notificada da compensação e instada a recolher o saldo atualizado, a empresa Solução Serviços Especializados Ltda. apresentou Recurso Administrativo, o qual já foi analisado e julgado improcedente, restando um saldo atualizado a ser recolhido de R\$ 64.211,84.

Mister informar que, no mês de fevereiro de 2016, a empresa recolheu aos cofres da União, o valor de R\$ 64.211,84 (sessenta e quatro mil, duzentos e onze reais e oitenta e quatro centavos), cuja informação será inserida no sistema monitor da Controladoria-Geral da União – CGU.

No que se refere ao Contrato Administrativo nº 11/2009, esclarecemos que esta unidade já encaminhou a CGU documentação comprobatória demonstrando ter providenciado a devolução dos valores pagos a maior, conforme consta da Nota Técnica nº 2178/DSDES/DS/SFC/CGU-PR.

Observa-se que as recomendações **89821 e 7702** já foram finalizadas e os resultados encaminhados à CGU, momento em que aguardamos a baixa dessas no sistema monitor.

Coordenação Geral de Recursos Humanos

O acompanhamento das recomendações emitidas para a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, relativamente a pessoal, que foram atendidas no exercício de 2015 são as apresentadas abaixo:

Recomendação 142799: Implementar mecanismos de controle que permitam a verificação dos valores percebidos por servidores do órgão, possibilitando a correção mensal do valor da rubrica da GSISTE lançado na folha de pagamento destes servidores, ajustando-o ao limite máximo estabelecido pela legislação, quando for o caso.

Providências: A Coordenação de Gestão de Pessoas - COGEP passou a ser utilizar de planilha contendo o registro individual de 44 servidores que percebem Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal — GSISTE, incluindo os servidores requisitados. Assim, desde a data do apontamento da inconsistência tem-se utilizado este controle para realizar os devidos ajustes de remuneração ao valor máximo da GSISTE.

Recomendação 156833: Adotar os procedimentos necessários para o servidor apontado na Trilha 041 do Sistema Trilhas de Auditoria (Competência 06/2015, UPAG 000000296 - COORDENACAO GERAL DE RECURSOS HUMANOS) restituir ao erário o montante de R\$ 971,23.

Providências: A Coordenação de Gestão de Pessoas - COGEP notificou o ex-servidor em 14 de julho de 2015, do apontamento da Controladoria-Geral da União, no qual se identificou, quando do acerto de seu desligamento, não fora descontado o valor de R\$ 971,23, relativamente a adiantamento de férias.

Em 14 de setembro de 2015, o ex-servidor foi novamente comunicado do débito e informado que a não quitação do débito ensejaria a sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal – CADIN.

Considerando que até 16 de outubro de 2015, o ex-servidor não havia realizado o pagamento da última Guia de Recolhimento da União- GRU, que havia vencido em 30 de setembro de 2015, visto que anteriormente já havíamos encaminhado outras GRU's quando o notificamos; os autos foram encaminhados à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento para inscrição na conta de diversos responsáveis e abertura de tomada de contas especial.

Em 04 de novembro de 2015, os autos retornaram da SPO com o valor atualizado pelo Sistema de débito do TCU ficando ajustado para R\$ 1.024,29.

Em 02 de dezembro de 2015, cumprindo o prazo estabelecido na Lei nº 10.522/2002, o CPF do ex-servidor foi inscrito no CADIN e posteriormente em 23 de dezembro de 2015 foi encaminhado Oficio nº 937/2015/COGEP/CGRH/SAA/SE/MDS, à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional – 1ª Região para providências quanto à inscrição do ex-servidor em dívida ativa, o que ainda não ocorreu, visto que tal procedimento é realizado por aquela Instituição.

Ressalta-se que a constatação identificada pela Trilha trata-se de um caso isolado, visto que os acertos de desligamentos são realizados de forma a evitar falhas como a identificada.

Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

O acompanhamento das recomendações emitidas para a Secretaria-Executiva e para a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, relativamente a pessoal, é realizado por meio de aceso ao Sistema Monitor.

Ainda ficaram pendentes de atendimento, no exercício de 2015, as recomendações apresentadas abaixo:

Recomendação 88740: Recomendamos a adoção de providências no sentido de regularizar a requisição dos outros servidores para o MDS, que se encontram na mesma situação.

Providências: Desde o apontamento da Controladoria-Geral da União o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS adotou procedimentos buscando a regularização das cessões dos servidores de Órgão da Administração Pública Federal.

As solicitações foram encaminhadas por meio de Ofícios às Unidades de Gestão de Pessoas/Recursos Humanos dos diversos órgãos. Atualmente resta pendente de solução o caso da cessão da servidora Angela Cristina Mendes Gonsioroski, pertencente ao quadro de pessoal da Fundação Universidade de Brasília – FUB/UNB.

Houve a regularização das diversas cessões apontadas pela CGU, conforme documentação constante no processo nº 71000.54994/2008-71.

Vale destacar, que a resolução da constatação não depende exclusivamente do MDS, visto que a regularização da cessão deve ser realizada pelos órgãos de origem dos servidores. Atualmente, este Ministério aguarda a publicação do ato que regularizará a cessão da servidora.

Recomendação 156208: Aprimorar o mecanismo de consulta à CGRH pela DPI a respeito da existência de servidor com perfil para o trabalho para o qual pode ser aventado a contratação de consultoria de pessoa física, a partir de parâmetros objetivos que possam mitigar a assimetria informacional entre as duas Unidades.

Providências: O processo de seleção está sendo aperfeiçoado. Inicialmente foi introduzido mecanismo de consulta a todas as unidades organizacionais do MDS, de modo a obter informações sobre a existência ou não de servidores efetivos que possam realizar as atividades previstas para a contratação de consultoria proposta. Além dessa providência, foi estabelecida também regra para contratação de exservidores, os quais somente poderão ser contratados após decorrido seis meses do desligamento.

Adicionalmente se encontra em andamento a implementação de banco de competências e talentos, onde será possível o armazenamento de dados sobre o currículo dos servidores com informações atualmente indisponíveis no SIAPE.

A providência de consulta às unidades do MDS traz uma garantia da inexistência de servidor com o perfil a ser contratado.

A implementação de Banco de competências e talentos, permitirá, ainda, ao MDS conhecer melhor as habilidades de seus servidores, bem como a consulta detalhada a todas as unidades do Ministério. Tais ajustes permitem o aprimoramento dos procedimentos para contratação de consultoria de pessoa física, permitindo ao Gestor atender às demandas com maior segurança.

Recomendação 142798: Providenciar, para o caso concreto, observando a Orientação Normativa SEGEP/MP nº 5, de 21 de fevereiro de 2013, a devida restituição ao erário dos valores pagos

equivocadamente ao servidor, relativamente a pagamento de GSISTE acima do teto estabelecido na legislação.

Providências: Após o apontamento da CGU sobre o pagamento de GSISTE acima do teto estabelecido na legislação, no montante de R\$ 12.035,76, o servidor foi devidamente comunicado da constatação, por meio da Carta nº 72/2015/COGEP/CGRH/SAA/SE/MDS. Entretanto o servidor rechaçou a devolução do valor.

À partir da folha de pagamento de março/2015, foram adotadas providências para que não mais ocorresse pagamento da GSISTE acima do teto estabelecido na legislação.

Na sequência o processo nº 71000.036097/2015-21, foi enviado à Consultoria Jurídica para análise e manifestação quanto à demanda apresentada pelo servidor. A CONJUR manifestou-se pela necessidade de restituição dos valores.

Em 21 de outubro de 2015, o servidor foi comunicado, pela Carta nº 432/2015/COGEP/CGRH/SAA/SE/MDS, sobre a conclusão do parecer da CONJUR, tendo sido solicitado sua manifestação quanto à forma de devolução do débito.

Em 04 de novembro de 2015, o servidor manifestou-se para que a devolução ocorresse na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90.

Dessa forma, o desconto dos valores iniciou-se na folha de pagamento de novembro de 2015.

Recomendação 156834: Adotar os procedimentos necessários para priorizar o andamento e a conclusão do processo administrativo MDS nº 71000.069143/2015-79, que trata de restituição de valores ao erário no montante de R\$ 2.756,64, decorrentes do apontamento realizado na Trilha 027 do Sistema Trilhas de Auditoria (Competência 06/2015, UPAG 296 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos).

Providências: Após o apontamento da CGU sobre o pagamento de GSISTE acima do teto estabelecido na legislação, no montante de R\$ 2.756,64, o servidor foi devidamente comunicado da constatação, por meio da Carta nº 215/2015/COGEP/CGRH/SAA/SE/MDS.

No entanto, o servidor rechaçou a devolução do valor. E a partir da folha de pagamento de julho/2015, o valor pago foi ajustado para que não mais ocorresse pagamento da GSISTE acima do teto estabelecido na legislação.

Na sequência o processo foi enviado à Consultoria Jurídica para análise e manifestação. A CONJUR manifestou-se para que o servidor restituísse os valores.

Em 21 de outubro de 2015, o servidor foi comunicado, pela Carta nº 431/2015/COGEP/CGRH/SAA/SE/MDS, da emissão do parecer da CONJUR e foi solicitado sua manifestação quanto a forma de devolução do débito.

Em 04 de novembro de 2015, o servidor manifestou-se para que a devolução ocorresse na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90.

O referido desconto iniciou-se na folha de pagamento de novembro de 2015.

Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Quadro 25 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

	Tomadas de Contas Especiais							
		Não instaurada	as		In	stauradas		
Casos de dano	Dispensadas		Não remetidas ao TCU					
internas <]	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Recebimento Débito	Arquivamento Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000	Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento indevido de remuneração, quando estava a contratada temporária percebendo auxíliodoença pelo INSS (recebimento cumulativo de remuneração e auxílio-doença) Processo nº 71000.073322/2014-20	23.447,13							
Recebimento indevido de remuneração, quando estava o contratado temporário percebendo auxílio-	74.792,45							
Quando do desligamento do servidor, não foi descontado o adiantamento salarial Processo nº 71000.114272/2015- 29	1.024,29							

Nos casos em que, eventualmente, foram realizados pagamentos indevidos a servidores, empregados públicos ou contratados temporários, em virtude de desligamento desta Pasta, pelos dias não trabalhados e outros valores como adiantamento de gratificação natalina ou férias, são adotadas medidas com o objetivo de se obter o devido ressarcimento aos cofres públicos, destacando-se:

- Envio de Carta, em meio físico e magnético, detalhando a constatação e informando da necessidade de devolução de valores de acordo com a Orientação Normativa nº 5, de 21 de fevereiro de 2013; e
- Encaminhamento da Guia de Recolhimento da União GRU para que seja efetivada a devolução dos valores recebidos indevidamente, com vencimento para o mês subsequente ao ato do desligamento.

Vale destacar que art. 47, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, dispõe que o servidor terá o prazo de 60 (sessenta) dias para efetuar a quitação do débito. Caso não ocorra, é efetivada nova cobrança.

Cabe informar ainda que, nas respectivas correspondências, a CGRH informa aos servidores, empregados públicos ou contratados temporários que a não quitação dos débitos ensejará sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal – CADIN, bem como a inscrição em Dívida Ativa e na conta de diversos responsáveis.

Caso a devolução dos valores seja feita por servidor que tenha requerido vacância, após sua manifestação de que o desconto poderá ser efetuado no novo Órgão, conforme dispõe o art. 46, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é providenciado o encaminhamento do Ofício aquele Órgão, comunicando-o da referida situação.

Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, são realizadas verificações e se houver identificação de casos em que não houve o pagamento do débito são adotadas as providências para abertura de processo de reposição ao erário, o qual é devidamente instruído e encaminhado à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, com vistas à Coordenação de Contabilidade, para atualização dos valores, e posteriormente, se for o caso, a inscrição do CPF do devedor na conta de diversos responsáveis no SIAFI, bem como a necessidade de abertura de processo de tomadas de contas especial.

Quando do retorno dos autos à Coordenação de Gestão de Pessoas – COGEP, esta identifica se o valor do débito é superior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), para assim proceder a inscrição do CPF do devedor no CADIN e realizar a abertura de novo processo a ser enviado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, para a inscrição em dívida ativa.

Nos casos de desligamentos em que há débitos a serem restituídos ao MDS, na margem de 10% (dez por cento) a 12% (doze por cento) sobre o total das movimentações anuais, a Unidade de RH tem envidado esforços no sentido de recuperar os valores por meio dos procedimentos descritos.

Para os casos de ressarcimento ao erário, que não se tratam de devolução de remuneração por desligamento, são adotados os procedimentos estabelecidos na Orientação Normativa nº 5, de 21 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2013, que são:

- Instauração de processo administrativo;
- Levantamento de documentação para compor o processo e justificar a devolução do valor apurado;
- Elaboração de Nota Técnica;
- Notificação do servidor, empregado público ou contratado temporário, dando o prazo estabelecido na citada legislação, para manifestação; e
- Análise jurídica quando for o caso do servidor, empregado público ou contratado temporário rechaçar a devolução, alegando boa fé e a CGRH tenha dúvida quanto a dispensa de devolução por este motivo.

Quando a análise jurídica apresenta parecer favorável para devolução dos valores, a Unidade de RH providencia a comunicação ao interessado para que este apresente manifestação, no prazo de 15

(quinze) dias, sobre a forma do ressarcimento ao Erário, seja em única parcela ou na forma do art. 46, da Lei nº 8.112/90.

Caso a manifestação do interessado para quitação do débito seja nos termos do art. 46, da Lei nº 8.112/90, são adotadas as medidas para o lançamento do débito na folha de pagamento, sendo comunicado ao servidor as providências adotadas.

O acompanhamento da devolução dos débitos é realizada pela Coordenação de Gestão de Pessoas – COGEP. Após a quitação, a documentação comprobatória de devolução dos valores recebidos equivocadamente é apensada ao respectivo processo e arquivado conjuntamente com os assentamentos funcionais do servidor.

Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira-CEOF, responsável pelo pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locação e prestação de serviços, observa as disposições do art. 5º da Lei nº 8.666/93, quando da realização de pagamentos.

Destaca-se que apesar de não terem sido instituídos mecanismos formais de controle, a CEOF procede o controle diário da conformidade documental dos processos de pagamento.

Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Durante o exercício de 2014 foram realizados os levantamentos dos contratos elegíveis e realizada a desoneração de todos aqueles que estavam vigentes à época, conforme informado no Relatório de Gestão de 2014, restando tão somente a realização das análises dos contratos administrativos já encerrados nos 02/2009 e nº 07/2009, firmados entre este Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e as empresas Módulo Security Solutions S/A e Solução Serviços Especializados Ltda., respectivamente.

Ocorre, que ainda no decorrer da execução dos trabalhos foi impetrado recurso quanto às determinações constantes do Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário (Desoneração da folha de pagamento), sendo acolhido o parecer do Ministério Público e concedido efeito suspensivo aos subitens 9.2 e 9.3, na forma do Despacho exarado pelo Ministro Relator, Raimundo Carreiro.

Ressaltamos ainda, que a SLTI/MPOG, órgão central normatizador do sistema SISG, veiculou comunicado dando ciência da suspensão promovida pelo Ministro Relator, informando que após o exame final da matéria pelo Tribunal de Contas da União expedirá orientações aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Nesse contexto, tendo em vista que não há julgamento do recurso pelo Tribunal de Contas da União até o presente momento e que eventuais avaliações e análises a serem realizadas por esta UPC podem ser frustradas se houver acolhimento do recurso, informamos que as análises permanecem sobrestadas até que se dê o exame final da matéria pelo TCU.

Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) mantém desde 20 de outubro de 2011 o contrato nº 27/2011 com a agência de publicidade SLA Propaganda Ltda., para execução das ações de Publicidade de Utilidade Pública. Em outubro de 2015 foi celebrado o 6º Aditivo de renovação do contrato, com vigência até 20/10/2016, no valor estimado de 18.750.000,00 (dezoito milhões setecentos e cinquenta mil reais).

Segue abaixo resumo da execução orçamentária em publicidade durante o exercício de 2015, sendo que foram pagos R\$ 15.127.574,00, conforme demonstrativo de 2015 do MDS:

Quadro 26 – DESPESAS COM PUBLICIDADE

				R\$ 1,00
Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos	Restos a Pagar
Institucional				
Legal				
Mercadológica				
Utilidade pública	2122 — Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 4641 — Publicidade de Utilidade Pública.	10.299.607,00	8.659.746,00	6.467.828,00
Fonte: ASCOM MDS	1			

Cabe registrar que foram cancelados os Restos a Pagar referente ao orçamento de 2011, no valor de R\$ 2.978.429,00, em face de não haver mais despesas referentes ao orçamento em tela.

Os quadros a seguir detalham os serviços realizados em 2015, no valor global de R\$ 10.356.813,16:

SERVIÇOS DE PRODUÇÃO			
PEÇA / SERVIÇO	CAMPANHA	VALOR (R\$)	
Produção de novas funcionalidades Hotsite - DIREITO DO CIDADÃO	Direito do Cidadão	13.193,10	
Criação e reedição de 3 vídeos de 30" - Bolsa Família - 12 nos	Bolsa Família 12 anos	526.336,90	
27 cópias (x3) 24 materiais para link (x3)- para emissoras	Bolsa Família 12 anos	63.017,49	
Locação de 02 (duas) imagens	Bolsa Família 12 anos	1.900,00	
Suas e a Participação Social	Bolsa Família 12 anos	317.897,00	
Tecnologia e Adserver	Bolsa Família 12 anos	30.783,96	
Banners internet	Bolsa Família 12 anos	39.255,57	
Campanha Disque 100	Bolsa Família 12 anos	400.000,00	
Total		1.392.384,02	

MÍDIA – INTERNET			
VEÍCULO	CAMPANHA	VALOR (R\$))	
MSN - nov.	Bolsa Família 12 anos	42.219,54	
IN Globo.com - out	Bolsa Família 12 anos	4.982,77	
IN Globo.com - G 1 Economia- nov.	Bolsa Família 12 anos	28.362,23	
IN Yahoo do Brasil Internet Ltda - nov.	Bolsa Família 12 anos	24.203,20	
IN Yahoo do Brasil Internet Ltda - out.	Bolsa Família 12 anos	2.748,68	
IN Folha de São Paulo - Out	Bolsa Família 12 anos	9.500,00	
IN Folha de São Paulo - Nov	Bolsa Família 12 anos	19.000,01	
IN Estadão.com - nov	Bolsa Família 12 anos	16.154,45	
IN Estadão.com - out.	Bolsa Família 12 anos	8.077,20	
IN Portal Forum - nov.	Bolsa Família 12 anos	2.658,34	
IN Valor Online - out.	Bolsa Família 12 anos	1.583,22	
IN Valor Online - nov.	Bolsa Família 12 anos	10.291,02	
IN Congresso Congresso em Foco - Out	Bolsa Família 12 anos	981,00	
IN Congresso Congresso em Foco - Nov	Bolsa Família 12 anos	1.963,36	
IN _ DCM - Diário do Centro do Mundo-SP - out.	Bolsa Família 12 anos	1.583,35	
IN _ DCM - Diário do Centro do Mundo-SP - nov.	Bolsa Família 12 anos	3.166,66	
IN El País Brasil - nov.	Bolsa Família 12 anos	1.591,99	
IN El País Brasil - out.	Bolsa Família 12 anos	290,84	
IN Jornal GGN - São Paulo/SP nov	Bolsa Família 12 anos	9.803,95	
IN Site Portal Brasileiros - São Paulo/SP -Out	Bolsa Família 12 anos	254,08	
IN Site Portal Brasileiros - São Paulo/SP - Nov	Bolsa Família 12 anos	1.651,62	
IN O Globo - Out	Bolsa Família 12 anos	9.104,13	
IN O Globo - Nov	Bolsa Família 12 anos	18.208,37	
IN Extra - Rio de Janeiro/RJ - Out	Bolsa Família 12 anos	8.233,31	
IN Extra - Rio de Janeiro/RJ - Nov	Bolsa Família 12 anos	16.466,69	
IN Brasil 247 - Out	Bolsa Família 12 anos	1.888,57	
IN Brasil 247 - Nov	Bolsa Família 12 anos	12.275,70	
IN EPP Pragmatismo Político - João Pessoa - Nov	Bolsa Família 12 anos	2.280,00	
IN EPP Pragmatismo Político - João Pessoa - out	Bolsa Família 12 anos	1.140,00	
IN Conversa Afiada - Out	Bolsa Família 12 anos	1.425,00	
IN Conversa Afiada - Nov	Bolsa Família 12 anos	2.850,00	
IN O Cafezinho - Rio de Janeiro/RJ - out	Bolsa Família 12 anos	950,00	
IN O Cafezinho - Rio de Janeiro/RJ - nov	Bolsa Família 12 anos	537,44	

IN Sul 21 - Porto Alegre/RS - out	Bolsa Família 12 anos	413,23
IN Sul 21 - Porto Alegre/RS - nov	Bolsa Família 12 anos	826,52
IN Twitter - out.	Bolsa Família 12 anos	34.829,85
IN Twitter - nov	Bolsa Família 12 anos	12.670,15
IN Facebook- nov.	Bolsa Família 12 anos	47.756,52
IN Facebook - out.	Bolsa Família 12 anos	49.286,09
IN R7 - Out.	Bolsa Família 12 anos	32.357,00
IN R7 - Nov	Bolsa Família 12 anos	10.972,50
IN Portal UOL - nov.	Bolsa Família 12 anos	25.857,10
IN Portal UOL - nov.	Bolsa Família 12 anos	15.732,00
IN Portal UOL - out.	Bolsa Família 12 anos	12.586,03
	Total	509.713,71

MÍDIA – TV ABERTA			
VEÍCULO	CAMPANHA	VALOR (R\$))	
TV Globo NET	Bolsa Família 12 anos	3.530.200,00	
TV Record NET	Bolsa Família 12 anos	1.105.474,43	
TV Record SAT	Bolsa Família 12 anos	276.835,94	
TV SBT NET	Bolsa Família 12 anos	1.162.472,36	
TV SBT SAT	Bolsa Família 12 anos	116.261,37	
TV Band NET	Bolsa Família 12 anos	404.507,57	
TV Band SAT	Bolsa Família 12 anos	40.813,31	
Rede TV - NET	Bolsa Família 12 anos	102.041,60	
Rede TV - SAT	Bolsa Família 12 anos	29.745,16	
TV Brasil	Bolsa Família 12 anos	65.447,10	
Total		6.833.798,84	

MÍDIA – TV FECHADA			
VEÍCULO	CAMPANHA	VALOR (R\$))	
Record News	Bolsa Família 12 anos	142.424,00	
Globo News	Bolsa Família 12 anos	132.197,25	
Band News	Bolsa Família 12 anos	64.606,08	
Mega Pix	Bolsa Família 12 anos	97.978,15	
FOX	Bolsa Família 12 anos	149.685,80	
TNT - set.	Bolsa Família 12 anos	114.812,25	

	Total	856.781,53
Viva	Bolsa Família 12 anos	83.258,00
Space	Bolsa Família 12 anos	71.820,00

MÍDIA – TVS SEGMENTADAS NET			
VEÍCULO	CAMPANHA	VALOR (R\$)	
CNT	Bolsa Família 12 anos	87.400,00	
Canal Esporte Interativo	Bolsa Família 12 anos	38.028,50	
Cine Brasil TV	Bolsa Família 12 anos	19.076,00	
Conexão BR	Bolsa Família 12 anos	2.770,20	
Play TV	Bolsa Família 12 anos	5.122,30	
Rede Aparecida	Bolsa Família 12 anos	45.556,98	
Rede Brasil	Bolsa Família 12 anos	11.257,50	
Rede Gênesis	Bolsa Família 12 anos	8.592,64	
Rede Super	Bolsa Família 12 anos	2.757,89	
Rede Vida	Bolsa Família 12 anos	16.772,25	
Século XXI	Bolsa Família 12 anos	14.080,22	
TV Boa Vontade	Bolsa Família 12 anos	16.850,57	
TV Boas Novas	Bolsa Família 12 anos	20.922,80	
TV Canção Nova	Bolsa Família 12 anos	34.753,15	
TV Gazeta	Bolsa Família 12 anos	33.622,02	
TV Gospel	Bolsa Família 12 anos	10.852,80	
TV Mais	Bolsa Família 12 anos	11.850,30	
Rede Família	Bolsa Família 12 anos	13.049,01	
TV RIT	Bolsa Família 12 anos	7.092,89	
Ulbra	Bolsa Família 12 anos	3.691,67	
Novo Tempo Nacional	Bolsa Família 12 anos	17.627,15	
TV União	Bolsa Família 12 anos	18.006,30	
Total 439.733,14			

MÍDIA – TVS SEGMENTADAS REGIONAIS			
VEÍCULO CAMPANHA VALOR (R\$)			
TV Aldeia	Bolsa Família 12 anos	917,70	
AM TV	Bolsa Família 12 anos	2.161,25	

TV Amazon SAT	Bolsa Família 12 anos	5.165,62
TV Tirandentes	Bolsa Família 12 anos	1.710,00
TV Baiana	Bolsa Família 12 anos	1.402,20
TV Sul Bahia	Bolsa Família 12 anos	15.352,57
TVE Bahia	Bolsa Família 12 anos	2.291,40
Canal 54	Bolsa Família 12 anos	2.684,27
O Povo	Bolsa Família 12 anos	2.884,34
TV Diário	Bolsa Família 12 anos	2.052,00
TV Guarapari	Bolsa Família 12 anos	1.779,70
TV Jataí	Bolsa Família 12 anos	915,04
TV Serra Azul	Bolsa Família 12 anos	728,07
TV UFG	Bolsa Família 12 anos	3.489,48
BH News TV	Bolsa Família 12 anos	3.235,32
NTV - Nossa TV	Bolsa Família 12 anos	2.330,16
Rede Minas de Televisão	Bolsa Família 12 anos	4.561,97
TV Candides	Bolsa Família 12 anos	638,40
TV Educar	Bolsa Família 12 anos	1.938,00
TV Geraes	Bolsa Família 12 anos	814,62
TV Horizonte	Bolsa Família 12 anos	1.044,77
TV Lafaiete	Bolsa Família 12 anos	1.059,85
TV Nova - Monte Carmelo	Bolsa Família 12 anos	471,76
Tv Universitária de Uberlândia	Bolsa Família 12 anos	1.496,25
TV Imaculada Conceição	Bolsa Família 12 anos	478,80
TBO _ TV Brasil Oeste - afiliada CNT	Bolsa Família 12 anos	1.111,50
TV Grão Pará	Bolsa Família 12 anos	1.383,20
TV Nazaré	Bolsa Família 12 anos	1.409,04
TV Funcomarte	Bolsa Família 12 anos	2.278,57
TV Rede Estação	Bolsa Família 12 anos	4.382,27
TV Meio Norte	Bolsa Família 12 anos	2.080,50
Tv Fundação canal 20	Bolsa Família 12 anos	3.648,00
Foz TV	Bolsa Família 12 anos	269,23
RTV Canal 38	Bolsa Família 12 anos	399,00
TV Alvorada	Bolsa Família 12 anos	1.420,25
TV Carajás	Bolsa Família 12 anos	1.295,55
TV Mercosul	Bolsa Família 12 anos	3.843,22

TV Transamérica	Bolsa Família 12 anos	413,25
TV UP	Bolsa Família 12 anos	1.047,37
TV Vila Velha	Bolsa Família 12 anos	632,02
Cabo Frio TV	Bolsa Família 12 anos	798,00
Costa Azul TV	Bolsa Família 12 anos	2.131,80
Luau TV	Bolsa Família 12 anos	2.048,20
Nova TV	Bolsa Família 12 anos	641,25
Rede NGT	Bolsa Família 12 anos	6.555,00
Rede Petrópolis	Bolsa Família 12 anos	798,00
Tere TV	Bolsa Família 12 anos	1.097,25
TV A	Bolsa Família 12 anos	46,07
TV Cidade - Canal 9 Teresópolis	Bolsa Família 12 anos	798,00
TV Metropolitano	Bolsa Família 12 anos	912,00
TV COM RS	Bolsa Família 12 anos	5.588,28
TV ljuí	Bolsa Família 12 anos	581,87
TV Urbana	Bolsa Família 12 anos	3.097,92
Fish TV	Bolsa Família 12 anos	2.166,00
TVE	Bolsa Família 12 anos	1.933,25
Ar TV	Bolsa Família 12 anos	1.751,04
TV Canal 24 horas	Bolsa Família 12 anos	1.074,45
Com SC	Bolsa Família 12 anos	319,20
TV Galega	Bolsa Família 12 anos	868,81
TV MCA	Bolsa Família 12 anos	300,10
TV Mocinha	Bolsa Família 12 anos	245,10
TV Primavera	Bolsa Família 12 anos	2.339,28
TV Sul Brasil	Bolsa Família 12 anos	2.885,62
Canal 20	Bolsa Família 12 anos	660,61
TVBE	Bolsa Família 12 anos	937,65
Alpha Channel	Bolsa Família 12 anos	513,00
TV Ativa Beira Rio	Bolsa Família 12 anos	6.792,50
Ideal TV	Bolsa Família 12 anos	4.377,60
Nova TV	Bolsa Família 12 anos	605,62
Rede NGT	Bolsa Família 12 anos	5.899,50
TV Altiora	Bolsa Família 12 anos	1.083,00
TV Cultura	Bolsa Família 12 anos	98.952,00

	Total	258.811,55
TVT	Bolsa Família 12 anos	5.966,19
TV Rede Paulista	Bolsa Família 12 anos	6.830,88

MÍDIA – TVS COMUNITÁRIAS							
VEÍCULO	CAMPANHA	VALOR (R\$)					
TV Manaus	Bolsa Família 12 anos	836,00					
TV Cidade Livre	Bolsa Família 12 anos	1.045,00					
TV Ambiental	Bolsa Família 12 anos	1.316,70					
TVC BH	Bolsa Família 12 anos	2.090,00					
TV Conexão Gerais	Bolsa Família 12 anos	1.609,30					
TV Caravelas	Bolsa Família 12 anos	940,50					
TV Banqueta	Bolsa Família 12 anos	1.254,00					
TV Sete Lagoas	Bolsa Família 12 anos	1.843,38					
TV Mais	Bolsa Família 12 anos	2.023,12					
TV COM Capivaribe	Bolsa Família 12 anos	815,10					
TV COM Cascavel	Bolsa Família 12 anos	344,85					
TV Social Foz	Bolsa Família 12 anos	307,23					
TV COM Marechal	Bolsa Família 12 anos	292,60					
TV Vila Imperial	Bolsa Família 12 anos	1.881,00					
RBM TV	Bolsa Família 12 anos	1.956,24					
TVC Rio	Bolsa Família 12 anos	1.881,00					
Cidade de Bento Gonçalves	Bolsa Família 12 anos	1.008,97					
TV Caxias	Bolsa Família 12 anos	877,80					
TV Novo Hamburgo	Bolsa Família 12 anos	819,28					
POA TV	Bolsa Família 12 anos	937,36					
TV Santa Maria	Bolsa Família 12 anos	802,56					
TV Floripa	Bolsa Família 12 anos	956,38					
TV Babitonga	Bolsa Família 12 anos	695,97					
TV IN	Bolsa Família 12 anos	1.839,20					
TV Circulando	Bolsa Família 12 anos	2.053,63					
TVC Bauru	Bolsa Família 12 anos	1.956,24					
TV Alpha	Bolsa Família 12 anos	470,25					
RTV	Bolsa Família 12 anos	1.504,80					

	Total	65.590,37
TVC Votorantim	Bolsa Família 12 anos	1.757,69
TV Taubaté	Bolsa Família 12 anos	2.173,60
TSTV	Bolsa Família 12 anos	2.106,72
COM Sorocaba	Bolsa Família 12 anos	1.711,71
TV COM - São Vicente	Bolsa Família 12 anos	1.755,60
TV COM SP	Bolsa Família 12 anos	1.254,00
TV da Cidade	Bolsa Família 12 anos	564,30
TV Em Cena	Bolsa Família 12 anos	1.828,75
TV COM - Santos	Bolsa Família 12 anos	1.755,60
Cidade Livre - Rio Claro	Bolsa Família 12 anos	2.090,00
TV COM - Praia Grande	Bolsa Família 12 anos	1.755,60
Cidade de Pinhamonhangaba	Bolsa Família 12 anos	1.086,80
TV Vale das Artes	Bolsa Família 12 anos	1.871,59
TV Osasco	Bolsa Família 12 anos	2.106,72
TV Comunitária de Marília	Bolsa Família 12 anos	2.037,75
TVC Jaú	Bolsa Família 12 anos	428,45
TVI	Bolsa Família 12 anos	1.561,23
TV Guarulhos	Bolsa Família 12 anos	1.881,00
TV da Cidade	Bolsa Família 12 anos	1.504,80

ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I – Relatório de Licitações/Pregões concluídos em 2015¹

Pregão	N.º Processo	Objeto Resumido	Valor Homologado
Pregão 07/2014	71000.082843/2013-97	Balanças e Antopometros	Pregão Revogado
Pregão 34/2014	71000.009165/2014-07	Recepcionista	R\$ 474.297,02
Pregão 39/2014	71000.058.423/2014-71	KIT Capacita SUAS	R\$ 1.440.000,00
Pregão 45/2014	71000.007301/2014-16	Monitoramento de Mídias Televisivas	Pregão Revogado
Pregão 46/2014	71000.007302/2014-61	Monitoramento de Mídias Jornais	Pregão Revogado
Pregão 48/2014	71000.007303/2014-13	Monitoramento de Mídias Rádios	R\$ 37.800,00
Pregão 01/2015	71000.068.533/2014-41	Cartão de Visitas (SRP)	R\$ 11.904,00
Pregão 02/2015	71000.092649/2014-09	Ventiladores (SRP)	R\$ 26.861,00
Pregão 03/2015	71000.045437/2014-24	Persianas (SRP)	R\$ 1.003.440,00
Pregão 04/2015	71000.011687/2014-61	Licenças Autocad	R\$ 91.590,00
Pregão 05/2015	71000.018835/2014-61	Aquisição de Mochilas	Pregão Revogado
Pregão 06/2015	71000.129888/2014-13	Telefones (SRP)	R\$ 20.000,00
Pregão 07/2015	71000.007432/2014-01	Câmeras	R\$ 47.000,00
Pregão 08/2015	71000.030701/2015-14	Evento Congemas	R\$ 40.000,00
Pregão 09/2015	71000.090650/2014-91	Material de consumo (SRP)	R\$ 146.291,15
Pregão 10/2015	71000.110453/2014-03	Segurança Alimentar / Belém PA	R\$ 214.440,00
Pregão 11/2015	71000.003709/2014-19	Locação de Veículos	Pregão Revogado
Pregão 12/2015	71000.122899/2014-72	Impressão Corporativa	R\$ 747.960,00
Pregão 13/2015	71000.000723/2014-61	Transporte de Carga (SRP)	R\$ 373.845,00
Pregão 14/2015	71000.020221/2015-37	Conferência nacional Porto Alegre	R\$172.567,66

 $^{^{1}}$ O Pregão 28/2015 não foi concluído em 2015.

Pregão	N.º Processo	Objeto Resumido	Valor Homologado				
Pregão 15/2015	71000.098057/2014-92	Expansão Appliance Teradata (SRP)	R\$ 560.000,00				
Pregão 16/2015	71000.129838/2014-36	Licenças Microsoft	R\$ 1.542.631,52				
Pregão 17/2015	71000.030603/2015-79	Conferência nacional São Paulo	R\$ 85.650,00				
Pregão 18/2015	71000.049413/2015-25	IX Encontro Nacional SUAS	R\$ 357.000,00				
Pregão 19/2015	71000.007182/2015-82	Revisão Ortográfica	R\$ 23.019,98				
Pregão 20/2015	71000.123172/2014-11	Oficina Pacto Alimentação	R\$ 79.499,00				
Pregão 21/2015	71000.049381/2015-68	Aquisição de peças grupo gerador	R\$ 3.036,08				
Pregão 22/2015	71000.062115/2015-21	Vacinas (SRP)	R\$ 22.022,40				
pregão 23/2015	71000030606/2015-11	Encontro São Luís	R\$ 79.995,00				
Pregão 24/2015	71000.040428/2015-28	Evento MAM-RJ	R\$ 37.900,00				
Pregão 25/2015	71000.110504	5ª Conferência	Pregão Revogado				
Pregão 26/2015	71000.069035/2015-04	Serviço de Carregador	R\$ 358.642,47				
Pregão 27/2015	71000.016148/2015-07	Hds interno e externo	R\$ 16.840,00				
Pregão 29/2015	71010.000779/2015-87	X conferência nacional assistencia	R\$ 2.284.997,72				
Pregão 30/2015	71010.000854/2015-18	Material de consumo	R\$ 58.772,50				
Pregão 31/2015	71000.045437/2014-24	Serviço de Libras	R\$ 140.800,00				
Pregão 32/2015	71000.106651/2015-45	Gasolina	R\$ 57.998,92				
Pregão 33/2015	71000.105392/2015-35	Locação de Veiculos - Nordeste	R\$ 59.952,00				
Valor Total Homo	Valor Total Homologado						

Anexo II – Relatório de Dispensa de Licitação²

Processo	Disp. N°	Objeto	Qtd.	Empresa	Enquadramento	Valor Total
71000.068618/2014-29	1	Aquisição de café orgânico. Obs. Procedimento adotado por meio da Chamada Pública n.º 02/2014.	680	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região COOPFAM CNPJ 06.238.484/0001-98	Art. 17 da Lei 12.512 de 14/10/2011	R\$ 18.700,00
71000.010575/2015-73	2	Aquisição de campainha sem fio.	1	RGN - Som Eletrônica e Informática Ltda CNPJ 05.428.208/0001-20	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 554,00
71000.016009/2014-94	3	Fornecimento de uniformes.	1	Augemodas Alfaiataria e Confecções Ltda CNPJ 00.483.974/000173	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 7.460,60
71000.015619/2015-51	4	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos pertencentes à frota do MDS.	1	Laicom Comércio e Serviços Ltda - ME CNPJ 00.850.172/0001-54	Artigo 24, Inciso XI da Lei n.º 8.666/93	R\$ 65.887,00
71000.016152/2015-67	5	Aquisição de 02 (dois) banners.	2	Giga Banner Comunicação Visual e Sinalização Ltda-ME CNPJ 10.213.872/0001-91	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 198,00
71000.040414/2015-12	6	Contratação de serviço de inserção de legenda em vídeos.	1	SAID Locação de Equipamentos p/ Tradução Simultânea e Sonorização Ltda - ME CNPJ 03.892.339/0001-38	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 4.200,00
71000.045932/2015-14	7	Contratação deserviço de locação de 02 (dois) veículos em Recife/PE.	1	SENCONSULT - Locação de Veículos e Construção Ltda CNPJ 40.888.380/0001-67	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 5.000,00
71000.045948/2015-27	8	Contratação de empresa para locação de um veículo em Maceió-AL.	1	KID Auto Peças Ltda - EPP CNPJ 11.917.929/0001-04	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 1.700,00
71000.0045642/015-54	9	Aquisição de 2.000 capas de processos e 5.000 plástico reprografia.	7.000	Antônio Oliveira dos Santos Papelaria - ME (Papelaria Polarte) CNPJ 72.633.753/0001-45	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 1.690,00

Dispensa de Licitação nº 12, foi revogada - A EBC solicitou a descontinuidade do serviço, conforme despacho às fls. 152 do Processo nº 71000.016232/2015-12.

					1	
Processo	Disp. N°	Objeto	Qtd.	Empresa	Enquadramento	Valor Total
71000.110372/2014-03	10	Contratação do fornecimento de energia elétrica.	12	CEB Distribuição S.A. CNPJ 07.522.669/0001-92	Artigo 24, Inciso XXII da Lei n.º 8.666/93	R\$ 150.000,00
71000.038901/2015-15	11	Leitor de código de barras.	6	Microchard Informática Ltda - ME CNPJ 38.025.151/0001-77	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 829,00
71000.016232/2015-12	12	Contratação de prestação de serviço de Monitoramento de Notícias	1	Empresa Brasil Comunicação - EBC CNPJ: 09.168.704/0001-42	Art. 8°, Inciso II da Lei n° 11.652	Dispensa Revogada
71000.075559/2015-26	13	Aquisição de 20 (vinte) fitas backup.	20	MVS Cartuchos Ltda - ME CNPJ: 09.358.717/0001-84	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 2.800,00
71000.049367/2015-64	14	Contratação de serviços técnicos de elaboração de Laudo de Avaliação de Imóvel Urbano.	1	Avalor Engenharia de Avaliações Ltda CNPJ: 13.016.939/0001-96	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 4.790,00
71000.055453/2015-14	15	Contratação de empresa para imprimir a publicação "Caderno de Resultados Mulheres - 2011 a Junho de 2015 - Plano Brasil Sem Miséria".	5.000	Athalaia Gráfica e Editora Ltda CNPJ: 02.717.866/0001-43	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	RS 7.100,00
71000.060062/2015-11	16	Aquisição de café orgânico. Obs. Procedimento adotado por meio da Chamada Pública n.º 01/2015.	2.040	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região - COOPFAMCNPJ 06.238.484/0001-98	Art.17° da Lei n° 12.512	R\$ 60.792,00
71000.016305/2015-76	17	Aquisição de material de consumo (pilhas e baterias).	600	Mult-Itens Comércio de Artigos de Papelaria Ltda - EPP CNPJ 02.475.844/0001-14	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 2.394,00
71000.049387/2015-35	18	Contratação de serviço de fornecimento, retirada e colocação de divisórias Naval.	1	Espaço & Forma Móveis e Divisórias Ltda CNPJ 37.977.691/0007-83	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 2.674,40
71000.095797/2015-58	19	Contratação de fornecimento energia elétrica.	1	CEB Distribuidora S.A. CNPJ: 07.522.669/0001-92	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 45.000,00
71000.104235/2015-11	20	Contratação de empresa para apoio a evento.	1	Munchen Eventos Eireli-EPP CNPJ: 06.043.481/0001-07	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 5.640,00
71000.092963/2014-83	21	Locação de imóvel comercial.	1	CLX – Incorporadora Ltda CNPJ: 10.331.891/0001-12	Art. 24°, Inciso X da Lei n° 8.666/93	R\$34.080.000,00
71000.114279/2015-41	22	Aquisição de 500 (quinhentos) botons.		L. H. Fotos e Produções Ltda- ME CNPJ: 03.430.244/0001-00	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 2.100,00
71000.016232/2015-12	23	Contratação de prestação de serviço de Monitoramento de Notícias.	1	Empresa Brasil Comunicação - EBC CNPJ: 09.168.704/0001-42	Art. 8°, Inciso II da Lei n° 11.652	R\$ 17.020,56

Processo	Disp. N°	Objeto	Qtd.	Empresa	Enquadramento	Valor Total
71000.095815/2015-00	24	Aquisição de 15 (quinze) aparelhos telefônicos sem fio.	15	Tec'Mix Distribuidora, Comércio e Serviços de Eletroeletrônicos Eireli – ME CNPJ: 21.034.428/0001-25	Artigo 24, Inciso II da Lei n.º 8.666/93	R\$ 2.835,00
Valor total						R\$ 34.506.385,12

Anexo III – Relatório de Adesões a Atas de Registro de Preços Finalizadas em 2015

Mês	Processo	Área Solicitante	Objeto	Órgão/Pregão/ Ata	Empresa	Valor Total
Fevereiro	71000.007183/2015-27	SAGI	Contratação de empresa especializada em revisão textual.	Secretaria Geral da Presidência da República. Pregão nº 78/2014	909 Comunicação e Publicidade - LTDA CNPJ 13.486.315/0001- 32	R\$ 2.600,00
Março	71000.018338/2015-51	GAB	Realização do evento: "XXI Reunião do Conselho do Instituto Social do MERCOSUL - CISM", em 24/03/2015- Brasília-DF.	ELETROBRÁS Pregão nº 721/2014	FOX Produções Ltda CNPJ 07.443.954/0001- 18	R\$ 16.831,50
Abril	71000.012319/2015-11	CNAS	Realização do evento: Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS, a realizar-se no dia 16 /04/2015-Brasília/DF.	ELETROBRÁS Pregão nº 721/2014	FOX Produções Ltda CNPJ 07.443.954/0001- 18	R\$ 45.905,00
Abril	71000.055504/2015-08	GM	Contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de locação de veículos (Regiões Norte, Centro-Oeste e Sul).	Ministério da Educação MEC Pregão nº 52/2014	Marajó Locação e Serviços Ltda CNPJ 63.859.961/0001- 76 Abril Tour Viagens e Turismo Ltda-ME CNPJ 37.287.521/0001- 81	R\$ 146.800,00
Abril	71000.041933/2015-90	GM	Contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de locação de veículos (Região Nordeste).	Ministério da Educação MEC Pregão nº 52/2014	Logcon Ltda CNPJ 10.293.076/00041- 06	R\$ 65.020,00

Mês	Processo	Área Solicitante	Objeto	Órgão/Pregão/ Ata	Empresa	Valor Total
Abril	71000.045950/2015-04	SNAS	Prestação de serviços de consultoria de modelagem de processos organizacionais.	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Pregão n°06/2014. Ata n°03/2014. Lote:04	ELOGROUP Desenvolvimento e Consultoria CNPJ 08.670.505/0001- 75	R\$ 379.221,30
Junho	71000.016250/2015-02	ASCOM	Realização do evento: "Reuniões do MERCOSUL: Presidência Pro Tempore Brasileira 2015", de 17 a 19/06/2015- Brasília-DF.	Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS Pregão n° 33/2014	Viver Representações, Turismo, Assessoria e Consultoria Ltda CNPJ 04.274.005/0001-63	R\$ 37.969,00
Julho	71000.021347/2015-29	SESAN	Realização do evento: "Oficina Regional de Bancos de Alimentos", de 22 e 23/07/2015-São Paulo.	Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS Pregão n° 33/2014	AMBP Promoções e Eventos Empresariais LTDA CNPJ 08.472.572/0001- 85	R\$ 37.988,00
Novemro	71000.022010/2014-58	DTI	Fornecimento de soluçõesem redes sem fio (wirelless/wifi).	Fundação Universidade de Brasília- UNB Pregão nº 86/2014 Ata do Registro de Preços nº 240/2014	NCT- Núcleo de Tecnologia e Conhecimento em Informática Ltda CNPJ 03.017.428/0001- 35	R\$ 808.180,00
Novembro	71000.09554/2015-41 al Geral	DTI	Aquisição de novas licenças e suporte para o Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) Oracle.	Engenharia, Construções e Ferrovias - VALEC Pregão nº 02/2015 Ata do Registro de Preços nº 01/2015	NCT- Núcleo de Tecnologia e Conhecimento em Informática Ltda CNPJ 03.017.428/0001- 35	R\$ 1.639.200,00 R\$ 3.179.714,80

Anexo IV – Relatório de Inexigibilidade - Artigo 25 da Lei Nº 8.666/93

Processo	Inex. N°	Objeto	Qtd.	Empresa	Enquadramento	Valor Total
71000.36114/2015-21	1	Contratação da empresa para prestação de serviços de assinatura dos periódicos: Web Licitações e Contratos, Orientação por escrito em Licitações e contratos e Leianotada.com.	1	Zênite Informação e Consultoria S/A CNPJ 86.781.069/0001-15	Artigo 25, Inciso I da Lei Nº 8.666/93	R\$ 7.492,50
71000.132141/2014-42	2	Contratação de serviço continuado de assistência técnica com suporte técnico especializado para manutenção corretiva e preventiva, para os equipamentos do tipo STORAGE - HITACHI VIRTUAL STORAGE PLATAFORM.	12	Hitachi Data Systems do Brasil Ltda CNPJ 86.781.069/0001-16	Caput do Artigo 25 da Lei Nº 8.666/93	R\$ 281.400,00
71000.047843/2015-11	3	Contratação de serviço continuado de assistência técnica com suporte técnico especializado para manutenção corretiva e preventiva, para o equipamento do tipo IBM Z10 BC 2098-E10.	12	IBM Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda CNPJ 33.372.251/0001-56	Caput do Artigo 25 da Lei Nº 8.666/93	R\$ 360.324,12

Processo	Inex.	Objeto	Qtd.	Empresa	Enquadramento	Valor Total
71000.068320/2015-08	4	Prestação de serviço continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, e venda de produtos por parte da Empresa de Correios e Telégrafos - ECT.	12	Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos - ECT CNPJ 34.028.316/0007-07	Caput do Artigo 25 da Lei Nº 8.666/93	R\$ 2.094.571,32
Valor Total	1	,				R\$ 2.743.787,94

ANEXO V – RELATÓRIO DOS CONTRATOS VIGENTES EM 2015 <u>EXCETO</u> TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Quantidade	Contrato		Processo	Contratada	Objeto	Início	Término	Valor global vigente
	n°	ano	Número	Empresa		Data	Data	Último valor vigente
1	39	1999	71000.520252/2008-64	Stylos Engenharia LTDA	Locação de imóvel edificio ômega - SEP/Norte, Quadra 515, Lote 2, Bloco B	27/04/1999	30/06/2016	R\$ 4.556.826,97
2	31	2005	71000.002426/2005-69	Irmãos Sarkis Ltda	Locação de imóvel saf/sul	08/09/2005	08/03/2016	R\$ 2.627.557,38
3	34	2007	71000.008756/2006-49	Conbral-par empreendimentos e participações ltda	Locação de imóvel localizado no saan, qd.4, lote 916 - asa norte	16/10/2007	17/10/2016	R\$ 726.702,92
4	49	2009	71000.548663/2008-14	WR Comercial de Alimentos e Serviços Ltda	Copeiragem, com o fornecimento de material de consumo e equipamentos	24/11/2009	31/01/2015	R\$ 4.627.814,52
5	16	2010	71000.104071/2009-75	Transfer Logística e Transportes Especiais	Manuseio de correspondências	03/05/2010	03/05/2015	R\$ 817.096,20
6	D21	2010	71000.001833/2010-16	Companhia Energética de Brasília - CEB Distribuição S/A	Fornecimento de energia elétrica ao Edificio FNAS - SAF/Sul	03/05/2010	03/05/2015	R\$ 140.595,00
7	35	2010	71000.004915/2009-89	Escritório de Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer Ltda	Elaboração e fornecimento dos projetos arquitetônicos - Anexo Bloco C	20/07/2010	20/10/2015	R\$ 3.231.470,08
8	27	2010	71000.000408/2010-18	ECT - Empresa de Correios e Telégrafos	Execução de serviços de produtos dos Correios	13/10/2010	13/10/2015	R\$ 6.032.876,96
9	D60	2010	71000.103877/2010-80	CEB Distribuição S.A.	Fornecimento de energia elétrica ao Edificio SAAN	29/10/2010	29/10/2015	R\$ 44.341,50
10	1	2011	71000.012019/2010-27	RCS Tecnologia Ltda	Engenharia de manutenção predial	13/01/2011	13/01/2017	R\$ 1.097.394,89
11	6	2011	71000.047760/2010-17	Works Construção e Serviços LTDA	Apoio administrativo e atividades auxiliares para MDS	07/02/2011	07/02/2016	R\$ 25.796.249,75
12	11	2011	71000.018481/2011-19	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	· ·	04/04/2011	11/03/2015	R\$ 41.740,03
13	13	2011	71000.018480/2011-74	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	Fornecimento de água e rede de esgoto ao Edificio Ômega	02/05/2011	indeterminad o	R\$ 146.779,70
14	15	2011	71000.012008/2010-47	Over Elevadores LTDA	Engenharia de manutenção preventiva e corretiva de elevadores	11/05/2011	11/05/2016	R\$ 9.476,50
15	14	2011	71000.103957/2010-35	Dígitro Tecnologia Ltda	Manutenção das centrais privadas de comutação telefônica	16/05/2011	16/05/2016	R\$ 229.000,00

				Companhia de Saneamento	Alestosius de la forma			
16	23	2011	71000.060348/2011-65	Ambiental do Distrito Federal - CAESB	Abastecimento de água e esgoto SAAN	06/09/2011	indeterminad o	R\$ 55.095,42
17	27	2011	71000.124771/2010-10	SLA Propaganda Ltda	Publicidade	20/10/2011	20/10/2016	R\$ 18.750.000,00
18	18	2011	71000.060358/2011-09	Claro S.A.	Serviço Telefônico Fixo Comutado contínuo	31/10/2011	31/10/2016	R\$ 138.699,50
19	37	2012	71000.003768/2012-25	Gelso Antonio Lorenzi EPP	Inspeção e manutenção de extintores	07/08/2012	07/08/2016	R\$ 12.226,20
20	39	2012	71000.047434/2012-63	Investcar Veiculos LTDA	Locação de veículos de pequeno, médio e grande porte	10/08/2012	10/08/2016	R\$ 295.666,25
21	46	2012	71000.033518/2012-10	Banca Opção Comércio de Jornais e Revistas	Fornecimento e distribuição diária de jornais e revistas e impressos.	21/09/2012	21/09/2016	R\$ 121.664,06
22	59	2012	71010.000543/2011-17	Realy produções e eventos ltda ME	Acompanhamento taquigráfico e registro de reuniões com gravação e degravação de cd, dvd etc.	26/11/2012	26/11/2016	R\$ 731.108,84
23	4	2013	71000.077871/2011-21	Sefix Empresa de Segurança Ltda.	Vigilância Armada e Desarmada	01/02/2013	01/02/2017	R\$ 2.013.980,52
24	8	2013	71000.041831/2012-21	Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC	Publicidade legal	16/03/2013	16/03/2016	R\$ 324.672,00
25	17	2013	71000.025149/2013-72	Call Tecnologia e serviços ltda.	Telemarketing destinados à central de relacionamento do MDS	16/05/2013	14/08/2016	R\$ 14.178.597,64
26	21	2013	71000.017763/2012-80	Informe Comunicação Integrada SS Ltda.	Assessoramento em comunicação e imprensa e relações públicas	11/06/2013	11/06/2016	R\$ 12.187.999,25
27	24	2013	71000.030609/2013-84	Alvorada Serviços de Reformas em Geral ltda.	Carregadores para móveis e equipamentos em geral	16/07/2013	05/01/2016	R\$ 384.719,22
28	26	2013	71000.061285/2012-45	Consórcio Claro Embratel	Serviço de telefonia móvel pessoal	24/07/2013	24/07/2015	R\$ 556.842,36
29	34	2013	71000.014600/2013-26	NAR Comercial de Peças para Veículos Eireli - ME	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, da frota do MDS	01/10/2013	13/01/2015	R\$ 65.877,00
30	35	2013	71000.032480/2013-49	Rural Rental Service Ltda - EPP	Locação de veículos, incluindo combustível e motorista - SE	17/10/2013	17/10/2015	R\$ 55.906,00
31	37	2013	71000.067610/2012-83	SOS Comunicação e Marketing Ltda	Gestão da informação - tratamento contínuo de acervo	31/10/2013	31/10/2015	R\$ 4.723.847,12
32	38	2013	71000.070232/2013-04	Turin Viagens Ltda	Agenciamento de Viagens	05/11/2013	05/11/2015	R\$ 10.574.500,00
33	46	2013	71000.028886/2012-46	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap	Assessoria e consultoria técnica dos projetos arquitetônicos dos anexos aos Bloco C	20/11/2013	20/11/2016	R\$ 417.337,60
34	48	2013	71000.017865/2012-03	J & M Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda - EPP	Televisão por assinatura, com 10 pontos	26/11/2013	26/11/2016	R\$ 40.272,00
35	49	2013	71000.059325/2012-99	Rover Administração e serviços Eireli	Limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais	03/12/2013	03/12/2016	R\$ 1.298.053,11

36	53	2013	71000.107621/2013-94	Global Village Telecom S.A GVT	Serviço telefônico Fixo Comutado na modalidade Local, através de entroncamento digital	31/12/2013	31/12/2016	R\$ 318.288,00
37	5	2014	71000.023845/2013-44	Tikinet Edição Ltda - EPP	Revisão ortográfica, gramatical e de semântica de textos em português	05/02/2014	05/02/2015	R\$ 22.780,00
38	10- A	2014	71000.042874/2013-13	Carmona & Teixeira Ltda ME	Chaveiro, com reposição de peças	27/02/2014	27/02/2016	R\$ 45.820,00
39	2	2014	71000.001056/2013-52	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	Realização da Segunda Pesquisa de Entidades da Assistência Social Privadas sem fins lucrativos	19/03/2014	28/02/2015	R\$ 1.650.702,00
40	17	2014	71000.014622/2013-96	GL Transportadora e Serviços Ltda - ME	Transporte de pessoas, documentos, encomendas, por meio de veículos básicos e executivos, aferidos por km incluindo combustível, motorista e encargos - DF e entorno	04/04/2014	04/04/2016	R\$ 1.724.516,69
41	38	2014	71000.009126/2014-00	W&E Serviços Técnicos Ltda EPP	Controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização das dependências do MDS	23/05/2014	23/05/2016	R\$ 9.976,00
42	43	2014	71000.021944/2014-72	Cliama Clínica de atendimento psicológico a crianças especiais ltda	Atendimento médico especializado - Suelaine Moreira da Costa	05/06/2014	05/06/2016	R\$ 74.529,35
43	45	2014	71000.096008/2013-34	Centro de Integração Empresa Escola - CIEE	Serviço de colocação de estagiários	10/06/2014	09/06/2016	R\$ 11.890,08
44	48	2014	71000.093075/2013-05	Oi S.A.	Serviços telefônico fixo comutado (STFC) modalidade Discagem Gratuita (DDG) - 0800	16/06/2014	16/06/2016	R\$ 3.711.906,90
45	49	2014	71000.007787/2014-92	São Jorge Gráfica e Tecnologia Ltda	Serviços gráficos (impressões, folhetos, cartazes, folders, revistas, livros, blocos, entre outros) - Maior desconto	17/06/2014	16/06/2015	R\$ 5.928.672,18
46	53	2014	71000.068571/2013-12	Stamm Transportadora e Logística Ltda ME	Transporte rodoviário de carga, local, intermunicipal e interestadual compreendendo bens patrimoniais, veículos automotores e demais objetos do MDS e servidores	25/07/2014	24/07/2015	R\$ 460.996,31
47	63	2014	71000.088487/2013-15	Phd Ar condicionado Ltda	Fornecimento e instalação de condicionadores de ar, tipo split e janela, incluindo assistência técnica	14/08/2014	13/08/2015	R\$ 179.000,00
48	60	2014	71010.000021/2014-68	Unicurso União de Cursos Educacional e Capacitação Profissional Ltda ME	Interpretação de serviços de intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras durante as reuniões do CNAS	09/09/2014	01/09/2015	R\$ 152.800,00
49	61	2014	71000.081903/2014-35	Elogroup Desenvolvimento e Consultoria Ltda	Consultoria para modelagem de processos organizacionais	10/09/2014	09/03/2016	R\$ 89.170,90
50	64	2014	71000.007144/2014-49	Agência Estado Ltda	Serviços noticiosos especializados na internet (broadcast político) e Análise Política Online	24/09/2014	24/09/2015	R\$ 36.000,00
51	66	2014	71000.050186/2013-19	Dalva Aguiar Nascimento - Intradoc Brasil	Tradução e versão de textos	03/10/2014	03/10/2016	R\$ 257.543,86

52	70	2014	71000.096036/2014-32	CEB Distribuição S.A.	Fornecimento de energia elétrica - Edificio Ômega	17/10/2014	17/10/2016	R\$ 653.840,00
53	71	2014	71000.003198/2014-35	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	Impressão, manuseio e postagem de correspondência padronizada com dados variáveis, na modalidade FAC	27/10/2014	27/10/2016	R\$ 15.801.536,58
54	75	2014	71000.081995/2014-53	Flexform Indústria Metalúrgica Ltda	Fornecimento de materiais permanentes, cadeiras	18/11/2014	16/05/2015	R\$ 62.017,50
55	76	2014	71000.009082/2014-18	City Service Segurança Ltda	Serviços continuados de primeiros socorros	01/12/2014	01/12/2016	R\$ 1.962.586,73
56	77	2014	71000.031414/2013-51	Link Data Informática e Serviços S.A.	Suporte técnico e manutenção continuada do software de gestão ASI - Módulo almoxarifado e patrimônio	11/12/2014	10/12/2016	R\$ 316.596,48
57	1	2015	71000.087896/2014-85	Brasal Combustíveis Ltda	Fornecimento de combustível – gasolina	07/01/2015	31/12/2015	R\$ 58.138,09
58	3	2015	71000.068618/2014-29	Cooperativa dos Agricultores Familiares do Poço Fundo Ltda	Aquisição de gêneros alimentícios agroecológicos ou orgânicos produzidos por beneficiários do PAA - café orgânico	02/02/2015	01/02/2016	R\$ 23.375,00
59	4	2015	71000.015177/2014-62	Planalto Service Ltda.	Copeiragem, com o fornecimento de material de consumo e equipamentos	02/02/2015	02/02/2017	R\$ 3.602.291,77
60	5	2015	71000.015619/2015-51	Laicom Comércio e Serviços Ltda ME	Manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças, da frota do MDS	03/02/2015	03/02/2017	R\$ 65.877,00
61	6	2015	71000.076290/2014-14	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	Abastecimento de água e esgoto FNAS (SAF Sul)	02/03/2015	indeterminad o	R\$ 73.206,00
62	7	2015	71000.007303/2014-13	Clip & Clipping Ltda EPP	Monitoramento de rádios, com análise diária e mensal de conjuntura e tendências	02/03/2015	01/03/2016	R\$ 37.800,00
63	8	2015	71000.009165/2014-07	Visão Administração e Construção Ltda	Serviços de recepção	03/03/2015	02/03/2016	R\$ 438.092,71
64	9	2015	71000.011993/2015-88	Elogroup Desenvolvimento e Consultoria Ltda	Consultoria para modelagem de processos organizacionais	12/03/2015	11/09/2016	R\$ 63.693,50
65	10	2015	71000.136974/2010-59	Cetro Concursos Públicos, Consultoria e Administração	Organização, planejamento e realização de Processo Seletivo Simplificado	01/04/2015	31/12/2015	R\$ 37.500,00
66	11	2015	71000.012530/2015-33	Elogroup Desenvolvimento e Consultoria Ltda	Consultoria para modelagem de processos organizacionais	17/04/2015	17/10/2016	R\$ 40.763,84
67	12	2015	71000.030701/2015-14	A. Igor Furtado Lima Eventos-ME	Estruturação e instalação de estande institucional do MDS, no "XVII Encontro Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social", de 27 a 30.04.2015, em Fortaleza/CE	27/04/2015	30/06/2015	R\$ 40.000,00
68	14	2015	71000.110453/2014-03	Isy Almeida de Paula Produções e Eventos - ME	Evento preparatório da 5ª Conferência acional de Seguraça Alimentar na Amazônia, no período de 08 a 12.06.2015	15/05/2015	31/12/2015	R\$ 214.440,00

69	13	2015	71000.012410/2015-36	Elogroup Desenvolvimento e Consultoria Ltda	Consultoria para modelagem de processos organizacionais	18/05/2015	18/05/2016	R\$ 108.830,28
70	16	2015	71000.016250/2015-02	Viver Representações, Turismo, Assessoria e Consultoria Ltda	Organização de eventos - reuniões do Mercosul	16/06/2015	31/08/2015	R\$ 37.969,00
71	18	2015	71000.110372/2014-03	CEB Distribuição S.A.	Fornecimento de energia elétrica ao Edifício FNAS - SAF/Sul	22/06/2015	22/06/2016	R\$ 178.320,00
72	19	2015	71000.027662/2014-89	Espaço & Forma Móveis e Divisórias Ltda	Fornecimento e instalação de painéis, divisórias, portas e complementos, forros e luminárias.	02/07/2015	31/12/2015	R\$ 35.033,40
73	20	2015	71000.020221/2015-37	Exo Company Participações Ltda	Organização do evento "Atuação das Mulheres na Promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional", de 07 a 10/07 em Porto Alegre	06/07/2015	31/12/2015	R\$ 84.990,00
74	21	2015	71000.049413/2015-25	RD7 Produções de Eventos Inteligentes Eireli	Organização do evento "IX Encontro nacional de monitoramento e vigilância socioassistencial do SUAS 2015", de 29 a 31/07, em Brasília/DF	23/07/2015	31/12/2015	R\$ 357.000,00
75	22	2015	71000.049745/2015-18	Claro S.A.	Prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP), com fornecimento de aparelhos	24/07/2015	24/07/2016	R\$ 491.500,00
76	24	2015	71000.123172/2014-11	Cantuares Locação Serviços e Eventos Ltda-Epp	Realização da oficina "Estratégia intersetorial de prevenção e controle da obesidade: recomendações para estados e municípios", dias 17 e 18/08/15, em Brasília/DF.	14/08/2015	31/12/2015	R\$ 79.499,00
77	27	2015	71000.030609/2015-79	Forum Eventos Eireli Epp	Realização do evento preparatório da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional "Água para Consumo e Produção de Alimentos", a se realizar no período de 22 a 25 de setembro de 2015, em São Paulo-SP	04/09/2015	31/12/2015	R\$ 85.650,00
78	28	2015	71000.060062/2015-11	Cooperativa dos Agricultores Familiares do Poço Fundo Ltda- COOPFAM	Aquisição de gêneros alimentícios agroecológicos ou orgânicos produzidos por beneficiários do PAA - café orgânico	15/09/2015	15/09/2016	R\$ 60.792,00
79	29	2015	71000.055504/2015-08	Abriltour Viagens e Turismo Ltda ME	Locação de veículos, em âmbito nacional, exceto DF e entorno, para o transporte de autoridades e grupo de trabalho, em serviço, incluindo combustível e motorista, sem franquia de km. CENTRO-OESTE e SUL	15/09/2015	15/09/2016	R\$ 111.600,00
80	30	2015	71000.055504/2015-08	Marajó Locação e Serviços Ltda ME	Locação de veículos, em âmbito nacional, exceto DF e entorno, para o transporte de autoridades e grupo de trabalho, em serviço, incluindo combustível e motorista, sem franquia de km. NORTE	18/09/2015	18/09/2016	R\$ 35.200,00

81	31	2015	71000.030606/2015-11	Fórum Eventos Eireli EPP	Organização de eventos "4º Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra e dos Povos e Comunidades Tradicionais"	21/09/2015	31/12/2015	R\$ 79.995,00
82	32	2015	71000.007182/2015-82	Tikinet Edição Ltda EPP	Revisão ortográfica, gramatical e semântica de textos em português	28/09/2015	28/09/2016	R\$ 23.019,98
83	33	2015	71000.040428/2015-28	19 Produções e Eventos Ltda EPP	Organização de eventos "Lançamento do Plano de Ação Olimpíadas 2016 da Campanha Brasil Saudável e Sustentável", no Rio de Janeiro/RJ em 05/10/2015	29/09/2015	31/12/2015	R\$ 37.900,00
84	34	2015	71000.068320/2015-08	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	Serviços dos correios	16/10/2015	16/10/2016	R\$ 2.094.571,32
85	36	2015	71000.105764/2015-23	Trips Passagens e Turismo Ltda EPP	Agenciamento de Viagens	16/11/2015	16/11/2016	R\$ 99.179,42
86	37	2015	71010.000779/2015-87	Cantuares Locação Serviços e Eventos Ltda-Epp	Organização de evento "X Conferência Nacional de Assistência Social"	20/11/2015	31/01/2016	R\$ 2.284.997,72
87	40	2015	71000.092963/2014-83	CLX Incorporadora Ltda e PPX Empreendimentos Imobiliários Ltda	Locação de imóvel The Union - SMAS Trecho 03, cj 01, lojas 01-30, e 01- 02-S, 101-108-subsolo	03/12/2015	03/12/2020	R\$ 568.000,00
88	41	2015	71000.095797/2015-58	CEB Distribuição S.A.	Fornecimento de energia elétrica ao SAAN	14/12/2015	14/12/2016	R\$ 45.000,00

ANEXO VI – RELATÓRIO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VIGENTES EM 2015

dade	Con	ntrato	Processo	Contratada	Objeto	Início	Término	Valor global vigente
Quantidade	nº	ano	Número	Empresa		Data	Data	Último valor vigente
1	34	2010	71000.036461/2010-49	IBM Brasil - indústria , máquinas e serviços ltda	Manutenção preventiva e corretiva de hardware para máquina ibm - z10 bc 2098 - e10 - nº de série82ddcb3 - plataforma mainframe.	21/07/2010	21/07/2015	R\$ 348.000,00
2	41	2010	71000.003443/2010-81	IBM Brasil - indústria , máquinas e serviços ltda	Suporte com atualização de versões para sistemas operacionais	05/11/2010	05/11/2015	R\$ 681.147,20
3	10	2012	71000.095304/2011-56	Synos Consultoria e Informática Ltda.	Fornecimento e instalação de solução de armazenamento de dados	28/02/2012	28/02/2015	R\$ 1.569.894,23
4	47	2012	71000.071674/2012-89	Algar Tecnologia e Consultoria S.A.	Suporte à infra-estrutura de redes e meios de comunicação	27/11/2012	27/11/2015	R\$ 1.675.287,40
5	69	2012	71000.000532/2012-37	CTX Tecnologia e Equipamentos Ltda - ME	Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos "servidores blade - IBM"	10/12/2012	10/12/2016	R\$ 198.099,96
6	65	2012	71000.118232/2012-11	Dell Computadores do Brasil Ltda	Fornecimento de equipamentos de informática	11/12/2012	11/12/2015	R\$ 2.325.548,00
7	70	2012	71000.094710/2011-00	Hitachi Data Systems do Brasil Ltda	Manutenção corretiva e preventiva com substituição de componentes para equipamentos tipo storage	14/12/2012	30/09/2016	R\$ 425.707,38
8	9	2013	71000.036646/2012-15	Algar Tecnologia e Consultoria S.A.	Suporte presencial e remoto aos usuários de solução de TI	18/02/2013	18/02/2016	R\$ 1.143.875,98
9	20	2013	71000.102048/2011-61	Simpress Comercio, Locação e Serviços S.A.	Outsourcing de impressão no MDS	10/06/2013	15/01/2016	R\$ 562.526,15
10	25	2013	71000.077899/2012-49	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	Armazenamento e Data Center	19/07/2013	19/07/2018	R\$ 61.947.672,04
11	30	2013	71000.088150/2013-16	TI Métricas Serviços Ltda	Serviços de mensuração das demandas executadas pela fábrica de software, na modalidade de Fábrica de Métrica e Mensuração de Demandas.	12/09/2013	12/03/2016	R\$ 69.862,50
12	52	2013	71000.060564/2013-72	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev	Serviços de tecnologia da informação e consultoria técnica para cruzamento de dados do CadUnico	20/12/2013	20/12/2016	R\$ 1.500.000,00
13	51	2013	71000.061781/2013-80	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	Fornecimento de Certificado Digital	20/12/2013	20/12/2015	R\$ 8.149,71
14	1	2014	71000.051520/2013-51	Compusoftware Informática Ltda	Direito de uso de licença de software temporário Microsoft em modalidade de subscrição (MVLA)	22/01/2014	22/01/2015	R\$ 1.809.999,71
15	6	2014	71000.106231/2013-05	Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio Ltda	Serviços especializados de Operação Assistida e Transferência de conhecimento para ambiente analítico	06/02/2014	06/02/2016	R\$ 4.596.000,00

16	7	2014	71000.121238/2013-49	Servix Informática Ltda	Aquisição de switches	12/02/2014	12/02/2015	R\$ 2.511.246,00
17	22	2014	71000.034080/2013-78	Athus Engenharia Ltda	Serviços de engenharia - demolição e remoção de vigas pré-moldadas de concreto do banheiro do bloco C	25/04/2014	25/04/2015	R\$ 48.895,00
18	27	2014	71000.022012/2014-47	NTSEC Soluções em Teleinformática Ltda - ME	Solução de firewall e proxy	29/04/2014	29/04/2015	R\$ 1.956.685,32
19	30	2014	71000.087413/2013-61	Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda	Administração de dados e de banco de dados - firewall e proxy	13/05/2014	13/05/2016	R\$ 2.821.785,85
20	31	2014	71000.107848/2013-30	Oracle do Brasil Sistemas Ltda	Atualização de versões e suporte técnico de produtos Oracle	16/05/2014	16/05/2016	R\$ 714.905,59
21	44	2014	71000.022011/2014-01	DCL Brasil Distribuidora Ltda	Solução de virtualização de equipamentos servidores de rede	06/06/2014	06/06/2015	R\$ 3.100.992,00
22	46	2014	71000.127077/2012-16	Spread Sistemas e Automação Ltda	Serviços presenciais e não presenciais de desenvolvimento e manutenção de software com execução mediante regime de empreitada por preço unitário	10/06/2014	10/06/2016	R\$ 10.319.570,64
23	51	2014	71000.043082/2014-39	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	Prestação de serviços de Infovia Brasília	27/06/2014	27/06/2016	R\$ 703.548,09
24	52	2014	71000.027092/2014-27	Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio Ltda	Suporte técnico, atualização de versões e garantia para o Appliance de dados Teradata	24/07/2014	24/07/2016	R\$ 759.999,96
25	56	2014	71000.034986/2014-73	IBM Brasil - indústria , máquinas e serviços ltda	Suporte técnico, atualização de versões e renovação de licença	08/08/2014	08/08/2016	R\$ 250.800,00
26	62	2014	71000.027096/2014-13	Cast Informática S.A.	Licenças de uso permanente escalável de uma plataforma tecnológica para Modelagem de Banco de Dados e Administração de banco de dados, com suporte técnico e atualização	15/09/2014	15/09/2015	R\$ 279.000,00
27	65	2014	71000.097545/2014-82	Toccato Tecnologia em Sistemas Ltda	Fornecimento de solução de TI do tipo Data Discovery	02/10/2014	02/10/2017	R\$ 1.088.413,74
28	67	2014	71000.008996/2012-91	Datamétrica Consultoria Pesquisa e Telemarketing Ltda	Realização de estudo qualitativo sobre as barreiras sociais de acesso à escola no âmbito do Programa BPC na Escola	08/10/2014	29/02/2016	R\$ 349.108,29
29	68	2014	71000.001110/2013-60	Datamétrica Consultoria Pesquisa e Telemarketing Ltda	Realização de estudos para avaliar a qualidade das informações registradas no CadÚnico	16/10/2014	16/02/2016	R\$ 1.599.121,27
30	73	2014	71000.074344/2014-15	Cast Informática S.A.	Adequação dos ambientes tecnológicos de Banco de Dados e Middleware, em ferramentas Oracle	30/10/2014	30/10/2015	R\$ 2.567.984,00
31	78	2014	71000.118259/2012-04	IBM Brasil - indústria , máquinas e serviços ltda	Suporte Técnico, renovação e aquisição de novas licenças da ferramenta IBM Datastage e qualitystage	18/12/2014	18/12/2015	R\$ 465.222,00
32	81	2014	71000.091783/2014-84	America Tecnologia de Informática e Eletroeletrônicos Ltda	Movimentação do datacenter da unidade do SERPRO de SP para Brasília	26/12/2014	26/06/2015	R\$ 77.900,00
33	82	2014	71000.011190/2014-42	Evolução Desenvolvimento de Sistemas Ltda	Atualização de versões e suporte técnico avançado da licença de uso permanente do software "e-Gab"	26/12/2014	26/12/2016	R\$ 96.000,00

34	79	2014	71000.061796/2013-48	Servix Informática Ltda	Solução para armazenamento de dados, com instalação, configuração e entrega de hardware com software embutido	30/12/2014	30/12/2015	R\$ 6.967.769,00
35	80	2014	71000.084615/2013-51	Business to Business Integration Brasil Ltda	Prestação de serviços de TIC, de suporte à administração, operacionalização e manutenção dos datacenters e infraestrutura computacional do MDS	31/12/2014	31/12/2016	R\$ 3.250.002,80
36	17	2015	71000.132141/2014-42	Hitachi Data Systems do Brasil Ltda	Manutenção preventiva e corretiva, com substituição de componentes, para Storage Hitachi Virtual Storage Platform	22/06/2015	22/06/2016	R\$ 281.400,00
37	23	2015	71000.129838/2014-36	Compusoftware Informática ltda	Fornecimento continuado de Direito de Uso de Licença de software temporário Microsoft para estações de trabalho e estações servidoras, em modalidade de subscrição por 12 meses	23/07/2015	23/07/2016	R\$ 1.542.631,52
38	25	2015	71000.094886/2015-87	BBR Soluções, Comércio e Serviços Ltda EPP	Aquisição de equipamentos scanners de documentos	28/08/2015	28/08/2016	R\$ 41.940,00
39	26	2015	71000.082831/2015-24	Appservice Soluções em Tecnologia da Informação Eireli - ME	Fornecimento de 18 scanners	02/09/2015	02/09/2016	R\$ 55.530,00
40	35	2015	71000.047843/2015-11	IBM Brasil - indústria , máquinas e serviços ltda	Assistência técnica com suporte técnico especializado para manutenção corretiva e preventiva, substituição de componentes, para o equipamento IBM Z10 BC 2098 - E10	29/10/2015	29/10/2016	R\$ 360.324,12
41	38	2015	71000.095541/2015-41	NTC Núcleo de Tecnologia e Conhecimento em Informática Ltda	Aquisição de novas licenças e suporte para o Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) Oracle	30/11/2015	30/11/2016	R\$ 1.639.200,00
42	39	2015	71000.122899/2014-72	Printmax Gerenciamento de Documentos Eireli	Outsourcing de impressão	01/12/2015	01/12/2016	R\$ 748.992,00
43	42	2015	71000.022010/2014-58	NCT Informática Ltda	Fornecimento de solução padronizada em rede sem fio com garantia de 36 meses, com suporte e manutenção	16/12/2015	16/12/2018	R\$ 808.180,00

ANEXO VII – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64

BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

	RIO DA FAZENDA A DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2015	PERIODO ———————————————————————————————————
TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO -	PAGINA -
SUBTITULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/MDS	02/03/2016	1
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UN	IDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPĒNDIOS	DISPĒNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	
eceitas Orçamentárias	259.183.320,76		Despesas Orçamentárias	254.364.412,24		
Ordinárias	143.375.287,76		Ordinárias	942.521,36		
Vinculadas	116.994.395,49		Vinculadas	253.421.890,88		
Educação			Educação			
Seguridade Social (Exceto RGPS)	102.711,03		Seguridade Social (Exceto RGPS)	249.659.176,87		
Operação de Crédito			Operação de Crédito	3.762.714,01		
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos			
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais			
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)			
Doações	52.902,64		Doações			
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	116.838.781,82		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos			
Demais Recursos			Demais Recursos			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.186.362,49					
ransferências Financeiras Recebidas	70.982.780.130,36		Transferências Financeiras Concedidas	70.770.132.018,16		
Resultantes da Execução Orçamentária	69.736.891.188,28		Resultantes da Execução Orçamentária	69.657.874.363,13		
Cota Recebida	69.438.050.622,42		Cota Concedida			
Repasse Recebido			Repasse Concedido	41.983.008.028,44		
Sub-repasse Recebido	298.839.359,28		Sub-repasse Concedido	27.492.585.923,69		
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos			
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferides - Baixa			
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição			
Correspondência de Debitos			Correspondências de Créditos			
Cota Devolvida		10	Cota Devolvida	182.280.411,00		
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido			
Sub-repasse Devolvido	1.206,58		Sub-repasse Devolvido			
Independentes da Execução Orçamentária	1.245.888.942,08		Independentes da Execução Orçamentária	1.112.257.655,03		
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.243.480.676,99		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.096.376.784,82		
Demais Transferências Recebidas	2.014.138,32		Demais Transferências Concedidas	1.981.921,12		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	394.126,77		Movimento de Saldos Patrimoniais	13.898.949.09		
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos			
Aporte ao RPPS			Aporte ao RPPS			
Aporte ao RGPS			Aporte ao RGPS			
ecebimentos Extraorçamentários	49.634.819,81		Despesas Extraorçamentárias	275.945.852,30		
Inscrição dos Restos a Pagar Processados			Pagamento dos Restos a Pagar Processados	121.348,34		
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	49.544.725,30		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	30.224.451,54		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	89.299,11		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	41.071,75		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	795,40		Outros Pagamentos Extraorçamentários	245.558.980,67		
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	795,40		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento			
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores			
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos			
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	1 1		Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	1.500.00	I	



SECRETARIA	A DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2015	PERIODO — Anual
TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA — 2
SUBTITULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/MDS		
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UN	DADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÉNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	
Arrecadação de Outra Unidade			Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	245.557.150,10		
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-	
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-	
Valores em Tránsito		-	Valores em Tránsito			
DARF - SISCOMEX			Ajuste Acumulado de Conversão			
Ajuste Acumulado de Conversão			Demais Pagamentos	330,57		
Demais Recebimentos						
Saldo do Exercício Anterior	14.160.351,06		Saldo para o Exercício Seguinte	5.316.339,29		
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.160.351,06		Caixa e Equivalentes de Caixa	5.316.339,29		
TOTAL	71.305.758.621,99		TOTAL	71.305.758.621,99		

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

S. 11.10		IO DA FAZENDA DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2015	PERIODO ———————————————————————————————————
TITULO		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO -	PAGINA -
SUBTITULO		SE - SECRETARIA EXECUTIVA/MDS	02/03/2016	1
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UN	IDADES DE REAL	

	RECE	ITA		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	47.374.839,00	47.374.839,00	204.494.315,70	157.119.476,70
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Contribuição de Iluminação Publica			-	
Receita Patrimonial	36.582.752,00	36.582.752,00	62.237.935,88	25.655.183,8
Receitas Imobiliarias			88.159,12	88.159,1
Receitas de Valores Mobiliários	36.582.752,00	36.582.752,00	62.149.776,76	25.567.024,7
Receita de Concessões e Permissões		9		
Compensações Financeiras				
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos			_	
Receita da Cessão de Direitos				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receitas Agropecuarias			-	
Receita da Produção Vegetal			_	
Receita da Produção Animal e Derivados				
Outras Receitas Agropecuarias				
Receitas Industriais				
Receita da Industria Extrativa Mineral				
Receita da Indústria de Transformação				
Receita da Industria de Construção				
Outras Receitas Industriais			,	
Receitas de Serviços	5.890.100,00	5.890.100,00	12.116,00	-5.877.984,0
Transferéncias Correntes	4.835.726,00	4.835.726,00	52.902,64	-4.782.823,3
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferências de Pessoas				
Transferências de Convênios			-	
Transferências para o Combate à Forne	4.835.726,00	4.835.726.00	52.902.64	-4.782.823.3
Outras Receitas Correntes	66.261,00	66.261,00	142.191.361,18	142.125.100,1
Multas e Juros de Mora	55.114,00	55.114,00	1.050.192,43	995.078,4
Indenizações e Restituições	11.147,00	11.147,00	141.133.138,92	141.121.991,9
Receita da Dívida Ativa		-	-	
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Deficit do RPPS				
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS				
Receitas Correntes Diversas			8.029,83	8.029,8
RECEITAS DE CAPITAL	44.207.560,00	44.207.560,00	54.689.005,06	10.481.445,0
				1



SECRETARI	A DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2015	PERIODO — Anual
TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA —
SUBTITULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/MDS		
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UN	IDADES DE REAL

	RECE	TA .		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Credito				
Operações de Crédito Internas		Ε.	-	
Operações de Crédito Externas			-	
Alienação de Bens	44.207.560,00	44.207.560,00	54.689.005,06	10.481.445,0
Alienação de Bens Moveis	44.207.560,00	44.207.560,00	54.689.005,06	10.481.445,0
Alienação de Bens Imóveis			-	
Amortização de Emprestimos			8	
Transferências de Capital	-		-	
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferência de Pessoas			2	
Transferências de Outras Instituições Públicas		-	_	
Transferências de Convênios			=	
Transferências para o Combate à Forne				
Outras Receitas de Capital		_		
Integralização do Capital Social			_	
Resultado do Banco Central do Brasil			-	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional				
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.				
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Cafei			_	
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional			-	
Receitas de Capital Diversas		-	-	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS	91.582.399,00	91.582.399,00	259.183.320,76	167.600.921,7
REFINANCIAMENTO			-	
Operações de Crédito Internas			_	
Mobiliaria				
Contratual				
Operações de Crédito Externas			-	
Mobiliaria			-	
Contratual			-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	91.582.399,00	91.582.399,00	259.183.320,76	167,600,921,7
TOTAL	91.582.399,00	91.582.399,00	259.183.320,76	167.600.921,7
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superavit Financeiro				
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação				
Créditos Cancelados Líquidos				
Créditos Adicionais Reabertos				

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÂRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO



ALC: U.S.	LOO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2015	PERIODO — Anual
TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA 3
SUBTITULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/MDS		
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UN	DADES DE REAL

DESPESA								
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO		
DESPESAS CORRENTES	29.966.301.776,00	29.710.137.691,00	245.809.862,58	203.178.432,49	203.178.432,49	29.464.327.828,4		
Pessoal e Encargos Sociais	71.711.637,00	81.331.637,00	78.943.446,92	75.951.530,97	75.951.530,97	2.388.190,0		
Juros e Encargos da Divida								
Outras Despesas Correntes	29.894.590.139,00	29.628.806.054,00	166.866.415,66	127.226.901,52	127.226.901,52	29.461.939.638,3		
DESPESAS DE CAPITAL	367.711.646,00	288.795.731,00	8.554.549,66	1.641.254,45	1.641.254,45	280.241.181,3		
Investimentos	367.711.646,00	288.795.731,00	8.554.549,66	1.641.254,45	1.641.254,45	280.241.181,3		
Inversões Financeiras								
Amortização da Dívida								
RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
RESERVA DO RPPS								
SUBTOTAL DAS DESPESAS	30.334.013.422,00	29.998.933.422,00	254.364.412,24	204.819.686,94	204.819.686,94	29.744.569.009,7		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-		-	-				
Amortização da Dívida Interna	-		-					
Dívida Mobiliaria			14	12				
Outras Dívidas			-					
Amortização da Dívida Externa								
Dívida Mobiliaria	i i		14					
Outras Dividas								
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	30.334.013.422,00	29.998.933.422,00	254.364.412,24	204.819.686,94	204.819.686,94	29.744.569.009,7		
SUPERÁVIT			4.818.908,52			-4.818.908,5		
TOTAL	30.334.013.422,00	29.998.933.422,00	259.183.320,76	204.819.686,94	204.819.686,94	29.739.750.101,2		

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	18.790.058,03	61.845.890,11	24.142.489,59	24.142.489,59	13.303.425,27	43.190.033,28
Pessoal e Encargos Sociais		717.734,40	210.990,88	210.990,88	506.164,71	578,81
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	14	-
Outras Despesas Correntes	18.790.058,03	61.128.155,71	23.931.498,71	23.931.498,71	12.797.260,56	43.189.454,47
DESPESAS DE CAPITAL	2.136.136,84	7.659.374,50	6.081.961,95	6.081.961,95	547.163,84	3.166.385,55
Investimentos	2.136.136,84	7.659.374,50	6.081.961,95	6.081.961,95	547.163,84	3.166.385,55
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida			-	-	-	-
TOTAL	20.926.194,87	69.505.264,61	30.224.451,54	30.224.451,54	13.850.589,11	46.356.418,83

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.710,80	121.348,34	121.348,34	2.710,80	-
Pessoal e Encargos Sociais		28.320,60	28.320,60		

AAT No.	
5	MINISTÉRIO DA FAZENDA
16.1	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SECRETARI	A DO TESOURO NACIONAL	2015	Anual	
TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA —	
SUBTITULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/MDS			
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UNIDADES DE REAL		

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Juros e Encargos da Dívida				,	
Outras Despesas Correntes	2.710,80	93.027,74	93.027,74	2.710,80	-
DESPESAS DE CAPITAL			14		-
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida	· ·				
TOTAL	2.710,80	121.348,34	121.348,34	2.710,80	

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

ALC: U.S.	IO DA FAZENDA LO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2015	PERIODO ———————————————————————————————————
TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA —
SUBTITULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/MDS	02/03/2016	'
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UN	DADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	
ATIVO CIRCULANTE	186.139.218,43	195.839.552,60	PASSIVO CIRCULANTE	309.142.094,69	7.549.899,1	
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.316.339,29	14.160.351,06	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.845.098,38	1.966.446,7	
Creditos a Curto Prazo			Emprestimos e Financiamentos a Curto Prazo	-		
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	36.145,91	2.710,8	
Clientes			Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Créditos de Transferências a Receber			Obrigações de Repartição a Outros Entes			
Emprestimos e Financiamentos Concedidos			Provisões de Curto Prazo			
Dívida Ativa Tributaria			Demais Obrigações a Curto Prazo	307.260.850,40	5.580.741,6	
Dívida Ativa Não Tributária						
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo						
Demais Creditos e Valores a Curto Prazo	180.100.035,18	180.897.573,56				
Investimentos e Aplicações Temporarias a Curto Prazo						
Estoques	722.843,96	781.627,98				
VPDs Pagas Antecipadamente		-				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	52.410.841,06	47.626.022,08	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizavel a Longo Prazo			Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	14		
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			Emprestimos e Financiamentos a Longo Prazo	1-		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo			Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Estoques			Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
VPDs Pagas Antecipadamente			Provisões de Longo Prazo	y-		
Investimentos			Demais Obrigações a Longo Prazo			
Participações Permanentes			Resultado Diferido			
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial			TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	309.142.094,69	7.549.899,1	
Participações Avaliadas pelo Método de Custo						
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	
Propriedades para Investimento			Património Social e Capital Social	2010	2014	
Propriedades para Investimento			Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos			Reservas de Capital			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos			Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo			Reservas de Lucros			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo			Demais Reservas	1		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS			Resultados Acumulados	-70.592.035,20	235.915.675,5	
Demais Investimentos Permanentes			Resultado do Exercício	-306.507.710,76	230.910.070,9	
Demais Investimentos Permanentes			Resultados de Exercícios Anteriores	235.915.675,56	235.915.675.5	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.			3-34-35-4-3-4-3-3-4-3-4-3-4-3-4-3-4-4-4-4	239.915.073,56	233,915,675,9	
Imobilizado	22.068.749,36	24.346.895,83	(-) Ações / Cotas em Tesouraria TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	-70.592.035.20	235.915.675.5	
Bens Movels	16.411.626,10	18.683.512,73	TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	-70.592.035,20	230.910.075,5	
Bens Moveis	31.679.112,86	31.021.719,91				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Moveis	-15.267.486,76	-12.338.207,18				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Moveis				1		



The state of the s	A DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2015	PERIODO — Anual
TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA 2
SUBTITULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/MDS		
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UN	IDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO .		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imdveis	5.657.123,26	5.663.383,10			
Bens Imóveis	5.668.013,13	5.668.013,13			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-10.889,87	-4.630,03			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis					
Intangível	30.342.091,70	23.279.126,25			
Softwares	30.342.091,70	23.279.126,25			
Softwares	30.342.091,70	23.279.126,25			
(-) Amortização Acumulada de Softwares					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	1	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-				
Direitos de Uso de Imóveis					
Direitos de Uso de Imáveis					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-				
Diferido					
Diferido					
(-) Amortização Acumulada		-			
OTAL DO ATIVO	238 550 059 49	243 465 574 68	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	238.550.059.49	243 465 5

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	5.347.780,72	2.135.338.992,37	PASSIVO FINANCEIRO	403.161.994,53	2.972.384.667,73
ATIVO PERMANENTE	233.202.278,77	-1.891.873.417,69	PASSIVO PERMANENTE	1.881.244,29	-2.874.403.309,13
SALDO PATRIMONIAL	166.493.179,33		SALDO PATRIMONIAL		145.484.216,08

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2013	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	17.626.848,97	8.525.480,83	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	652.541.053,40	609.108.081,31
Execução dos Atos Potenciais Ativos	17.626.848,97	8.525.480,83	Execução dos Atos Potenciais Passivos	652.541.053,40	609.108.081,31
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	17.382.344,81	8.280.976,67	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	8	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	244.504,16	244.504,16	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	16.430.016,79	13.424.777,67
Direitos Contratuais a Executar			Obrigações Contratuais a Executar	636.111.036,61	595.683.303,64
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	¥	
TOTAL	17.626.848,97	8.525.480,83	TOTAL	652.541.053,40	609.108.081,31



SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		2015	Anual	
TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA	
SUBTITULO SE - SECRETARIA EXECUTIVA/MDS				
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UNIDADES DE REAL		

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinarios	-17.434.860,84
Recursos Vinculados	-380.379.352,97
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-375.697.954.52
Operação de Credito	-4,673.985,58
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-7.412,87
TOTAL	-397.814.213,81

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

MINIST	ÉRIO DA FAZENDA			
SECRETA	IRIA DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2015	PERIO Anu	
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO -	PAG	INA —
SUBTITULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA MDS	02/03/2016	1	
		VALORES EM UN	IDADES DE DEAL	
ORGAO SUPERIOR		VALURES EM UN	IDADES DE REAL	
			2015	2014
	S ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		-55.809.800,43	
INGRESSOS			71.187.363.745,17	-
Receitas Derivada			204.441.413,06	
Receita Tributar			1	-
Receita de Cont			1	-
Receita Patrimo			88.159,12	
Receita Agropeo			1	
Receita Industria				
Receita de Serv			12.116,00	
	as Disponibilidades		62.149.776,76	
	Derivadas e Originários		142.191.361,18	
Transferências Co			52.902,64	
Intergovername				-
	e/ou Distrito Federal			
Dos Municipi				-
Intragovername				
	ncias Correntes Recebidas		52.902,64	
Outros Ingressos			70.982.869.429,47	
Ingressos Extra			89.299,11	-
Restituições a P				
Passivos Transf				
	e Obrigações do Exercício Anterior		70.982.780.130,36	
	inanceiras Recebidas		70.982.780.130,36	
Arrecadação de Variação Cambi				
Valores para Co				
Valores em Trár				
DARF - SISCON				
Ajuste Acumulae				
Demais Recebir				-
DESEMBOLSOS	RETAUS		-71.243.173.545,60	
Pessoal e Demais	Decorate		-209.827.042,95	
Legislativo	neshesas		1209.827.042,95	
Judiciário				
Essencial à Just				
Administração	age.			
Defesa Naciona				
Segurança Publ			1 1	
Relações Exteri				
Assistência Soci			-209.719.091,48	
Previdência Soc			-107,223,94	
Saude			107.225,84	
Trabalho				
Educação			1 1	



SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		2015	Anual	
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA 2	
SUBTITULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/MDS			
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UNIDADES DE REAL		

	2015	2014
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habiteção		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciéncia e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária	-1.522,93	1
Industria		
Comércio e Serviços		
Comunicações		
Energia		
Transporte		
Desporto e Lazer		
Encargos Especiais		
(+/-) Ordons Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	795,40	o
Juros e Encargos da Divida	23.50	
Juros e Correção Monetária da Divida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Divida		.
Transferências Concedidas	-17.614.432,07	,
Intergovernamentais		
A Estados e/ou Distrito Federal		
A Municipios		.
Intragovernamentais	-12.307.889,36	5
Outras Transferências Concedidas	-5.306.542.71	
Outros Desembolsos das Operações	-71.015.732.070.58	
Dispendios Extraorgamentários	-41.071.75	
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	1,000,000	
Pagamento de Passivos Recebidos		1
Transferências Financeiras Concedidas	-70.770.132.018.16	,
Cancelamento de Direitos do Exercicio Anterior	-1.500,00	
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-245.557.150.10	
Variação Cambial	1.000343030400	1
Valores Compensados		1
Valores em Tránsito		
Ajuste Acumulado de Conversão		
Demais Pagamentos	-330.57	,
OS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	46.965.788,66	
RESSOS	54.689.005,06	
Alionação de Bens	54,689,005,06	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	34.000.003,00	
Outros Ingressos de Investimentos		1

5	MINISTÉRIO DA FAZENDA				
To all	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL				

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCICIO — 2015	PERIODO — Anual	
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA	
SUBTITULO SE - SECRETARIA EXECUTIVAMOS				
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UNIDADES DE REAL		

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-7.723.216,40	
Aquisição de Ativo Não Circulante	-7.076.219,95	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	,	
Outros Desembolsos de Investimentos	-646.996,45	
LUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	4	
INGRESSOS		
Operações de Crédito		
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	9	
Transferências de Capital Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências de Capital Recebidas		
Outros Ingressos de Financiamento		
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida		
Outros Desembolsos de Financiamento		
ERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-8.844.011,77	
AIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	14.160.351,06	
AIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.316.339,29	

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

	TÉRIO DA FAZENDA taria do tesguro nacional	EXERCICIO — 2015	PERIOD Anual	ю ——
5.5				
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO 02/03/2016	PAGIN.	Α —
SUBTITULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/MDS	02/03/2016		
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UNID	ADES DE REAL	
	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
			2015	2014
	ONIAIS AUMENTATIVAS		71.203.508.222,1	
	Contribuições de Melhoria			
Impostos				
Taxas				
Contribuições de	Melhona			
Contribuições				
Contribuições So				
	Intervenção no Domínio Econômico		1	
	luminação Publica			
	Interesse das Categorias Profissionais			
	a de Bens, Serviços e Direitos		100.275,12	
Venda de Mercad				
Vendas de Produ				
	Direitos e Prestação de Serviços		100.275,12	
	iais Aumentativas Financeiras		1.666,74	
	de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Juros e Encargos			1.666,74	
Variações Monet			1	
Descontos Finan			-	
	Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras			
Aportes do Banco				
	Patr. Aumentativas Financeiras		*	
	elegações Recebidas		70.982.833.753,0	
	tragovernamentais		70.982.780.850,3	
	tergovernamentais			
	as Instituições Privadas		190,00	
	as Instituições Multigovernamentais			
	e Conscircios Publicos			
Transferências de				
	entária Delegada de Entes			
	a Pessoas Fricas		8.764,27	
	ncias e Delegações Recebidas		43.948,37	
	ios c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		207.048.849,18	
Reavaliação de A				
Ganhos com Alie				
	rporação de Ativos			
	incorporação de Passivos		207.048.849,18	
	lução ao Valor Recuperável			
	atrimoniais Aumentativas		13.523.678,15	
	nial Aumentativa a Classificar			
	o de Participações		*	
Operações da Au	toridade Monetária		- ×	



MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCICIO ——————————————————————————————————	PERIODO —
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA
SUBTITULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/MOS	02002010	_
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
VPA de Dívida Aliva	2010	2014
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	13.523.678.15	
STATE OF THE PROPERTY OF THE P	Tallocation of the	
ARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	71.510.015.932,9	
Pessoal e Encargos	87.473.741.81	
Remuneração a Pessoal	68.366.271.67	
Encargos Patronais	11.882.795.18	
Beneficios a Pessoal	5.198.554,82	
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.026.120.14	
Beneficios Previdenciarios e Assistenciais	-	
Aposentadorias e Reformas		
Pensões		
Benefícios de Prestação Continuada		
Benefícios Eventuais		
Políticas Públicas de Transferência de Renda		
Outros Beneficios Previdenciarios e Assistenciais		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	136,737,612,37	
Uso de Material de Consumo	1.265.215,72	
Serviços	132.536.857,23	
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.935.539,42	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0.02 0.00 000 000	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		
Juros e Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Concedidos		
Aportes ao Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Transferências e Delegações Concedidas	70.770.132.738,1	
Transferências Intragovernamentais	70.770.132.738,1	
Transferências Intergovernamentais		
Transferências a Instituições Privadas		
Transferências a Instituições Multigovernamentais		
Transferências a Consdrcios Públicos		
Transferências ao Exterior		
Execução Orçamentária Delegada a Entes		
Outras Transferências e Delegações Concedidas		
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	515.319.444,09	
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		
Perdas com Alienação		
Perdas Involuntárias	58,00	
Incorporação de Passivos	508.939.360.01	



Control of the Contro	A DO TESOURO NACIONAL	EKERCICIO	
ITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS		PAGINA 3
UBTITULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/MDS		
		VALORES EM UNIDADES DE REAL	
RGAO SUPERIOR		VALORES EM ONIDADES DE REAE	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Alivos	6.380.026,08	
Tributarias	18.979,05	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	
Contribuições	18.979,05	
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas		
Custos dos Produtos Vendidos	-	
Custo dos Serviços Prestados		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
Premiações		
Resultado Negativo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
Incentivos		
Subvenções Económicas	l b	
Participações e Contribuições		
Constituição de Provisões	-	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	333.417,47	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-306.507.710,76	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014